

Câmpus
Cora Coralina



PPGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**ESTADO
DE GOIÁS**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA
CAMPUS CORA CORALINA
NÍVEL MESTRADO ACADÊMICO**

GLADIS CABRAL MARTINS

**COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO: paisagens pretéritas e
lugares de vida**



CIDADE DE GOIÁS – GO

2024

GLADIS CABRAL MARTINS

**COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO: paisagens pretéritas e
lugares de vida**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica Territorial do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza.

CIDADE DE GOIÁS – GO

2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Gladis Cabral Martins

Email: gladis.martins@seduc.go.gov.br

Dados do trabalho

COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO: paisagens pretéritas e lugares de vida

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: PPGE - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - CAMPUS CORA CORALINA

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Cidade de Goiás, 26 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 GLADIS CABRAL MARTINS
Data: 26/12/2024 01:19:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura autor(a)

Documento assinado digitalmente
 EDEVALDO APARECIDO SOUZA
Data: 26/12/2024 19:29:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

M386c	<p>Martins, Gladis Cabral.</p> <p>Comunidade do Salgado em Quirinópolis-GO : paisagens pretéritas e lugares de vida [manuscrito] / Gladis Cabral Martins. – Goiás, GO, 2024.</p> <p>279f. ; il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.</p> <p>1. Dinâmica territorial do Cerrado. 1.1. Comunidades tradicionais camponesas. 1.1.1. Identidade cultural. 1.1.2. Meios de produção. 1.1.3. Paisagem. 1.1.4. Lugar. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p>CDU: 911.3(817.3)</p>
-------	---

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999) Pró-Reitoria

de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

UEG CÂMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000

Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 10/2024

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro às nove horas, realizou-se, o Exame de Defesa de dissertação da mestranda **Gladis Cabral Martins**, intitulada: “**COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO: paisagens pretéritas e lugares de vida**”. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Edevaldo Aparecido de Souza (Presidente - PPGEO/UEG), Rosselvelt José Santos (UFU) e Jean Carlos Vieira Santos (PPGEO/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela mestranda e seu orientador. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof. Dr. Edevaldo Aparecido de Souza proclamou que a dissertação encontra-se aprovada () ou não aprovada () ou aprovada com ressalva (X) e com as seguintes exigências (se houver):

Fazer as revisões apresentadas de forma oral e na forma escrita e encaminhada pelos professores na banca de defesa.

Cumpridas as formalidades de pauta, às 12 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 07/10/2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDEVALDO APARECIDO SOUZA
Data: 18/10/2024 09:56:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dr.(a) Edevaldo Aparecido de Souza (Presidente)

Documento assinado digitalmente
gov.br ROSSELVELT JOSE SANTOS
Data: 19/10/2024 00:04:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Rosselvelt José Santos (UFU)

Documento assinado digitalmente
gov.br JEAN CARLOS VIEIRA SANTOS
Data: 22/12/2024 16:31:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Dr.(a) Jean Carlos Vieira Santos (PPGEO/UEG)

Dedico esta pesquisa:

Às famílias da Comunidade do Salgado, que são filhos/as e herdeiras/os da terra, detentores de um saber/fazer, que se concretiza na existência sobre um chão de sentidos; patrimônio da família “Cabral”.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional em todas as minhas escolhas e projetos.

À minha filha e ao meu marido, pela compreensão nas ausências durante essa caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Eis que chegou o momento de externar meus agradecimentos a todos que, de forma gentil, contribuíram para a realização desta dissertação. Esse percurso representou o maior desafio que já enfrentei até o presente momento. Foram mais de dois anos de muita dedicação, superação e renúncias. Enfim, aqui estou. Sei que as palavras são insuficientes para expressar minha gratidão a todos que trilharam comigo essa jornada, que, confesso, foi desafiadora, contudo, linda e gratificante.

Inicio externando meus agradecimentos, de modo especial, ao meu orientador, Professor Dr. Edevaldo, pelo compartilhamento do saber e pelo tempo que dedicou a mim durante todo o percurso da pesquisa. Obrigada por ter abraçado essa ideia comigo e por ter acreditado em meu projeto e, principalmente, por ter oportunizado a mim todas as condições para realizá-lo. Sua trajetória, como professor e pesquisador, foi inspiração para a realização deste trabalho. Sua forma clara e simples de dialogar e de compreender a realidade dos sujeitos me encanta! Foi uma honra ter sido sua orientanda.

À professora Dra. Lorraine, pela acolhida calorosa em sua casa, pelos momentos intensos de aprendizado, pela leitura pontual do texto e por compor a terceira mão na escrita desta pesquisa.

À professora Vanderleia, por apresentar-me o caminho e por incentivar o meu ingresso no Curso de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, quando eu, ainda no chão da escola, sonhava em acessar novas oportunidades de estudo em Geografia.

Aos professores Dr. Jean e Dr. Vandervilson, pelos momentos de práticas, oportunizados pela disciplina “Trabalho de campo”, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Dr. Rosselvelt José Santos, pelas valorosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

Às companheiras de viagem, Sônia e Ana Bárbara, pelas risadas, e por compartilharmos as nossas dificuldades nessa jornada.

À cunhada Viviane e à amiga Raquel, por serem prestativas e por me apoiarem com suas companhias nos trabalhos de campo.

À amiga Dra. Onilda, pela valiosa colaboração na leitura do texto e pelo constante incentivo nos momentos de angústia. Sua generosidade, atenção e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu irmão Wender e à cunhada Ilma, por intermediarem, em vários momentos, os diálogos com funcionários do cartório de Rio Verde.

À tia Marilene e ao tio Aguiar, pelo acolhimento em sua casa, pelo carinho e cuidado durante a realização desta pesquisa. Muito obrigada!

Ao Sr. Francisco Gualberto e ao Sr. Eurípedes Gualberto, símbolos de sabedoria e resistência, que carregam em sua alma a essência do camponês cerradeiro, sou imensamente grata por tanta riqueza compartilhada! Suas vivências contribuíram imensamente para a realização deste trabalho.

Às Senhoras Maria e Vânia, pela acolhida, pelo incentivo, carinho, apoio e pelas contribuições durante a realização desta pesquisa. Gratidão!

Agradeço também, de modo muito especial, à minha mãe, pela companhia e apoio, pelo amparo nos dias difíceis, por estar sempre ao meu lado e por ajudar-me a cuidar da minha família durante a minha ausência. E, ainda, por contribuir com a pesquisa, acompanhando-me durante as visitas de campo.

Meus sinceros agradecimentos e reconhecimento a todos os camponeses, que, de forma solícita e gentil, colaboraram direta ou indiretamente para a realização desta dissertação. Este trabalho, não é meu. É de todos vocês que, no movimento da vida, entre pressões e carências, concretizam sua existência nesse pedaço de chão do Cerrado goiano, cujo nome é “Salgado”.

Hino da Família Cabral

Sou Cabral, sou teimoso
Se eu digo que é assim é porque é
Tenho parentes pra todo lado
Em Rio Verde, Quirinópolis e no Salgado.

Teimo o que sei, e o que não sei só pra
Confundi ocêis, na teima não me rendo
Persisto até o final
Sou Cabral, sou teimoso, sou original.

Sou Cabral, não vou mudar meu trejeito só pra lhe agradar
Sou teimoso, não tem jeito de me dobrar
Se quiser me aceitar, é do meu jeito que tem que lidar
Sou Cabral, sou teimoso, não vou me calar.

Aos mais novos deixo um conselho,
Podem teimar com qualquer pessoa até o dia raiar,
Mas nunca deve apostar.

(Márcio Cabral)

RESUMO

Salgado é uma comunidade camponesa tradicional, localizada no município de Quirinópolis, Goiás, que preserva uma identidade cultural peculiar, representada pelas paisagens e modos de vida no Cerrado, embora tenha se adaptado aos processos de modernização do campo, sobretudo aplicadas à atividade leiteira, e à recente introdução da agroindústria sucroalcooleira. Trata-se de uma comunidade de parentela, constituída basicamente por famílias pertencentes ao mesmo tronco genealógico da família pioneira da região, os Cabrais. As experiências herdadas dos antepassados, portanto históricas, são mecanismos vitais para sua existência, mesmo diante de ressignificações que promovem mudanças e diferenças de um tempo para outro. Diante dessa lógica, a pesquisa tem por objetivo compreender em que medida os elementos da natureza e os lugares de memória e do saber local influenciam os modos de vida ou reafirmam a identidade cultural e o sentido de pertencimento dos sujeitos, como condição de existência para a permanência no e com o lugar “Comunidade do Salgado” e reprodução social da família Cabral. Desse modo, para realizar a pesquisa, leva-se em conta as práticas e considera-se as organizações socioprodutivas, culturais e religiosas, nas quais os valores humanos, éticos e morais são incorporados e estabelecidos como fundamentais à sustentação daquele modo de vida. Em síntese: o objetivo foi compreender em que medida as relações parentais e de compadrio influenciam os modos de vida ou reafirmam a identidade cultural e o sentido de pertencimento dos sujeitos com a Comunidade do Salgado. O lugar e a paisagem foram as categorias eleitas para auxiliar no entendimento do mundo vivido e, para essa análise, considera-se as dimensões tempo-espço, nas quais a cultura e a memória se comportam como elementos estruturantes na ordem sociocultural, por isso, a análise se embasa nas discussões relativas à relação cultura/natureza, tendo como eixo norteador as narrativas dos sujeitos e suas trajetórias de vida. Para tanto, por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e visitas ao campo, realizadas por intermédio de observações e de entrevistas semiestruturadas, buscou-se levantar respostas para o entendimento quanto à natureza e às organizações socioculturais da Comunidade do Salgado, e ainda conhecer as estratégias pelas quais os sujeitos têm conseguido resistir nesse lugar.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais camponesas. Modos de vida e produção dos meios de vida. Relações socioculturais. Paisagem. Lugar.

ABSTRACT

Salgado is a traditional rural community, located in the county of Quirinópolis, Goiás, that preserves a peculiar cultural identity, represented by the landscapes and ways of life in the Cerrado, despite having adapted to the processes of modernization in the countryside, especially applied to the dairy farming, and the recent introduction of the sugarcane agroindustry. It is a kinship community, primarily composed of families belonging to the same genealogical branch of the region's pioneering family, the Cabral. The experiences inherited from ancestors, therefore historical, are vital mechanisms for its existence, even amid resignifications that promote changes and differences over time. In this context, the research aims to understand to what extent the elements of nature, the places of memory, and the local knowledge influences lifestyle or reaffirm cultural identity and a sense of belonging among the members, as a condition for existence and remain within and in the "Comunidade do Salgado" and the social reproduction of the Cabral family. Thus, to conduct the research, practices are taken into account, alongside the socioproductive, cultural, and religious organizations where human ethical and moral values are incorporated and established as fundamental to sustaining that livelihood. In summary: the goal was to understand the extent to which kinship and godparental relationships influence lifestyles or reaffirm cultural identity and sense of belonging of the members with the "Comunidade do Salgado". The place and the landscape were chosen categories to assist in understanding the world we live in, and for this analysis, we consider the time-space dimensions, in which culture and memory behave as structuring elements in the socio-cultural order, therefore, the analysis is based on discussions related to the culture/nature relationship, with the narratives of the individuals and their life paths serving as the guiding axis. To achieve this, through bibliographic, documentary research, and field visits, including observations and semi-structured interviews, the study sought to uncover answers regarding the nature and socio-cultural organizations of the 'Comunidade do Salgado', and also to understand the strategies by which members have managed to resist in place.

Keywords: Traditional rural communities. Ways of life and production of means of livelihood. Social-cultural relationships. Landscape. Place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Região Imediata de Quirinópolis.....	20
Figura 2: Mapa das regiões administrativas de Quirinópolis e localização da Comunidade Salgado.....	22
Figura 3: Caminhos do Cerrado que são também caminhos da pesquisa.....	28
Figura 4: Esquema da abordagem teórica aplicada à pesquisa.....	38
Figura 5: Vista parcial de um valo existente dentro de uma propriedade do Salgado.....	47
Figura 6: Principais ramificações da Casa-Tronco no Salgado.....	55
Figura 7: Gesto do cumprimento (costume comum entre os mais velho).....	78
Figura 8: Carro de boi da década de 1980.....	87
Figura 9: Vista parcial do Córrego Salgado.....	88
Figura 10: Vista parcial da paisagem na Comunidade do Salgado.....	98
Figura 11: Paisagem heterogênea em uma propriedade do Salgado.....	107
Figura 12: Placa indicando a estrada de acesso à Comunidade do Salgado.....	109
Figura 13: Croqui da comunidade do Salgado com indicação das moradias e dos lugares de memória e vivências.....	112
Figura 14: Vista parcial da organização das moradias.....	113
Figura 15: Vista parcial da paisagem do núcleo da Comunidade do Salgado, composto pela igreja, escola, barracão, quadra esportiva.....	115
Figura 16: Carroça usada para transportar os latões de leite até o tanque de resfriamento.....	116
Figura 17: Carro de boi resignificado.....	117
Figura 18: Soterramento de nascentes para abrigar a estrutura da Ferrovia Norte-Sul em terras cerradeiras na comunidade do Salgado.....	119
Figura 19: Vista parcial da Ferrovia Norte-Sul; da venda Cinco Irmãos; do campo de futebol e do cemitério.....	121
Figura 20: Cruzeiro localizado em uma das propriedades do Salgado.....	123
Figura 21: Roda d'água instalada em uma das propriedades do Salgado.....	123
Figura 22: Altar religioso e fogão à lenha em uma das moradias da comunidade ..	125
Figura 23: Terreiro da porta da sala; horta; aves domésticas; chiqueiro/porcos	126
Figura 24: Utensílios em desuso: tear; bica d'água; monjolo; carro de boi	129
Figura 25: Casa do forno.....	130

Figura 26: Vista parcial dos terreiros com bancos e tocos de madeira; piscina	130
Figura 27: Engenho movido à tração animal.....	132
Figura 28: Curral de uma das propriedades do Salgado.....	133
Figura 29: Antiga casa da Sra. Flauzina; abertura da ferrovia Norte-Sul em 2014; casa nova da Sra. Flauzina	157
Figura 30: Vista parcial do cemitério rural da Comunidade do Salgado	159
Figura 31: Marcas de um sepultamento ocorrido em 2022	163
Figura 32: Escola Municipal Custódio Antônio Cabral.....	167
Figura 33: Igreja São Francisco de Assis.....	169
Figura 34: Registro do momento em que um cruzeiro é erguido em uma propriedade do Salgado.	170
Figura 35: Procissão de inauguração da Capela São Francisco de Assis em1982	172
Figura 36: Registro manuscrito da inauguração da Capela	173
Figura 37: Registro manuscrito do dia em que foi instituída a comunidade religiosa do Salgado	174
Figura 38: Registros manuscritos das atividades religiosas da comunidade.....	176
Figura 39: Procissões de Domingo de Ramos e Via Sacra.....	177
Figura 40: Momento de socialização entre as famílias após a celebração da missa na porta da Igreja São Francisco de Assis em 2024	181
Figura 41: Festa junina: Arraiá do Custódio realizada na escola da comunidade do Salgado em junho de 2024.....	183
Figura 42: Venda do Silvany..	187
Figura 43: Venda “Cinco Irmãos” e campo de futebol.	188
Figura 44: Convite do forró e do jogo de futebol realizado na venda “Cinco Irmãos” em 2024.....	192
Figura 45: Registro do forró na venda “Cinco Irmãos” realizado em 2024	195
Figura 46: Registro de um dos momentos de convivência/pausa no trabalho na lavoura comunitária.....	205
Figura 47: Registros da celebração da missa na capela São Francisco de Assis e reunião durante o almoço no barracão da igreja em 2023	210
Figura 48: Mosta da produção leiteira de base tecnológica aplicada à genética e à nutrição.....	228
Figura 49: Aleitamento individual dos bezerros em uma propriedade do Salgado..	231

Figura 50: Alimentação do gado e ordenha do leite realizadas pelas mulheres	234
Figura 51: Tanques de peixe e criação de abelhas	236
Figura 52: Criação de porcos livres no terreiro em uma propriedade do Salgado...	246
Figura 53: Pão de queijo feito com ovos e polvilho produzido na propriedade.	247
Figura 54: Parte do processo de” fazer pamonha” relizada em uma propriedade do Salgado.....	248
Figura 55: Cavalgada realizada em 2023.....	252
Figura 56: Convite da calvalgada realizada em 2017.....	253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação das atividades de campo realizadas na Comunidade do Salgado	33
Quadro 2: Família de José Cabral: Pioneiros da região do Salgado no século XIX..	52
Quadro 3: Principais atividades agropecuárias desenvolvidas na Comunidade do Salgado	244

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
METODOLOGIA	28
1 LEITURA DO LUGAR SALGADO: PROCESSOS DE (RE)OCUPAÇÃO DOS CERRADOS	39
1.1 Origem e formação sociocultural da Comunidade do Salgado: raízes históricas	41
1.2 Entre experiências e vivências: o desvelamento do lugar	57
1.3 O processo de (re)ocupação do Salgado: as relações parentais na organização do lugar/espço	66
2 COMUNIDADE DO SALGADO NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS-GO: CERRADO, NATUREZA E VIDA	83
2.1 Salgado: do nome ao lugar	85
2.2 Representações simbólicas do/no Cerrado: a construção da paisagem camponesa	91
2.3 A paisagem camponesa do Salgado: processo de construção de natureza e relação com a humanidade	108
3 FAMÍLIA, ESCOLA E RELIGIÃO: ESTRATÉGIAS DE VIDA E TRANSMISSÃO DA CULTURA	135
3.1 A terra enquanto espaço de acolhimento da vida, do trabalho e da família	137
3.2 O casamento como guardião da família, da terra e da cultura	147
3.3 Representações materiais e imateriais no contexto da (re)ocupação do lugar: memórias e encontros	152
3.3.1 O cemitério como ancestralidade do grupo social	158
3.3.2 O lugar da escola e da igreja: contributos para o fortalecimento da comunidade	164
3.3.3 A venda e o campo de futebol: espaços de sociabilidade e de pertencimento	186
4 DIMENSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO LUGAR COMUNIDADE DO SALGADO	197
4.1 Táticas políticas nos lugares dentro da comunidade	198
4.2 Ressignificações produtivas a partir dos processos de modernização no campo	215

4.3 Comunidade do Salgado: lugar de metamorfoses e resistências econômicas, políticas e socioculturais	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	262
APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	274
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	275
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA	277
APÊNDICE D - ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES/PERCEPÇÕES	278
APÊNDICE E - MOSAICO DA PAISAGEM CAMPONESA DO SALGADO.....	279

INTRODUÇÃO

Esta dissertação não começa propriamente aqui. Na verdade, ela é fruto de uma construção que soma os ideais acadêmicos às vontades pessoais na longa espera do momento oportuno. A inquietação que me mobilizou a pesquisar comunidades camponesas emergiu de uma pesquisa na comunidade rural do Salgado, no município de Quirinópolis-GO, o que resultou em um capítulo para o livro “Quirinópolis: cultura de desenvolvimento regional - Mãos e Olhares Diferentes III (1832-2014)”, organizado pela professora Maria da Felicidade Urzedo, no ano de 2014.

Assim, pelo fato de a comunidade ser um lugar que conserva formas de vida, de relação com a terra e de interações sociais que configuram uma identidade cultural peculiar, estruturada pelo modo de vida, marcado por uma paisagem singular, é que surgiu o interesse em aprofundar o conhecimento sobre o tema, de modo a abranger a natureza e as organizações socioculturais que se entrelaçam e promovem relações entre os sujeitos¹ da comunidade e do Cerrado.

Além disso, o *locus* da pesquisa faz parte da memória da pesquisadora, uma vez que as paisagens trazem recordações de vivências e aprendizados da infância que ainda estão inseridos no contexto de parentesco, principalmente, no que tange aos aspectos socioculturais. De modo que o interesse é alimentado pela necessidade de buscar uma (re)conexão com os lugares de memória e os saberes e fazeres ancestrais da família “Cabral”, o que significa um (re)encontro com as suas próprias origens.

Ressalta-se, ainda, que o contato com trabalhos acadêmicos e os depoimentos de lideranças (Quilombolas, povo Xavante e Tapuio), oportunizados pelo Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGeo, da Universidade Federal de Goiás, permitiram conhecer diferentes aspectos ligados ao cotidiano das comunidades tradicionais, consolidando o interesse e o compromisso com a temática.

Isso porque, essa experiência suscitou questionamentos sobre o lugar, principalmente, no que se refere às formas de resistência e reprodução das famílias e dos modos de vida frente ao avanço do capital produtivo e financeiro e da tecnologia

¹ Ressalta-se que, neste trabalho, o léxico “sujeitos” refere-se a homens e mulheres, embora, gramaticalmente, a palavra sujeito seja do gênero masculino, ela pode ser aplicada em relação a pessoas do gênero masculino e feminino. Por isso, sujeito é classificado como nome (ou substantivo) sobrecomum.

da informação presentes nos modos de produção do leite e nas relações socioculturais, o que torna os modos de vida complexos e contraditórios, diante do contexto goiano.

Ao longo da escrita deste texto, há marcas de memórias vividas, sabedorias e conhecimentos culturalmente enraizados. São marcas que remetem à parte da experiência de vida da pesquisadora na comunidade, da busca e do (re)encontro com os sujeitos do Salgado e suas experiências, conhecimentos, valores éticos, culturais, comunitários, e tradições centenárias transmitidas há gerações no mesmo solo cerradoeiro. E, ao adentrar tempos e espaços, a memória se encarrega de (re)conectar-se ao lugar, de modo que desperta emoções e sentimentos outrora vividos, que, de forma prazerosa, se encontram por detrás de cada palavra e de cada sentido que constituem esta dissertação.

As comunidades tradicionais que habitam o Cerrado desempenham papel essencial na rica diversidade sociocultural e ambiental do país. São grupos sociais que vivem em áreas rurais, embora geograficamente distantes das cidades e, muitas vezes isoladas, os quais mantêm relação intrínseca com a terra e com seus elementos naturais, e se conectam às dinâmicas mais amplas, como o mercado e o Estado. Essas comunidades têm modos de vida e práticas ancestrais que foram transmitidos ao longo de gerações, constituindo um patrimônio cultural único, impregnado na paisagem cerradoeira.

Dentre os elementos socioculturais, pode-se destacar a organização espacial do território camponês, com a casa próxima ao curral, que, por sua vez, conecta-se às pastagens e ao terreiro; presença de técnicas tradicionais, como a carroça, o carro de boi e o engenho, bem como as missas, as celebrações, os jogos de futebol, a pamonhada, os bailes/forró e a festa junina.

Dentre as comunidades tradicionais, destacam-se as camponesas. Trata-se de grupos sociais que possuem técnicas e experiências nas formas de agricultura, pecuária, pesca, artesanato, medicina tradicional, rituais e celebrações. A riqueza cultural dessas comunidades está intrinsecamente ligada à sua relação com os ecossistemas nos quais vivem e possuem conhecimentos, habilidades sobre práticas e manejo dos elementos naturais que possibilitam o sustento e a reprodução social na terra.

Essas comunidades enfrentam desafios e ameaças em diferentes frentes: o avanço da agroindústria pela expansão do agronegócio; a construção de grandes

projetos de infraestrutura, como a Ferrovia Norte-Sul; as políticas públicas; as formas dos cultos religiosos e do sistema escolar que são ideológicos a favor do capital e a especulação imobiliária. Essas são apenas algumas das pressões que essas comunidades enfrentam em relação à permanência na sua terra, à sua família e aos seus modos de vida, estabelecidos no Cerrado.

É notório que Cerrado goiano é espaço de um conjunto de lugares que expressam a singularidade dos grupos sociais tradicionais que o habita. Um olhar geográfico apurado das paisagens goianas, por exemplo, para vislumbrar a existência de lugares que se destacam em meio à homogeneização das paisagens, representadas pelas monoculturas, como soja, milho e cana-de-açúcar, revela haver um contraste que entrelaça natureza e humanidade.

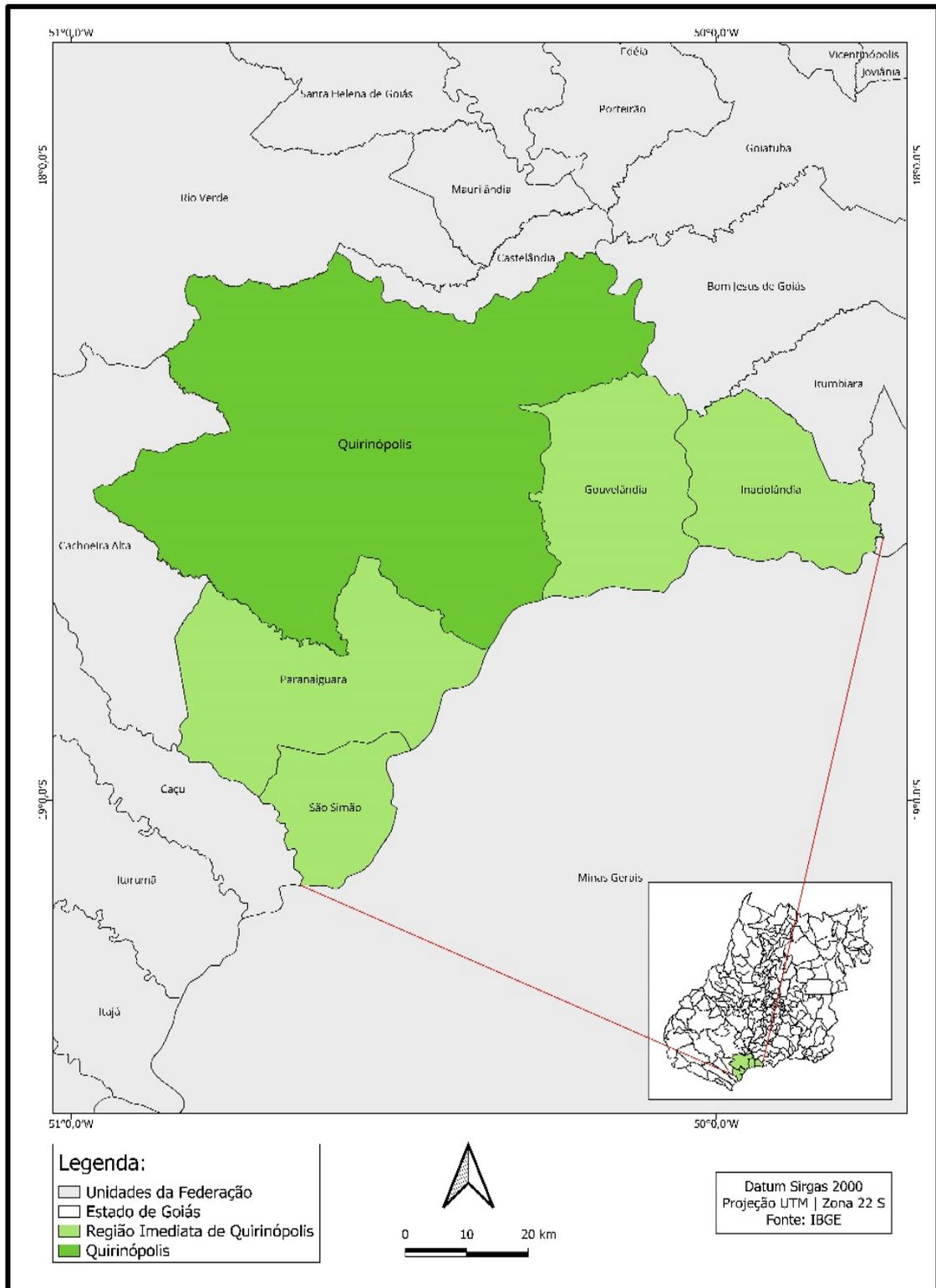
Tal contraste evidencia que o Cerrado é percebido e concebido, conforme as racionalidades e os interesses antagônicos, evidenciados nas formas de uso e (re)ocupação dos solos. Se, de um lado, a racionalidade empresarial domina e apropria-se de espaços de vida, impondo novos valores e novas formas de organização social, por outro lado, há as comunidades tradicionais que, no limiar de sua existência, vivem processos contínuos de resistência e adaptação. Nessas comunidades, o novo coexiste com o antigo, muitas vezes de forma fluída, outras vezes, reinventando estratégias e novas sociabilidades, para que seus modos de vida se reproduzam e mantenham a essência que as ligam a terra, mesmo dentro de contextos transformados.

A comunidade do Salgado apresenta-se como um lugar que reflete em sua paisagem as especificidades de uma ruralidade presente na reprodução dos modos de vida e na interface da reprodução do capital territorializado no município de Quirinópolis-GO. Nessas paisagens rurais, a natureza e as humanidades ancoram-se na fé e se manifestam nas festas religiosas e não religiosas, nas relações sociais e de trabalho. Essas comunidades apresentam-se nos modos de vida ancorados na terra, no parentesco, na religiosidade e na memória, cujas relações que processam a vida serão apresentadas nos quatro capítulos desta dissertação. A diversidade cultural, presente nos ambientes cerradeiros, aparecem materializadas nos lugares e nas substâncias socioculturais ainda arraigadas à cultura de um Brasil rural.

O município de Quirinópolis, conforme critérios de regionalização do IBGE (2017), integra a Região Imediata de Quirinópolis -520012, composta por esse

município, juntamente com São Simão, Paranaiguara, Gouvelândia e Inaciolândia, localizada na Região Sudoeste de Goiás (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da Região Imediata de Quirinópolis (520012), com destaque para o município de Quirinópolis-GO.



Fonte: IBGE - Elaboração: Leite, Luiz Humberto de Oliveira (2024).

O município limita-se com os municípios de Bom Jesus de Goiás, Castelândia, Rio Verde, Gouvelândia, Cachoeira Alta, Paranaiguara e, ao Sul, com o município de Santa Vitória, estado de Minas Gerais. Possui posição geográfica determinada pelas coordenadas de 18°26'54" de latitude Sul e 50°27'07" de longitude Oeste, o que abrange uma área de 3.789 km², a qual corresponde a 1,11% do território goiano.

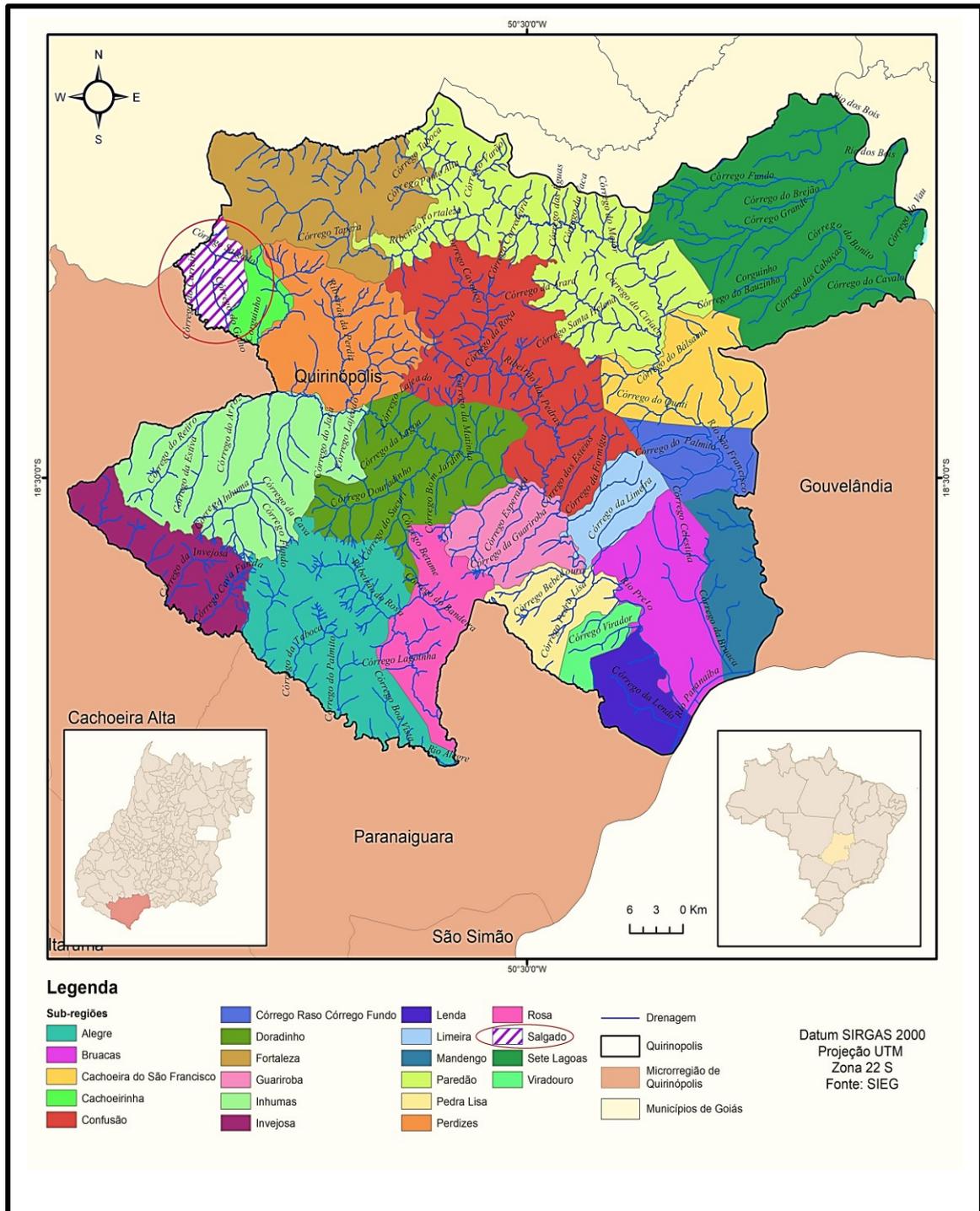
A sede municipal está localizada a uma média de 541 metros de altitude, e a distância aproximada de 300km de Goiânia, e conta com 48.447 habitantes, de acordo com o IBGE (2022). A economia de Quirinópolis é sustentada pelo agronegócio, com destaque ao mercado sucroalcooleiro, implementado em 2005, contudo, há um grande número de pequenas propriedades que se mantêm por meio da produção familiar com modos de vida camponês.

Nesse contexto, localizada na direção noroeste do município, a cerca de 60 km de distância da sede urbana de Quirinópolis, na divisa com o município de Rio Verde, está a Comunidade do Salgado. O relevo é ondulado, com morros testemunhos, cujas terras abrangem o entorno dos córregos Guerreiro e Salgado e a margem esquerda do Rio Preto. A parte que corresponde à margem direita do córrego Salgado pertence ao município de Rio Verde (Figura 2).

Os pontos de referência são a Escola Municipal Rural Custódio Antônio Cabral e a Igreja São Francisco de Assis, a 60 km de distância da sede urbana de Quirinópolis. Tomando a Igreja como referência, a comunidade tem sua posição geográfica entre as coordenadas de 18°18'50,773" de latitude Sul e 50°49'47,285" de longitude Oeste.

O acesso à comunidade se dá pela rodovia GO 206, sentido Caçu-GO e, a partir de 18 km, por estrada que acessa as propriedades e residências existentes na comunidade rural. O tempo percorrido entre a cidade e a comunidade é de, aproximadamente, uma hora e trinta minutos de carro.

Figura 2: Mapa das regiões administrativas de Quirinópolis e localização da Comunidade Salgado.



Fonte: SIEG e Prefeitura Municipal de Quirinópolis - Elaboração: Leite, Luiz Humberto de Oliveira, (2023).

A delimitação espacial da comunidade, reconhecida pelos sujeitos que a compuseram, não obedece aos limites administrativos, havendo, portanto, outras lógicas preponderantes na delimitação do que o poder público reconhece como região administrativa. Trata-se, pois de uma delimitação definida pelas relações parentais,

que entrelaça o território ao lugar em que os Cabrais salgadenses vivem e mantêm seus laços parentais, enraizados na história que os fazem pertencentes ao lugar.

Dada a relevância desses aspectos e por entender que toda área está inserida no contexto sociocultural da Comunidade do Salgado, nesta pesquisa, levar-se-á em conta não os limites administrativos, mas os limites que corroboram com lógica sociocultural da comunidade, na qual a fronteira é a dos vínculos, portanto, abrange também a parte que está à margem direita do córrego Salgado, no município de Rio Verde.

Assim, considerando que os limites da comunidade não obedecem às delimitações administrativas, mas sim às relações parentais e socioculturais, destaca-se que suas dinâmicas se manifestam em atividades ligadas à produção leiteira, atividades culturais, modos de sociabilidades e religiosidades que se estabelecem no tempo e no espaço. Esses aspectos, revelam seus contrastes, dentre os quais, destaca-se o fato de a maioria das famílias da comunidade estarem ligadas por laços consanguíneos. Laços esses que, de certo modo, associam-se com a propriedade privada da terra e, por conseguinte, no estabelecimento dos modos de vida, definindo contornos específicos que ultrapassam os limites físicos.

Nesse contexto, a comunidade é constituída basicamente por famílias pertencentes ao mesmo tronco genealógico das famílias pioneiras da região, entre as quais é comum o casamento entre primos. Portanto, as experiências e a ancestralidades compartilhadas tornam-se mecanismos vitais que sustentam o devir, cuja contemporaneidade insiste em contestar e transformar.

Ainda ancorados na perspectiva da vivência e da experiência dos sujeitos, pode-se problematizar a ideia de que, para além dos enfrentamentos socioculturais, os sujeitos do Cerrado produzem seus modos de vida pautados na identificação com suas raízes culturais, representadas pelos lugares de memória e pelos saberes/fazeres dos mais velhos. Essa racionalidade possibilita a reprodução social do campesinato.

Dessa forma, considera-se relevante realizar esta pesquisa neste lugar em virtude do valor cultural que essa comunidade representa, enquanto patrimônio material e imaterial para o município de Quirinópolis. A comunidade é uma das representações socioculturais, considerada tradicional no município, e ainda guarda uma parte de uma das maiores riquezas naturais de Goiás, o Bioma Cerrado, pouco existente no município. Logo, este estudo torna-se um importante registro da

estruturação e das formas de manutenção, assim como também dos processos de metamorfoses da identidade do lugar “Salgado”, cuja parte da história é carregada e anunciada pela toponímia, a qual será apresentada e discutida no segundo capítulo.

Embora haja uma série de estudos que referendam os modos de vida camponês, a presente pesquisa, em uma comunidade rural, contribui com os estudos da Geografia Agrária/Cultural, por problematizar os efeitos e as influências exercidas pelo capital e pelas tecnologias aplicadas, sobretudo na atividade da pecuária, nas práticas e nas relações socioculturais, o que impõe transformações e (re)configurações do meio rural.

Desse modo, esta pesquisa justifica-se ainda por estudar um grupo humano que vive as tensões e os conflitos decorrentes de processos de (re)ocupação que ambiciona a terra.

Cabe destacar que os mecanismos que constroem a lógica da existência do Salgado, em ambientes do Cerrado, demandam reconhecer que o conteúdo sociocultural tem nutrido os modos de vida e os processos produtivos existentes na comunidade desde o século XIX. Para tanto, na realização desta pesquisa, considera-se as dimensões tempo-espço nas quais a cultura e a memória se comportam como elementos que fundamentam e estruturam as relações simbólicas presentes na ordem sociocultural, advinda da relação sujeito/natureza.

Nesse sentido, levar-se-á em conta as práticas e as relações socioculturais que caracterizam o modo de vida camponês, por ser a categoria que auxilia no entendimento do mundo vivido, ou melhor, como diz Frémont (1976, p.242), é o “espaço onde a vida acontece”. Soma-se ao lugar a categoria paisagem, como uma representação da campesinidade do grupo social salgadense, o que corrobora com a interpretação do acontecer da vida no lugar.

Além disso, o lugar permite ver a homogeneidade, mas também a heterogeneidade dos processos. Pelo fato de possibilitar uma aproximação dos sujeitos, a comunidade se permite ultrapassar às objetividades presentes na dimensão do visível, e adentrar às subjetividades que se ancoram nas dimensões simbólicas que dão significado às relações cultura/natureza, e às relações socioculturais do fenômeno pesquisado.

Para esse enfoque, o presente trabalho apoiou-se na premissa de que a Comunidade do Salgado é concebida como um “espaço de vida” em *continuum* elaboração, de modo que as perspectivas se esboçam no lugar em que as

experiências cotidianas e o espaço vivido e experienciado pelos sujeitos da comunidade se sucedem. Assim, objetiva-se compreender em que medida os elementos da natureza e os lugares de memória e do saber local influenciam os modos de vida ou reafirmam a identidade cultural e o sentido de pertencimento dos sujeitos com o lugar “Comunidade do Salgado”, como condição de existência naquela terra.

Para lançar o olhar sobre a comunidade com o intuito de levantar respostas para o entendimento quanto à natureza e às organizações socioculturais da comunidade do Salgado, e ainda conhecer as estratégias pelas quais o sujeito tem conseguido resistir no lugar, lança-se mão dos seguintes questionamentos: Quais práticas culturais ainda estão ativas na comunidade e/ou na memória dos camponeses? Ainda há elementos suficientes para considerar esse grupo de famílias como uma comunidade? Quais elementos representativos da paisagem camponesa fazem parte da memória e da vivência dos sujeitos da comunidade? Como a forma de reapropriação dos lugares e recursos pensados e recriados coletivamente têm garantido a reprodução social e simbólica do campesinato? Até que ponto o sistema parental pode ser considerado elemento forte para a existência dessa comunidade e das práticas socioculturais das famílias? Como o capital, representado pelo agronegócio, captura o tempo e o trabalho desses sujeitos? Quais as ressignificações que a modernização do campo promoveu na comunidade?

Para tanto, este estudo embasa-se nas discussões relativas à relação cultura/natureza, tendo como eixo norteador as narrativas dos sujeitos e suas trajetórias de vida e alicerça-se no aporte teórico da Geografia Cultural/Humana.

Outro ponto debatido na pesquisa é a existência das características camponesas de “sentimentos e afetos” a terra, que é lugar de morada e de trabalho da família como categorias importantes para pensar as relações sociais e produtivas dessas gentes do Cerrado, frente às racionalidades que o idealiza como *locus* apenas de reprodução do capital comercial, representado pelo agronegócio que se instala no Cerrado goiano, em específico, no município de Quirinópolis.

O arcabouço teórico mobilizado para sustentar, teoricamente, as discussões que se apresentam no desenvolvimento desta dissertação, dada a inscrição na perspectiva da vivência e da experiência dos sujeitos, particulariza-se em alguns trabalhos dos seguintes autores: Chaveiro (2008), Chaveiro e Castilho (2007) Almeida (2008), Cardoso e Almeida (2010) Silva (2007, 2012), Dardel (2015), Seemann (2005), Claval (2007), Tuan (1980, 1983, 2011, 2018), Buttimer (1985, 2015), Souza (2013,

2015), Brandão (1979, 1999, 2009), Cândido (2010), Woortmann (1995,2004); Woortmann (1990), Woortmann; Woortmann(1997), Sabourin (2009), Santos (1998, 2009), Nora (1993), Martins; Rossi (2014), entre outros não menos importantes que subsidiaram a perquirição de campo.

Para desenvolver e compor a dissertação, além desta introdução, da metodologia e das considerações finais, este trabalho está estruturado em quatro capítulos, pesquisados e escritos entre tempos diversos, em cujo texto sujeitos de tempos mais distantes e mais próximos compartilharam suas vivências registradas neste trabalho. Nos capítulos, a relação sujeito/natureza comparece associada aos meios que os camponeses encontraram para produzirem a vida.

Na composição dos capítulos, especialmente no primeiro, a ênfase da grafia recai sobre o gênero masculino, por conta da influência do patriarcado. Entretanto, neste estudo, não se desconsidera a importância das mulheres camponesas na construção e na produção do lugar, ainda que menos visíveis nas narrativas tradicionais em que a figura masculina, geralmente, aparece como referência na condução da vida política, econômica, moral e social.

Carece mencionar que essa posição está enraizada, estruturalmente, a princípios morais e religiosos da sociedade “patriarcalista”, fortemente vinculada ao período colonial e reproduzida de geração em geração. Sua superação, entretanto, encontra-se em processos lentos, impetrados nas contradições entre a modernização e os referenciais do passado, podendo ser observados, no decorrer do trabalho, a partir da relevância não só do protagonismo dos sujeitos, mas também das sujeitas que se encontram inseridas no fazimento do lugar.

No primeiro capítulo, propõe-se uma análise histórica a partir do resgate dos processos de (re)ocupação e formação do território salgadense para compreender como as relações socioculturais, produtivas e religiosas se transformaram ao longo do tempo e do espaço. A partir dessa perspectiva, examinam-se, no lugar, as memórias relacionadas às características históricas da (re)ocupação das terras, assim como as técnicas e práticas que moldaram a vida camponesa no lugar.

No segundo capítulo, apresenta-se a paisagem como uma acumulação desigual de tempo, evidenciando como o lugar se manifesta de forma heterogênea. Para tanto, o capítulo foi confeccionado a partir das paisagens, analisando a memória, as permanências, ressignificações e interações entre práticas produtivas e saberes tradicionais, decorrentes da modernização do campo iniciada na década de 1970/80.

O terceiro capítulo identifica e discute as condições pelas quais os salgadenses se alicerçam e constroem lugares para reafirmar a existência e a reprodução sociocultural naquele chão. As discussões centram-se no cotidiano das famílias, tendo como suporte a memória, os costumes, as práticas e as relações socioculturais e religiosas, atentando-se às mutações decorrentes da expansão do agronegócio e da incorporação das tecnologias da informação e os impactos dessas mudanças.

No quarto e último capítulo, analisa-se as formas pelas quais os sujeitos se articulam para construir alternativas que possibilitem sua existência na terra, considerando que são as permanências e continuidades que moldam os modos de vida no contexto das inovações tecnológicas. Examina-se, assim, a (re)organização produtiva no Cerrado salgadense, decorrente do uso de novas tecnologias, aplicadas à atividade leiteira, bem como as táticas políticas adotados pelos sujeitos, para compreender as mutações nas práticas socioculturais, produtivas e religiosas, que se desenvolvem no lugar.

METODOLOGIA

A elaboração desta pesquisa foi um processo dinâmico que inclui buscas, reflexões, indagações e aproximações sucessivas de uma realidade que nunca se esgota, conforme escreve Minayo (2014). Esse processo é representado pela imagem da estrada (Figura 3), registrada em uma das 11 visitas de campo à Comunidade do Salgado e remete a trajetórias pessoais e acadêmicas, oportunizadas por esta pesquisa.

Figura 3: Caminhos do Cerrado que são também caminhos da pesquisa.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

A escolha dessa imagem significa (re)viver não só momentos da vida, mas também as sucessivas visitas à comunidade para adentrar à realidade dos sujeitos. A paisagem remete a um conjunto de sentimentos e sensações que têm acompanhado toda a trajetória da pesquisa, ainda que repletos de questionamentos, expectativas, motivações, alegrias, certezas e incertezas.

À primeira vista, pode parecer uma simples imagem, porém, para a pesquisadora a imagem possui significado simbólico, haja vista que marca (re)encontros com o objeto e com os sujeitos da pesquisa. Desse modo, esse caminho conta histórias de idas e vindas no campo da pesquisa, que se cruzam com parte da história de vida desta pesquisadora, nos tempos de escola, em que esses caminhos faziam parte do dia a dia, sob sol, ou sob chuva, na poeira, ou no barro, no lombo de um cavalo pelas estradas que talham a vegetação do Cerrado.

Assim, é gratificante pensar que a mesma estrada, no mesmo lugar, ainda que um pouco mudada, pois, já não existe o mato, as pitangas (*Eugenia calycina*), a mama cadela (*Brosimum gaudichaudii*), nem mesmo o sentimento de medo da onça, é essa estrada que, agora, ajuda a desvelar o lugar. Do mesmo modo, a paisagem da imagem também revela uma formação social da comunidade, que se transforma em lugar. Tratam-se de categorias da Geografia que possibilitam a análise dos modos de vida espacializados no Cerrado.

Para demonstrar essa possibilidade, esta pesquisa apoiou-se nas abordagens teóricas que concebem o lugar como um espaço vivido, em que as relações socioculturais, produtivas e religiosas moldam a vida cotidiana das famílias salgadenses, portanto, um espaço impregnado de significados, de experiências e de memórias. Logo, as paisagens, como ligação ao lugar e à realização dos modos de vida, refletem o processo de formação da comunidade, no qual podem-se identificar as camadas temporais, as tecnologias utilizadas, as práticas preservadas e as adaptações realizadas, para que as pessoas daquele espaço pudessem criar condições de permanecerem na terra de raiz.

Portanto, essas duas categorias – paisagem e lugar – forneceram à pesquisadora lentes que possibilitaram analisar os modos de vida nos vários contextos, assim como a relação sujeito/natureza. Desse modo, como mencionado, a figura 3 revela tanto a continuidade quanto as mudanças, que vão além dos aspectos visuais, pois adentra nas dimensões afetivas e sociais, refletindo as interações com a natureza e com os sujeitos.

Desse modo, aqui nesse espaço destinado aos caminhos da pesquisa, a imagem recupera as lembranças do contato para a perquirição de campo, e evoca os momentos de boas risadas, das histórias compartilhadas, sem pressa de se acabar. Igualmente, esse ambiente revela os momentos do almoço de domingo, do bolo quentinho com café, do gostinho da rapadura, do forró na venda, da visita ao cemitério, do retorno à igreja, do bate papo no terreiro, entre outros que não cabem neste espaço, mas que estão dispostos no desvelamento dessa comunidade, distribuídos nas discussões dos capítulos desta dissertação. Tudo é revelador, porque a pesquisadora está no espaço da vida.

Segundo Minayo (2014, p.42), o universo da pesquisa qualitativa é o cotidiano e as experiências, traduzidas pelos sujeitos que as vivenciam. Assim, o dinamismo da vida individual e coletiva representa uma realidade mais rica do que as teorias que

tentam explicá-la. Capturar a riqueza da realidade por meio da perspectiva dos sujeitos oportuniza a abertura para a diversidade e multiplicidade de interpretações. Ramires e Pessoa (2013, p.25) complementam, ao enfatizarem que o “[...] grande destaque é dado à interpretação do significado das ações sociais”.

Como toda pesquisa, esta também é constituída de um caminho (*Methodos*²) estrategicamente organizado. A imagem de abertura e seus significados apontam para o itinerário metodológico escolhido para a realização da pesquisa, que tem como eixo norteador os sujeitos e suas vivências e experiências. Dado ser o enfoque social, esse aponta também para a sua abordagem qualitativa.

Para adentrar à trama complexa do espaço vivido, a pesquisa de campo foi a técnica de análise utilizada para a apreensão da realidade, já que “uma das funções mais importantes é transformar as palavras e os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para concretização dos conteúdos” (Sotratti; Marafon, 2013, p.197).” Isso, porque oportuniza ao pesquisador interagir com os participantes da pesquisa ou objetos de estudo, tornando-se, segundo Silva e Mendes (2013), um procedimento apropriado para o estudo em comunidades tradicionais, principalmente no que tange aos aspectos socioeconômicos e culturais.

É profícuo sublinhar que o contato direto com a realidade permitiu a incorporação dos saberes locais nos processos de coleta, organização e análise de dados. Isso requer ponderar ainda que a pesquisa acompanhou a dinâmica e o ritmo de vida do lugar, o que significa dizer que a pesquisadora se manteve aberta aos imprevistos, às mudanças e às readaptações no processo, haja vista que o escopo deste estudo visa a produzir a interpretação que os sujeitos possuem do espaço de vivência em que estão inseridos.

Assim, ressalta-se que a pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, uma vez que, “por intermédio dela, é possível conhecer como as pessoas pensam, agem e no que acreditam, bem como são considerados seus valores, sentimentos e símbolos vivenciados no cotidiano” (Silva; Mendes, 2013, p.213). Nesse sentido, as entrevistas propiciaram obter informações empíricas sobre a identidade, a memória, o parentesco, a religiosidade, as percepções e os laços afetivos e culturais das famílias com o lugar “Salgado”, assim como maior interação pesquisadora/sujeito.

² *Methodos* vem do grego, formado por meta (“por meio de”) e por hodos (“via, caminho”).

Além de favorecer as incursões empíricas no cotidiano dos sujeitos, o trabalho de campo revelou a heterogeneidade da paisagem salgadense, a singularidade das condições naturais e a complexidade das práticas camponesas. Estar próximo dessa realidade permitiu capturar os elementos objetivos/visíveis como também os subjetivos, no tocante às sutilezas das resistências e ressignificações, por exemplo, no processo de fazer a carne de lata e ainda observar/respeitar o ciclo da lua ao fazer o plantio das culturas de terreiro.

Isso implica em dizer que a técnica aplicada à pesquisa capturou o(s) lugar(es) em que os sujeitos promovem ações contínuas nutridos no/pelo aspecto cultural, expresso nos elementos religiosos, nos costumes, nas tradições, nos saberes, nos fazeres, nas reciprocidades e nos significados que constituem o espaço vivido. A proximidade, nesse sentido, possibilitou transformar as experiências concretas em conteúdos, fortalecer a compreensão da realidade e ampliar a capacidade de análise das dinâmicas socioculturais e religiosas em suas “múltiplas dimensões”³.

As entrevistas foram direcionadas por meio da técnica “bola de neve”, tipo de amostragem não probabilística que utiliza informantes-chaves, chamados de “sementes”, que indicam outros participantes, sucessivamente, de acordo com o interesse do pesquisador ou até atingir o ponto de saturação, ou seja, momento em que as informações e os informantes passam a se repetir (Vinuto, 2014).

Nesse sentido, o ponto de saturação foi atingido na 42ª entrevista. Contudo, para alcançar esse ponto, foram entrevistados 38 sujeitos que vivem na comunidade e quatro que, atualmente, moram nas cidades de Quirinópolis e Rio Verde, mas possuem vínculos parentais e vivências sociais, políticas e religiosas no lugar. Os entrevistados são compostos por homes e mulheres e representam os jovens (acima de 18 anos), adultos e velhos.

Como forma de resguardar a identidade dos pesquisados e elucidar a inserção das entrevistas no texto, construiu-se um quadro com a identificação dos sujeitos participantes deste trabalho (Apêndice A). As entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos participantes, e o aparelho celular foi o recurso utilizado para a gravação. Somente um deles não se sentiu confortável em gravar a sua fala, então os registros foram feitos somente no caderno de campo.

³ As múltiplas dimensões captadas pelo trabalho de campo nesta pesquisa abrangem o social, cultural, religioso, econômico, espacial, histórico, ambiental e simbólico.

A escolha em trabalhar com sujeitos de tempos diversos se deve ao fato de que as reflexões nesse texto perpassam tempos, espaços, vivências e experiências distintas, para compreender os modos de vida dos Cabrais do Salgado. Essa diversidade possibilitou reviver a história de formação da comunidade, as adaptações, rupturas e ressignificações frente às novas tecnologias e práticas que a sociedade moderna disponibiliza. Esse movimento, que envolve percepções e compressões distintas do lugar, ajudou a entender como a comunidade absorve essas mudanças, ao mesmo tempo em que resiste e preserva aspectos de sua identidade, sobretudo, os lugares de memórias (igreja, escola, venda e campo de futebol), e das atividades que se manifestam nesses espaços.

Nesse escopo, as entrevistas foram realizadas com base em roteiro previamente elaborado, com questões que abarcam: história da comunidade e construção de paisagens; identificação e caracterização da propriedade, relações de trabalho, caracterização da família e relação parental e de vizinhança, aspectos culturais e políticos, e relação com o lugar, além de percepções. Cada tema abordado, durante as entrevistas, foi importante no sentido de orientar o diálogo, de modo a suscitar a memória dos entrevistados e motivar o aprofundamento das respostas. Pensando em tempos e sujeitos diversos, foi elaborado um roteiro semiestruturado para nortear o diálogo com idosos e adultos (Apêndice B) e outro com os jovens da comunidade (Apêndice C).

O trabalho de campo foi realizado a partir de 11 visitas à comunidade (Quadro 1). Em uma delas, a pesquisadora permaneceu durante dois dias no local, ocasião em que o almoço foi servido por uma família camponesa, e o pouso e a janta foram na casa de um tio da pesquisadora, que mora próximo à comunidade. Em várias moradias visitadas, a atenção se estendeu ao lanche servido. Em todas as visitas, as famílias demonstraram atenção e interesse em compartilhar suas experiências e contribuir para um entendimento mais profundo da comunidade.

Quadro 1: Relação das atividades de campo realizadas na Comunidade do Salgado

Data	Atividade
27/6/2023	Apresentação da pesquisa a algumas famílias e observação na comunidade;
3/9/2023	Visita à venda e ao cemitério; observação e realização de entrevistas na comunidade;
11/11/2023	Observação: participação de festa de aniversário realizada em uma residência; realização de entrevistas;
23/12/2023	Observação: participação de uma missa na capela da comunidade, seguida de almoço no barracão da igreja e realização de bingo;
10/2/2024	Observação: participação do forró na Venda “Cinco Irmãos” à noite e do torneio de futebol no campo de futebol da comunidade no período vespertino; realização de entrevistas na comunidade;
17 e 18/2/2024	Observação e realização de entrevistas na comunidade;
24/2/2024	Observação: participação de missa na capela e uma pamonhada em uma residência na comunidade; realização de entrevistas;
1º/5/2024	Observação e realização de entrevistas na comunidade;
4/5/2024	Observação e realização de entrevistas na comunidade;
1º/6/2024	Observação e realização de entrevistas na comunidade;
22/6/2024	Observação: participação de festa junina realizada na escola da comunidade.

Fonte: Trabalho de campo realizado no período de junho de 2023 a junho de 2024.

Além das visitas à comunidade, descritas no Quadro 1, foram realizadas visitas a duas famílias que moram em Quirinópolis e uma que mora em Rio Verde. Apesar de não morarem no Salgado, esses sujeitos foram indicados pelos entrevistados da comunidade por serem detentores de saberes profundos sobre o local, os quais possuem suas histórias de vida enraizadas no lugar. Visitou-se, também, a Prefeitura de Quirinópolis, especificamente a Secretaria do Meio Ambiente, para dialogar sobre os aspectos legais dos sepultamentos realizados em áreas rurais.

É preciso, aqui, abrir um parêntese e dizer que os sujeitos pesquisados anunciam a sua realidade lentamente. Logo, deve-se ter em mente que seu espaço, seus valores, seus sentimentos e sua compreensão dos objetivos da pesquisa vão se construindo nas relações e interações constituídas a partir de sucessivos diálogos. Sob tal perspectiva, cada visita produziu descobertas que se traduzem em conhecimentos sobre a realidade estudada, de maneira que justifica as várias incursões ao campo, o que significa abrir possibilidades de descrever a vida social e espacial sob a perspectiva dos membros da comunidade.

No contato direto com os sujeitos, via trabalho de campo, além das entrevistas, elaborou-se um croqui da comunidade e realizou-se observações participantes, uma técnica indispensável para a coleta de dados. Essa abordagem permitiu, por meio dos sentidos, a partir do método da percepção, captar informações acerca da realidade observada, haja vista que a pesquisadora conseguiu “[...] ficar tão próximo quanto um

membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” Lakatos (2003, p.194). Nessa atividade, incluiu-se a ordenha das vacas, o trato dos animais, as festas e os momentos religiosos.

Gil (1989) enfatiza que se trata de uma participação real, de determinadas situações, as quais possibilitam o pesquisador vivenciar um pouquinho do que a comunidade realiza para viver. Desse modo, a técnica foi empregada durante as entrevistas, nos eventos comunitários, quando se buscava melhor compreensão da realidade envolvida, no tocante ao cotidiano e à paisagem (bens e objetos que compõem o espaço rural).

Nesse sentido, é premente destacar que, foi necessário, em cada lugar visitado, olhar, descrever, analisar, ponderar, comparar e refutar generalizações, pois a terra, a família, o trabalho, as instituições religiosas e de lazer revelam relações com o outro, com o sagrado, com a cultura e com a natureza. Essas relações demonstram a complexidade das dinâmicas que estruturam o modo de vida da comunidade, ultrapassando leituras reducionistas ou homogêneas, tendo em vista que tais relações decorrem de lógicas sociais próprias daquele campesinato.

Para maior efetividade, a observação participante apoiou-se em roteiro previamente elaborado (Apêndice D), colaborando para que o olhar e as percepções caminhassem alinhados aos objetivos da pesquisa. Acrescenta-se, ainda, que, em todas as visitas, o caderno de campo de capa azul tornou-se inseparável para o registro das informações, explicações, descrições e observações.

O uso da fotografia também foi uma técnica bastante utilizada neste trabalho, tendo em vista sua capacidade de registrar a compreensão do fenômeno social observado e de levar ao leitor detalhes importantes da comunidade e dos sujeitos, como ilustração e complemento do texto. É oportuno explicar que as imagens foram produzidas durante as visitas de campo, depois, arquivadas e selecionadas, antes e durante a elaboração do texto escrito, de forma que ampliam a capacidade de informar.

Assim, ao longo da escrita da dissertação, foi-se ampliando a compreensão da realidade objetiva e subjetiva sobre a comunidade. Essa concepção apoia-se no argumento de que a imagem “[...] condiciona perspectivas epistemológicas também diversificadas, que partem da confluência de que a expressão visual é uma das formas de se criar e reproduzir a sociabilidade humana” (Oliveira; Castro Junior, 2019, p.61). Assim, elas carregam significados culturais de uma construção dos próprios sujeitos,

ou seja, da forma que organizam e interagem socialmente e culturalmente com a natureza.

Ainda, para ampliar as discussões e complementar as informações obtidas com as técnicas de entrevistas e a observação participante, aplicadas na pesquisa de campo, foi incluída, também, a pesquisa documental. Com essa técnica, foi possível acessar álbuns de família e o caderno de registro da comunidade religiosa, os quais retratam momentos importantes da história da referida comunidade, como os rituais religiosos e a construção da igreja. Esses registros, juntos às fotografias, compõem os escritos deste trabalho, que, associado às percepções, demonstram como as interações sociais se estruturam e como as tradições culturais são expressas ao longo do tempo.

Silva e Mendes (2013, p.210) mostram a importância desse tipo de pesquisa, haja vista que “os documentos podem dizer muito acerca dos princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e as relações entre diferentes grupos”. De fato, o emprego desse procedimento permite incursão em outras épocas e, somados a outras técnicas, possibilitaram observar as mudanças e permanências de práticas socioculturais e religiosas ao longo do tempo, complementando as abordagens teóricas e empíricas.

Tomando os argumentos de Minayo (2014), com relação ao processo de pesquisa e sua dinâmica, no curso da pesquisa, entendeu-se que era necessário, para compreender os processos históricos de (re)ocupação da área que corresponde à comunidade, pesquisar em documentos dos cartórios para se identificar as formas pelas quais a Família-Tronco Cabral adquiriu as terras. Pelo fato de a memória dos pesquisados não alcançar o período que se registra os Cabrais no município de Quirinópolis e a carência de bibliografias que trata dessa família no início do século XIX, solicitou-se, em 8 de dezembro de 2023, junto ao Cartório de Registros de Imóveis e 1º Tabelionato de Notas em Quirinópolis, uma busca da cadeia dominial de uma das propriedades do Salgado até a primeira transcrição.

Em 14 de fevereiro de 2024, o cartório emitiu certidão, na qual consta que as terras foram adquiridas por Jorge Ferreira Cabral, a título de divisão judicial, em 12 de dezembro de 1957, quando ocorreu o primeiro registro dessa terra no cartório. Como o objetivo era retornar ao século XIX, e nesse período Quirinópolis era distrito de Rio Verde, recorreu-se ao Cartório de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas e Tabelionatos de Protestos - Comarca e Município de Rio Verde-

GO, porém a informação recebida era de que todos os documentos e processos de imóveis, com o desmembramento de Rio Verde em 1943, foram encaminhados a Quirinópolis.

Recorreu-se ao Fórum - 2ª Vara Cível da Comarca de Quirinópolis, e buscas minuciosas foram feitas nos livros de registros, porém, nada foi encontrado. Como se trata de um período em que Quirinópolis era distrito de Rio Verde, solicitou-se ao Cartório de Rio Verde, uma nova busca da cadeia dominial até a primeira transcrição, de outra propriedade do Salgado, localizada no município de Rio Verde. A Certidão de Transcrição, emitida em 26 de junho de 2024, registra que a terra foi adquirida em divisão judicial em 3 março de 1958 e homologada na Comarca de Quirinópolis.

Desse modo, retornou-se ao Fórum - 2ª Vara Cível da Comarca de Quirinópolis para novas buscas nos livros de registros, também nada foi encontrado. No entanto, há um registro de uma Ação Divisória em uma ficha datilografada⁴, em que constam os nomes de Agostinho Ferreira Cabral e Jorge Ferreira Cabral, que, possivelmente, refere-se às terras pesquisadas. Contudo, as terras não constam no Livro de Registro, no qual indicaria o número da caixa e o número do processo para se solicitar o desarquivamento. Com a autorização da 2ª Vara Cível, a pesquisadora fez buscas no arquivo morto, começando pela caixa nº 1, mas, devido ao tempo de pesquisa e ao número grande de caixas-arquivos, não foi possível concluir tal busca.

Ainda, foi realizada uma pesquisa na Paróquia Nossa Senhora das Dores, em Rio Verde, em 13 de dezembro de 2023, objetivando colher informações (certidão de casamento e batismo), todavia, segundo a secretária do expediente paroquial, os registros foram digitalizados e, por falta de informações, como nome completo, CPF ou nome de pai e mãe, não houve resultados. Tentou-se no cartório de registros Cível em Quirinópolis, contudo, também não foi permitido o acesso da pesquisadora aos livros de registro, visto que as informações buscadas só poderiam ser consultadas a partir de dados pessoais.

Diante do tempo de pesquisa e da demanda de recursos financeiros, essa pesquisa não pôde ser concluída. Portanto, não se tem clareza se existiam outras propriedades e como foram adquiridas antes dos registros paroquiais, feitos em

⁴ Esta ficha está arquivada em uma caixa que contém várias outras que tratam de Ações Divisórias de terras do município de Quirinópolis, nos períodos da segunda metade do século XX. Com as informações dessas fichas, é possível localizar no Livro de Registros o número do processo e da caixa na qual estão arquivadas as informações.

cumprimento à Lei de Terra nº 601 de 18 de setembro de 1850, que indicam, sobretudo, se a (re)ocupação ocorreu por posse ou sesmaria.

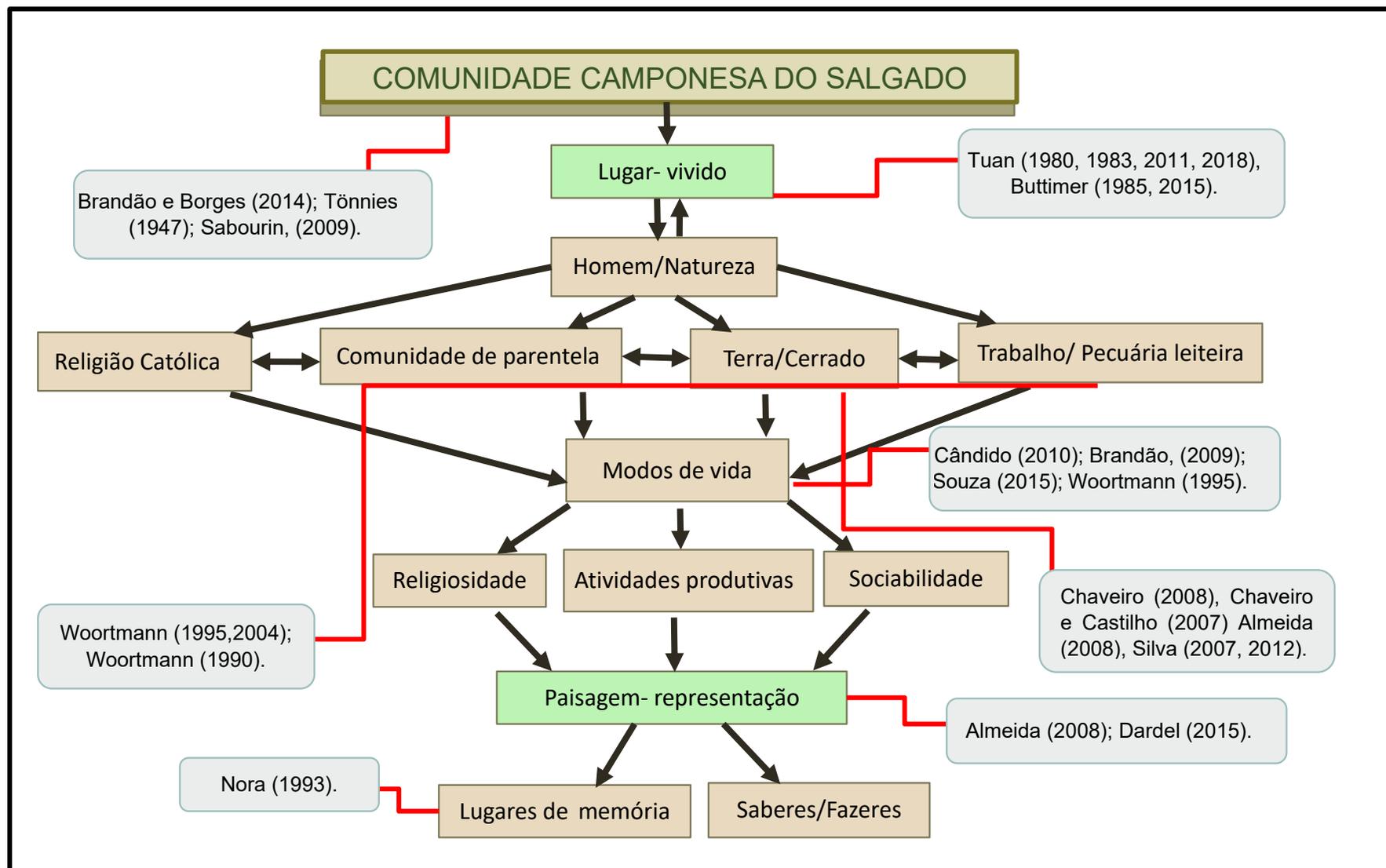
Desse modo, evidencia-se que a pesquisa científica é um processo que consiste em uma combinação particular entre teoria e informações primárias, pensamento e ação, conforme expõe Minayo (2014). Nesse sentido, para compreender a dinâmica do espaço geográfico estudado, nos quatro capítulos da dissertação, articulou-se teoria e empiria para se processar e entender as singularidades inerentes ao lugar e às suas paisagens, o que implicou, logicamente, em uma reflexão teórica-metodológica por parte da pesquisadora.

Assim, o acervo bibliográfico compõe o corpo teórico-conceitual da pesquisa, tendo em vista que norteia o estudo em cada etapa. Isso porque, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.183), a junção teoria/conceito coloca o “[...] pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, quer gravadas”.

Sendo assim, a leitura teórica envolveu revisões da literatura relacionadas às categorias lugar e paisagem, aos conceitos de comunidade, terra, trabalho, família, cultura, campesinidade, *habitus*, lugares de memória que estão presentes no diálogo entre o debate teórico e empírico (Figura 4). Os textos que subsidiaram o estudo foram consultados em livros, artigos científicos publicados em revistas e periódicos, teses e dissertações. A base teórica aplicada às vivências dos sujeitos da comunidade do Salgado se articula à empiria, na escrita deste trabalho, conforme a lógica apresentada na figura 4.

A partir da aplicação do método apresentado nesta pesquisa, ao adotar um referencial teórico e um conjunto de procedimentos que permite capturar o que se ouve, o que se vê e o que se sente tornou-se possível apresentar os modos de vida da Comunidade Camponesa do Salgado. Essa abordagem resultou na construção de uma análise reflexiva e detalhada sobre as dinâmicas socioculturais, religiosas e produtivas que caracterizam o cotidiano dos povos do Cerrado no recorte do estudo.

Figura 4: Esquema da abordagem teórica aplicada à pesquisa.



Fonte: Elaboração: Martins, Gladis Cabral (2024).

1 A LEITURA DO LUGAR SALGADO: PROCESSOS DE (RE)OCUPAÇÃO DOS CERRADOS

Salgado é o nome dado a uma das centenas ou milhares de comunidades camponesas enclavadas no Cerrado, geralmente em áreas afastadas das grandes cidades. São compostas por famílias que vivem do trabalho na terra, e mantêm estreita relação com a natureza, reconhecendo-a como fulcro do ciclo humano da “vida à morte⁵”.

Dentre tantas, está a Comunidade do Salgado, fixada em uma porção do Cerrado goiano, a noroeste do município de Quirinópolis. A comunidade é constituída por uma parentela que descende da Família-Tronco⁶ Cabral, que, por sua vez, de um dos grandes latifundiários que migraram do início do século XIX. Esse grupo familiar constrói o território e desenvolve seu modo de vida, a partir da relação com a natureza, sobre uma terra concebida como “dom de Deus”, em um processo que vai demandar a produção de conhecimentos, habilidades e, também, o estabelecimento de relações socioculturais.

São saberes e fazeres ancestrais, construídos socialmente, nessa parte do Cerrado goiano que, associado ao Sagrado, vão garantir o sustento e a continuidade da reprodução de sua descendência por meio da propriedade privada, legitimada pelas possibilidades de abrir a mata, plantar, colher e construir o lugar da vida, patrimônio da família no lugar “Salgado”.

Assim, a leitura do lugar “Salgado”, proposto neste capítulo, busca dar visibilidade ao processo de construção do território⁷ salgadense, elaborado por uma parentela específica que ocupa áreas cerradeiras e ali desenvolvem seus modos de vida intrinsecamente ligados ao processo de produzir natureza, fortemente enraizado à sua cultura. Isso inclui trazer à tona os processos vividos, como o desenvolvimento de técnicas, conhecimentos, habilidades e, também, o estabelecimento de relações socioculturais.

⁵ Expressão utilizada por Cabral 06 (Entrevista, 2023) ao enfatizar a importância dos elementos naturais do Cerrado, e que tomaremos emprestados durante este trabalho.

⁶ Família-Tronco ou Casa-Tronco é uma definição que Woortmann (1990) utiliza ao referir-se à família original, aquela que, em determinado espaço, dá origem às gerações subseqüentes.

⁷ O território, nesse texto, em razão da abordagem, atribui centralidade às relações que o grupo social desenvolve com o seu espaço e as estratégias que estão contidas no movimento social, é entendido como apropriação subjetiva (cultural e simbólica), como definida em uma das vertentes de Haesbaert (2004). Para esse autor (2005), essa apropriação simbólica relaciona-se ao processo de construção do território, no qual o espaço é dotado referenciais simbólicos indispensáveis à manutenção da cultura.

Nessa lógica, tais elementos se apresentam como centrais para a análise da forma como os sujeitos organizam suas vidas, possibilitando, nos primeiros tempos, não apenas abrangência em termos de área, mas, primordialmente, a produção/reprodução da vida nas várias dimensões (sociais, culturais, econômica e política) e a territorialização do grupo social.

Ao longo desse processo, o esforço coletivo do grupo social em (re)ocupar o espaço e usar os recursos (físicos, materiais e sociais), significados são incorporados culturalmente pelo trabalho e pelas relações sociais, reafirmando a relação com a terra/natureza e o qualificando como território, pois inclui a demarcação simbólica do espaço.

Este capítulo recupera a história de formação da Comunidade do Salgado, a partir do “lugar”, como forma de acessar o contexto em que surgem e se desenvolvem os modos de vida do grupo social que ali se instala. Retomar esse processo, constitui um recurso metodológico para tratar de outras problemáticas, como o uso e a propriedade da terra, bem como os processos de territorialização de uns e desterritorialização de outros.

Nessa propositura, a imersão histórica traz à baila o processo histórico de (re)ocupação⁸ das terras cerradeiras no Sudoeste goiano, em específico do município de Quirinópolis, forjado pelos processos políticos e sociais imbricados à história da expansão das fronteiras no Brasil, no qual, destaca-se a propriedade privada da terra, como um mecanismo promotor do desenvolvimento dos modos de vida cerradeiros.

Nesse sentido, a categoria de análise geográfica escolhida como necessária para essa discussão é o lugar e não o território culturalista, embora entende-se que há fortes ligações entre esses dois conceitos, visto que se apresentam as relações socioculturais dessa população nesse espaço chamado Salgado.

Desse modo, não é possível versar sobre a terra sem dar relevância ao seu caráter articulador das relações socioculturais e produtivas. São costumes e tradições e os saberes/fazeres que se manifestam na produção dos meios de vida e da religiosidade. Do mesmo modo, não é possível abordar a terra sem dar relevância ao trabalho (expressão da cultura) como mediador na relação com a natureza, um dos

⁸ Considerando o período histórico, nesse trabalho utiliza-se o termo “(re)ocupação” por entender que antes da chegada da família “Cabral” nessas terras, assim como em todo o Sudoeste goiano, as terras já eram ocupadas pelos *Kayapó*. Entretanto, não há informações que possam esclarecer como se deu o processo de encontro dos fazendeiros com os primeiros habitantes das áreas que correspondem ao município de Quirinópolis.

pontos fortes para a compreensão das territorialidades salgadenses. Expõe-se, ainda, que a vida, no início dos tempos, emana dentro de um sistema patriarcal traduzido nos modos de vida que emergem de um primeiro movimento sociocultural, orientado pelas instituições família e igreja, que serão resgatadas e interpretadas no capítulo 3 desta pesquisa.

Assim, apresenta-se o lugar e a formação da identidade sociocultural a partir da caracterização do contexto histórico (processos vividos) e a definição dos modos de vida, como escolha teórico-metodológica para se compreender as particularidades inerentes às formas pelas quais as atividades (sociais e produtivas) humanas interagem com o Cerrado e moldam a identidade sociocultural da comunidade.

1.1 Origem e formação sociocultural da Comunidade do Salgado: raízes históricas

É inegável que a constituição da Comunidade do Salgado não pode ser interpretada com base apenas na contemporaneidade. Ela é um produto histórico, combinado por processos sociais e políticos. Portanto, o tempo e o espaço são elementos indispensáveis e indissociáveis na construção da narrativa histórica e social, de modo que o tempo pretérito influencia o modo de vida daquele povo, fixado em uma porção do Cerrado, cujas características físicas conformam um cenário que traduz as vivências das famílias ali enraizadas.

Esta pesquisa inspira-se na obra de Cândido (2010), “os parceiros do Rio Bonito”, em que o autor recupera a formação histórica da cultura caipira⁹ paulista, como forma de acessar os modos de vida dessa população. Desse modo, propõe-se também fazer esse caminho, por se considerar que esse processo corrobora com os objetivos do presente trabalho. Além disso, esse retorno coloca à frente dessa pesquisadora sua própria origem, tornando esse processo um deleite que ultrapassa o campo acadêmico.

Nessa perspectiva, Tuan (2011, p.12) orienta que, para fazer esse movimento, é necessário considerar o espaço, o tempo e o lugar, haja vista que estes são

⁹ O termo “caipira”, utilizado pelo sociólogo Antônio Candido, significa um modo de vida característico de um grupo de pessoas que viviam em pequenas comunidades rurais no interior de São Paulo e outras regiões do Brasil, e mantinham um modo de vida tradicional e simplificado, que valorizava a solidariedade e a cooperação entre os membros da comunidade. Para ele, a cultura caipira é a expressão da identidade brasileira.

conceitos indissoluvelmente ligados. O autor, ainda escreve que, “o lugar é uma pausa no movimento”, porém esse exige estudar o tempo e o espaço. Do contrário, o geógrafo corre o risco de apartar-se da realidade vivida.

Brandão (2009, p.29-31), ao pesquisar o mundo rural, também adota a concepção de tempo e espaço. Em sintonia com os pensamentos de Yi-FU-Tuan (1983), Clifford Geertz (1989), João Guimarães Rosa (1983), Martin Heidegger (1992) e Milton Santos (1999), Brandão conclui que o tempo e o espaço são dimensões da existência humana: um arranjo efêmero e mutável, um contexto que torna possível o acontecer da vida.

Desse modo, para acessar o “lugar” que expressa a vida como ela é, seguir-se-á as pistas de Tuan (2011) e Brandão (2009). Essa ideia justifica-se, uma vez que a Comunidade do Salgado é um espaço condicionado a uma sucessão de fatos tecidos pelos sujeitos há sete gerações, criando manifestações e práticas sociais e culturais estabelecidas no cotidiano dos que vivem no lugar.

Tomando como fundamento as discussões sobre os processos históricos de formação da comunidade em estudo, no que concerne ao tempo, sublinha-se que não é possível precisar com exatidão sua origem, pois as fontes de informações para essa abordagem são limitadas, seja porque não há registros históricos abundantes ou mesmo por remontar a tempos imemoráveis, cujo período não abarca a memória dos entrevistados. Logo, torna-se difícil registrar, de forma precisa, fatos e acontecimentos que permearam a história mais antiga que deu origem à Comunidade do Salgado.

Assim, toma-se como ponto de partida, a pesquisa de Martins e Rossi (2014), realizada na região administrativa do Salgado. Os autores apontam que o surgimento da comunidade salgadense se deu aproximadamente no início do século XIX, com base nos relatos de Rafael Vieira Cabral (Rafaelim), Manoel Sebastião Cabral, Sebastião Jacinto Vieira (Tião Totó) e Rafael Gabriel Cabral, descendentes da família Cabral. Ressalta-se, contudo, que esses entrevistados já são falecidos.

A partir desses relatos, Martins e Rossi (2014) registram que o início da (re)ocupação da área que constitui a comunidade em estudo ocorreu a partir da chegada da família de José Cabral e seus três filhos José Cabral Filho, Joaquim José Cabral e Anicésio José Cabral, dando origem à família “Cabral”, conhecida tradicionalmente no município de Quirinópolis e Rio Verde. Martins e Rossi (2014) não conseguiram precisar sobre as condições que levaram essa família a fixar moradia

naquele espaço, mas consideraram possível que a família Cabral tenha feito parte dos fundadores de Quirinópolis.

Essa sugestiva é ratificada pelos registros de Sagim Junior e Sagim (2000), ao mencionar que José Cabral, apesar de doente, exerceu a função de zelador da primeira Capela de Quirinópolis, construída de madeira no início da segunda metade do século XIX¹⁰. Azevedo (2010) e Parreira e Mattos (2010), reforçam a tese ao escreverem que Anicésio José Cabral e Joaquim José Cabral fizeram parte da comissão construtora da nova Capela Nossa Senhora D'Abadia do Paranaíba, cuja pedra fundamental foi doada por Joaquim José Cabral em 1913. Interessante que essa pedra foi transformada em um nicho, e nele, foram depositados documentos oficiais do povoado daquela época, e então, enterrado embaixo do altar da igreja como pedra fundamental.

Desse modo, Parreira e Mattos (2010) esclarecem que Anicésio José Cabral e Joaquim José Cabral ocupavam a função de fabriqueiros¹¹ junto à comissão nomeada pelo Bispo D. Eduardo Duarte e Silva, em 19 de março de 1905. Segundo Parreira e Mattos (2010), a comissão tinha a responsabilidade de angariar donativos e proceder a escolha do lugar para edificar a nova capela, às margens do córrego Cruzeiro, afluente do rio das Pedras, conhecida, atualmente (2024), como Igreja Mãe ou Velha Matriz da Paróquia Nossa Senhora D'Abadia de Quirinópolis.

Embora as referências bibliográficas não forneçam informações sobre a instalação da família Cabral no município, é possível arrazoar que a história de (re)ocupação da área que corresponde à comunidade se cruza com a história da origem de Quirinópolis em 1832. Desse modo, entende-se que a Comunidade do Salgado pode ser compreendida dentro do contexto histórico municipal.

Silva (2010) colabora com essa reflexão, ao salientar que a formação do município de Quirinópolis se deu, quando os primeiros desbravadores, constituídos por famílias tradicionais ligadas ao domínio de grandes latifúndios, vindos de Minas

¹⁰ De acordo com Sagim Junior e Sagim (2000), antes de construir a primeira Capela, os fiéis eram atendidos pelo vigário da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Rio Verde, em um rancho de palha. Mais tarde, construiu-se a Capela junto ao afluente do rio das Pedras, que passou a se chamar córrego Capelinha. Com a edificação desta, funda-se o Povoado de Capelinha, no qual José Cabral, nomeado pelo pároco da Capela de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde foi um dos zeladores.

¹¹ Fabriqueiro refere-se à pessoa encarregada em administrar os recursos da igreja (arrecadação das receitas e quitação de dívidas) e zelar do patrimônio e conservação de alfaias e paramentos (objetos e utensílios *litúrgicos*), devendo inventariar todos os anos (Zanon, 2009).

Gerais, somaram-se àqueles que, advindos de outras regiões em busca de trabalho, a princípio na atividade agrícola, fixaram moradias e instalaram grandes fazendas.

Segundo D'Abadia (2010) e Azevedo (2010), nesse período, as ocupações do Sudoeste goiano, em específico de Quirinópolis, foi incentivada pela isenção de impostos pelo então governo provincial da época, Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, por um período de 10 anos, conforme estabelecido:

pela Lei de nº. 11, de 05 de setembro de 1838, o Governo provincial isentou, pelo espaço de 10 anos os habitantes que viessem estabelecer na região do Sudoeste de Goiás, do pagamento de Dízimos de miúças e impostos da criação do Vacum e Cavalos (Cunha Neto apud Neves, 2012, p.16).

Assim, pode-se entender que o processo de (re)ocupação de Quirinópolis¹², está estreitamente ligado à história da (re)ocupação do estado de Goiás no século XIX, período marcado pelas imigrações, em decorrência do esgotamento do ouro, o incentivo do governo provincial da época, visando atender aos interesses da Coroa Portuguesa em explorar as terras do interior do Brasil e pela vacância da legislação fundiária, justificada pelo apossamento, conforme salienta Silva (2000) em sua dissertação intitulada Terra “sem lei nem rei”: Goiás (1822-1850).

Nessa época, Rio Verde e Jataí emergem como principais núcleos formados pelo processo de migração interna, caracterizados pela transição da mineração para a pecuária. Esse período da história remete ao regime do Padroado¹³, instituído no Brasil Imperial (1822-1889), responsável por promover a (re)ocupação dos territórios por meio de políticas públicas para a produção agrícola e a criação de rebanho.

O processo migratório chama a atenção para o movimento de diversos sujeitos, haja vista que essas grandes áreas do Sudoeste, consideradas quase desconhecidas e vazias, tinham donos, identificados como *Kayapó*, de acordo com Saint Hilaire (1937) e Palacin (1992). Portanto, nesse processo, é imprescindível ponderar que

¹² Para saber mais sobre a (re)ocupação do município de Quirinópolis-GO, ver Neves (2012) “A formação do espaço urbano de Quirinópolis: uma possibilidade histórica de 1832 a 2010”.

¹³ O Padroado foi um o regime que remete ao período da colonização portuguesa, imbricado pela união Estado e Igreja, mediada de direitos e obrigações de ambas as partes. Nesse sistema, ao Estado cabia, entre outras funções, fiscalizar impostos, fundar cidades, construir igrejas e nomear bispos e outros integrantes da hierarquia eclesiástica. Já a Igreja era responsável pelo estabelecimento das normas e a propagação da fé. Os párocos acumulavam funções espirituais e civis “[...] já que o registro paroquial funcionava como registro civil, comprovando nascimentos, casamentos e óbitos” (Lima, 2014. p.51). Essa relação assegura não só a ocupação de território, mas a expansão e a manutenção da fé Católica, que passa a construir uma territorialidade a partir da atuação das Bandeiras, tendo como mecanismo estruturante a religiosidade, perceptível nas práticas culturais, sobretudo das comunidades locais culturalmente enraizadas, como pode ser observado neste trabalho.

nesse movimento houve encontros com outras realidades, não obstante, caracterizados por inegável violência.

Destarte, não dá para desconsiderar essa realidade, tampouco admitir o termo ocupação¹⁴. É um entendimento que vai além do simples olhar sobre a ocupação de imigrantes sobre os territórios já existentes. Vista por outro ângulo, essa ocupação pode revelar uma situação de expropriação dos indígenas da terra, um panorama no qual parece mais coerente utilizar a palavra “(re)ocupação”. Portanto, a julgar o movimento histórico ocorrido em Goiás, na primeira metade do século XIX, e os registros que evidenciam os Cabrais no município de Quirinópolis, estes podem ser entendidos, neste estudo, como também uma das famílias de latifundiários que possivelmente empurra a fronteira de ocupação para dentro de terras dos *Kayapó* e as (re)ocupam.

Desse modo, tal proposta atraiu fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo, já que o Sertão de Goiás também era possuidor de terras férteis para a agricultura, como enfatiza Azevedo (2010). Além da posse da terra, os fazendeiros também viram a oportunidade para a criação de gado, uma atividade que exigia “[...] menor quantidade de capital financeiro e trabalho para a sua ocupação” (Neves, 2012), assim como poderia ser praticada em terras menos férteis.

Para Azevedo (2010), em Quirinópolis, as famílias estabelecem-se nas proximidades na Serra da Confusão do Rio Preto, especificamente, nas imediações do córrego Água Limpa e do Rio São Francisco. Os “fundos de vales e veredas do município”, segundo Santos (2010), foram escolhidos por serem locais que ofertavam recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas e sociais.

De acordo com Fonseca (2010), os primeiros desbravadores do município de Quirinópolis foram beneficiados pelo sistema de concessão de sesmarias¹⁵ e, portanto, nada mais eram do que posseiros e donos de fazendas doadas pelo Império.

¹⁴ Problematização feita com base no texto de Palacin (1992) “A ausência do índio na memória goiana”. Esse escrito, faz críticas à ausência de referências indígenas, face a sua presença maciça no século XIX em Goiás, e apresenta a questão moral e de desprezo à cultura como fatores colaborativos para essa realidade. Notoriamente, a reflexão permite contrapor o conceito de ocupação, pois parece que essa ideia ignora a presença dos *Kayapó* nessa área de estudo.

¹⁵ Sesmaria, de acordo com Nozoe (2006), é um Instituto Jurídico básico que consiste na prática de doação de lotes de terras, instituído no reinado de Fernando I (rei de Portugal) como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo das terras ermas, transposta para terras brasileiras. Iniciada com a constituição das capitânicas hereditárias em 1534 e abolida em 1822 com a Independência. Durante todo período colonial, foi o principal meio legal de obtenção de terras rurais e seu título de propriedade. As concessões eram feitas àqueles que alegavam condições para explorá-las. Os beneficiários, por sua vez, ficavam obrigados a atender às exigências da Coroa, dentre elas, medir e demarcar as sesmarias, sob pena do comisso e até a reversão das terras.

Santos e Santos (2015), ao estudar a origem da região da Cachoeirinha do Rio Preto, que faz limite a Leste do Salgado, mencionaram que os primeiros habitantes a fixarem residência naquela área vieram do estado de São Paulo ainda nos primeiros anos do século XIX. Os autores defendem que,

a posse de vastas áreas de terras devolutas era a alternativa decorrente naquele período para iniciar o processo de ocupação, haja vista que eram vastas áreas comunais e sem legalização jurídica de posse e sem uma referência de valor venal. A posse, mesmo não sendo um processo de garantia legal da terra, expressava uma forma comum de ocupação e o domínio de grandes áreas, com extensões e limites aleatórios, fatos que tornaram objetos de grandes litígios entre os primeiros habitantes que constituíram residências fixas na cachoeirinha do Rio Preto e no Município de Quirinópolis (Santos; Santos, 2015, p.42).

Diante desse argumento, acredita-se que essa pode ser a realidade da Comunidade do Salgado, cujas fontes registram a presença dos Cabrais no município de Quirinópolis, entre as décadas de 1830 -1850, período no qual começa a se formar a sociedade agrária no Sudoeste goiano.

As lembranças alinhavadas entre a memória e o lugar permitem que os sujeitos guardem as histórias contadas e ouvidas, dando suporte à ideia de apossamento, como evidencia o relato:

[...] de primeiro tinha os grandes, depois foi chegando outros e apossando. Era muita terra, né? Naquela época, prantava o de comê durante o ano. Não tinha aquela divisão, o cara chegava e ia apossando. Não existia essa documentação que tem hoje (Cabral 02, Entrevista, 2024).

Nessa perspectiva, alguns moradores antigos afirmam que as áreas de domínio não eram claras, porque não havia cercas de arame para delimitar as propriedades. Segundo os informantes mais velhos, as posses eram demarcadas pelos acidentes geográficos (rios, córregos e serras). Os limites convencionais para conter o gado eram do tipo valo, faxina ou cultivos como de abacaxis e gravatá do Cerrado (*Bromelia goyazensis Mez*).

Isso aqui era tudo livre, depois que pegô a ficá mais véi é que pôis divisão. Foi véi lá do Quirinope, um tal de João Sivirino que dividiu isso aqui. Era uma fazenda só! Nós ia pegá vaca parida lá pertim do Ri Verdi. Aqui por perto morava o finado João Rosa, o Gustim véi, não tinha divisa. O gado ficava onde queria, era tudo junto. Separava pela marca das pessoa. Tinha vaca que subia a serra, buscava parida, já tava com o bizerão grande lá pertinho do Ri Verdi. Cê chegava a ver marca da vaca, punha na estrada, triero. Nesse tempo era só triero memo di gado, num tinha estrada nenhuma, só di carro de boi pra i pro Ri Verdi (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Naquele tempo, ninguém sabia ao certo as dimensões de suas áreas, e não era necessário, pois o uso da terra era comunitário, e envolvia acordo tácitos entre as famílias no uso da água, das pastagens e das terras de cultura. Desse modo, as dimensões das propriedades eram orientadas pelas dimensões das áreas em que as condições sociais e materiais permitiam o uso.

Assim, essa forma de limites propiciava ampliar a área para demarcação, de modo que os desmembramentos das propriedades matrizes eram objeto de demandas, que, não raro, acabavam por se resolver no confronto armado, conforme escreve Fonseca (2010) e Santos e Santos (2015). Entretanto, não há relatos que evidenciam processos litigiosos que implicam a questão da terra no Salgado.

Ademais, esses limites não fazem parte apenas da memória dos entrevistados. O valo (Figura 5), existente na proximidade da serra do Salgado, testemunha o processo de construção do território nos primeiros tempos. Entretanto, não há registros bibliográficos nem a sinalização dos informantes quanto aos arranjos sociais econômicos que impetraram a construção.

Figura 5: Vista parcial de um valo existente dentro da propriedade dos herdeiros de Sebastião Vieira Cabral. Este valo rasga desde a borda da Serra do Salgado até um pequeno afluente da margem direita do córrego Salgado. Suas dimensões estão alteradas em razão do processo erosivo causado em grande parte pela água da chuva. Como consequência, há pontos de assoreamento e pontos de afloramento do lençol freático.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Antes de pensar o apossamento no município de Quirinópolis, é preciso considerar que os registros das posses/sesmarias em Goiás somente se efetivam com

o Decreto Imperial nº 1.318, de 1.854, que regulamenta a Lei de Terra nº 601, de 18 de setembro de 1850, o qual faz um chamamento àqueles que detinham terras para as declararem na paróquia à qual pertenciam. No entanto, como não existia o povoado de Quirinópolis, os registros das propriedades ficavam a cargo da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde e as transcrições eram feitas pelo vigário Pe. Serafim José da Silva, que atuou de 1845 até a sua morte em 1885 (Campos, 1971).

A pesquisa produzida por Campos (1971), intitulada “Rio Verde histórico”, apresenta a transcrição de registros de três propriedades em nome da família Cabral. Embora a questão fundiária não fosse o objeto central dos seus estudos, os registros, apesar de sucintos, acenam para o fato de que a propriedade privada no Salgado era legalmente registrada em meados do século XIX.

O Registro nº 08, de 26 de junho de 1857, das fazendas Rio Preto e Bebedouro, em nome de Francisco José Cabral, versa que a terra da primeira fazenda possuía quatro léguas¹⁶ de comprimento e duas de largura e fora adquirida de Francisco Ferreira Coelho. A outra, com quatro léguas de comprimento e uma de largura, fora adquirida de João Pinto dos Santos.

Ainda, o Registro nº 30, de 26 de dezembro de 1857, refere-se à fazenda Talhada, de propriedade de José Antônio Cabral. Nele, consta que a fazenda, com duas léguas de comprimento e duas de largura, fora adquirida por meio de compra dos herdeiros de Joaquim Martins Lourenço. Já no Registro nº 31, de 26 de dezembro de 1857, consta que a fazenda Rio Preto fora vendida para Antônio José Cabral.

Pode-se, assim, inferir que as fazendas que compõem os registros aqui mencionados fazem parte da Comunidade do Salgado. Por outro lado, não se pode afirmar que o processo histórico de (re)ocupação e formação da comunidade pode estar ligado, inicialmente, à concessão de sesmarias ou à posse por ocupação simples de terras devolutas, haja vista que os registros das herdades agrícolas assinalam a movimentação de compra e venda.

Com base em Luz (1982), observa-se que as dificuldades quanto à compreensão das formas de aquisição de terras no município de Quirinópolis e na comunidade em estudo podem residir nos embaraços gerados pelas políticas de terras, instituídas no Brasil em 1850, como tentativa de o governo coordenar a

¹⁶ Com base na tabela de conversão de medidas do IBAMA (2000), a primeira propriedade que Francisco José Cabral adquire corresponde a 28.800 hectares ou 5.950,41 alqueires. A segunda propriedade adquirida possuía 14.400 hectares ou 2.975,2 alqueires. Tabela disponível em: https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/engenhariarural/TERESACRISTINATARLEPISSARRA/Conversao-Tabelas_Conversoes.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

propriedade fundiária¹⁷. Isso, porque, de acordo com a autora, se por um lado a política de terras visava a proibir a aquisição de terras devolutas por outra forma, a não ser de compra, legitimação das posses e revalidação das sesmarias. Por outro, os donos de terra (posseiros/sesmeiros) preferiam deixar a situação irregular, uma alternativa que possibilitaria a anexação de novas áreas.

Aliados à falta de interesse dos fazendeiros, acrescenta-se, ainda, a falta de recursos tecnológicos, mão de obra qualificada e o alto custo como obstáculos à demarcação das terras. Nesse sentido, a legalização das propriedades se deu “[...] posteriormente, através de “brechas” na legislação: os cartórios locais aceitavam, por exemplo, os contratos de compra e venda dessas terras, que se tornavam, dessa forma “legalizadas” (Luz, 1982, p.28), enfim, um imbróglio que impacta o entendimento quanto às reais formas de aquisição de terras no Sudoeste goiano, quiçá no município de Quirinópolis.

Para vislumbrar esse contexto, basta direcionar o olhar às transcrições dos registros paroquiais do município de Rio Verde, aludidos por Campos (1971), os quais, ratificam a compra e a venda de terras como uma prática fortemente relatada entre 1856 e 1860, questão essa também vislumbrada por Luz (1982). De acordo com suas análises, 76% das propriedades registradas assinalam a aquisição por compra, enquanto apenas 12% foram registradas como posse. Apesar desses dados, a pesquisadora conclui que os pioneiros eram grandes latifundiários que se apossaram de extensas glebas de terras, legalizadas por meio da movimentação comercial¹⁸.

Diante desse contexto, ressalta-se que esta pesquisa não objetiva discutir acerca da política de terras em Goiás, tampouco na estrutura fundiária de Rio Verde, tema amplamente abordado na dissertação de Luz (1982). O que se pretende é valer-

¹⁷ De acordo com Luz (1982), a implementação da política de terras não garante, nesse período, o controle do Estado sobre situação fundiária no Brasil, tampouco o apossamento de terras devolutas e as compras e vendas de forma irregular que já era uma realidade instalada. Em Goiás, até o final do período imperial, a posse é quase o único título de propriedade, pois não havia interesse em adquirir terras por meios legais, tendo em vista os altos custos. A lei continuaria sendo burlada e as terras devolutas ocupadas de forma ilegal, conforme a demanda das atividades econômicas, garantindo a concentração da propriedade fundiária. Para saber mais sobre as políticas de terras no Brasil, em específico em Goiás, ver Luz (1982). A sua pesquisa esboça a configuração legal e a burocracia, que acaba por implicar na consolidação da estrutura fundiária de Goiás. Para tanto, a autora perpassa por um conjunto de políticas de terras (Lei nº 601 de 1850; Lei nº 28 de 1893 e Lei nº 131 de 1897). O estudo transcorre o período de 1850 a 1910 e tem como foco os municípios de Goiás, Rio Verde e Morrinhos.

¹⁸ O alto índice de terras adquiridas por compra em Rio Verde revela que a mercantilização da terra esteve presente desde os primeiros tempos. A razão para isso está no desenvolvimento da economia comercial (Luz, 1982), demonstrando que a terra naquele período possuía outro valor, não representava “patrimônio da família”, mas um objeto de exploração econômica, diferente do ocorrido na área pesquisada, como será observado nos próximos capítulos.

se desse subterfúgio do governo para elucidar o esboço burocrático em que se ancora a visão dessa política no Sudoeste goiano, ocorrida no período oitocentista e os seus efeitos nas formas de aquisição da terra. Logo, presume-se que, no Salgado, os pioneiros sejam posseiros/sesmeiros, muito embora a propriedade privada tenha-se formado por compra e venda, como demonstram os registros já mencionados.

Assim, as considerações tecidas até aqui se alinham e sustentam a ideia de que a origem da Comunidade do Salgado pode ter ocorrido com a chegada da família de José Cabral ao povoado de Nossa Senhora D'Abadia ou Capelinha, primeiros nomes dados a Quirinópolis antes de ser elevado às categorias de distrito e depois município. Essa família foi atraída pela oportunidade de conseguir uma porção de terras, já que o governo provincial estaria oferecendo subsídios às famílias que tinham condições de desbravar as terras e cultivá-las.

Essa articulação, promovida pelo Estado, permite compreender que o território salgadense se origina das relações de poder, tendo em vista que se revela na apropriação do espaço, por meio da formação das primeiras propriedades rurais dos pioneiros membros da família Cabral, deliberados na forma de concessão de impostos/sesmarias. Essa, então, pode ser considerada a primeira concepção de território, que, na visão de Raffestin (1993), é definida e delimitada a partir das relações de poder exercidas por sujeitos ou grupos sintagmáticos.

Porém, supõe-se que a família não se instala nas áreas próximas ao povoado que se erguia, deslocando-se para o noroeste do município, nas áreas que formam a margem esquerda do Rio Preto, especificamente às margens do córrego do Salgado, ainda sem nome na época, dando origem à Comunidade do Salgado. Desse modo, a família expande suas áreas de domínio, conforme as possibilidades de trabalho, definida pelo número de membros que a família possuía.

Quanto à origem da família, Martins e Rossi (2014) encontraram divergências nos relatos dos entrevistados, os quais apontam como possível origem Minas Gerais e São Paulo. As pesquisas de Santos (2012) também apontam que os pioneiros vieram dos dois estados. Não se trata aqui de discutir a origem do pioneirismo, mas de identificar a família que deu início à ocupação e à história de vida do/no lugar. Quanto à área (re)ocupada pela família naquela época, Martins e Rossi (2014) salientam que correspondia a:

[...] uma extensa faixa de terra que compreendia não somente a região do Salgado, mas toda a extensão de terras desde as bordas da serra da Cachoeira, as áreas no entorno do córrego Salgado e também do Rio Preto, ultrapassando os limites políticos territoriais do município de Quirinópolis, abrangendo também parte do município de Cachoeira Alta e Rio Verde, “num total de 20 léguas, o que o tornava um dos maiores proprietários de terras do município [...]” (Martins; Rossi, 2014, p.527-528).

De forma simbólica, a presença histórica e territorial da família Cabral está registrada no trecho do “Hino da Família Cabral”¹⁹ escrito por Márcio Cabral. Esse fato explica a existência de famílias Cabrais nas imediações da Comunidade do Salgado que compreendem os municípios de Rio Verde, Cachoeira Alta e, ainda, a região da Cachoeirinha do Rio Preto no município de Quirinópolis

Entretanto, é importante salientar que esses municípios ainda eram distritos do município de Rio Verde. De acordo com Santos (2010), Quirinópolis foi elevada à categoria de cidade, desmembrando-se do Município de Rio Verde em 1943, pelo Decreto Lei nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, e Cachoeira Alta foi elevada à categoria de município pela Lei nº 775 de 24 de setembro de 1954.

As grandes dimensões das terras também são evidenciadas nas falas dos entrevistados, Cabral 06 e Cabral 05 (Entrevista, 2023), ao rememorarem os tempos de seus pais e avós. Eles contam que as terras da família eram grandes extensões a perder de vista, mas, com o tempo, foram divididas, com as gerações que se sucederam até chegar à atual configuração. Para contextualizar a lógica que implica o tamanho das propriedades ao longo do tempo, Cabral 06 explica que:

[...] antigamente as fazendinhas era maior que hoje, porque hoje o povo aumentô muito, teve que diminuí as fazendas, quer dizer, a terra não diminuiu, mais é, o sitio diminuiu né? Porque aqui tem um, ali tem otro, lá se tem otro moradô. Igual naquele tempo não, cê achava um moradô aqui, o outro, se dobrava o espigão pra chegá na casa do outro né? Era poca gente. [...] porque era mais vazia né? Os moradô era mais longe um do otro, aí agora vai aumentano os moradô, parece que a terra vai diminuino, mais a terra é a mesma, né? Porque só aumentô a divisão (Cabral, 06 Entrevista, 2023).

Esse contexto da divisão das terras demonstra que o território projetado pela política de (re)ocupação do estado, ao longo do tempo, resulta no desmembramento forjado pelo processo de descendência, instituído desde os primeiros tempos do Salgado. As grandes propriedades foram se transformando em pequenas

¹⁹ A letra do hino compõe a epígrafe dessa dissertação.

propriedades, as quais correspondem, em geral, entre 2,5 e 10 alqueires, algumas até menores que 1 alqueire, realidade que contraria o imaginário social dos mais velhos.

Martins e Rossi (2014) escreveram que as terras de José Cabral foram divididas, e cada filho ocupou uma área, dando origem a três ramificações que estruturam a base familiar do Salgado, como mostra o quadro 2, elaborado pelos autores (2014). Confirma-se, assim, que a (re)ocupação dessa porção do Cerrado Goiano se deu aos moldes da (re)ocupação do município, ou seja, por famílias tradicionais, ligadas ao domínio de grandes títulos. Realidade irrefutável da estrutura fundiária brasileira, sucedida pela falta de controle do Estado sobre a apropriação da terra²⁰.

Quadro 2: Família de José Cabral: Pioneiros da região do Salgado no século XIX.

Filhos de José Cabral	Netos de José Cabral	Área de ocupação
José Cabral Filho	Francisco Antônio Cabral	Margem direita e esquerda do córrego do Salgado
	José Antônio Cabral	
Joaquim José Cabral	José Joaquim Cabral	Margem direita e esquerda do Rio Preto (Família Cabral Quito)
	Manoel Joaquim Cabral	
	Antônio Joaquim Cabral	
	Justina Joaquim Cabral	
	Ana Joaquim Cabral	
Anicésio José Cabral	Joaquim Anicésio Cabral	Região da Cachoeirinha do Rio Preto
	José Anicésio Cabral	
	Francisca...	
	Purcina...	
	Ana...	

Fonte: Martins e Rossi (2014), adaptado por Martins, Gladis Cabral (2024).

Conforme informações do Quadro 2, as extensões de terra de José Cabral ultrapassam a Comunidade do Salgado, abrangendo os municípios de Cachoeira Alta, Rio Verde e, no município de Quirinópolis, a região administrativa denominada Cachoeirinha. Os estudos de Santos e Santos (2015) corroboram as afirmações de Martins e Rossi (2014), ao descreverem que Anicésio José Cabral, em meados de

²⁰ De acordo com Luz (1982, p.29), a falta de controle do Estado sobre a ocupação das terras brasileiras foi responsável por gerar a estrutura fundiária brasileira. De tal modo, que gerou excessos caracterizados “[...] pelo tamanho excessivo das propriedades, muito além do que o requerente poderia aproveitar; concentração de várias propriedades nas mãos de uma só pessoa – que requeria em seu nome, no de sua mulher, no de seus filhos, em datas e lugares diferentes; compra e venda das terras doadas ou herdadas, que se tornaram, frequentemente um negócio lucrativo”.

1850, foi patriarca das famílias Cabral e Goulart da região da Cachoeirinha. Essas evidências demonstram o papel central desempenhado pela família na dinâmica da ocupação e organização territorial dessas localidades.

Contudo, apesar de cada filho ter ocupado uma área, conforme apresentado no Quadro 2, Martins e Rossi (2014) esclarecem que:

A maior parte das famílias descendentes de Antônio Cabral e Francisco Antônio Cabral concentrou-se nas terras que compreendem as microbacias dos Córregos Salgado e Guerreiro, próximas à Serra da Cachoeira, onde hoje está localizada a Escola Custódio Antônio Cabral. Já as áreas que compreendem as microbacias dos Córregos Galho, Serrinha e Carreiro foram povoadas pelos descendentes de Anicésio José Cabral e Joaquim José Cabral (Martins; Rossi, 2014, p.528).

As considerações de Martins e Rossi (2014) demonstram que não há limites precisos em termos de ocupação das áreas descritas, haja vista que as três ramificações de José Cabral se misturaram ao longo do tempo, por meio da endogamia, ou seja, dos casamentos entre primos, prática muito comum na época, como aponta a pesquisa de Martins e Rossi (2014) e comprovada por relatos colhidos durante a pesquisa empírica.

Contudo, os sujeitos que vivem no lugar não fazem referência a essas ramificações, de forma que a narrativa presente no discurso é única e carregada de orgulho quando dizem: “aqui é parente, tudo é Cabral”, não importam os limites administrativos municipais. Interessante pontuar que “os de fora” (E. Woortmann, 1995), ou seja, aquelas pessoas de outras famílias que contraíram casamento com membros da família “Cabral”, ou mesmo que conhecem ou frequentam o lugar, também possuem a mesma narrativa.

Para exemplificar, registra-se a fala de uma moradora da região vizinha, que participava do forró, uma festa ocorrida no mês de maio de 2023, na venda localizada na comunidade. Segundo ela, no Salgado é tudo parente, tem que ter cuidado até para conversar e falar de alguém, porque pode estar falando de um parente. Ela sorridente, ainda diz que naquela festa ela e a amiga que a acompanhava eram “intrusas”²¹, pois não eram “Cabral”.

²¹ A palavra “intrusa”, utilizada pela moradora vizinha à comunidade, não se refere ao sentido restrito da palavra “entrar num lugar sem ser convidado”, mas, sim, no sentido de expressar que naquele lugar, considerado território de parente, ela se considerava uma exceção por não pertencer à linhagem Cabral.

Aqui, é importante abrir um parêntese para a ideia de delimitação da comunidade, haja vista que o controle sobre os seus domínios fica perceptível quando tais limites são anunciados naturalmente, em falas como “o limite do Salgado é onde a família está”. Designar quem é parente e quem é de fora demonstra que os camponeses exercem o movimento de inter-reconhecimento de que fala K. Woortman (1990) e de quem reafirma os delineamentos de seu lugar de vida e trabalho.

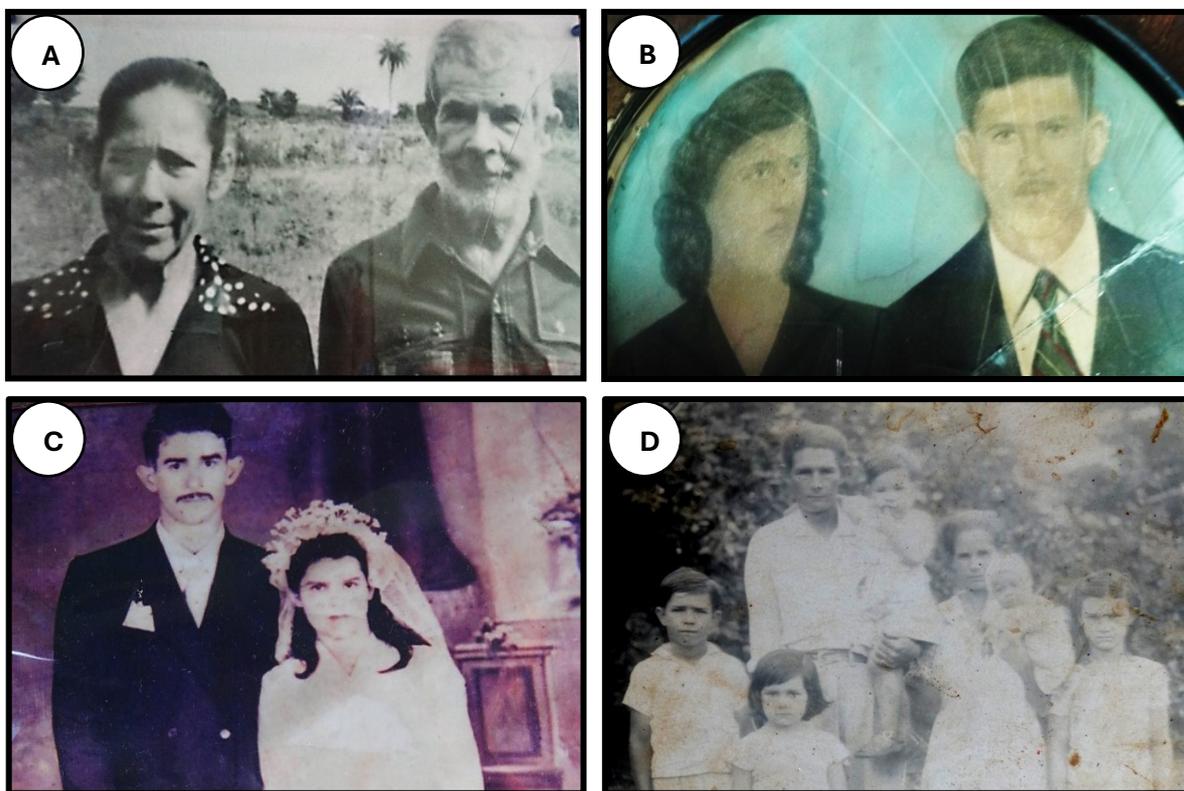
Sem muito esforço, os próprios sujeitos justificam a concepção de território no sentido da apropriação subjetiva de que fala o geógrafo Haesbaert (2004), dando suporte às reflexões aqui tecidas. Desse modo, entende-se o território do Salgado como dimensão simbólica, e, portanto, fruto de apropriação simbólica percebida e delimitada pelos sujeitos a partir da identificação dos espaços vividos, especialmente pelo grupo de parentes.

Desse modo, leva-se em conta, nesse estudo, o Sr. José Cabral e esposa como a Casa-Tronco, ou família original, como define K. Woortmann (1990), que constituíram suas vidas, o trabalho e as relações socioculturais nesse lugar, e, portanto, de quem originariam os descendentes que ainda vivem no lugar nos tempos hodiernos. As entrevistas, possibilitaram listar o nome de seis famílias que seriam as ramificações da Casa-Tronco, consideradas pelos entrevistados como as principais que deram origem às famílias que vivem na comunidade.

Enfatiza-se que não se tem a pretensão de fazer uma genealogia das famílias salgadenses, pois não é foco deste estudo. Contudo, com base na pesquisa de Martins e Rossi (2014) e nos relatos de campo, anuncia-se que os nomes, possivelmente, correspondem à 5ª geração da família Cabral, nascidos na primeira metade do século XX.

Destacam-se, portanto, João Gualberto Cabral e Longuinha Maria de Jesus (Figura 6-A); Sebastião Pereira Cabral e Laudemira Vieira Cabral (Figura 6-B); Afonso Pereira Cabral e Alzira Joana Cabral (Figura 6-C); Valdemar Vieira Cabral e Luiza Leopoldina Cabral (Figura 6-D); João Rosa Vieira e Orcelina Leopoldina Cabral; Sebastião Vieira Cabral e Margarida Vieira Cabral.

Figura 6: Principais ramificações da Casa-Tronco no Salgado - (A) Longuinha Maria de Jesus (†) e João Gualberto Cabral (†); (B) Laudemira Vieira Cabral (†) e Sebastião Pereira Cabral (†); (C) Afonso Pereira Cabral (†) e Alzira Joana Cabral (†); (D) Valdemar Vieira Cabral (†) e Luiza Leopoldina Cabral



Fonte: Martins; Rossi (2014).

A origem da família Cabral chama a atenção para o patriarcado do início do século XX, desvelado na obra de Cabral (2014) “Esperando Prestes”, a qual, por meio de um romance ficcionista, conta a história da vida de famílias simples do interior de Goiás (Rio Verde). Nele, o autor apresenta a mulher camponesa como uma figura associada ao ambiente doméstico e de oração, devendo se comportar, portanto, de forma recatada e submissa à autoridade do pai ou do marido. Consideradas como seres fracos, eram incentivadas a serem esposas, donas de casa, e ainda uma boa parideira, para, assim, garantir ajuda na lida, sobretudo do marido.

Entretanto, isso não significa que essa realidade esteja alinhada ao papel da mulher na comunidade do Salgado nesse período, pois, de acordo com os estudos de Samara (1993), compreende-se que a atribuição da mulher dentro da família pode variar, conforme a natureza do sistema patriarcal e da divisão de trabalho, criados entre o marido e a esposa, já que a família não pode ser considerada uma estrutura estática, dentro dos processos de transformações sociais, econômicos e políticos.

Desse modo, é necessário um estudo específico acerca dessa temática, para que se possa compreender, de forma específica, as relações complexas que se

estabelecem no dia a dia no interior das famílias da Comunidade do Salgado. Contudo, essa constatação não invalida as concepções de família patriarcal, sobretudo em sua origem, que atravessam tempos e ainda deixam as suas marcas na constituição das famílias.

Na aceitação de que José Cabral é a Casa-Tronco, entende-se que, entre a ocupação das terras e a formação da Comunidade do Salgado, reside um processo de produzir natureza que resulta na construção da paisagem camponesa e no fazimento do lugar, por meio da apropriação material e simbólica do espaço, concebido nos modos de vida – social, produtivo e religioso – estabelecidos no lugar.

Na lógica do capital, a concepção de natureza está dissociada do homem, no entanto, neste texto, pauta-se em um posicionamento teórico-filosófico e metodológico, influenciado pela corrente de pensamento da Geografia Humanista, que busca apreender a percepção que os sujeitos do Salgado têm de natureza, considerando suas práticas sociais e produtivas.

Assim, à luz de Gonçalves (2006), Barbosa (2006) e Springer (2010), a natureza, neste estudo, é entendida como “construída”, tendo em vista que esses autores defendem a ideia de natureza como um conceito condicionado ao homem, à cultura ou ao grupo social em determinado tempo e espaço. Portanto, a maneira como o sujeito ou o grupo social a concebe tem relação direta com suas percepções, valores e atitudes no mundo vivido.

Esse posicionamento parte da reflexão de Tuan (1980), ao construir o pensamento teórico-geográfico na identificação das atitudes dos sujeitos diante da natureza. Para evidenciar tal postura, o autor concentra esforços na definição da percepção, dos valores, das atitudes e da visão de mundo²² que os sujeitos possuem em relação à natureza. Imbuído dessas reflexões, o referido autor conclui que a cultura está inserida na complexidade humana, de modo que essa seria a responsável pela

²² **Percepção** é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem **valor** para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. A **atitude** é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências. As crianças percebem, mas não têm atitudes bem formadas, além das que lhe são dadas pela biologia. As atitudes implicam experiência e uma certa firmeza de interesse e valor. As crianças vivem em um meio ambiente; elas têm apenas um mundo e não uma visão do mundo. A **visão do mundo** é a experiência conceitualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social (Tuan, 1980, p.4-5, grifos meus).

produção do conceito de “natureza”. Noutras palavras, a natureza seria, então, uma construção cultural a seu tempo.

Dentro dessa complexidade, o pesquisador inclui não apenas as relações sociais, econômicas, políticas, entre outras, mas também as capacidades biológicas como responsáveis por determinar as relações homem/natureza. Isso significa que os sujeitos são influenciados pela cultura, bem como pelas concepções individuais, cravadas nas emoções e nos sentimentos, em que pese, em grande medida, o lugar e o território. Tais observações admitem o geógrafo Tuan (1980) considerar a natureza não somente como formas físicas, mas a partir da percepção dos sujeitos quanto ao espaço construído e vivido.

Nesses moldes, a natureza não é pensada apenas como um espaço natural (ecossistema) com predominância dos aspectos bióticos (fauna/flora) e abióticos (água, solo, relevo, atmosfera), tampouco o homem como um ser superior que a domina, tornando-se detentor dos bens naturais. “A natureza torna-se parte das pessoas, parte da cultura e das formas de pensamento e desenvolvimento habitual dos lugares e territórios” (Barbosa, 2006, p. 225). Ao entender a ação dos sujeitos na natureza, mediada pelo trabalho como cultura, percebe-se que a natureza, no Salgado, está conectada à história da família Cabral e às suas manifestações culturais.

No Salgado, essa conexão se afirma, entretanto, nos usos que os sujeitos fazem da natureza (solo, vegetação, água, relevo), podendo ser observadas a partir da toponímia e da paisagem, por exemplo, como uma referência que remete aos designativos geográficos socioculturais e físicos enunciados no plano vivido.

1.2 Entre experiências e vivências: o desvelamento do lugar

A elucidação do Salgado vai se construindo à medida em que o lugar vai sendo revelado, e é nessa perspectiva que as reflexões aqui se deleitam. Importa enfatizar que a construção da narrativa parte das experiências, das vivências e da memória daqueles que vivem e compartilham o mesmo espaço territorial, tornando-o “lugar da vida” (Carlos, 2007), “mundo vivido” (Buttimer, 1985), “lugar da existência” (Relph, 1979) e “lugar da experiência” (Tuan, 1983), entre tantas definições utilizadas por inúmeros autores que se debruçam a discutir o lugar na perspectiva da vivência.

Essa abordagem permite afirmar que o lugar é constituído de heterogeneidades, formadas por múltiplas camadas de significados e percepções, usos e vivências coletivas, as quais advêm de diferentes atividades, dinâmicas socioculturais, histórias e memórias que se sobrepõem e interagem, definindo o lugar como espaço complexo e singular.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que o “[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (Relph, 1979, p.16-17). Assim, pode-se concluir que o lugar é subjetivo. Eis, textualmente o pensamento de Tuan (2018), ao ponderar que o lugar é:

[...] o passado e o presente, estabilidade e realização. Uma consequência importante do movimento ecológico e da crise de energia é nos fazer perceber que o espaço já não é uma imagem precisa de nossa terra lotada; o lugar é. A Terra não é apenas uma rampa de lançamento para o espaço ou para sonhos de expansão interminável. É o lar humano, no esquema cósmico das coisas (Tuan, 2018, p.14).

Nessa concepção, o lugar em si é constituído e ordenado, “[...] pela combinação específica de variáveis, representadas por seu meio ecológico, pelas possibilidades técnicas disponíveis e desenvolvidas, pelas relações sociais estabelecidas e pelos padrões culturais próprios” (Nór, 2013, p.123). Nesse viés, o lugar é construído pelo cotidiano das pessoas, ou seja, pelas relações sociais, culturais, naturais e econômicas, e torna-se um espaço cujas referências pessoais, os valores e a afetividade direcionam as diferentes formas de perceber e de construir essa porção do espaço geográfico.

Desse modo, compreende-se que é nesse espaço cotidiano que se constitui o lugar dos sujeitos, seja no trabalho, lazer, estudo, convivência familiar, pelo qual tem-se afetividade, enfim, é o lugar/tempo em que se constrói uma história. Nele estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e de constituir o espaço.

Vê-se, portanto, que, na trajetória histórica da relação com uma porção do Cerrado goiano, os camponeses do Salgado constroem suas bases culturais, edificadas pelos saberes e fazeres cotidianos, pelas formas de expressão e pelos lugares. Nessa trama do vivido, a natureza é transformada em “fragmentos e sistemas

da cultura” (Brandão, 2009), representado por um universo simbólico compartilhado pelo grupo social que ali se formou no início do século XIX (Martins; Rossi, 2014).

Na trama da vivência, com seu caráter geracional e sua trajetória histórica da relação com a natureza, os sujeitos criam e recriam suas bases culturais, gerando um sentimento de identidade. Assim, pode-se compreender que, na produção desses bens, que incluem os saberes tradicionais, rituais, festas, celebrações, dentre outros, está enlaçada a construção do lugar. Nesses termos, a cultura imaterial pode ser concebida como um processo dinâmico, cuja continuidade reiterada no tempo e no espaço depende da ação do grupo que a detém.

Cabe inferir, portanto, que, no bojo desse processo, está a lógica do lugar que, segundo Tuan (1983), é um espaço constituído a partir da relação do sujeito com o meio ambiente. Para o autor, esse processo torna o espaço familiar às pessoas, logo, submerso nas experiências e significados, passando a adquirir o formato de lugar. Desse modo, o espaço é considerado pelas experiências vividas e pela realidade percebida por meio da subjetividade. No campo desse discurso, é oportuno trazer as contribuições de Carlos (2007), que concebe o lugar como:

[...] produto das relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O indivíduo pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida (Carlos, 2007, p. 22).

As definições da autora admitem considerar que o plano do vivido da comunidade está submerso em conteúdos abstratos, que permeiam o universo das relações sociais e culturais, os quais dão significados ao espaço. Nesse sentido, corrobora Brandão (2009, p.21), ao compreender o lugar como um cenário, constituído muito mais de símbolos do que de elementos físicos. Ele explica ainda que “símbolos é aquilo através do que transformamos um solo de terra em chão de sentidos, e algumas pedras em um alicerce humano de identidades”.

Nesse pensamento repousa-se o Salgado, um espaço, (re)ocupado, nomeado e construído sob a mesma base familiar, cujas terras foram transformadas pelos sujeitos em um chão de sentidos, entendido por Brandão (2009) como “substâncias de nossos atos”. Buscando uma lógica coerente, o pesquisador, propõe pensar que essas “substâncias”, podem ser transformadas “[...] em gestos tornados nomes,

palavras, desenhos, preceitos de vida, gramáticas do conviver, sistemas de imagens, de ideias, ideologias, ideários, imaginários” (Brandão, 2009, p.21).

Para ilustrar essas ideias de Brandão (2009), recorre-se a Mello (2007) para trazer como exemplo a toponímia da comunidade, a qual, de acordo com o pesquisador, guarda significados que, por sua vez, estabelecem conexão entre o lugar e tempos pretéritos. A toponímia pode ser considerada “substância”, transformada em nome, e como tal, carregada de simbolismos, memórias, resistências, intimidades, entre outros aspectos subjetivos atribuídos ao seu significado, e, portanto, conforme Corrêa (2003), uma importante marca cultural, que será desvelada no próximo capítulo.

Avançando um pouco mais, pode-se entender que as “substâncias dos nossos atos” se encontram fundidas nos modos de vida de um grupo social específico, ou, como diz Souza (2015), nas “especificidades da existência camponesa”, traduzidas em cultura, como bem expressa Brandão (2009). Essa ideia orienta-se no diálogo que Brandão (2009, p.24) estabelece com Geertz (1989), o qual, de forma resumida, expressa que cultura é o “[...] contexto que torna possível o próprio acontecer humano na e como sociedade”, para tanto, lócus de “mistérios, magias e simbioses” (Seamon, 2013, p.4).

Desse modo, cumpre enfatizar que, na Comunidade do Salgado, as “substâncias” (Brandão, 2009) podem ser traduzidas nas histórias, nos laços afetivos, nas vivências e nas trajetórias individuais e coletivas, construídas no dia a dia, colocando em cena eventos que assinalam períodos pretéritos, o que torna possível ligar as manifestações sociais e culturais à origem comum, ou seja, fundada na família “Cabral” e em suas experiências.

Na relação com a natureza, representada pelas escarpas íngremes da Serra do Salgado, pelos vales, pelas veredas, pelos córregos Salgado, Guerreiro e Rio Preto e pela abundante vegetação, essa família edifica a existência do grupo social que se tornará mais tarde uma comunidade de características singulares.

Dessa (re)ocupação, forma-se a base cultural do Salgado, cujas manifestações e modos de produzir e organizar o espaço, desenharam os usos que se fazem do patrimônio imaterial e sua relevância para a memória e a identidade da comunidade, que se mantém no lugar ao longo de sete gerações. Assim, torna-se substancial destacar que os agricultores, em tempos pretéritos, e os produtores de leite, hodiernamente, estão territorializados por laços de consanguinidade, parentesco,

vizinhança, confiança, amizade e solidariedade²³, em associação com a terra, adquirida por meio de heranças. Essa compreensão está ancorada no recorrente discurso dos entrevistados, “aqui tudo é parente, tem pouca gente que não é, mas antigamente era”.

Vale ressaltar que essas formas de organização da sociedade, de acordo com Cândido (2010, p.28), “[...] se caracterizam, inicialmente, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos que dispõem para satisfazê-las”. Com base no pensamento desse pesquisador, é possível pontuar, então, que a formação da “teia” cultural, que caracteriza o lugar “Salgado”, pode estar ligada às condições que a comunidade, iniciada na primeira metade do século XIX, dispunha para ter acesso a terra, ao trabalho, às relações sociais de produção e à religiosidade, permitindo, assim, a produção dos meios de vida.

Na concepção de Cândido (2010), entende-se que a terra e as relações familiares (parentesco, vizinhança e compadrio), no contexto do plano vivido, podem ser consideradas como recursos que a comunidade camponesa provinha para a elaboração dos sistemas culturais (material e imaterial) que caracterizam o Salgado.

No entanto, afirma-se que, mesmo depois de quase dois séculos da (re)ocupação, esses recursos se caracterizam como “forças vitais”, pois compõem como estratégias de uso e de controle dos sistemas socioculturais e produtivos.

É por meio desses recursos que os sujeitos se reconhecem e se identificam com aquela área específica do Cerrado, sobretudo porque há nítidas referências que podem ser traduzidas na família e representadas pela terra e pelos lugares de memórias e vivências. Por outro lado, a natureza das necessidades supera aquela que fora moldada nas formas mais rústicas das técnicas e nos modelos relacionais empreendidos pelos camponeses de outrora na interação com a natureza.

Esses recursos, são considerados por muitos estudiosos, entre eles Souza (2015), Claval (2007), Cândido (2010), E. Woortmann (1995) e Tönnies (1947), como base fundamental na constituição das comunidades rurais. Esses elementos, segundo os teóricos, são responsáveis por promoverem a coesão do grupo e as relações de reciprocidade²⁴, condições necessárias para que a comunidade atravesse gerações,

²³ A comunidade é constituída do mesmo tronco familiar, e mesmo que hoje haja algumas famílias que adquiriram propriedades a partir de compras, muitas delas pertencem à mesma árvore genealógica, enquanto os poucos que não estão ligados por laços consanguíneos, os vínculos são estabelecidos pela fé, por meio do compadrio, e demais práticas religiosas e de amizade.

²⁴ Reciprocidade é definida como um princípio de troca mútua, em que uma ação gera uma

como ocorre no Salgado. Cabe ressaltar que essa ideia será abordada de forma específica mais adiante.

Souza (2015) trata a questão do parentesco, como “especificidade dos vínculos territoriais”. Para ele, essas especificidades são importantes mecanismos que, ao mesmo tempo que sustenta o sentimento de apego ao lugar, permite que a comunidade sobreviva às grandes transformações socioculturais, incluindo os casamentos fora do parentesco e as vendas das propriedades para sujeitos de outras famílias.

No Salgado, essas especificidades são responsáveis por preservar algumas práticas sociais, religiosas e produtivas que ainda permanecem coletivas, como os bailes/forró, jogos de futebol, novenas, celebrações, missas, pamonhadas e a festa junina. Caracterizadas por serem atividades de sociabilidade e de cooperação entre as famílias, essas práticas revelam ainda os saberes/fazeres como irredutibilidade e, muitas vezes, assumem movimento próprio, caracterizando as especificidades, permitindo que os sujeitos organizem o território de acordo com suas demandas.

Considerando as relações familiares e de parentesco como especificidades, entende-se que a comunidade rural é detentora de rica cultura que reflete na sua identidade, tradições, hábitos e costumes, fundamentados na ancestralidade e nos valores morais e éticos, ligados, sobretudo, à religiosidade católica. Assim, esse grupo de pessoas, composto por famílias que vivem e trabalham na terra herdada, estabelece relação simbólica com o lugar, revelada principalmente na relação com a terra, com o trabalho, com a natureza, com a família/parentes e com a religião.

No que tange à apreensão/percepção dos elementos simbólicos e significativos do Salgado, por sua vez, esses estão condicionados ao “acontecer” (Brandão, 2009) no lugar. Para vislumbrar, recorre-se ao romance ficcionista escrito por Cabral²⁵ (2014), que, utilizando-se de um recorte da história política do Brasil, ligado ao tenentismo denominado de Coluna Prestes, do século XX, traz à baila a questão da

expectativa, e respectivamente um retorno, não necessariamente de forma imediata ou equivalente em valor, que vai “[...] além das prestações materiais, ela assegura uma produção de valores sociais e simbólicos [...]” (Sabourin, 2011, p.37), condição essencial para a qualidade das relações entre as pessoas.

²⁵ Isaac Pires Cabral é escritor regionalista, pertencente à família “Cabral” do Salgado. O autor escreveu o romance “Esperando Prestes”, no qual usa nomes de famílias e cenários reais representativos das comunidades rurais do interior de Goiás. Apesar de ser um romance ficcionista, o enredo permite compreender como os sujeitos do seu tempo eram conduzidos pelos seus modos de viver e perceber o mundo, diante das mudanças que o Brasil estava experimentando. Essa percepção é oportuna, porque o autor desenvolve a trama a partir de contextos reais.

família e da religião. O enredo remete à origem do povo goiano, em especial à comunidade rural localizada no município de Rio Verde, próxima à Comunidade do Salgado, as quais, segundo ele, estavam presas a princípios morais e religiosos.

Apesar de ser um misto de realidade e ficção, a obra aponta o apego dos sujeitos a terra e à família, bem como as estratégias utilizadas para mantê-los sob seu domínio, em um período de grande temor para as comunidades rurais mais tradicionais do Sudoeste goiano. Essa concepção é grifada na passagem do diálogo escrito por Cabral (2014), ao elucidar momentos em que a comunidade rural temia a passagem da Coluna Prestes no Sudoeste goiano:

- E a novena?
- Vem o povo da redondeza! Tá todo mundo amedrontado.
- Vem a imagem da Virgem Santa?
- Vem.... Vai vim até Antônio Quito, ele vai puxá a reza (Cabral, 2014, p.18).

Apesar de a narrativa referir-se a uma comunidade camponesa do município de Rio Verde, no início do século XX, ela descreve o mundo vivido no Salgado nos primeiros tempos da ocupação daquelas terras, como observa Martins e Rossi (2014). Contudo, apesar do tempo, as entrevistas confirmam que a prática social ainda se reproduz no cotidiano da comunidade.

Um exemplo disso é o relato de Cabral 20 (Entrevista, 2023), dirigente/puxadeira das rezas na comunidade, lembra que foi influenciada pela “[...] tia Clotilde, a vó Luiza que era muito [...] e a tia Mira, o papai também, porque o papai quando fundou assim, tinha a reza todo dia, celebração, terço [...]”. Puxar a reza, portanto, é um ofício aprendido com a família, pois, desde cedo, segundo ela, participava dos momentos de reza, então, com o tempo, seguiu os mesmos passos da família.

A fala da entrevistada, assim como a trama produzida por Cabral, oferece subsídios que corroboram com a argumentação de Tedesco (1999, p.88), ao destacar que “[...] a comunidade sempre funcionou como uma reciprocidade social, familiar e de vida religiosa, ‘um lugar de encontro’, uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individuações cotidianas”.

As colocações de Tedesco (1999) se alinhavam ao pensamento do Padre Neilton Nunes, ao sintetizar a comunidade do Salgado em “família, fé e solidariedade” durante a homilia, realizada na missa em dezembro de 2023, na Capela São Francisco de Assis, localizada na comunidade. Essa assertiva do padre se manifestou na

realização de uma ação social (bingo beneficente), conforme foi proclamado na homilia daquele dia.

Torna-se importante expor, ainda, que as reflexões provocadas pelo sacerdote colocam em pauta a prática social, ao retomar eventos e acontecimentos pretéritos, trazendo à luz a solidariedade como um “costume”, que dá sentido ao termo comunidade. O envolvimento dos sujeitos com o bingo promovido pela comunidade, na venda das cartelas, na doação e no preparo dos alimentos, na organização dos utensílios e materiais utilizados para o preparo do almoço reforçam a ideia de que o parentesco, sustentado pela religiosidade, nutre e une os sujeitos para compensar as dificuldades individuais, destacando-se, desse modo, como especificidade do lugar.

Assim, a fé, agasalhada na religiosidade, produz um conjunto de costumes e crenças que, nos momentos oportunos, são utilizados, como, por exemplo, Cabral 20 (Entrevista, 2023), relata que é costume evocar os Santos em situações de perigo, como as chuvas fortes com rajadas de ventos e raios: “é costumes falar São Jerônimo e Santa Bárbara, para pedir proteção”.

Esse último relato se remete à lembrança dessa pesquisadora, que também ainda recorre a esses Santos nos momentos de aflição, principalmente quando há tempestades, trazendo lembranças dos dias de chuva forte, nos tempos em que o lugar fazia parte de suas vivências. Essas evocações são automáticas, ou seja, sem domínio consciente, mas é com certeza um costume vivido em tempos de outrora.

Esse comportamento é explicado a partir do conceito de *habitus* de Bourdieu (1996) formado a partir da acumulação do capital cultural, das formas de viver, de agir, das práticas culturais, por meio das vivências, adquiridas nos espaços sociais, dotados de regras específicas. Estes espaços, segundo esse pesquisador, funcionam como campo, responsável por produzir formas, tendências e comportamentos que são reproduzidos e operam de formas desiguais. Isso significa que a bagagem ou a carga de saberes internalizada pelo sujeito depende do campo, ou seja, das instituições em que os grupos sociais convivem cotidianamente.

Do mesmo modo, o campo desempenha papel significativo na transmissão da cultura, haja vista que reforça práticas, normas e valores culturais, por um processo que, muitas vezes, ocorre de forma implícita, ou seja, pelas interações cotidianas, especializadas em lugares com os quais os sujeitos interagem. Assim, por meio desses mecanismos, a transmissão da cultura, bem como a sua continuidade e

vitalidade, é mantida por gerações, de maneira consistente, por meio das práticas socioculturais, internalizadas pelo *habitus*.

A teoria de Bourdieu (1996) parece embasar muitas das práticas sociais e culturais do Salgado, de modo a revelar que os modos de vida estão alinhados ao campo, que, nesse caso, pode ser entendido como a igreja e a família, mas também às formas de entretenimento, como a venda, o futebol e os bailes, de maneira que não são meros acontecimentos, são práticas que fazem parte da lógica de vida do camponês, que as reproduzem conforme seu *habitus*. Para Tuan (1980), as atitudes ou a forma como o sujeito responde à vida e ao meio estão enlaçadas à cultura específica daquele grupo ao qual pertence.

Essa reflexão ganha consistência, quando uma garrafada (combinações de plantas medicinais) que estava em cima da mesa da cozinha de uma das residências visitadas chama a atenção da pesquisadora. Ao serem questionados sobre quem a fez, Cabral 39 (Entrevista, 2024), busca outra garrafa e explica: “minha mãe falou pra mim e eu coloquei. Tem lima de bico (*Citrus limettioides* Tan), fava de sucupira (*Pterodon emarginatus*), quina (*Strychnos pseudo-quina*), buchinha (*Luffa operculata*), cipó-imbé (*Philodendron imbe*), é bom pra coluna”. Dores no corpo, garganta e problemas de estômago geralmente são enfermidades tratadas com as plantas nativas do Cerrado de uso popular e medicinal, segundo a entrevistada.

A narrativa evidencia que o saber das plantas medicinais do Cerrado e seus usos, resiste, nesse caso, guardado pela família e pode ser considerado como elemento regulador do capital cultural e, por conseguinte da sua transmissão às gerações seguintes, reforçando o seu papel na formação do *habitus* camponês no Salgado. Entretanto, para a manutenção desse saber é preciso que o Cerrado seja preservado.

Assim, pode-se considerar que, se para Tuan (1980) a cultura influencia na forma como o sujeito responde ao meio, para Bourdieu (1996) a cultura é reflexo do *habitus* estruturado ou moldado pela igreja e a família ao longo da vida. Pensados por essa óptica, as teorias se fundem para dar suporte aos modos de vida instituídos pela Família -Tronco do Salgado em diferentes tempos.

Nessa linha, as temporalidades referem-se à dinâmica histórica e às suas conexões e inter-relações ao longo do tempo. Para entender essa lógica, propõe-se pensar o Salgado a partir de Santos (2006) como simultaneidade de tempos (rápidos e lentos) e sucessão de tempos (cronológico) em que eventos permitem a

compreensão das mudanças ao longo do tempo. O tempo, nesse sentido, ganha dimensão de processo/movimento gerador de um símbolo social, pois não é apenas uma abstração ou uma sequência linear, mas um elemento dinâmico imbricado às práticas sociais e culturais, cuja “[...] palavra correta, aliás, seria temporalidade, considerada como uma interpretação particular do tempo social por um grupo, ou por um indivíduo” (Santos, 2006, p.180).

Desse modo, ao pensar o espaço cerradeiro do Salgado, especialmente sob o ponto de vista das relações socioculturais (e suas representações por meio da paisagem e do lugar), isso implica considerar o avanço técnico, científico e informacional ocorrido, nos últimos tempos, e seus impactos na evidência de diferentes temporalidades, e, portanto, na coexistência de ritmos rápidos e lentos.

Sob essa ótica, a cultura não é inerte, ao contrário, ela é um fenômeno vivo e em constante evolução, podendo ser influenciada por sistemas e elementos estruturantes, correspondentes a cada época, como observou Claval (2007). Desse modo, há combinações específicas e complexas e, ao mesmo tempo, coexistentes e superadas, que se afirmam na lógica do parentesco, tecida no fazimento e nas heterogeneidades do lugar.

Neste contexto, o caráter dinâmico e flexível da cultura fica ainda mais evidente durante a pandemia do Covid 19, ao forçar os sujeitos da Comunidade do Salgado a adotarem as redes sociais como espaços de encontros e interações, antes desenvolvidos nos lugares, como a venda, o campo de futebol, a igreja e a escola. Essa adaptação, entretanto, apesar de ocasionar mudanças na dinâmica de vida das famílias, sobretudo, as relações sociais, permitiu preservar a funcionalidade e a continuidade das atividades religiosas, educacionais e de lazer, mesmo que em outros formatos, sem que essas perdessem o seu significado.

1.3 O processo de (re)ocupação do Salgado: as relações parentais na organização do lugar/espaço

Na comunidade camponesa do Salgado, tal como nas comunidades primitivas, as tessituras dos vínculos são delineadas pelo parentesco. Há referências e conexões nas relações de amizade, vizinhança e compadrio, mas essas se diluem nas relações parentais. Isso ocorre, porque as relações se dão dentro da rede familiar, de modo que os vínculos são absorvidos pelas relações de consanguinidade. É, portanto,

predominante a sua importância e o seu significado, e esses se encontram fundidos no processo de (re)ocupação e na própria estruturação e construção social da comunidade.

Entretanto, não se está afirmando que no Salgado as relações sociais operam-se de forma fechada, uma vez que o parentesco genealógico se estende para fora, pelas vias do casamento e pela inclusão de novos membros. É uma longa e contínua trajetória de interesses comuns que se expressa no parentesco e no sentido de pertencimento a uma linhagem que construiu uma história de vida naquele chão.

Nessa linha, vislumbrado pela oportunidade de conseguir uma porção de terras para plantar e criar animais de forma extensiva e, assim, garantir o sustento e a reprodução da família, entende-se que José Cabral adentra o Cerrado, no município de Quirinópolis, na primeira metade do século XIX e fixa moradia. Ali, constituiu as primeiras propriedades e as edificações, como o cemitério, a escola, a igreja, a venda, o campo de futebol e os engenhos.

[...] no início da ocupação eram grandes extensões pertencentes a poucos donos, os quais também pertenciam à mesma família; não havia divisas de propriedades e todos viviam em comunidade; os filhos se casavam e também passavam a morar nas mesmas terras (Martins; Rossi, 2014, p.531).

Segundo Comerford (2003), o termo família é flexível e pode incluir não apenas a família nuclear (pai, mãe e filhos), mas também os parentes por consanguinidade e casamento, o que ajuda a compreender como as famílias pioneiras e suas dinâmicas moldaram a (re)ocupação e a organização social do território salgadense. Nesse contexto, a composição das famílias nucleares mais antigas e tradicionais, com uma média de sete a doze filhos, reforça o entendimento de como a estrutura familiar contribuiu para a organização do trabalho nas propriedades.

Essa configuração familiar é justificada de forma prática, quando Cabral 06 (Entrevista, 2023) conta que eles eram 12 irmãos e todos tinham que trabalhar, pois a terra era grande e as fazendas eram longe umas das outras. Como não havia gente para ajudar, a realização de mutirões era uma estratégia comum, utilizada para suprir a falta de mão de obra, sobretudo, naquelas atividades produtivas que demandavam maior esforço, como a limpeza do rego d'água, o roçado, o plantio e a colheita. A ajuda mútua, presente nessas relações de produção, mantém a reciprocidade e a tessitura dos vínculos parentais.

Do ponto de vista econômico, ter mais filhos significava, de acordo com os entrevistados mais velhos, ter mais braços para trabalhar na terra, o que poderia aumentar a produção e garantir o sustento da família e, até mesmo, a ampliação das terras produtivas medidas pela expansão também produtiva. Já do ponto de vista sociocultural, entende-se, que um número grande de filhos significava prosperidade, já que ampliava a possibilidade de aumentar a terra por meio do casamento, e ainda assegurar a continuidade dos Cabrais.

Nesse sentido, o parentesco é um dispositivo de articulação no plano das relações, como forma de garantir, por muito tempo, esse padrão de relações, que aos poucos abre espaço aos modelos sociais produzidos pela contemporaneidade, sem, contudo, desvincular-se da lógica camponesa responsável pela existência da comunidade.

Desse modo, a forma mais comum de ingressar uma pessoa de outra família na comunidade era pelo casamento. Porém, esse era constituído pelos limites simbólicos da comunidade, definidos pelos parentes, pela igreja e pelo gosto dos pais. Além disso, “nossa senhora, aquilo prus pais era a coisa mió que tinha! [...] naquele tempo todo mundo era trabaiaadô, se não trabaiaasse apainhava” (Cabral 06, Entrevista, 2023). Ser trabalhador, portanto, era um requisito pelo qual os pais faziam gosto no casamento entre os primos, complementa o entrevistado.

Com esse argumento, não significa dizer também que não houve constituição de famílias entre linhagens diferentes, uma vez que os casamentos não se restringiam apenas entre os parentes que compunham a comunidade, já que outras ramificações da Família-Tronco Cabral (re)ocuparam áreas do entorno da comunidade, assim como existiam relações com outras famílias vizinhas. Contudo, pretende-se dar luz ao fato de que a prática dos casamentos se constitui como um dos principais elementos para pensar a formação da comunidade e as vivências que ainda se estabelecem no lugar.

Observa-se, ainda, que são raros os relatos da venda de terras para pessoas de fora, no período da ocupação, cuja transmissão dos bens se passava de pai para filho, tendência que perdura nos tempos hodiernos. Com o tempo, o casamento com pessoas de fora (outras linhagens) se intensifica, mas as terras herdadas, em sua grande maioria, mantêm-se sob o domínio da linhagem, desenhando uma organização social e espacial específica, ao que K. Woortmann (1990) e Comerford (2003) permitem caracterizar como um “território de parentesco”. Cabe esclarecer que o termo parentesco é uma linguagem que será esclarecida mais adiante.

E. Woortmann (1995), ao estudar os colonos do Sul, fornece subsídios para entender a lógica do domínio da terra à linhagem “Cabral” no município de Quirinópolis. Para a autora, a terra é requisito de reprodução social da família, de modo que a passagem de terras aos filhos, teoricamente, é um movimento de continuidade não apenas da condição camponesa, mas do sistema de parentesco. No caso dos colonos teuto-brasileiros, a categoria parentesco perpassa uma dimensão simbólica, impetrada por valores morais e éticos que se desdobram em um padrão de casamentos, que será discutido no capítulo 3.

Por esse viés, ainda é possível supor que a migração da Família-Tronco Cabral para o Sudoeste goiano, no século XIX, cumpre “[...] uma mesma lógica, decorrente da mesma condição camponesa e uma ideologia que privilegia a terra como requisito de reprodução social. Isto, é, de reprodução ‘camponesa’” (E. Woortmann, 1995, p.115-116). Segundo a mesma autora, o objetivo não se explica somente por questões de ordens governamentais, religiosas, entre outras. Em grande medida, é um movimento do próprio sistema camponês, que orienta tanto a sua organização, como a sua reprodução.

Aqui, abre-se um parêntese para sublinhar que esse entendimento, ancorado em E. Woortmann (1995), sustenta-se nos relatos de que os Cabrais, em sua origem, apesar de se constituírem como fazendeiros, donos de grandes extensões de terras, na prática, suas vivências se assemelhavam aos modos de vida camponês. Cabral 03 (Entrevista, 2024) conta que os Cabrais tinham muita terra, mas eram “pobres”, não tinha condições financeiras de torná-las produtivas. Daí, para sobreviverem, trocava-se terras por bens materiais e alimentos. Trocava-se um pedaço de terra por uma banda de capado, bicicleta, espingarda, entre outros.

Desse modo, apoiando-se nos argumentos de E. Woortman (1995), supõe-se que o padrão de casamento, em que se garante a terra a todos os membros da família, com o tempo, torna-se, no mesmo espaço, uma rede de vizinhos, ligada por laços de sangue, de compadrio, amizade, confiança e solidariedade em associação com a terra. A íntima relação entre as famílias e o forte espírito religioso pode ser a base para a construção da comunidade rural, no formato que se tem em 2024, tanto do ponto de visto sociocultural como espacial.

Entende-se que a intimidade entre as famílias do Salgado é a chave do consenso para a estruturação da comunidade, “[...] na medida em que este é determinado pela participação direta de um ser na vida do outro, pela inclinação a

compartilhar suas tristezas e alegrias, sentimentos que, por sua vez, exigem esse conhecimento” conforme aponta Tönnies (1947, p.39) em seus estudos. Nesse sentido, o fato de as famílias do Salgado pertencerem à mesma linhagem, a possibilidade do consenso é maior, devido ao fato de que possuem semelhanças no modo de pensar e de agir, uma vez que compartilham experiências e vivências inseridas na mesma base familiar.

Essa concepção, entretanto, não exclui a existência de contradições, mesmo porque os camponeses do Salgado sempre foram sujeitos políticos, e como tais, possuem as suas aspirações individuais, o que não impediu reconhecerem Rafaelim, Zé Rosa e Gustim Rosa como grandes líderes que buscaram, por meio de negociações políticas, garantir melhorias para a comunidade, principalmente no que tange à construção de estradas e mata-burros, para facilitar o acesso e a circulação dos meios de transportes.

Além da intimidade, Tönnies (1947) aponta outros elementos importantes para o desenvolvimento da comunidade, como a proximidade geográfica e espiritual. A proximidade física facilita a interação e o estabelecimento de relações próximas entre os membros, uma vez que o compartilhamento do espaço favorece também o compartilhamento da vida, que pode incluir, desde a participação em eventos comunitários, como festas, reuniões, até o compartilhamento de recursos ou serviços. Essa proximidade contribui para o desenvolvimento e para os relacionamentos mais significativos, nos quais as pessoas se conhecem, confiam e constroem laços de amizade e apoio.

[...] o povo aqui [do Salgado], mais, sabe? Se precisar, o povo aqui é bão! Num tem aquele negócio de mutirão, vamo fazê uma roça aqui, vamo todo mundo lá! Não tem mais, o povo num vai mais! As máquina também [...]. Mais se precisá só ligá, ou tô precisando assim, assim (Cabral 07, Entrevista, 2024).

Tem-se aqui, a confiança como um dos valores afetivos intrínsecos às relações de reciprocidade, o que explicita ações de solidariedade entre os sujeitos, construindo um espírito de compartilhamento da vida no âmbito da comunidade.

Já a proximidade espiritual, que se refere à existência de crenças, valores religiosos e tradições compartilhadas pelos membros da comunidade, pode ser um importante fator de coesão, pois, além de unir as pessoas em torno de uma fé comum, reforça o senso de pertencimento e de identidade coletivos. Na prática, o

compartilhamento ocorre nas missas, nos terços realizados nas casas e/ou na igreja e nas novenas. Esses momentos, entretanto, podem ser vislumbrados como espaços de fortalecimento das relações sociais entre as famílias e ainda uma forma de alimentar a reciprocidade, presente, por exemplo, no apoio mútuo, no compartilhamento de recursos e nas interações sociais que geralmente surgem após os rituais religiosos.

Contudo, a presença de duas Igrejas (Católica e Evangélica) também trazem desafios, pois as diferenças de crenças ou práticas espirituais promovem divisões e imobilizações dentro da comunidade, sobretudo no plano das práticas sociais, que a comunidade procura administrar com cautela. Por outro lado, o parentesco, regido pela força da consanguinidade, supera esses desafios e alimenta o afeto e o sentimento de pertencimento ao lugar.

Notadamente, o parentesco parece fundamentar a construção da comunidade. Todavia, para os camponeses, a comunidade se materializa, ou seja, se concretiza como tal a partir da década de 1980, com a construção da Igreja Católica São Francisco de Assis, realidade que não se confirma com a fundação da igreja Evangélica Assembleia de Deus – Rio Verde, em 2007, pois os evangélicos, ao se referirem ao grupo de fiéis, usam o termo “igreja” e irmão/irmã para cunho pessoal. Já para a comunidade católica, representa um marco temporal e espacial, que influenciou tanto a dinâmica religiosa, como também a consciência política, econômica e social, que passam a caminhar juntas sob sua orientação.

A partir de então, a denominação de comunidade passa a ser reconhecida e utilizada pelos moradores. Sabourin (2009) esclarece que o termo comunidade no sentido religioso tem influências recentes, provenientes da ação pastoral da igreja católica, por meio das “Comunidades Eclesiais de Base”. Para o autor, o termo é muito utilizado, porque carrega significados que congregam as vivências e as experiências do grupo social.

Assim, “em função de sua história, essa palavra, além da localidade e da proximidade, carrega noções de parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamentos de recursos, o que a aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular” (Sabourin, 2009, p.48). Tönnies (1947, p.43) acrescenta a ideia de Sabourin (2009) ao afirmar que “[...] a comunidade religiosa é ao mesmo tempo a última e mais elevada expressão de que é capaz a ideia de comunidade”.

A partir desse entendimento, a utilização do termo “comunidade”, vinculado à presença da igreja católica, permite contrapor que o Salgado pode ser entendido como comunidade, mesmo antes da chegada do catolicismo. Para o saber científico, o conceito de comunidade vai além do conceito religioso e, portanto, entende-se que a comunidade já existia antes mesmo da instituição de um templo ou de uma organização religiosa oficializada.

A comunidade pode ser entendida como um contexto da vida social, no qual, seus membros compartilham não só o espaço, mas valores (humanos, éticos, morais e religiosos), saberes, crenças e costumes. “Comunidade”, em termos mais abrangentes, é usado para designar um grupo, caracterizado por uma base territorial e por certo grau de coesão, seja por afinidade, seja por necessidade, podendo ser aplicado a quaisquer unidades sociais e culturais (Claval, 2007, Tönnies, 1947; Brandão; Borges, 2014).

Esse ponto de vista está ancorado nas concepções de Brandão e Borges (2014. p.3) ao escreverem que “[...] a comunidade é a paráfrase do lugar-humano. É aquilo que se cria em um espaço de vida quando ali se vive, quando ali se chega, ou quando para ali se vai de maneira imposta e arbitrária”. Isso porque, ao levar em consideração a formação social e a construção do próprio território, as famílias compartilham recursos domésticos, compromissos e relações sociais em comum. Além disso, também compartilham valores religiosos e tradições culturais, que fortalecem o senso de identidade coletiva.

No caso da Comunidade do Salgado, Tönnies (1947, p.25) permite entender que a sua formação está vinculada à união das vontades humanas, influenciada, em grande medida, pela linhagem ancestral, ou seja, um processo de construção humana, do nascimento à constituição corporal, que, por conseguinte, influencia a sua forma de se relacionar e de interagir com o mundo. Isso significa que as vontades humanas, apesar das influências e experiências individuais, são capazes de resistir e permanecer unidas pelas suas raízes.

Logo, parte-se do pressuposto de que a comunidade é a união da vontade humana, em decorrência da sua linhagem ancestral, e que essa se baseia, primeiramente, nas relações de sangue (mãe, filhos e irmãos, a partir da relação marido e mulher), como germe da organização social e da formação de comunidades (Tönnies, 1947). Nessa concepção, é possível compreender que a Comunidade do Salgado nasce a partir da Família-Tronco “Cabral”, em decorrência da política de

(re)ocupação promovida pelo Estado, por intermédio de políticas públicas de (re)ocupação no Sudoeste goiano.

A história de (re)ocupação e formação do município de Quirinópolis está vinculada às famílias tradicionais oriundas de São Paulo e Minas Gerais, que, na maioria, estavam ligadas às atividades tradicionais²⁶ (Silva, 2010; Neves, 2012). Na área de estudo, percebe-se que também existiam e existem práticas sociais que reforçam padrões tradicionais (sistemas sociais e produtivos) territorializados na comunidade.

Todavia, é relevante acenar que, no caso do Salgado, as categorias terra, trabalho e família, sob a égide da religião, delinearam valores específicos como cooperação, respeito, fé, solidariedade e ancestralidade que no bojo dos sistemas configuram o tradicional no mundo rural da comunidade pesquisada. Esses elementos parecem organizar a vida camponesa no lugar, sobretudo, quando analisada sob o prisma cultural.

Entende-se, neste trabalho, que a territorialização se dá nas relações tecidas no cotidiano camponês, e que, portanto, constitui o lugar, haja vista que, segundo Saquet (2006, p. 62), “[...] o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo, seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida”. No pensamento do autor, pode-se alocar as relações geradas pelo trabalho na roça, nas formas de sociabilidade (nas rezas, nas festas, nos mutirões), entre outras relações existentes como condicionantes na formação da comunidade.

Para compreender a formação do lugar, torna-se necessário retornar ao “espaço de vida” (Brandão; Borges, 2014), ou seja, fazer análises do passado para recuperar o contexto de ocupação do solo, a maneira como o sujeito lida com a terra, relaciona-se e organiza o espaço da vida. Entende-se que essa relação pode explicar a gênese das tradições socioculturais que caracterizam o grupo de camponeses no espaço de atuação humana, chamado “Salgado”, o lugar de vida, conforme orienta Brandão e Borges (2014).

Assim, torna-se imprescindível entender que, desde a chegada dos pioneiros à área que corresponde à Comunidade do Salgado, a vida foi construída

²⁶ Atividades tradicionais referem-se às atividades agrícolas e à pecuária extensiva, com o predomínio de práticas tradicionais, que inclui instrumentos e modos de vida que garantiam o sustento dos sujeitos no campo, no período da (re)ocupação do município de Quirinópolis. Para ampliar o entendimento acerca desse processo inclui-se a origem do município 1932 - 2010, ver Neves (2012). Já Silva (2010) faz esse percurso histórico com ênfase no recorte temporal 1940 - 1970.

essencialmente pela força do trabalho familiar na terra para garantir a descendência. Essa (re)ocupação se deu ao longo de várias gerações, segundo relatos dos entrevistados. Contudo, nessa área, o Cerrado era abundante, de difícil acesso, pois não havia infraestruturas como pontes, estradas, o que tornava o lugar isolado no meio do sertão, distante das cidades. Conforme relata Martins e Rossi:

[...] apenas pinguelas, trilhas e estradas para carro de boi, construídas pelos próprios moradores em forma de mutirão; roçavam com foices ou arrancavam a vegetação nativa utilizando o enxadão ou como diziam, “faziam picadas no meio do mato para abrir passagem” (Martins; Rossi, 2014, p.531).

Os argumentos de Martins e Rossi (2014) permitem salientar que, para adaptar-se às condições naturais impostas por esse Bioma, foi necessário desenvolver formas de exploração dos bens naturais, utilização de técnicas de cultivo, produção de ferramentas e utensílios, construção de moradias, currais, paióis, chiqueiros, engenhocas e ferramentas caseiras (engenho, tear, roda de tecer, monjolo), entre outros equipamentos rudimentares, que permitiram desmatar pequenas áreas, garantir a subsistência e a descendência da numerosa família.

O trabalho era a ação necessária para a realização dessas atividades e, nesse sentido, as famílias numerosas tinham mais chances de vencer, haja vista que precisavam produzir quase tudo, dentro de uma divisão de trabalho que envolvia gênero, idade e conhecimento. Os conhecimentos desse tempo são exemplificados no seguinte relato:

O padrim Tute, que era irmão do meu pai, aquele fazia de tudo que o cê pensasse que ele fazia. Eu só não vi ele fazê a foice. A foice não, era o machado. O machado eu não cheguei vê ele fazê não. Fazia a foice, fazia enxada, cutelo. Punha ele [ferro mole ruim] no fogo, ele ficava vermeim. Meu tio gostava muito era do azeite. Aí cê fazia um cocho, enchia ele de azeite, aí quando é fé tava vermeim tufava lá no azeite, aí ele virava aço. Aí cê ia fazê de acordo com da graduação que cê ia graduano ele ia ficano mais forte um poquim. Tinha ferramenta que se não tivesse observação, ela não prestava pra nada [...] (Cabral 06, Entrevista, 2023).

O relato permite inferir que os camponeses do Salgado possuíam um conhecimento considerável. Porém, Cabral 06 (Entrevista, 2023), faz questão de ressaltar que havia pessoas especializadas, ou seja, aquelas que faziam o carro de boi, o monjolo, o engenho, as ferramentas de trabalho, visto que os ofícios “[...] não era pra quarqué um de lá também não. Não era bem quarqué um que fazia também

não. Tinha aqueles que fazia aquela graduação [das ferramentas] né? Lá em casa meu padrim, fazia de tudo [...]”. Assim, quando alguém precisava, logo os procuravam para fazer a encomenda. Como pagamento, segundo Cabral 06, “dava de tudo, cê trocava outra coisa, cê dava dinheiro, as veis serviço. As veis não tinha dinheiro, mas falava eu quero isso assim, eu vô pagá em serviço”.

Nesse período, as propriedades eram quase autossuficientes, no que diz respeito à produção básica, como alimentos, ferramentas e utensílios. Nelas produzia-se quase de tudo que a família necessitava, e o que sobrava era vendido nas cidades mais próximas, como banda de porco, banha, melado, rapadura e açúcar de fôrma. De fora, vinha o básico, apenas o sal, os vestuários e a querosene, artigos não produzidos nos sítios.

As veis era o agregado lá que morava lá, ele tinha a tuaia o paiolim pra guardá o mii, o arrois. Naquele tempo, cê não tinha pra quem cê vendesse, né? No tempo que eu comecei, né? Uma comparação não tinha pra quem cê, quando eu já comecei entender, já tinha um poquim, que aí já tinha, como diz o oto, as cidadinha. [...] aí cê levava lá na cidade e vindia pra quele povo né? Porque as veis se punha no carro de boi, tinha que levá lá na cidade, aí lá cê vindia. Mais o povo lá não tinha condição do que coiesse aqui o que sobrasse, mais não tinha pra quem vendesse, uma comparação, quem comprasse. Aí depois que começô, aí vei as cidades, aí cê levava lá, tinha os camarada que as veis comprava, pra levá lá pra revendê. Aí dipois, pegô o povo fazê aumentá as coisa, o modo de agi. Aí eles pegô a fazê os trem, fazê o açúcar né? Que tem o açúcar de fôrma que é feito no mato e tem o açúcar feito nas usinas né? O açúcar cê num faiz aquele branquim memo, lá em casa cê num faiz ele não (Cabral 06, Entrevista, 2023).

A relação dos sujeitos com a natureza desenvolve forte ligação com o Cerrado, de tal modo que, nesse momento, a natureza representa para essas famílias um meio para a subsistência, pois:

da vida à morte, o Cerrado dava de um tudo, tudo era tirado lá da terra, ali cê tirava tudo, até a ropa cê tirava né? Cê prantava. Os trem cê fazia da lâ também, quer dizê, a ropa não, mas as cuberta era tudo feita aí mesmo, lá mesmo. Tudo da terra (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Destaca-se que esse relato não refuta a ideia de que o Cerrado ainda é percebido pelos sujeitos como meio de reprodução da vida no lugar. Trata-se de uma forma de o camponês que viveu em outros tempos manifestar a percepção da natureza, alinhada aos modos de vida desenvolvidos naquela época, pela qual observa-se uma relação de maior intimidade com os elementos da natureza.

Portanto, de modo estratégico, a retomada do tempo elucida a formação do território, que está inserido no processo específico da construção da natureza, na qual reside uma dinâmica de adaptação dos cerradeiros nos primeiros tempos. Essa dinâmica pode ser entendido, no contexto da cultura caipira, relatada por Cândido (2010), ao afirmar que o desenvolvimento das técnicas permitiu o “ajustamento” do grupo social ao meio natural, como é o caso das famílias do Salgado, que se ajustaram ao Cerrado, e assim, garantiram a manutenção de um equilíbrio mínimo vital²⁷.

Nesses termos, pode-se dizer que as técnicas desenvolvidas pelos sujeitos da comunidade surgiram em resposta às necessidades da família, levando-se em consideração os desafios e as limitações impostos pelas condições naturais e geográficas do ambiente. Isso exigiu do grupo a busca por soluções que pudessem equalizar a quantidade às necessidades e essas ao tempo da natureza.

Os camponeses se orientavam pelo período das chuvas, para definir a época certa para plantar e realizar os cuidados com o plantio, além de conhecerem o tipo de solo para cada cultivo. Havia o hábito de deixar repousar o solo, com o sistema de rodízio, de modo a respeitar o tempo da terra, como ensina um camponês do Salgado:

Na época, tinha os meis de prantá, tinha os meis da coieta, porque hoje seis pranta quase direto. Naquele tempo não. Naquele tempo tinha os meis de coieta, os meis de prantá. Aquela época a terra ficava descansano o tempo todo, até a próxima safra. Então quem tinha um gadim, então eles falava antigamente a paiada. Quando é um trem como o arrois, cê pranta e tira a paia, né? Aí cê joga a paia lá, aí cê larga o gado de leite [...]. A paiada era pro cê tá aproveitano, ali cê tá aproveitano a terra né? Agora cê num vai prantá, num vai nada [...] (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Observa-se que a relação do sujeito era baseada na cumplicidade. A terra era respeitada, pois sabiam que dela dependia a existência da família. E dava “[...] de tudo com fartura, com fartura mesmo. E é como diz o otro, cê só prantava lá e chegava o tempo de coiê, cê ia lá e coia. [...] era só prantá e capiná, cê num tinha que preocupá cum nada [...]” (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Essa narrativa, entretanto, não anula as dificuldades que envolvia o trabalho na terra, tampouco as preocupações com as provisões do ano. Os sujeitos tinham consciência de que era necessário produzir para passar o ano. Encher os paióis e as

²⁷ Para Cândido (2010), significa uma dieta compatível com o mínimo, para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros.

tuias de arroz, entre outros gêneros alimentícios para o sustento da família, envolvida em uma dinâmica complexa.

No processo de adaptação ao meio natural, além de gerar as habilidades e as técnicas, desenvolveram também compromissos sociais, territorializados naquela porção do Cerrado. Era feita a limpeza da área da propriedade, para plantar a roça e colher, abrir estradas, construir as cercas, o curral, enfim, uma série de atividades que demandavam a realização de serviços, coletivamente, em comunidade, como forma de suprir as limitações de mão de obra familiar. Isso, porque, apesar de as famílias nucleares serem numerosas, as propriedades eram extensas, e, portanto, não se tinha condições de realizar todo o serviço. Dessa forma, as atividades implicam no estabelecimento de acordos tácitos que envolviam trocas e serviços (Santos; Kinn, 2009; Santos, 1998).

A negociação, por sua vez, era arrematada em práticas sociais como os mutirões, as traições, as festas e envolvia os vizinhos e amigos (parentes e/ou compadres).

Lá no ti Zé Rosa uma veis, um pessoal deu uma “traição²⁸” no ti Zé Rosa para bater pasto [...]. Deu gente! Mas também matou bem duas vacas. De noite foi um festão, menino do céu! Mas também roçou a fazendo do ti Zé Rosa quase tudo na foíce! [risos]. Deu gente, nossa senhora! Envolveu o pessoal da região, a famia do ti Zé Rosa que não é pequena, né, e mais outro mundão de gente que veio, ixi! Foi bunito! (Cabral 02, Entrevista, 2023).

Os compromissos firmados entre os camponeses eram mediados pela religião católica, por meio de seus conteúdos éticos e morais (Santos; Kinn, 2009; Santos, 1998), que eram mantidos com base na confiança e na honestidade, critérios esses que serviram como um guia moral para os camponeses, orientando-os acerca da importância das relações, não apenas em termos econômicos, mas também em termos sociais e culturais.

Nesse contexto, o cumprimento entre os camponeses pode ser visto como um símbolo da ética camponesa na comunidade. O gesto de “apertar a mão e a deslizar levemente até o antebraço e o segurar com firmeza” (Figura 7), não era apenas uma formalidade social. Segundo os entrevistados de mais idade, tal gesto representava

²⁸ Mesma ação de mutirão formado para ajudar uma pessoa sem que essa saiba, em lugar, dia e hora combinados. Quem recebe a ajuda recebe o nome de "atraídoado".

uma maneira de firmar os compromissos e demonstrar respeito, amizade e confiança nas interações futuras. Esse modo de cumprimentar, entretanto, faz parte da memória dos sujeitos e, é claro, da pesquisadora que ainda teve o prazer de reviver essa experiência no dia da entrevista, pois Cabral 06 ainda tem esse costume.

Figura 7: Gesto do cumprimento, um costume muito comum entre os mais velhos do Salgado.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

Os compromissos religiosos eram realizados por meio da elaboração de estratégias autônomas, como as rezas dos terços nas casas. Erguem-se, também, os lugares sagrados para garantir o cumprimento dos deveres religiosos, o que explica a existência de cruzeiros na comunidade.

As festas, o serviço e as rezas eram encarados como momentos de sociabilidade e lazer. Não havia separação entre a roça, o sagrado e a diversão. As rezas selavam os acordos que nasciam das necessidades impostas pelo processo produtivo que, ao mesmo tempo, também oportunizavam os bailes, momentos de diversão, marcados pela música e pela dança.

A terra, como propriedade, como poder de captura do trabalho, de produtos e de acordos demandava ainda o estabelecimento de outras relações de trabalho que incluem os parceiros e meeiros, práticas comuns que envolviam, na maioria dos casos, os próprios vizinhos, que também eram parentes e/ou compadres. Dava-se um pedaço de terra para um parente, vizinho ou para alguém de fora para essa pessoa trabalhar e produzir.

Naquele tempo, tinha muita terra, o povo tinha pouca gente pra trabalhá. [...] cê arranjava, como diz o oto, um agregado. Cê dava um pedacim pro sujeito aqui [...]. Aí ele fazia um ranchim lá, aí trabalhava na fazenda pro patrão, pro dono da terra, né? Aí ele prantava pra ele, prantava pro patrão, prantava pra vendê pro zoto. Eles falava que pegava a meia, prantava a meia. Metade pro dono da terra, metade pra quem prantava, né? Mas era os parente mesmo [que trabalhava]. Cê sabe que toda famia eles não é iguali, então aqueles mais fraco trabalhava na fazenda do oto pra tirá o sustento dele. Aí ele tirava o dele, tirava pra vendê, pra otras coisa, pro patrão [...] (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Muito mais que uma relação de trabalho, a narrativa evidencia que o fato de “dar um pedacinho de terra”, também guardava outros sentidos, advindos das carências provenientes do isolamento, o que é reforçado por Cabral 06 (entrevista, 2023) ao dizer que “Ês achava era bão, que aí os vizim era poco, era longe, né? Aí ele tinha ali um vizim mais perto”. Dar um pedaço de terra, significava, portanto, ampliar a vizinhança, e, por conseguinte, as relações entre o grupo baseadas na reciprocidade de favores, especialmente nos mutirões e traições.

Deve-se apreender que as técnicas, os saberes acumulados, as relações sociais estabelecidas entre os vizinhos e parentes foram, com o tempo, incorporadas ao modo de vida, caracterizando, assim, uma cultura tradicional camponesa, ou caipira, conforme Cândido (2009).

Esse pensamento se deve ao fato de que os padrões de vida e de sociabilidade do Salgado, em sua origem, condizem com o modelo de sociedade, qualificado “[...] pela estrutura mais simples, a rusticidade dos recursos estéticos, o cunho coletivo da invenção e a obediência a certas normas religiosas” (Cândido, 2010, p.11).

A obra “Esperando Prestes”, de Cabral (2014), evidencia a simplicidade e os modos de ser dos camponeses do Salgado em um tempo em que as condições de vida, conforme observadas pela óptica de Cândido (2010), eram marcadas pelo isolamento e pelas condições simples de vida no Cerrado. Assim, no diálogo entre os personagens Damiana e Jerônimo, desvela-se o costume de outrora, em andar com os pés no chão.

- Ocê vai mais os minino que dia?
- Amanhã vamo campiá o gado, dispois de amanhã vamo pro Rio Preto!
- O povo do Sargado num carça butina!
- O que tem isso?!
- Acho estranhe uns marmanjão num carça butina!
- Mais o que isso tem a vê?
- Nada... Só tava lembrando que ocê vai levá o gado pra lá...
- Mais é um povo bão...
- Mais é um lugá que nem os revortoso vai passa por lá... (Cabral, 2014, p. 21).

Marcas de um modo de vida simples, o costume de andar com os pés no chão está presente não apenas no discurso de Cabral (2014) e memória dos sujeitos, mas também nas vivências no lugar. O trabalho de campo revelou a existência de uma família em que o pai ainda tem esse costume, o que expressa conexão forte com a terra e com os modos de vida caipira.

Dentre as condições essenciais para a caracterização desse modelo de sociedade rural, mais especificamente do sudeste brasileiro, destaca-se a posse da terra e o isolamento. Condições essas, também observadas no Salgado, como possíveis influenciadores no desenvolvimento dos modos de vida, territorializados no espaço ocupado, desde o início do século XIX. Porém, Brandão (2009) refuta a ideia de isolamento dos caipiras, tendo em vista que o bairro rural de Bofete (SP), estudado por Cândido (2009), na verdade, pertencia a uma organização composta por vizinhança.

Diante dessa reflexão, é pertinente esclarecer que, ao trazer para a discussão do “isolamento” a Comunidade do Salgado, é preciso entendê-la sob a óptica do “tempo” e do “espaço”. Por estarem isolados geograficamente, em época cujos recursos eram limitados, pode ter sido uma das condições que contribuiu para a elaboração das estratégias e dos conhecimentos aplicados na relação com o Cerrado. Além disso, os sujeitos do Salgado mantinham relação de vizinhança ativa, baseada, sobretudo, nos laços de parentesco e compadrio dentro do seu espaço, possibilitando a implementação dessas estratégias de maneira efetiva.

A partir desse ponto de vista, infere-se que, assim como na sociedade caipira de Cândido (2010), no Salgado, a posse da terra e a localização foram associadas aos simples e rústicos meios de produção de que a comunidade dispunha, de modo que os moradores da região acabaram desenvolvendo uma vida social, restrita aos seus próprios membros (família nuclear, vizinhança) e com pouca influência de elementos externos. Esse convívio foi marcado pela solidariedade e pela cooperação mútua entre uma rede de parentela, vizinhança e compadrio, não só do ponto de vista do trabalho, mas também da vida lúdico-religiosa, fatores observados pelos modos de vida desses sujeitos.

Assim como os bairros seriam a estrutura fundamental da sociabilidade caipira (Cândido, 2010), a Comunidade do Salgado “[...] torna-se o fundamento da vida em comum, representando uma construção social assentada em laços sanguíneos, na tradição, nos costumes, no trabalho e na fé”, o que gera um sentido de localidade e

identificação (Mendes, 2008, p.145). Sabourin (2009) corrobora esse entendimento ao afirmar que esses aspectos são basilares na constituição das comunidades camponesas brasileiras.

É preciso considerar, entretanto, que a Comunidade do Salgado, enquanto “espaço-de-vida” (Brandão; Borges, 2014), é resultado de um processo de construção, que se ergue sobre o chão de terra. Assim, ao construí-la, as famílias simbolizam a sua existência, através de um “sistema de ações” (Santos, 2006) engendrado pelas práticas sociais e culturais, de modo a conferir valores simbólicos ao processo de institucionalização do espaço, para transformá-lo em um lugar, isto é, “o lugar onde se habita” (Brandão, 2009, p.21).

No que se refere aos sistemas simbólicos, elaborados pelos sujeitos do espaço, Tönnies (1947) é enfático ao salientar que os sistemas de códigos funcionam como uma linguagem, e como tal, exerce um poder subjetivo, à medida em que promovem a comunicação de almas. Trata-se, pois, de um órgão do consenso, no entanto, admite-se que a afinidade reside na mistura de sangue, a qual promove a conexão entre as famílias e o senso colaborativo. A ideia de laços sanguíneos se sobressai, une as famílias em torno de um projeto comum, permeados de linguagem própria, dotada de “substâncias dos nossos atos” (Brandão, 2009).

E. Woortmann (1995) lembra que o projeto do campesinato é a reprodução da família e dos modos de vida, expressos por uma cultura particular. Nesse projeto, a terra não é somente matéria física, mas é o fundamento da vida e da família. Ela é o “lugar de morada” de uma linhagem, por meio da qual ocorre um “engajamento de natureza moral” (Tedesco, 1999), cujo significado repousa na conexão entre terra e família.

É notório, portanto, que a constituição da Comunidade do Salgado resulta de um processo de territorialização, que implica na construção sociocultural, cujo significado repousa na conexão dos camponeses com a natureza. Essa relação diz respeito às formas pelas quais as ações humanas ocupam e usam o Cerrado para a produção dos meios de vida, considerando as práticas e as relações tradicionais.

Têm-se, portanto, uma longa trajetória, que não se traduz em momentos difíceis, dadas as condições técnicas da época, haja vista que é uma dinâmica que estrutura a ligação com o lugar, pois nele se encontram os lugares e as coisas consideradas sagradas para os sujeitos.

A ênfase se dá na íntima relação com a terra e os laços estabelecidos a partir dessa e de sua sacralidade. São memórias nutridas por lembranças e saudosismos, saberes e fazeres camponeses, imbuídos por padrões (*habitus*), valores culturais (cooperação, respeito, fé e solidariedade) e sentimentos, delineados pelas relações de parentesco e pela religiosidade, que, juntos, colaboram para a existência e para a reprodução da vida no lugar, o que pode ser amplamente vislumbrado na composição dinâmica da paisagem.

Nesse sentido, a seguir, apresenta-se a paisagem cerradeira do Salgado, como resultado de um processo de construção do lugar, bem como as complexidades inerentes a sua produção ao longo do tempo.

2 COMUNIDADE DO SALGADO NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS-GO: CERRADO, NATUREZA E VIDA

Procurou-se, neste capítulo, fazer uma incursão pelos caminhos do Cerrado, bem como apresentar o trajeto de 60 km entre Quirinópolis e a Comunidade do Salgado, iniciando no trevo de Quirinópolis, sentido Caçu (GO), pela GO 206. A cerca de 18km, deixa-se a rodovia, e segue por uma estrada de terra que dá acesso ao Salgado, cujas paisagens revelam uma realidade que transcende aos olhos de quem as vê, ao se defrontar com a exuberância da serra, dos córregos e da vegetação que conformam o lugar.

Essa ideia busca evidenciar que os sentidos de paisagem, criados pelos sujeitos que ali vivem, estão intimamente ligados às relações estabelecidas com/no Cerrado, e, portanto, específicas àquele lugar. Além disso, ressalta-se que as mutações relativas à produção dos meios de vida sugerem um novo “jeito de viver” (Cabral 09, Entrevista, 2024) ao se relacionar com a natureza, demonstrando que essa, no decorrer do tempo, passa de provimento a recurso, o que possibilita a permanência da família naquela porção do Cerrado.

A paisagem, segundo Santos, é “o conjunto das formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza” (Santos, 2006, p.66). Logo, essa relação, mediada pelas ações dos sujeitos com os rios, com o solo, a vegetação, o clima e o relevo, em diferentes momentos, cria nas paisagens camadas temporais, que podem ser vislumbradas nas atividades aplicadas à vida em cada contexto histórico, permitindo aos sujeitos reproduzirem a vida no lugar.

No Salgado, a paisagem conta a trajetória de vida e a forma como os sujeitos vinculam saberes e recursos naturais, na mediação da produção material e imaterial. Nessa trajetória, que inclui o tempo e as ações vinculadas ao espaço, é possível observar as sucessivas mudanças, narrativas e percepções, memória, valores e sentimentos que tornam a paisagem cerradeira referência na compreensão dos modos de vida camponês, sobretudo, da cultura que a modelou.

Desse modo, apresenta-se, neste capítulo as heterogeneidades dessa paisagem, como produto de uma relação circunstancial entre sujeito/natureza “[...] tendo como intermediário sua própria condição no tempo e no espaço, por meio de sua condição de ser” (Barbosa, 2006, p.231). Assim, a paisagem cerradeira é parte

das interações acumuladas ao longo do tempo, mediadas pela condição dos camponeses, os quais recebem influências externas, definidas pela expansão do capital no campo e pela gradual mudança das práticas produtivas e socioculturais.

Nesse processo, destacam-se a modernização tecnológica e o avanço do agronegócio, ocasionados pelas agroindústrias de grãos e sucroalcooleiras, os quais se tornam o ponto central para pensar as temporalidades contidas na paisagem, assim como conteúdos e arranjos socioculturais e produtivos.

Todavia, os camponeses, por meio de seus saberes e resistência, realizam adaptações e ressignificações no lugar em que vivem, como forma de manter vivas as memórias, as práticas ancestrais e os vínculos com o lugar, enquanto se adaptam às exigências contemporâneas, para preservar a identidade e a autonomia dos sujeitos.

A paisagem salgadense, portanto, emerge como um mosaico (Apêndice E) dinâmico, ou seja, uma combinação/associação entre práticas tradicionais e modernas, resultantes de um processo que inclui tensões entre as imposições externas e a persistência para manter a identidade. Essa condição existencial dos camponeses está registrada simbolicamente no trecho do “Hino da Família Cabral” que reforça a ideia de resistência e autenticidade.

Teimo o que sei, e o que não sei só pra
Confundi ocêis, na teima não me rendo
Persisto até o final
Sou Cabral, sou teimoso, sou original (Márcio Cabral).

Desse modo, a paisagem reflete não apenas a organização física do lugar, mas também os valores, as crenças, os costumes que dão significado àquela porção do Cerrado, tornando-a um “arquivo vivo”, repleto de sentidos, sons, cheiros e sabores que conferem originalidade ao lugar.

Essa proposta deixa evidente as heterogeneidades da paisagem salgadense, bem como revela a lógica dos arranjos e conteúdos socioculturais e produtivos ao realizar uma incursão às paisagens, com as quais os camponeses se relacionam, encontram-se, reconhecem-se e que, por meio das quais, viabilizam suas relações.

Nessa lógica, consideram-se os dois núcleos comunitários no Salgado: um representado pela igreja e a escola, e o outro, pela venda Cinco Irmãos, pelo campo de futebol e pelo cemitério; e também as propriedades, que incluem a casa, o terreiro, o curral e as pastagens, como os lugares vividos, nos quais os camponeses realizam

ações tanto práticas quanto simbólicas; ações essas que, ao longo do tempo, foram se integrando à paisagem cerradeira, reveladora das percepções que os salgadenses têm do Cerrado.

Para compreender essa relação com o Cerrado, procura-se analisar as práticas de uso e manejo da natureza, os saberes tradicionais, as construções e as transformações socioculturais que moldam a paisagem, a cultura e os modos de vida. Antes, porém, faz-se necessário apresentar a toponímia do lugar, uma vez que ela contém narrativas condensadas que elucidam o processo de construção dos seus modos de vida, que é igualmente definido pelas formas simples de lidar com o Cerrado, incluindo o modo como as famílias percebem, utilizam e se relacionam com a natureza.

Portanto, considera-se a toponímia a porta de entrada, para se compreender os processos de construção da paisagem cerradeira daquele lugar, bem como as camadas temporais e os sentidos que lhes dão características particulares.

2.1 Salgado: do nome ao lugar

Esta casa não tem nome
Pois agora eu vou pôr
Com licença da senhora
Ela chama “linda flor”.
Morena tem dó de mim – refrão
(Brandão, 2009, p.16).

Inicia-se a discussão sobre a toponímia com esse refrão de uma cantiga de roda, citada por Brandão (2009, p.16), pois, ao fazer referência à simplicidade e à inocência rústica da quadra da cantiga, o autor ensina que essa pode sobrepujar movimentos da vida, princípios fundamentais dados pelos sujeitos às vivências e aos espaços criados por eles.

Com base nessas concepções, entende-se que o próprio nome da comunidade pode “compartir natural-e-culturalmente” significados e sentidos dados pelos sujeitos que ali criaram e criam seu mundo e suas vidas, como assinala Brandão (2009).

Desse modo, mesmo que o estudo da toponímia não seja o foco desse trabalho, percebe-se que, para falar da comunidade rural, é necessário recorrer ao nome de batismo da comunidade, conforme assevera Brandão (2009), Tavares e Velasco (2020), Claval (2007), Seemann (2005), que assinalam a importância dos nomes e os

significados ali fundidos.

Isquerdo (2008), Corrêa (2003) e Silva (2020) demonstraram que, pelo nome, é possível recuperar aspectos históricos e culturais do grupo social que o constitui em determinado espaço, configurando-o, assim, como um referencial importante para desvelar a origem da comunidade. Silva (2020), acrescenta ainda que a toponímia, remete:

[...] não apenas à identificação de uma história pretérita, mas sim, a um elo fundamental da interação dos homens com o meio, de suas formas de ocupação e uso do território, assim como do estabelecimento da própria relação em seus espaços de vivência e paisagens, configurando-se, nesse sentido, como um patrimônio cultural importante dessas populações (Silva, 2020, p.292).

Ademais, essa lógica pode ser justificada pelo fato de que “[...] a ação de atribuir um nome a um lugar cristaliza diversos fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo/comunidade que habita o espaço geográfico [...]” (Isquerdo, 2008, p.34). Nesse sentido, a toponímia de um lugar carrega consigo uma história, que pode derivar de diferentes proveniências que resultam em determinantes como aspectos históricos, geográficos, características do lugar ou nome de pessoas, entre outros.

Seemann (2005, p.209) entende que, “pelo ato de nomear, o espaço é simbolicamente transformado em lugar, que, por sua vez, é um espaço com história”; acrescenta Tuan (1983), com significados, traduzidos pelas vivências, tradições, saberes e fazeres humanos. Desse modo, pensar a toponímia, é pensar a origem e a evolução do lugar, portanto, significa entendê-la como um processo que se revela nas trajetórias coletivas e individuais, manifestadas nas histórias e nas práticas socioprodutivas e culturais.

Não foi diferente com a Comunidade do Salgado. Não se sabe ao certo, mas as famílias entrevistadas contam que o nome da região surgiu em razão de um acidente de percurso com um carro de boi, às margens de um córrego existente no local. Logo, é uma narrativa originada de uma história passada pela oralidade entre os moradores do espaço da vida e da experiência, que advém do período da sua colonização da então comunidade denominada Salgado.

Desse modo, a denominação do topônimo Salgado remonta à época em que era comum a utilização dos carros de bois, que constituíam-se, basicamente, em um

dos meios de transporte mais utilizados à época, principalmente, para o transporte de alimentos e ferramentas de trabalho, como também para a família (Figura 8). O relevo ondulado e com morros testemunhos, comum naquelas áreas da comunidade, influenciou significativamente a sua utilização e a abertura de estradas carreiras, pois era a solução adaptada ao ambiente.

Assim, os carros de bois ultrapassavam os arredores da comunidade para buscar mercadorias em Rio Verde, Quirinópolis e no estado de Minas Gerais, mais especificamente no Triângulo Mineiro, e, como naquela época não se dispunha de pontes, precisava-se realizar a travessia pelos leitos dos córregos, muitas vezes em condições ruins, o que dificultava a passagem e provocava atoleiros e pequenos acidentes.

Naquele tempo, chovia muito, não era qualquer lugar que também passava não, os boi atolava tudo né? Se os boi não atolasse, se só o carro que atolasse, passava [...] O córrego era aqui, em comparação, então lá atola, atola tudo, atola os boi, atola o carro, atola tudo. O carro passa de rasto no barro, mais aí os boi era, se pegava mais boi assim, e ficava mais cumprido. Os de diante o barro tava mais, assim, ele ainda passava mais ou menos, os outros o barro tava mais mexido, mais mole, mais os de diante judava, puxava e saia meio nadano no barro assim e saia do outro lado. Aí depois que a boiada passava, o carro passava de qualquer maneira, passava de rasto (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Figura 8: Carro de boi (década de 1980) - utilizado tanto para o transporte da família, como também para o transporte de cargas (madeira, alimentos e ferramentas de trabalho).



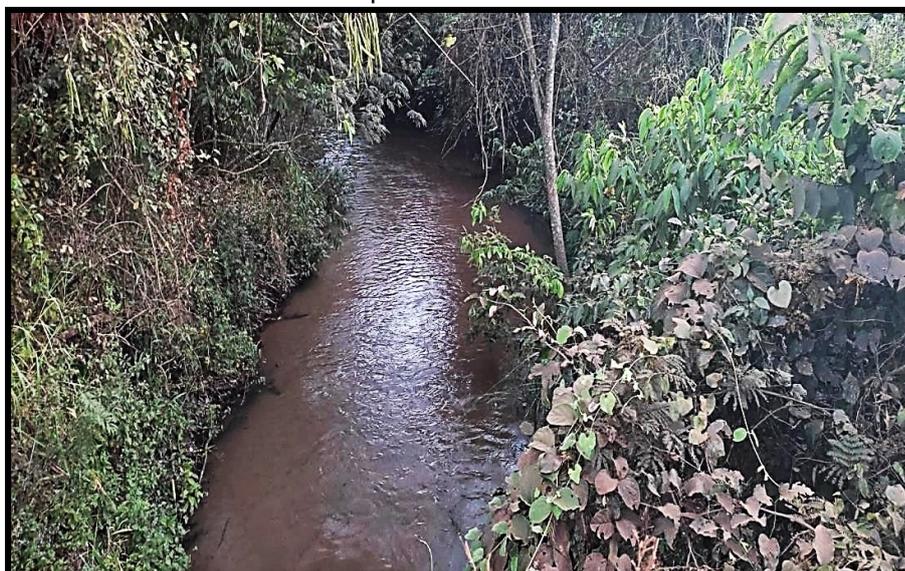
Fonte: Álbum de fotografias de Francisco Gualberto Cabral (2023).

Nesse período, as famílias possuíam propriedades quase autossuficientes, saíam de casa somente para comprar mercadorias não produzidas no local, como a

querosene e o sal, um dos principais produtos adquiridos em Uberaba-MG. Em uma dessas viagens de retorno, o carro de boi, carregado com sal, tombou às margens de um córrego, derramando todo o sal em seu leito.

Sugestivamente, o fato ocorrido ocasionou a denominação do córrego de “Salgado” (Figura 9), que nasce na serra da Cachoeira (conhecida pelas famílias como Serra do Salgado) e deságua no Rio Preto, passando, então, a comunidade também a receber o mesmo nome. “Inspirada nesse fato, a denominação foi assim consagrada pela tradição local e pela aceitação popular” (Martins; Rossi, 2014, p.523).

Figura 9: Vista parcial do Córrego Salgado, o qual nomeia a comunidade e as propriedades que fazem parte da comunidade.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

Curiosamente, dentro da comunidade, o nome contém significados específicos. Nas áreas da cabeceira do Córrego do Salgado, onde, de acordo com alguns entrevistados mais velhos o carro de boi tombou, é conhecido como Salgadinho; do médio curso até o Rio Preto, denomina-se Salgado. Ao tentar compreender essa lógica, alguns entrevistados disseram que “ainda tem muita gente que fala lá no Salgadim, que qué falá lá perto da escola, fala Salgadim. Que aí quandoês vai referi quando tá lá pra cima, lá no Salgadim (Cabral 09, Entrevista, 2024).

A explicação também para essa lógica logo é exposta: “[...] eu tenho na minha cabeça que é porque aqui o córrego já é maior, né? O Salgado aqui é maior, e lá é só um córrego lá, né? Ele nasce lá no pé da serra lá, e aí aqui já juntô mais córrego, né? Quando o Salgado chega aqui, o córrego Salgado já tem mais córrego junto” (Cabral 08, Entrevista, 2024). Essa referência da entrevistada corresponde à largura e ao volume

de água do córrego, pois nos primeiros trechos de sua nascente, tal largura é menor em relação à parte mais baixa e, no médio curso, recebe águas de outros córregos tributários. É fato que apenas os mais velhos e os adultos reconhecem e faz uso dessa definição, pois os jovens apenas identificam o lugar como “Salgado”.

Observamos que as motivações toponímicas da comunidade estão alinhadas às características naturais e fortemente aos elementos histórico-culturais, pois remontam à memória de fatos e acontecimentos que subsidiam a história do passado da comunidade. Vale destacar também que a toponímia influenciou, em grande medida, na denominação das propriedades, que levam o mesmo nome da Comunidade do Salgado.

Geograficamente, essas propriedades estão concentradas em toda a extensão das margens dos córregos Salgado e Guerreiro, local em que o povoamento pode ter iniciado. Ademais, o fato de as propriedades carregarem o nome oficial da comunidade, reflete a importância do processo histórico de (re)ocupação e formação daquele território.

Ao questionar sobre os motivos de as propriedades terem a mesma denominação do córrego e da comunidade, as respostas são sempre as mesmas: fazem referência à família e ao sentimento de pertencimento ao lugar, ou seja, os sujeitos dali lembram-se dos antepassados e das histórias contadas pelos pais e avós. “[...] nunca teve essa questão de falá, não, vamo pô um nome na [...] nem quando era do antigo pai. [...] eu não, nunca tive essa vontade não. Fica Salgado mesmo! Igual aqui também, igual, eu a vida toda também foi aqui no Salgado” (Cabral 09, Entrevista, 2024). Além dos fatores culturais e emocionais, as questões burocráticas parecem colaborar para que as famílias mantenham o nome antigo da fazenda, tendo em vista que isso pode ser um processo que exige tempo e recursos financeiros.

Tais percepções permitem argumentar que, ao manter o mesmo nome do lugar nas propriedades, também os sujeitos assumem a história do lugar, contada, repassada, reproduzida de gerações passadas, portanto, uma forma de manter a história sempre presente. Esse fato demonstra que “[...] a denominação dos lugares não é uma referência descrita, mas se confunde com a percepção e a história de vida das pessoas” (Seemann, 2005, p. 2010) que (re)ocuparam, organizaram e construíram o espaço, imprimindo ali as suas marcas.

Desse modo, verifica-se que a toponímia da Comunidade do Salgado preserva elementos da história de vida de um grupo social, que se encontram guardados na

memória e na imaterialidade, as quais compõem a cultura e as relações sociais estabelecidas no lugar. O geógrafo francês Claval (2007, p.189) conclui que:

A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (Claval, 2007, p.189).

As concepções de Claval (2007) permitem salientar, ainda, que, no caso da Comunidade do Salgado, a toponímia expressa um conjunto de significados que escrevem a história do lugar uma vez que, em seu interior, as memórias, as experiências e as vivências das famílias são evocadas pelo próprio nome, como expressa Silva (2020), ao estudar a toponímia e as ruralidades dos quilombos de Alto dos Bois, em Minas Gerais e do Sítio Alto, no Sergipe.

Portanto, deve-se considerar que a toponímia contém elementos identitários, que possibilitam famílias encontrarem-se, reconhecerem-se uns aos outros como possibilidades daquilo que são: heterogêneos, ou seja, complexo e diversificado. Segundo Seemann (2005, p.210), “deve-se entender essa ‘história espacial’ como uma ‘história social do espaço’, isto é, uma preocupação com as formas espaciais (nesse caso os nomes de lugares) através de uma cultura que expressa a sua presença”.

Desse modo, todo arcabouço histórico e cultural revelado pelo topônimo Salgado ilustra a apropriação do espaço por um grupo cultural, o que é um importante elemento indeniário de um grupo social (Corrêa, 2003, p.176). Desse modo, fica evidente que a toponímia encontra-se entrelaçada à própria história das comunidades e que, pela própria nomeação, o recorte espacial transforma-se em lugar de pertencimento, de sentimento, de identidade e de territorialidade. Corrobora com esse entendimento Tuan (1983, p.151), ao frisar que “o espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado”, posto que, abriga símbolos e lembranças (Brandão, 2006).

É importante considerar que a toponímia, além de refletir aspectos culturais e históricos no lugar, também revela que os sujeitos incorporam conhecimentos técnico-científicos para utilização e interação com o Cerrado. A ciência se manifesta nos saberes e técnicas tradicionais, aplicadas à produção do lugar, o que influencia a forma como se percebe e se utiliza o espaço/natureza.

Os modos de vida deixaram, ao longo do processo de formação do lugar, registros singulares de sua presença na toponímia, tanto que pelo nome “Salgado”, é possível perceber a relação simbólica desenvolvida na época da (re)ocupação do lugar e como essas memórias e vivências continuam a influenciar as famílias que ali vivem. Por isso, “ao prestar mais atenção nos nomes, será possível adquirir mais conhecimentos sobre os lugares e suas culturas vigentes” (Seeamann, 2005, p.221).

Esses aspectos fazem parte da vivência e deixam marcas na memória, cristalizando-se no tempo e no espaço por meio da identidade sociocultural dos sujeitos do lugar, de modo que, ao pensar o lugar Salgado, logo é possível associá-lo ao meio físico e cultural, que, por sua vez, reflete a toponímia. Diante desses fatos, entende-se que o nome “Salgado” represa um signo, e como tal, carrega sentidos e significados históricos, socioculturais, econômicos e ecológicos daqueles que tecem a realidade. Por esse motivo, o olhar e as discussões seguem na rota de desvelar os símbolos e significados que se apresentam emaranhados às vivências no/do lugar.

De modo específico, é premente considerar que o lugar das vivências está enraizado em solo cerrado, e que, portanto, seus significados encontram-se fundidos nas especificidades da paisagem. São representações historicamente construídas por meio de uma relação íntima entre sujeito/natureza, cuja combinação concretiza formas reais da existência humana que, na singularidade, complementa o mosaico humano do Cerrado goiano.

2.2 Representações simbólicas do/no Cerrado: a construção da paisagem camponesa

O Cerrado proporciona paisagens que reproduzem um mosaico de formas humanas em associação às formas físicas. São representações que abrangem diferentes manifestações simbólicas construídas historicamente pelos grupos sociais. Logo, é “[...] um produto da apropriação e da transformação do ambiente em cultura” (Almeida, 2008, p.47). Trata-se, pois, de uma dinâmica que combina natureza e humanidade e produz realidades singularizadas, como forma de explicar a própria existência humana na Terra.

Para continuar tecendo essas reflexões, julga-se fundamental caracterizar o Bioma Cerrado, espaço das mais intrínsecas relações sujeito/natureza, forjadas no tempo-espaço pelos povos do Cerrado, que o concebem como “lar”, no sentido mais

próximo e íntimo, em consonância com os teóricos aqui referenciados, os quais caracterizam o Cerrado como base vital de existência das comunidades camponesas.

Geograficamente, o Bioma Cerrado ocupa uma área de 2.036.448 km², localizado no Brasil Central, o que equivale a 23,92% do território brasileiro. Assim, entende-se que o estado de Goiás é privilegiado por possuir toda sua área coberta por essa vegetação que se associa a diferentes classes de solos, formações geológicas e relevo, aspectos que, combinados com as condições climáticas, geram variações fisionômicas capazes de elaborar cenários específicos em cada lugar (Costa; Olszewski, 2008).

Nesse Bioma, há vários ecossistemas, com variações em suas características, perceptíveis pelas suas fisionomias. Chaveiro e Castilho (2007, p.5), a partir de Walter e Ribeiro (1998), sintetizam os ambientes do Cerrado ou fitofisionomias em: campos limpos, campos sujos, cerrado *stricto sensu*, cerradão, matas secas, matas úmidas (de galerias e ciliar), veredas e cerrado rupestre, ambientes esses constituídos por uma rica biodiversidade na fauna e na flora. Seu clima é tropical, com duas estações bem definidas: seca e úmida. O solo é carente em nutrientes, no entanto, é rico em ferro e alumínio.

Outra característica marcante do Cerrado é o relevo predominante formado por chapadões, serras, com extensas áreas planálticas, vales e planícies. Além disso, é considerado como o “berço das águas”, por comportar as três maiores bacias hidrográficas da América Latina: Araguaia-Tocantins, Paranaíba e São Francisco (Chaveiro; Castilho, 2007, p.8). No município de Quirinópolis, esse planalto tem como característica relevos ondulados, com variações de suave a fortemente ondulado, com trechos acidentados. Esses, porém, estão presentes somente nas áreas de furnas, locais próximos às serras (Fonseca, 2010), com elevações entre 400 e 800 metros, intensamente entalhadas pela rede de drenagem tributária do rio Paranaíba, o que dá base para a formação de relevos tabulares (Santos, 2002) como os que emolduram a paisagem do Salgado.

Ante o exposto, é premente registrar que o Bioma aqui apresentado, no passado, foi visto com preconceito. A estética das espécies vegetais, a localização, a qualidade dos solos, considerados pobres e improdutivos, foi a base vital do ciclo de vida humana, das comunidades tradicionais, como anunciado por Cabral 06 (Entrevista, 2023). Foi esse Bioma que ofereceu as condições de sustento, bem como os meios para garantir a descendência da família por meio da economia de consumo.

Mendonça e Pelá (2011), Chaveiro e Castilho (2007), Chaveiro (2008) esclarecem que o discurso negativo sobre o Cerrado foi construído pelo imaginário economicista, ou seja, pelos “de fora”, que enxergavam o mundo pelas lentes europeias. Contraditoriamente, os povos do Cerrado desenvolveram relação íntima com a natureza, transformando um “solo de terra em um chão de sentidos” (Brandão, 2009), bem como a sua paisagem numa pintura singularizada na composição geral do mosaico.

Assim, o mosaico de paisagens do Cerrado é uma representação material e simbólica de como os grupos sociais “[...] interiorizam o espaço e a natureza e os integram aos seus modos de vida” (Almeida, 2008, p.47) em dado momento. É, portanto, uma reprodução do imaginário social, como forma de expressar aquilo que as palavras não são capazes de narrar, mas posto aos sentidos do corpo, é passível de interpretação. Nesses termos, o Cerrado concretiza uma construção real e simbólica, mergulhada na história e nos saberes/fazer, pelos quais os sujeitos promovem relações com o meio e estabelecem seu modo de vida na comunidade.

Desse modo, as paisagens do Cerrado são muito mais do que mera representação estética da realidade, pois elas estão imersas de significações e contrastes que refletem mundos e percepções da natureza. São representações culturalmente modeladas de forma intencional, constituindo camadas de sentidos (Corrêa; Rosendahl, 1998, p.9), concretamente espacializadas em cada canto do Brasil Central. Nesse sentido, entende-se que esse universo de representações é construído pelas vivências de seus habitantes e definido pelos seus modos de vida.

Para compreender as variadas paisagens do Cerrado e a dinâmica de sua constituição, busca-se em Silva (2007, 2012), Almeida (2008), Chaveiro (2008), Chaveiro e Castilho (2007), entre outros autores, as colaborações para essa reflexão. Com fundamentos desses teóricos, parte-se da concepção de que o mosaico paisagístico do Cerrado resulta de uma lógica ligada à produção da natureza, processo que implica tempo e espaço e uma dinâmica pela qual se formam valores culturais que permeiam o seu território. Isso implica considerar que eles produziram natureza a partir do valor de uso, no entanto, não refuta a ideia de que foram atingidos pela lógica do valor de troca, difundida pelos modos de produção capitalista.

A partir de Brandão (2009, p.21), é possível compreender que, mesmo submetidos por essa lógica, a qual impõe novas formas de se relacionar com a natureza, não significa, ao menos para os camponeses do Salgado, que o valor de

uso (o valor da terra para viver) submete-se ao valor de troca (o quanto ele vale em dinheiro). A terra e o lugar têm o significado de “lar”, o que não tem preço e, sim, valores associados ao trabalho e à família, mesmo com os desafios ligados à conquista da vida.

Essa perspectiva se manifesta nas estratégias de preservação das nascentes e córregos, haja vista que, como “lar”, o Cerrado é vital para o desenvolvimento da atividade leiteira, que o é igualmente para a existência, bem-estar e reprodução social da família. Por isso, o manejo dos bens naturais precisa ser muito cuidadoso, como relata Cabral 13:

Igual essa árve aqui. Essa árve aqui, em cima de casa, eu tô pensano aqui de fazê uma casa tem muitos ano, fazê um barracão aqui, mais de certo vô tê que mudá de [...] fazê um espaço, um espaço mais pra lá, que eu num tem corage de cortá. Num tem corage! É fresquim, no tempo de calor é fresquim. Aí chegá aí, cê vai cortá e dismatá é um calorão danado e [...] aí caba, da moda do oto, caba com a, eu acho que é, com o conforto, né? (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Essa lógica vai gerar um conjunto de representações baseadas na ação cultural cravada na relação sujeito e natureza. Nesse ponto, Claval (2007) esclarece que a cultura é responsável pela mediação sujeito/natureza, mas ela só se efetiva pela ação dos sujeitos no espaço.

Quase ninguém mexe com água do córgo, não, porque tá poquinho, cumé que tira uma água do córgo? É poquinho. [...] eu num mexo no córgo não, porque se todo mundo fizesse isso, Gladis, preservasse as natureza, a bera do córgo, num dexasse o gado decê, asveis, quem sabe num mudava um poco. Então eu já fiz isso aqui, já jogo a água nus tanque pra bebê, o gado num desce na bera do córgo (Cabral 02, Entrevista, 2023).

São essas ações que efetivam os modos de vida e criam uma linguagem comum dentro de um mesmo grupo, reproduzindo paisagens submersas por símbolos que abarcam as relações sociais e de trabalho, alimentação, moradias e representações religiosas, de afeto, entre outras.

Claval (2007) registra que, se a cultura é agente mediadora das relações do homem com a natureza, a racionalidade que a move é sustentada por percepções e visões distintas da natureza e as suas formas de uso e ocupação, como revela a paisagem do Cerrado.

Para dar luz a essa reflexão, Silva (2012) oferece duas vertentes

interpretativas: “Cerrado-mercadoria” e “Cerrado-habitat”. De uma maneira dilatada, acredita-se que essas duas visões forneçam subsídios teóricos para compreender o papel da cultura na construção da paisagem do Cerrado, bem como entender as especificidades que emergem em meio a uma concepção mais estilizada nesse século XXI.

A primeira é herdeira da vertente dominante e hegemônica de nossa história agrária, baseada nos ciclos agroexportadores, que se basearam no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo [...]. A segunda é herdeira de nossas camponêsidades indígenas e mestiças, que orbitaram nas franjas dos latifúndios e nos espaços marginais, isolados e formaram as chamadas comunidades rurais, e, também, de parte do colonato europeu que constituiu e constitui a pequena propriedade do sul do Brasil (Silva, 2012, p.10).

Nesse contexto, a construção da paisagem camponesa emerge como uma representação simbólica do modo de vida das comunidades rurais que habitam o Cerrado, de modo que tal construção se reflete nas formas de uso e apropriação da natureza e da racionalidade “Cerrado-*habitat*”. Ressalta-se que o termo *habitat* no contexto do campesinato, segundo (Silva, 2007),

[...] é lugar de criar hábitos, de manifestação permanente das territorialidades que conferem uso e sentido ao território – a experiência total do espaço. O habitat pressupõe conexão com o ecossistema, ao contrário da separação moderna entre ser humano/natureza (Silva, 2007, p.58).

Brandão (2009) também oferece sua contribuição para a aplicação desse termo na concepção do Cerrado-*habitat*, associando-o a um patrimônio. As razões para esse entendimento centram-se na concepção de que o *habitat* dá sentido de “lugar”, de “lar”. Isso ocorre, porque, ao transformar instrumentalmente a natureza, transforma-se o espaço em um “chão de sentidos” capaz de forjar identidades.

À luz de Tuan (1980), Buttner (1985), Holzer (1999a) e Relph (1979), o lugar aqui enunciado é o espaço vivido e experienciado, constituído em função de um tempo e de uma lógica social. Logo, esse conceito é capaz de revelar os modos de ser e de existir dos sujeitos que vivem no lugar, ou seja, um processo que inclui temporalidades distintas, que se acumulam, tornando-o “lugar da existência” (Relph, 1979) e “[...] um centro de significado construído pela experiência” (Tuan, 2018, p.5), e por extensão, um forte elemento de comunicação e de linguagem (Holzer, 1999a).

É preciso esclarecer que o lugar também é contraditório. Deve-se observar que, no Salgado, a dinâmica da vivência é atravessada pelas lógicas dominantes, as quais se desdobram na ação do capital no campo, com suas determinações e exigências, como é o caso da modernização da pecuária leiteira, nas pastagens cultivadas e nos sistemas e manejos agropecuários. Essas mudanças, embora sejam compensatórias para as famílias, no plano da existência e suas implicações, aparecem como percalços no cotidiano, especialmente, porque promovem a desarticulação dos modos de vida percebidos pelos sujeitos, com maior intensidade na vida social.

Como evidência da noção de *Cerrado-habitat* ou lugar/espço vivido, menciona-se a Comunidade rural do Salgado, que perdura por sete gerações em terras cerradeiras e contempla um modo de vida construído no processo histórico, a partir da forte relação com os córregos, com o solo e com a vegetação, além do relevo, clima, chuvas e estiagens, para o desenvolvimento dos meios de vida, como explica um dos entrevistados:

Cada um catava um pedaço de bera de serra e fazia a roça. O João Rosa, mesmo fez muita roça lá perto daquela furna lá. [...] eu ainda tava falano pro Zezé, eu ainda lembro bem quando o papai fazia roça. Fazia lá perto da furna, quando chegava setembro, falava: [dias] seis, cinco e seis nós vai prantá o milho, dia sete a chuva caía [...] mais num dava otra, chegava o dia sete a chuva caía. Mais dava milho com gosto, nossa senhora! (Cabral 01, Entrevista, 2023).

Essa racionalidade ecológica inserida na cultura camponesa do Salgado, teorizada por Silva (2007, 2012), é também defendida por Brandão (2009) e K. Woortmann (1990), para os quais essa noção aparece engendrada na relação com a natureza, enquanto casa, *ethos* da vida, e não como concepção capitalista de uso e apropriação para a maximização do lucro.

Brandão expõe, de forma clara e simples, nos vários diálogos com os sujeitos da terra, nas obras “No rancho fundo: espaços e tempos no mundo rural” e “O afeto da Terra”, a noção de identidade, de sociabilidade e de modos de ser desses sujeitos “errantes”. Geralmente, esses conceitos manifestam-se articulados na relação com a natureza, sob a forma de um *ethos* camponês. Já para K. Woortmann (1990), essa noção aparece como uma campesinidade.

Assim, é notório que a leitura das paisagens camponesas se torna uma tarefa complexa, pois, ao não se acessar a realidade, corre-se o risco de se afastar das vivências e das estruturas que sustentam seus modos de vida. Entretanto, interpretá-

las requer, antes de tudo, entender o Cerrado como um “[...] patrimônio integrado de vida em que participam as classes de vegetação, as bacias hidrográficas, o relevo, o solo, o seu espaço, a sua cultura, os seus símbolos, a sua gente, a sua arte, os diferentes modos de vida que aqui se constituiu” (Chaveiro; Castilho, 2007, p.2).

Nesse sentido, é pertinente salientar que as paisagens camponesas demonstram concretamente que o Cerrado (simbólico e material) é, antes de tudo, um lugar que fala de vida, que conta histórias, que alimenta corpo-alma-espírito. É vida, é abrigo, é acalento, é remédio, é morte. É começo e fim. Essas não são palavras desta pesquisadora, pois trata-se de uma interpretação das palavras de Cabral 06 (Entrevista, 2023), um camponês nascido e criado na Comunidade do Salgado, que, de forma simples e inundado de certeza, dispara que “da vida à morte, o Cerrado dava de um tudo”.

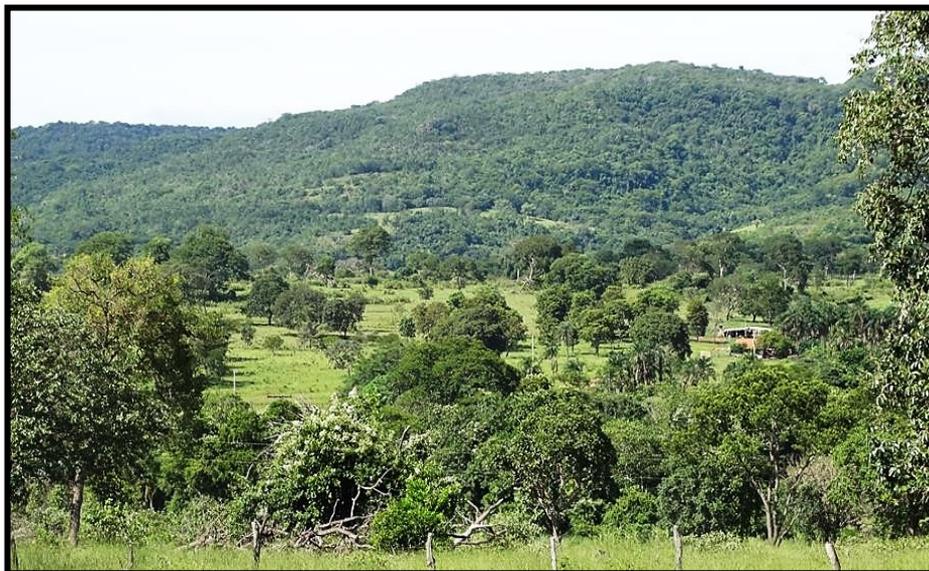
Ao fazer uma análise mais profunda dessa fala, é possível considerá-la a partir de duas perspectivas. Primeiro, admite-se compreender que o Cerrado deixa de “dar”, quando muitos dos herdeiros da terra já não estão no lugar, portanto perde a conexão, com os meios de vida tradicional. Segundo, a referida fala expressa a mudança na relação sujeito/natureza, a qual era mediada e regulada pelos ciclos naturais, mas, com a modernização, tal relação passa a ser intermediada por máquinas, equipamentos, insumos, promovendo transformações entendidas como perdas de conexão direta com a terra/Cerrado. Ambas podem ser traduzidas na seguinte metáfora: “ninguém nem pega no peito da vaca para tirar o leite” (Cabral 24, Entrevista, 2023) e explicada no trecho a seguir:

[...] hoje cê tem muito avanço e num tem tempo pra nada, né? É uma correria doida, né? Ixi! Lembro quando nós passava quando nós era soltero, quando era minino, né? Saia junto com os pai aquela turma pra passia nas casa dos vizim. Hoje quem fais isso? Se ocê fô nas casa dos vizim pra passia cê tá atrapalhamo ele (Cabral 25, Entrevista, 2023).

Tal constatação deixa claro que somente, a partir de uma interpretação que abrange a totalidade do Cerrado, é possível compreender sujeito e natureza como uma relação permeada por valores culturais como memória, solidariedade e pertencimento. Conclui-se, pois que as paisagens camponesas, como parte integrante do mosaico de paisagens do Cerrado, representam “[...] um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’ interna, que une todos os elementos” (Dardel, 2015, p.30, grifo do autor), enfim, uma reunião de

fatores físicos e culturais, que não perde a formatação intersubjetiva (Holzer, 1999b). (Figura 10).

Figura 10: Vista parcial da paisagem na Comunidade do Salgado, a qual revela uma integração dos elementos físicos e humanos em dado momento. Essa paisagem é uma representação simbólica do lugar da existência do camponês, fixado em sua maioria no fundo de vale, cercado pela vegetação nativa, incluindo as matas ciliares e de galerias, cercas, propriedade privada, técnicas, pastagem para o gado, capim braquiara.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2014).

Como representação simbólica do “lugar da existência”, tem-se a paisagem do Salgado, representada na Figura 10, como resultado de um processo de produção da natureza. Desse modo, elementos como o capim braquiara, pastagens para o gado, cerca, propriedade privada e técnicas de manejo evidenciam a forma pelas quais as atividades moldam e organizam o espaço do Cerrado para a existência dos sujeitos, os quais integram a comunidade que ora se estuda: os “Cabrais do Salgado”. Nesse processo de construção da natureza, o pasto sombreado, como herança do saber/fazer, comparece como estratégia em que o valor de uso medeia a relação dos camponeses com o Cerrado, e pode ser justificado na fala de um dos pesquisados:

Um gado sem sombra vai fazê o que? [...] vaca se num tivé a sombra pra és discansá, o dia que as vaca, vamos supô, se elas tivé alí pra cima e ficá no sol, pode sabê que di tarde o leite vai minguí. A vaca tem que discansá na sombra. Ela vai pastá e vai pa sombra. Ai que ela vai dá o leite. E água perto (Cabral 07, Entrevista, 2024).

Verifica-se, a partir dessa evidência, que o valor de uso dos elementos físicos representa para o camponês, não apenas melhorar a produção e o bem-estar do gado,

mas também a conservação ambiental e a sustentabilidade, pois, o Cerrado é o meio pelo qual o camponês reproduz a família naquele chão. Assim, a avaliação é feita pelos próprios camponeses, que perceberam a importância de conservar os pastos entremeados por vegetação nativa:

Se o pasto, vamo supô, se a pessoa tivé deiz alquer de chão, aqui eu tenho duas árvore aqui, lá o cara não tem, entende? As vaca vai tudo praqui. Como é que ela vai saí pra lá pa pastá? O sol tá quente, né? Ela vai pastá alí e vai pa sombra. A vaca de leite é muito [...], iiiii se elas ficá no sol, lá, cê pode sabê que a produção vai lá em baxo. Muito bão! Aqui pra nós hoje é o leite, viu? Num tem muita coisa, nós tem o chão pequeno (Cabral 07, Entrevista, 2024).

É pertinente ponderar que as condições geográficas e físicas tiveram papel fundamental na formação dos modos de vida da comunidade, haja vista que o ambiente influencia diretamente nas relações comunitárias e na interação com a natureza. A declividade acentuada, os trechos acidentados, próximos à Serra do Salgado, conhecidos como áreas de furnas, ajudam a explicar as razões pelas quais o carro de boi, o ofício de carreiro e as práticas religiosas e de ajuda mútua se tornaram fundamentos da vida sociocultural do lugar.

O relevo define até mesmo o lugar para erguer o cruzeiro (em cima da serra), por ser o caminho mais difícil para realizar a penitência e as procissões, de modo a legitimar um lugar de encontro com o sagrado, além de esse ser motivo para se reunir as famílias. As dificuldades de acesso, o relativo isolamento em relação às cidades e às áreas acidentadas favoreceram também a elaboração de estratégias de cooperação, como os mutirões, pois “[...] a terra de serra era uma terra de primera. [...] antigamente aquela terra que o maquinário num andava é que era terra docê prantá e produzi, era naquela terra, porque alí que era terra boa” (Cabral 06, Entrevista, 2023). Portanto, eram os locais escolhidos para o plantio.

Se, por um lado, as condições físicas do Cerrado explicam a existência das relações comunitárias, por outro, de acordo com Santos (2023), colabora para a permanência das práticas socioprodutivas, tendo em vista que o relevo acentuado, o solo propenso à erosão e a distância das usinas sucroalcooleiras não viabilizam a apropriação de grande parte da área da comunidade pela agroindústria. Dito em outras palavras, “antigamente a terra de serra era uma terra de primeira. Hoje uma terra que ninguém qué nem dado quais. Só serve pa criá bicho, porque só tem pedra [...] (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Nessa óptica, a paisagem do Salgado mostra que a relação sujeito/natureza é tão intrínseca que “[...] as nascentes, os rios, o solo, o relevo, as veredas, as classes de vegetação não podem sobreviver independentes de sua apropriação que é social e cultural” (Chaveiro, 2008, p.91). São os camponeses, filhos da terra, sustentados pela terra, que escrevem a sua existência nesse lugar e geram uma paisagem, um produto da apropriação material e simbólica da família “Cabral”.

Desse modo, ancorado em Dardel (2015, p.31), pode-se compreender que a paisagem camponesa tem o “[...] lugar [como] base e meio de sua realização”. Nesse pensamento, entende-se que a paisagem do Cerrado é um reflexo do lugar, e, como tal, resulta de um processo dinâmico que envolve interações entre o ambiente físico e as atividades, portanto envolve práticas e experiências que permitem aos produtores pastagens, sombra, água, redução de custos e melhor produtividade. Logo, a paisagem é produto da cultura e reflete a maneira como os camponeses se relacionam com a natureza.

A esse respeito, Nór (2013) argumenta que compreender os aspectos subjetivos inerentes à paisagem requer trazer o lugar para a discussão, posto que:

[...] a conformação física estabelece uma relação dialética com o componente social. As práticas sociais dão sentido ao lugar, e o lugar é fundador de tais práticas. As vivências e as relações sociais manifestam-se na paisagem dos lugares. Estas relações se dão, também, por meio de uma sobreposição de ideias, crenças, valores e sentimentos vinculados à dimensão imaterial (Nór, 2013, p.123).

A linha de raciocínio de Nór (2013) ainda é corroborada pelo estudo de Almeida (2008) sobre a “Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo”. Apoiada em outros teóricos, a autora mostra o Cerrado, denominado por ela, neste texto, de “Sertão” não como um lugar, mas como construções discursivas impetradas pelas formas de enxergar e de se relacionar com a natureza e com o mundo. Daí “[...] a sociedade localizada em um ambiente de cerrado e de caatinga, apesar de constituir-se uma unidade totalizada, é múltipla” (Almeida, 2008, p.53). Motivo pelo qual o Cerrado é sempre aludido tanto na mídia quanto em estudos científicos como um mosaico, assim como se fez no início desse texto.

É fundamental destacar que essa multiplicidade de paisagens é constituída e ordenada no lugar, “[...] pela combinação específica de variáveis, representadas por seu meio ecológico, pelas possibilidades técnicas disponíveis e desenvolvidas, pelas

relações sociais estabelecidas e pelos padrões culturais próprios” (Nór, 2013, p.123), o que confere a ele um caráter singular, difícil de explicar (Buttimer, 2015), mas sentido pelo corpo (Carlos, 2007). Para Chaveiro e Castilho (2007, p.11), essa relação, em determinada comunidade tradicional, constrói uma paisagem em que combinam:

[...] monjolo com a bica, o ritmo compassado das batidas do pilão, os trieirinhos no imenso pomar, a mangueira, a goiabeira, os meandros dos córregos, os chapadões, os buritis elegantes, a familiaridade do cachorro de estimação com os donos, e também as ações sociais de fraternidade como o mutirão, a marca, o terço da roça, a novena para chover, os tapetes formados de folhas secas no inverno, a saliência dos ipês amarelos nas bordas dos vales – e outros tantos gradientes dos ambientes do cerrado – montam paisagens belas (Chaveiro; Castilho, 2007, p.11).

Como resultado, são paisagens diversas e singulares, imbuídas de realidades simbólicas e de signos indenitários, gravadas por cada comunidade tradicional que habita o Cerrado. “As tradições fizeram dessa terra uma Região, portanto lugar de constituição da vida. Viveram no Cerrado desde povos pré-históricos até a sociedade atual” (Chaveiro; Castilho, 2007, p.9). Na área do Cerrado que concerne à Comunidade do Salgado, vivem camponeses descendentes da mesma linhagem desde o século XIX.

Para ser mais claro, recorre-se a Souza (2013), ao se expor que a cultura camponesa, em sua forma particular, reflete na paisagem os saberes/fazeres construídos coletivamente:

O conhecimento medicinal a partir da vegetação do Cerrado, a utilização da roda d’água para o bombeamento de água até a residência ou tanques de dessedentação do gado, a utilização do solo para plantar complementos alimentares para a família (mandioca, abóbora, hortaliças e frutas), bem como a cana para o gado, são exemplos de como os camponeses de Pedra Lisa vinculam saberes e recursos naturais encontrados no lugar (Souza, 2013, p.122).

Além disso, no Salgado, a presença e o uso de instrumentos como fogão à lenha, fornalhas de barro, chiqueiros, utensílios domésticos e agrícolas tradicionais também contribuem para a construção da paisagem camponesa. Alguns desses instrumentos ainda estão em uso, enquanto outros foram ressignificados, mas testemunham fortemente a lida no trabalho.

A íntima relação dos camponeses com a vegetação do Cerrado destaca-se, de forma expressiva, haja vista o acúmulo do conhecimento popular das espécies nativas, das quais utiliza-se folhas, raízes, frutos, entrecasca e casca para a cura de

doenças, além dos frutos, que reforçam a alimentação. Há ainda os modos de cultivo tradicionais da horta e o uso de técnicas sustentáveis na pecuária, como a utilização de tanques de dessedentação do gado, o pasto sombreado e o pastejo rotacionado.

O conhecimento também se destaca na escolha da melhor madeira para fazer os postes da cerca, para fazer o cabo das ferramentas de trabalho, e até mesmo para a fabricação do “caixão”, como conta Cabral 06 (Entrevista, 2023), o qual, dentre vários, fez o do seu pai e o seu que, até pouco tempo atrás, estava guardado para o momento de usá-lo. Esses elementos simbólicos representam a ligação profunda dos camponeses com a natureza e a sua capacidade de adaptação aos recursos disponíveis no lugar, de modo específico o uso do solo, da água (córregos e rios) e da vegetação.

A soma dos saberes e fazeres e das relações sociais e de trabalho construídos ao longo do tempo, “[...] resulta em acúmulos culturais em que se imbricam as dimensões materiais e imateriais, bem como o forte vínculo com a natureza em que se inserem” (Suzuki, 2016, p.9). Tais evidências permitem ponderar que, nas comunidades tradicionais, o uso e a apropriação da natureza têm papel relevante, uma vez que promove a mediação “[...] na reprodução material e imaterial dessas culturas e sociedades, de forma permanente, por mais que extremamente dinâmica, já que é uma relação socialmente produzida” (Suzuki, 2016, p.4).

Na tentativa de compreender a raiz dessa concepção de Cerrado-*habitat*, bem como da cultura das comunidades tradicionais, sobretudo das camponesas, recorre-se a Cândido (2010, p. 56), que, ao estudar os caipiras de Bofete-SP, sob a perspectiva sociocultural, Cândido observa que as técnicas, os conhecimentos da natureza, a preocupação de manter um equilíbrio entre o grupo social, o meio e a economia de autoconsumo ou economia de consumo²⁹, como propôs Brandão (2009), pode ser compreendida a partir da herança do bandeirismo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Essa herança, segundo Cândido (2010), resulta da combinação cultural entre portugueses e o primitivo habitante da terra, atualmente chamado de povos originários.

Logo, a herança cultural do bandeirismo influenciou a forma como a sociedade

²⁹ Economia de consumo é a produção para reprodução familiar, a partir da produção para o consumo e da venda ou trocas de produtos por produtos, das famílias camponesas tradicionais, mas já integradas ao mercado, considerado como “economia de excedente de produção para além do consumo, o excedente comercializável” (Brandão, 2009, p.45).

caipira percebe e se relaciona com o meio, em face da necessidade do grupo social e mediante os conhecimentos dos recursos naturais. Esse convívio permitiu desenvolver técnicas e instrumentos rudimentares, para reproduzirem-se. Nesse sentido, para Cândido (2010), a casa de pau a pique, coberta de palhas e chão de terra; utensílios como gamelas, pote de barro, cuia, colher de pau, entre outros, a fabricação do açúcar, da rapadura e da garapa; e os costumes ligados à agricultura extensiva itinerante são traços de uma combinação cultural existente nos modos de vida dos caipiras estudados pelo autor.

Deixa-se claro, aqui, que o foco desta pesquisa não é discutir ou descrever a cultura caipira paulista, mas tão somente buscar referências para o entendimento da paisagem camponesa. Entretanto, o fato é que essa cultura vai (re)ocupar o Cerrado no final do século XVII e início do século XVIII. Nesse sentido, compreende-se a afirmativa de Silva (2012) de que as populações locais ocupam e usam a natureza de forma diferenciada do europeu, sendo, portanto, possível associá-las ao modelo caipira de Cândido (2010). Para isso, ilustra-se que os geraizeiros³⁰ desenvolvem seus modos de vida,

[...] combinando agricultura nos fundos de vale, criação de gado à solta e extrativismo na chapada (áreas de uso comum), além também da caça e do artesanato em muitas regiões. Isso sem falar de formas mais específicas contidas no bioma como os vazanteiros e barranqueiros do Rio São Francisco, os retireiros da planície do Araguaia, os pantaneiros etc (Silva, 2012, p.13).

Soma-se aos exemplos de Silva (2012) a paisagem da Comunidade Camponesa do Salgado, cuja construção teve início na primeira metade do século XIX, por um grupo de camponeses que fixaram raízes a partir dos seus modos de vida, estruturados na criação de animais e no plantio de roças rudimentares (Martins; Rossi, 2014).

A base da organização, do desenvolvimento social e os vínculos com a natureza se deram também nas áreas de fundo de vale, como ocorreu com a maioria das comunidades que se fixaram no município de Quirinópolis, no período da (re)ocupação do Sudoeste goiano.

Essa cultura rústica brasileira coexistiu tanto com as fazendas monocultoras quanto com as fazendas de gado, constituindo a base da produção do abastecimento para essas empresas e para os povoados, e expandindo-se

³⁰ Geraizeiro é a denominação usada para identificar as populações camponesas do Cerrado mineiro.

por todo o Brasil à medida que encontrava terras devolutas para reproduzir seu modo de vida (Diegues, 2000, p.28).

Os argumentos de Diegues (2000) admitem considerar que “à medida que o espaço é apropriado por outros sujeitos e por propósitos de uso econômico, os signos vão mudando, bem como o tempo e o espaço, o sentido que se dá à natureza e os seus elementos” (Chaveiro, 2008, p.92). Aqui é possível registrar que a cultura é invadida por novos valores, cujos interesses são contraditórios àqueles que concebem o Cerrado como seu “*habitat*” ou como “patrimônio de vida”.

A paisagem, então, revela uma associação de valores quanto ao uso da natureza evidenciando as especificidades humanas. Para Silva (2012), esse fato está ancorado no processo de colonização do Brasil e nas concepções da natureza. Assim, diferentemente dos camponeses locais, a apropriação dos europeus conta com outra lógica, que não inclui a questão do enraizamento e do pertencimento. Conforme Silva, os interesses são outros.

Este campesinaro europeu “exportado” para o Brasil, principalmente no final do Século XIX e início do Século XX para colonizar a região sul do Brasil, trouxe esta cultura de desbravador de floresta e de “agricultor do limpo”. Esta cultura, aberta para receber e introduzir os métodos modernos de cultivar, serviu não só para desbravar o sul do Brasil, como, no tempo mais recente, para abrir a chamada fronteira agrícola da Amazônia e do Cerrado [...] (Silva, 2012, p.13).

Como resultado, O Cerrado possui paisagens caracterizadas pela sua homogeneidade, resultante do modelo econômico e tecnológico adotado pelo capitalismo para viabilizar a produção agrícola, o que promove transformações no campo. Para Silva (2012), essas transformações, que têm como raiz a racionalidade econômica, imprime novo rótulo na relação com o Cerrado, o que ele vai chamar de Cerrado-mercadoria. Essa vertente que, segundo Silva (2007; 2012), abriga o conceito de agronegócio, será detalhada no quarto capítulo, ao se analisar suas influências diretas e indiretas no Salgado.

Como consequência dessa lógica em que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, atualmente, o Cerrado encontra-se bastante degradado. O agronegócio, com suas imensas lavouras tecnificadas, monocultura de grãos, como soja e milho, em grande escala, além da pecuária bovina, reduziu a vegetação a pequenos espaços. Esse processo é justificado sob o argumento de tornar o Bioma a área mais produtiva do país, em face da abundância de elementos naturais, denominados pelos

exploradores de “recursos”, que são transformados em mercadorias ou matéria-prima, como os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e as jazidas de calcário e fosfato.

Essa lógica, entretanto, retira do sujeito os meios que antes lhes promoviam fartura, impactando, em muitos casos, na “desterritorialização simbólica, um desapego aos lugares” (Silva, 2012) e, por conseguinte, no distanciamento da natureza e no enfraquecimento da identidade cultural e da sua autonomia.

A paisagem do Salgado também mostra que os camponeses participam desse processo de modernização implementada pelo capital, na forma das inovações técnicas e produtivas aplicadas, sobretudo à pecuária leiteira, estabelecendo novas relações de trabalho e, por conseguinte, com a natureza. Por isso, o Cerrado, no espaço ocupado pela comunidade, foi sendo raleado para dar lugar às pastagens.

Sobre isso, os camponeses fazem questão de destacar que a paisagem era muito diferente até por volta da década de 1960/1970, quando tal paisagem era constituída pela abundante vegetação e pelas culturas de subsistência (milho, arroz, feijão, algodão, café, entre outros). As roças de subsistência, bem como o cheiro, o sabor e as formas de produzir, definiam os modos com que os camponeses percebiam e se relacionavam com o Cerrado, como é evidenciado a seguir:

Porque a gente levantava cedo, cê trabaiava, cê trabaiava, era difícil, era braçal mesmo. Prantava o arrois, tudo que ocê consumia era produzido no chãozim, né? Às veis, fazia uma rocinha lá, uma curta berano o córgo, lá sê tirava seu mantimentim pro cê cumê, passá o ano. Era todo mundo desse jeito. Só que era gostoso. Cê pegava um saco de mii verde, cê sintia vontade, chero. Hoje cê pega um saco de mii aí, cê num vê chero, cê num vê nada. A natureza, naquela época, era tudo da natureza, num é igual hoje que é prantado no adubo, qualqué lugá hoje tá produzino, né? Naquela época cê prantava a curta, só que era na natureza (Cabral 2, Entrevista, 2022)³¹.

Há nesse argumento do Cabral 2 uma clara definição de que a paisagem não é apenas um conjunto de elementos físicos visíveis, mas também um espaço carregado de significados, sensações e memórias, que eram percebidas, nesse caso, pelo cheiro e pelo sabor. Não se diz apenas sobre outros tempos, experiências, histórias, mas das transformações que ocorreram nas relações dos sujeitos com a natureza. Essa interpretação se torna possível, de acordo com Lefebvre (2000, p.119),

³¹ Esse trecho é parte de uma entrevista concedida em um trabalho de campo em novembro de 2022, do qual a pesquisadora desta dissertação participou. A atividade foi realizada pelo mestrando Rafael Marcon dos Santos, sob a orientação do professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza. Com a concordância de ambos, os dados foram disponibilizados para utilização nesta pesquisa.

porque “na paisagem, a perspectiva se indica; ela se acaba [conclui/termina/culmina] no lugar [...]”, em que as práticas e os costumes a circunscrevem, ou seja, em que as experiências e vivências ganham significado prático e emocional.

No entanto, segundo Almeida (2008), vários estudos assinalam a existência de paisagens singularizadas, e essas refletem um “mundo rústico”³². Esse modo nos remete a um Brasil rural, herança estruturada na sociedade colonial, conforme discutido por Holanda (1995) e também mencionado por Silva (2007, 2012). O Salgado atual pode ser considerado exemplo de paisagem singularizada, pois, mesmo inserido em um cenário produtivo moderno, revela tecnologias e costumes arraigados às vivências tradicionais de outras épocas, como será apresentado mais à frente.

Esse contexto expressa uma tensão fundamental: o Salgado é ao mesmo tempo parte do espaço produtivo moderno e um lugar que resiste e reinventa sua identidade frente ao avanço da lógica capitalista. A herança, nesse viés, representada na paisagem, expressa a relevância do legado cultural das famílias cerradeiras e pode ser percebida como um entrave para o processo de reprodução do capital.

Logo, as singularidades da paisagem sublinham que tais heranças não são apenas tradições, mas força ativa de resistência, mesmo com as pressões das instituições do capital que atuam no interior da comunidade. Nesses termos, é importante destacar que a paisagem indica não uma ausência de modernização, mas uma modernização que atende aos interesses e valores locais.

Nesse sentido, é pertinente argumentar que estudos realizados por Souza (2015) e Suzuki (2016) mostram que a paisagem camponesa pode combinar tanto características rústicas como também modernas, como forma de atender às necessidades do grupo. Para esses autores, o camponês se adapta e se relaciona com o moderno, sem deixar, entretanto, suas raízes. A paisagem do Salgado também reflete esse pensamento, haja vista que é comum a coexistência do antigo e do novo, não descaracterizando os traços de uma cultura caipira, como mostra a figura 11.

³² “Mundo rústico” é um modo de se referir à “cultura rústica”, denominada por Cândido, em sua obra “Os parceiros do Rio Bonito” (2010). Nessa obra, Cândido utiliza esse termo para explicar um modo de vida rural, baseado na simplicidade dos instrumentos e das técnicas de trabalho rudimentares.

Figura 11: Paisagem heterogênea em uma propriedade do Salgado em que o antigo e o novo se associam na sua composição. A evidência está no curral com ordenhadeira mecânica, na antena parabólica e internet, associadas à criação de porcos e galinhas livres no terreiro.



Fonte: MARTINS, Gladis Cabral (2024).

A paisagem camponesa, de acordo com Lefebvre (2000), mostra que é uma produção ligada à história, contém datas, acontecimentos, significados e processos relacionados à modernização do campo. Nesse sentido, a figura 11 revela momentos importantes, como a chegada da energia elétrica, pelo Programa Nacional de Eletrificação Rural; a televisão, na década de 1980; a modernização da pecuária leiteira na década de 1990 e a internet nos anos 2010, o que cria cenas em que passado e presente se imbricam à realidade vivida e dão forma aos modos de ser e de viver do camponês do Cerrado.

Nesse quadrante, Claval (2007, p.13) completa o pensamento ao relatar que “a paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e seu esforço para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades”. Importante pensar que o “esforço em habitar” requer uma relação com o meio, que, ao mesmo tempo, demanda desenvolver processos sociais, habilidades e conhecimentos. Com isso, o “[...] conjunto de paisagens vai sendo construído, formas vão sendo redefinidas” e ressignificadas (Souza, 2015, p.45).

Dentro desse aspecto, verifica-se que a construção da paisagem camponesa está inserida na lógica tempo e espaço. “Ela representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e são a base do ser social das pessoas” (Holzer, 1999b, p. 165).

Logo, a paisagem, como uma representação dinâmica, inscrita pelas práticas socioculturais ao longo do tempo, pode apresentar lacunas, ou seja, ausência de algumas atividades ou técnicas, uma vez que os sujeitos retiraram das paisagens aquilo que não possuía mais função, como excluem também da memória, pelo esquecimento, aquilo que não tem mais importância.

Fazer leitura da paisagem não é tarefa fácil, como afirmam Cardoso e Almeida (2010), ao enfatizarem que a paisagem é realidade complexa, que exige olhar para além das aparências, ou seja, percebê-la para além das objetividades humanas, o que se revela nas narrativas e representações simbólicas construídas pelos sujeitos do/no lugar.

Dardel (2015) chega a escrever que a paisagem abre um horizonte de possibilidades à interpretação, da qual deixa-se capturar por meio de uma análise que perpassa as organizações socioprodutivas, religiosas e culturais.

2.3 A paisagem camponesa do Salgado: processo de construção de natureza e relação com a humanidade

No Cerrado salgadense, toma-se como referência os cursos d'água existentes no espaço rural, ocupado pela comunidade camponesa, pois esses contam histórias de várias gerações, tornando-se referenciais para os sujeitos que vivem no lugar. Os cursos d'água, além de ajudar na localização das famílias e residências, também marcam a organização socioespacial da comunidade, um lugar cujas especificidades "saltam aos olhos"³³. Assim, a própria paisagem se encarrega de narrar sua história e suas expressões culturais.

Para compreender a singularidade da paisagem criada pelos sujeitos que ali vivem, retoma-se a descrição a partir do trevo de Quirinópolis, sentido Caçu (GO). A partir desse ponto, a paisagem que se coloca à frente da pesquisadora é muito diferente daquela percebida na comunidade. O tráfego de veículos longos e pesados e o imenso verde que se perde no horizonte são as formas impostas ao Cerrado e às funções que lhes são atribuídas pelos agentes do capital, denunciando a (re)organização produtiva e territorial do município para a expansão econômica.

³³ Termo utilizado verbalmente pelo orientador, professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza, no primeiro trabalho de campo realizado na comunidade, tendo em vista a singularidade no arranjo sociocultural e espacial do lugar que conforma a Comunidade do Salgado.

Como resultado, depois de 18 km de percurso por asfalto, vira-se à direita, por estradas vicinais, cercadas pelas lavouras de cana-de-açúcar e, por vezes, barulhos de máquinas pesadas, poeira nos meses secos e barro nos períodos de chuva.

Essas condições, somadas ao vai e vem das máquinas, causam imensas valas e atoleiros, o que dificulta a vida cotidiana da comunidade. As dificuldades de deslocamento tornam a ida à cidade mais complicada, seja para adquirir mantimentos, insumos agrícolas e pecuários, ou por motivos de doença, ou, ainda, para a realização de eventos comunitários, como relata Cabral 13 (Entrevista, 2024): “agora mesmo, esses dias ainda, falei pro Mixaria, vê que dia que dá certo pra ele vim tocá, pra fazê o [forró], porque agora, a estrada tá boa, tá bão de andá, num tem barro, num tem nada”. Esse contexto evidencia que as condições das estradas determinam a possibilidade de realizar eventos e de garantir a realização de atividades básicas e de manutenção da vida social da comunidade.

A paisagem homogeneizada que conforma o caminho percorrido denuncia contrastes espaciais, advindos da reprodução do capital, no município de Quirinópolis, nos últimos anos. Sem as referências da vegetação e com a abertura de novos caminhos, criados pela agroindústria sucroalcooleira, a escrita improvisada em uma placa (Figura 12) se tornou uma opção útil para a orientação em meio à paisagem dominada pela monocultura.

Figura 12: Placa indicando a estrada de acesso à Comunidade do Salgado, em uma paisagem homogênea, que mantém os mesmos contornos até as proximidades do lugar.



Fonte: MARTINS, Gladis Cabral (2023).

O fato é que, para se adentrar à comunidade, na porção Leste, segue-se sobre o relevo plano a suave ondulado, por uma estrada vicinal, uma das principais vias de acesso à comunidade. Logo após, ao atravessar o córrego da Serrinha, na região do Salgado, observa-se que as propriedades são maiores, o contingente humano é menor, devido às moradias estarem esparsas, e geralmente em cada propriedade só haver uma residência, ou seja, a família nuclear.

Praticamente, esse cenário segue o mesmo desenho até o interior da região. A estrada sobre o Latossolo³⁴ Vermelho Acrico Férrico (SIEG, 2024) revela uma vista panorâmica do lugar, ocupado por pastagens.

Contudo, nessa mesma estrada, ao longo das idas e vindas pelo Salgado, ficou evidente que mudanças rápidas na paisagem ocorreram durante o período desta pesquisa, demonstrando claramente o avanço do capital sobre o Cerrado.

De repente, em uma das últimas visitas, a estrada muda de lugar, cercas são arrancadas e novas introduzidas, o chão arado denuncia a (re)organização do espaço produtivo, por arrendamento ou por mudanças produtivas. O fato é que as mutações são extremas e incluem os fenômenos naturais e culturais. A lavoura de grãos ocupa o espaço das pastagens, sobrando a casa e um pedacinho de terra em suas proximidades, espaço em que possivelmente o camponês produzirá a vida.

Assim, a paisagem até há poucos dias era caracterizada por pastagens e espécies nativas do Cerrado, como é o caso de uma das propriedades que se destacava pela grande quantidade de pés de coquinho azedo (*Butia capitata*), que não estão mais ali.

Desse modo, olhar as árvores caídas, o solo revirado, provoca uma dor profunda na alma. Dói, por saber que muito se foi. Não apenas a vegetação, mas as vivências dos tempos de infância da pesquisadora, restando apenas a memória dos tempos em que ajudava sua avó a retirar as folhas dos coqueiros para fazer as vassouras de palha e ainda saboreava os frutos de tais coqueiros. Pior é que a memória pode ser traída pelo esquecimento, como alerta Holzer (1999b).

Esse pequeno ensaio endossa as reflexões de Souza (2015, p.45), quando ele escreve que “ler a paisagem como um processo permite-nos ver e compreender não apenas os aspectos visuais, mas também os elementos subjetivos”, e isso significa ir

³⁴ Para Reatto e Martins (2005, p.50), classe dos Latossolos ocorre em relevo plano a suave-ondulado. São solos muito profundos, porosos, de textura homogênea ao longo do perfil e de drenagens, variando de bem forte a acentuadamente drenado.

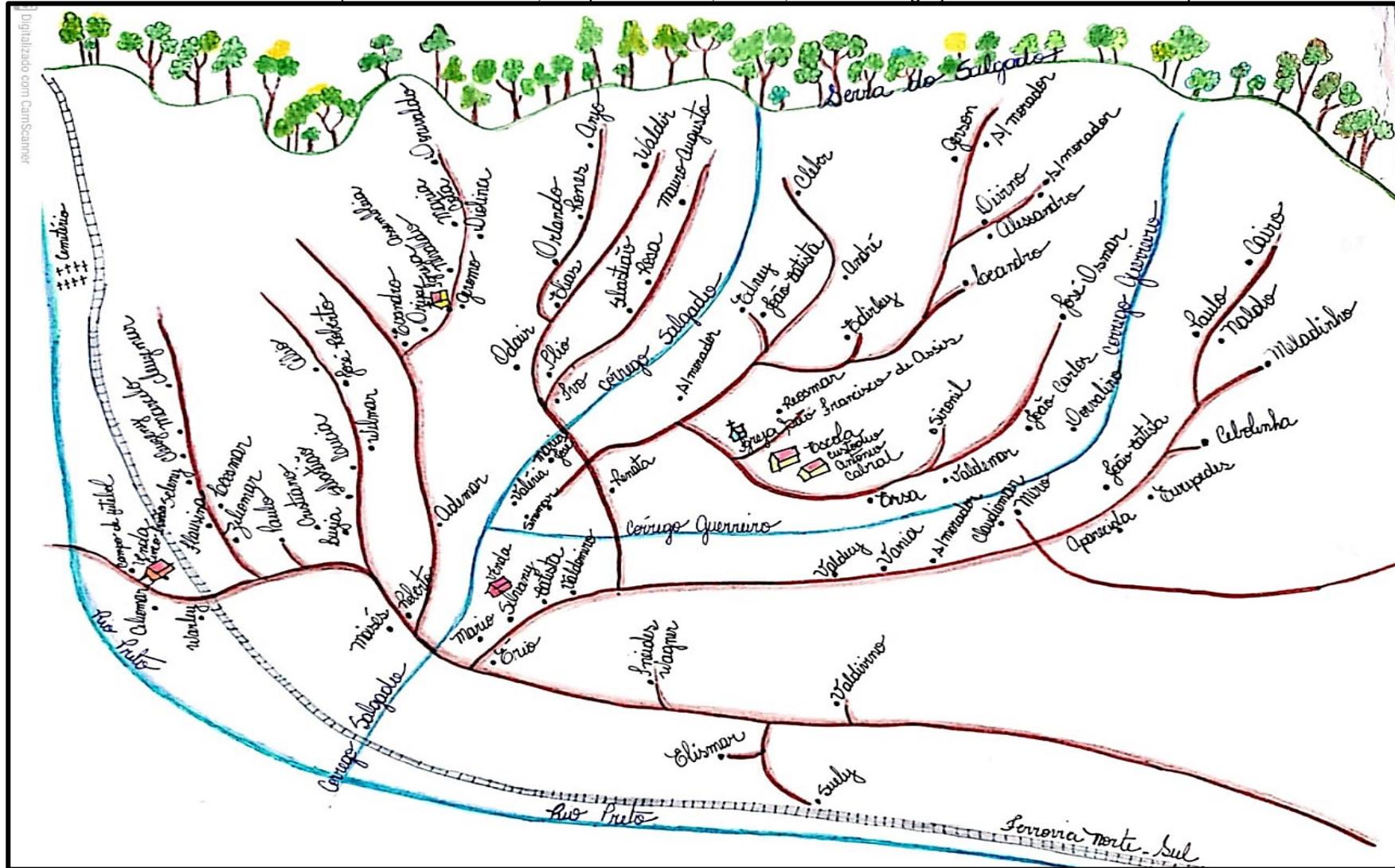
além do que os olhos podem enxergar para se conseguir interpretar os conteúdos humanos. Por isso, corrobora-se com Holzer (1999a, p. 68) para quem a “[...] paisagem é uma manifestação mais ampla e complexa que o lugar. Ela se refere às ligações existenciais do homem com a Terra”.

Continuando o percurso, região adentro, ao chegar à comunidade, mais uma surpresa: a presença natural e humana aos poucos vai formando um novo desenho na paisagem, que se torna específico ao chegar nas proximidades do córrego Guerreiro. A partir desse ponto, o solo é composto por Latossolo Vermelho Distrófico (SIEG, 2024) e a Comunidade do Salgado ocupa uma área que ultrapassa os limites administrativos municipais, abrangendo também a margem esquerda do córrego do Salgado, no município de Rio Verde.

Desse ponto da estrada até onde a vista alcança, no sopé da Serra³⁵ do Salgado, o Cerrado denuncia a presença da vegetação constituída por pastagens, propriedades privadas, matas galerias e reserva legal às margens dos cursos d’água, cenário que entrelaça natureza e humanidade, representando como a vida é arranjada nesse lugar. As casas estão concentradas ao longo dos córregos do Salgado e Guerreiro, conforme o croqui apresentado na Figura 13.

³⁵ As serras são relevos residuais areníticos, conhecidos regionalmente como serras (Santos, 2002). A serra da Cachoeira é formada por relevo Arenítico de Borda de Escarpa “caracterizada por modelado aguçado devido à alternância litológica e conseqüente erosão diferencial, resultando em patamares, escarpas íngremes e concavização na base da escarpa (talus) decorrente do recuo paralelo das vertentes, intensamente dissecadas por processos fluviais sazonais, devido à organização da rede drenagem no Pleistoceno/Holoceno, que deu início à incisão dos talwegues, e laborando vales” (Santos, 2002, p.79).

Figura 13: Croqui da comunidade do Salgado - no centro o Córrego Salgado e o Guerreiro, com indicação das moradias e dos lugares de memória e vivências (Venda Cinco Irmãos, campo de futebol, escola, cemitério e igreja São Francisco de Assis).



Fonte: Elaboração: Martins, Gladis Cabral; Maria Raquel Cabral (2024).

Nesse espaço, as propriedades são menores, geralmente obedecem a uma média de dois a dez alqueires, como explica Cabral 02:

as área aqui é pequena, Gladis. Aqui é deis alquer, cinco alquer, oito alquer. Cada confrontante aqui é deis alquer, oito alquer. Então, ninguém tem área grandona aqui de cinquenta, cem. Só tem o Cebolinha alí na frente, um advogado que vei praqui. O Cebolinha cê conhece né? Só ele que tem cinquenta alquer aqui, o resto é deis, oito, cinco. Muito aqui é de cinco, três, dois, é tudo herança. O do Papai memo, ali, o chão do meu pai, lá onde seis morava, lá era vinte três alquer. Lá hoje tá uma área lá de dois e mei, três alquer. Tem muitos morano lá, que do meu pai morano lá ainda lá no chãozim dele. Então dividiu, né? (Cabral 02, Entrevista, 2023).

Na maioria delas, há mais de uma moradia, revelando que, parte dos filhos, ao se casarem, ainda constroem suas casas próximas a dos pais, reafirmando a vizinhança e o parentesco como característica singular do lugar (Figura 14).

Essa imagem logo revela que a pesquisadora está em uma terra de herança, que, por sinal, também é terra de memória, e se destaca tanto pelas características físico-culturais da paisagem, quanto por ser, segundo Cabral 34 (Entrevista, 2023), demograficamente a mais populosa por representar o maior dízimo da Paróquia Nossa Senhora D' Abadia e a maior bacia leiteira do município de Quirinópolis.

Figura 14: Vista parcial da organização das moradias entre os vales dos córregos Guerreiro e Salgado, estradas conservadas, pasto sombreado, currais, tanques de armazenar silagem, automóveis em movimento, tanques de peixes.



Fonte: Wilian Alves Cabral (2024).

O cenário apresentado na figura 14 indica que a paisagem da memória dos camponeses não é a mesma de antes, pois ela sinaliza que as transformações

ocorridas no Cerrado alcançam a comunidade, e pode ser vista como um exemplo de como as práticas produtivas e sociais se transformam ao longo do tempo. Essas mudanças representam, na percepção dos camponeses, as conquistas das famílias que ali vivem.

[...] eu falo, aqui é muito bom, sabe? Só falta um hospital, um posto de atendimento, pelo menos uma veis no meis, né? Tem mercado. Lá na venda do Célio, tem mercado, né? Tem a venda do Silvany, ele entrega gás nas casa. Todo mundo tem internet, a minha cunhada tem outra internet ali (Cabral 21, Entrevista, 2024).

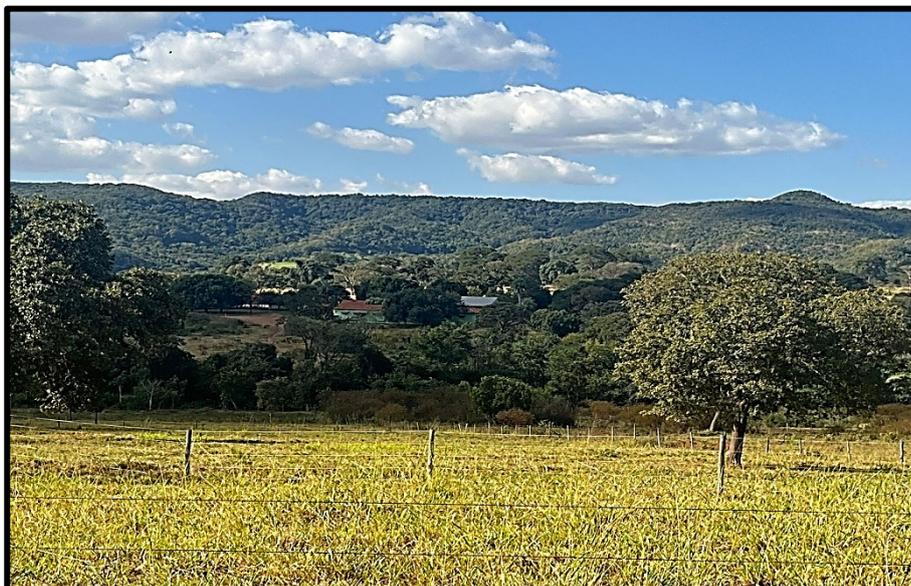
As estradas carreiras, casas de pau a pique, casas com assoalhos, portas e janelas de madeira, que abrigavam uma família numerosa, assim como as roças de arroz, café, milho, feijão, foram retiradas, permanecendo apenas na memória e nas histórias. Porém, quando evocadas, demonstram também conhecimento e formas de interação com o ambiente de outros tempos em que “[...] as parede [das casas] tudo de maderá assim, e aí barriava com bosta de vaca [risos], aqueles barro branco de algum varjão, argila, também fazia muito, também né?” Folhas de bacuri, buriti e capim de vargem, serviam como cobertura (Cabral 06, Entrevista, 2023).

As casas nos tempos hodiernos, são feitas de alvenaria, cuja engenharia e recursos já não estão sob o domínio dos camponeses. A viabilidade de construção das casas se concretiza dentro do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, responsável por reestruturar as condições de moradia de muitas famílias. A lógica das casas, entretanto, contraria a lógica camponesa, isso, porque a porta da cozinha que antes estava para o terreiro do fundo, nesse padrão de construção, como observado nas visitas, localiza-se no mesmo sentido da porta da sala.

Esse contexto, para Cabral10 (Entrevista, 2024), é a razão pela qual continua mantendo sua rotina diária na casa antiga que ainda conserva, frequentando a casa nova apenas para dormir. Ressalta-se que, ao trazer à baila esses argumentos, não se tem a pretensão de generalizar essa questão, tampouco minimizar a importância do Programa para a comunidade. O intuito é mostrar como as lógicas externas alcançam as lógicas de vida dos camponeses, impondo novas formas de pensar e até de morar.

Desse ponto ainda é possível avistar o núcleo da comunidade, entremeado de árvores nas pastagens. Enfim, vista daqui, há tantos planos para contemplar, que só uma aproximação é capaz de revelá-la (Figura 15).

Figura 15: Vista parcial do núcleo da Comunidade do Salgado, composto pela igreja, escola, barracão, quadra esportiva. Ao fundo, a serra do Salgado, que limita as comunidades com a região da Fortaleza.



Fonte: MARTINS, Gladis Cabral (2024).

Na sequência da mesma estrada, mais à frente, ao virar à direita e atravessar o córrego Guerreiro, no interior de um plano imediato, observa-se que ali, entre os córregos Guerreiro e Salgado, repousa o pequeno núcleo da comunidade, composto pela Igreja São Francisco de Assis e pela escola Municipal Custódio Antônio Cabral, símbolos de aprendizado, devoção e trabalho, e também de regulação do substrato sociocultural e econômico, pois moldam valores, normas e comportamentos.

Há, ainda, o barracão da igreja e a quadra esportiva da escola, que se constituem como lugares de referência, pois são espaços em que os sujeitos projetam seus interesses e reforçam os laços comunitários e as práticas socioculturais. Nesse sentido, por meio das atividades religiosas e culturais (missas, celebrações, catequese, crisma, festividades, jogos, entre outras), esses locais podem ser considerados como espaços de regulação do tempo social das famílias, assim como dos valores e costumes compartilhados pela comunidade.

Uma pausa para observar a paisagem daquele lugar, logo o som revela o movimento de carros, das motos e de uma tímida carroça (Figura 16) que cruza a estrada. Vê-se, então, passado e presente atravessarem a rotina da comunidade bem à frente dos olhos da pesquisadora, quando são evocadas lembranças dos tempos de criança naquele lugar, em que o transporte era o carro de boi, a carroça e o lombo de um cavalo.

Embora esses meios de transporte tradicionais ainda façam parte das vivências dos camponeses, são pouco utilizados. Foram sendo gradualmente substituídos pelas motocicletas, automóveis e tratores, devido ao fato de que houve integração produtiva do leite ao mercado e o aumento da produtividade advinda da modernização do campo, o que exige dos camponeses maior agilidade, e, portanto, meios de transporte mais rápidos e eficientes.

A carroça e o cavalo comparecem nas atividades relacionadas à produção de leite, seja para levar os tambores de leite até o tanque de resfriamento, seja para abastecer os cochos com ração ou sal, e ainda campear o gado e monitorar as pastagens, revelando o uso compartilhado de tecnologias.

Figura 16: Carroça usada para transportar os latões de leite até o tanque de resfriamento. Uma facilidade que reduz os custos com o combustível.



Fonte: Martinns, Gladis Cabral (2023).

A figura 16 endossa a afirmativa de que, embora a paisagem anuncie mudanças, o povo cerradeiro está ali trabalhando e produzindo leite para garantir o suprimento das necessidades da família, nem que para isso tenha que compartilhar tecnologias, ou realizar adaptações para atender aos modos de vida atuais e às possibilidades econômicas da família, como ocorre com o carro de boi (Figura 17).

Figura 17: Carro de boi ressignificado para uso na lida diária em uma das propriedades do Salgado.



Fonte: Claudiomar Vieira Guimarães (2024).

Embora a formação do território salgadense esteja vinculada ao uso do carro de boi, apenas em uma propriedade ele foi encontrado ainda em uso para o trabalho, o qual serve de opção eficiente para transportar ferramentas de trabalho, e sal para abastecer os cochos. Entretanto, sua estrutura foi adaptada. As rodas de madeira foram substituídas por pneus de automóvel, bem como o seu tamanho foi reduzido para adequar-se à nova realidade produtiva. Essa mudança se deu devido à redução das cargas e do deslocamento mais curto, exigindo menos força, o que permite a utilização de menos animais, de modo que isso pode ser facilmente explicado pelo tamanho das terras e pelo relevo ondulado com áreas acidentadas.

Vale mencionar que a eficiência, quanto ao uso desses meios de transporte tradicionais, depende da demanda e do trabalho que, por sua vez, estão diretamente ligados ao volume de leite produzido. Assim, mostra-se mais efetivo em propriedades com menor produção, nas quais essas práticas tradicionais ainda desempenham função significativa no manejo diário, especialmente, porque é mais acessível economicamente em relação à manutenção de veículos motorizados. Nessas propriedades, eles podem ser eficazes para tarefas específicas, como o transporte em áreas de difícil acesso, nas quais os veículos não funcionam tão bem.

Dentro do barracão da igreja, cenas de um filme passam diante dos olhos da pesquisadora, que ali esteve por vários momentos na fase da infância. As imagens de momentos outrora vividos são lembradas. As missas, as festas religiosas, os leilões e as prendas embrulhadas em papel celofane vermelho são marcas que envolvem as relações sociais estabelecidas na comunidade.

Para Dardel (2015, p.32), esse exemplo prova que a paisagem “[...] não é, em sua essência, feita para olhar, mas para a inserção do homem no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social”. Vista desse ponto, a paisagem tem o poder de colocar em evidência as experiências do mundo vividas na escala do sujeito, tal como esboçou a pesquisadora em seu ensaio, mas se tornam autênticas nas lembranças de um camponês ao mencionar que:

[...] lá tinha dois tancão que era um mundo véi de grande, ali na igreja, ali. Levava pra lá de carroça. Tirava o leite, pegava a égua, marrava na carroça, cinco, seis latão, cheim. Chegava lá, era oito, deis carroça. Toda hora chegano e discarregano, cada um vazava fora. Aí meu irmão vai, aí ele tinha feito uma cirurgia né? De hérnia, aí chegava na carrocinha dele lá: cumpade, pega um latão aqui, eu fiz uma cirurgia aqui, tá doeno! Isso já tinha três ano [risos]. A turma pegava no pé dele, ele é forgado demais. Não cumpade Varisto, tá doeno não! Tá doeno, pega o latão aqui pra mim. Lá é lugar da farra nossa lá [risos] (Cabral 02, Entrevista, 2023).

Para completar, a serra do Salgado emoldura o núcleo da paisagem camponesa na sua extensão norte, indicando o limite visual e sociocultural da comunidade. As áreas que bordeiam a serra são conhecidas pelos camponeses como “furnas”, áreas acidentadas de relevo ondulado, solos rasos, associados a afloramentos rochosos (Reatto; Martins, 2005).

Nas escarpas da serra, nascem os principais cursos d’água da comunidade os quais alimentam o Rio Preto, reponsável pelo abastecimento de água da cidade de Quirinópolis. Dentre eles está o córrego Salgado que abriga as sete cachoeiras (quedas d’água), cotadas a serem incorporadas como produtos turísticos no planejamento do município para essa atividade econômica.

Para revelar ainda mais o Salgado, retorna-se pela mesma estrada, atravessa-se o córrego Guerreiro, e segue-se à direita, sentido sudoeste da comunidade. Esse trajeto segue em meio às pastagens destinadas à pecuária leiteira, sobre um relevo ondulado, atravessa-se o córrego Salgado, considerado de grande importância, haja vista que carrega uma simbologia que remete ao próprio contexto de formação do território sociocultural. Na margem direita do córrego (no município de Rio Verde), virando à esquerda, encontra-se o segundo núcleo da comunidade, separada pelo capital materializado na Ferrovia Norte-Sul.

De longe, é possível notar a presença do empreendimento, pelas mudanças na paisagem. Os cortes no solo, aterros e terraplanagem para criar uma superfície

adequada para os trilhos modificaram o relevo, redefiniram estradas que davam acesso à vizinhança e alteraram a rede de drenagem nas proximidades do Rio Preto (Figura 18), porque “[...] só passô no lugar que tinha mina, muito água, muita coisa boa, sabe? Foi dismatano tudo para passá aquilo lá” (Cabral 16, Entrevista, 2024). Antigas moradias também foram retiradas do traçado planejado e novas foram construídas.

Figura 18: Soterramento de nascentes para abrigar a estrutura da Ferrovia Norte-Sul em terras cerradeiras na comunidade do Salgado, nas áreas próximas à venda “Cinco Irmãos”.



Fonte: ROSSI, Reile (2014).

Ao se aproximar, tem-se na paisagem o imbricamento dos elementos físicos e subjetivos, quando “[...] ouvimos uma organização social específica do som, também a forma como as pessoas interagem e se relacionam umas com as outras” (Frias, 2019, p.71). O apito do trem, por volta das 17h, misturado ao som dos pássaros e das vozes que ecoam da venda, revela que a paisagem camponesa foi alterada, ou seja, a ela foram adicionados outros sons e outra camada do tempo, não do tempo dos camponeses, mas, sim, do tempo rápido exigido pelo agronegócio, que visa a reduzir os custos com a logística exigida pela economia agroexportadora.

Na percepção dos sujeitos do lugar “[...] melhora memo não teve não” (Cabral 13, Entrevista, 2024), mas gerou preocupações com a capacidade hídrica da comunidade, como argumenta outra entrevistada:

Eu acho que isso daí foi muito ruim. [...] isso aí vai cê prejudicial quais pra todo mundo, né? A água aqui antes era um toco de água assim, cê podia deixá direto, agora hoje em dia mesmo tá correno um dedin assim. Cê, é capais que se fazê uma estiada boa mesmo, até corre o risco de secá. Antes tinha bastante água (Cabral 16, Entrevista, 2024).

Ao atravessar a estrada de ferro (Figura 19-A), em meio às pastagens, mais adiante, já próximos à margem esquerda do Rio Preto, à oeste da comunidade, emerge a venda com um grande barracão (Figura 19-B) e o campo de futebol (Figura 19-C), em que são realizados os tradicionais jogos e os bailes do Salgado. É, portanto, um lugar representativo para a comunidade, podendo ser considerado um segundo núcleo, do ponto de vista do lazer e da sociabilidade.

A estrada de acesso é movimentada, carros, motos e o ônibus escolar cruzam esses caminhos diariamente. Nos dias dos bailes ou jogos, o movimento é intensificado. Gritos de comemoração, conversas, risos, músicas podem ser ouvidos, de longe. No lugar, os sons se misturam ao verde da mata ciliar do Rio Preto e às cores das camisas dos jogadores dos times de futebol, para expressar a vitalidade do lugar e as conexões ali postas.

Um olhar atento ao movimento e logo observa-se que à paisagem foram adicionados novos elementos, que são percebidos pela presença sutil da maquininha de cartão, o som discreto de notificações de Pix. Celulares, fotos ou vídeos produzidos entre uma conversa e outra, nos grupinhos espalhados, nos espaços do barracão e do gramado, sombreado pelas espécies nativas do cerrado, indicam novas formas de relações sociais que se dividem entre o espaço local e o virtual.

Tal paisagem revela que as antigas vendas e os campos de futebol da memória dos mais velhos não são os mesmos, no que tange aos aspectos materiais e imateriais. O campo de futebol possui enormes refletores, de modo a permitir que os eventos ocorram à noite. A venda “Cinco Irmãos” possui um barracão amplo para a realização de eventos, banheiros e palco para a realização dos *shows*, comícios e outros. Contudo, mesmo com as adaptações e as adesões tecnológicas, o movimento do forró, a sanfona e o ritmo da música expressam, na integração do novo ao antigo, a essência e a simplicidade do lugar de forma quase natural, a não ser pelo jogo de luzes incorporado ao ambiente do forró.

A euforia, as cores e o movimento se contrastam às cores sóbrias e ao silêncio “escutado” no cemitério ancestral (Figura 19-D), localizado próximo a um pequeno tributário do Rio Preto, conhecido como córrego Dante, que também compõe a

paisagem desse lugar. Porém, a construção da ferrovia extinguiu o acesso que a comunidade tinha a esse cemitério, isolando-o dela, ou seja, afastando-o da vivência do grupo social.

Para se chegar até o local, é preciso atravessar a cerca que margeia a ferrovia, e seguir a pé pela pastagem permeada por inúmeras árvores e gado, tornando difícil a visitação e os sepultamentos. Apesar das dificuldades e dos distanciamentos promovidos pelo capital, o cemitério continua ativado. Cercado com placas de muro, entre a vegetação do Cerrado, é o lugar onde repousam memórias de um passado ainda presente nas lembranças dos camponeses da comunidade, herdeiros dos seus ancestrais.

Figura 19: (A) Ferrovia Norte-Sul; (B) Venda “Cinco Irmãos” e barracão de festa à esquerda. A quantidade de carros indica um dia de festa; (C) Campo de futebol localizado na lateral esquerda da venda, quase um continuum do Rio Preto; (D) Vista parcial do cemitério localizado à margem direita da ferrovia Norte-Sul.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

A paisagem da porção Sudoeste da comunidade revela que, entre a permanência e a transformação, as práticas sociais que ali se realizam conectam o passado ao presente, a vida à morte e o local ao global. Desse modo, de acordo com

Santos (1988), essa paisagem pode ser vista como um “mosaico de relações, formas, funções e sentidos”, que detém camadas de tempo que se sobrepõem de maneira desigual, conformando o lugar da vida social.

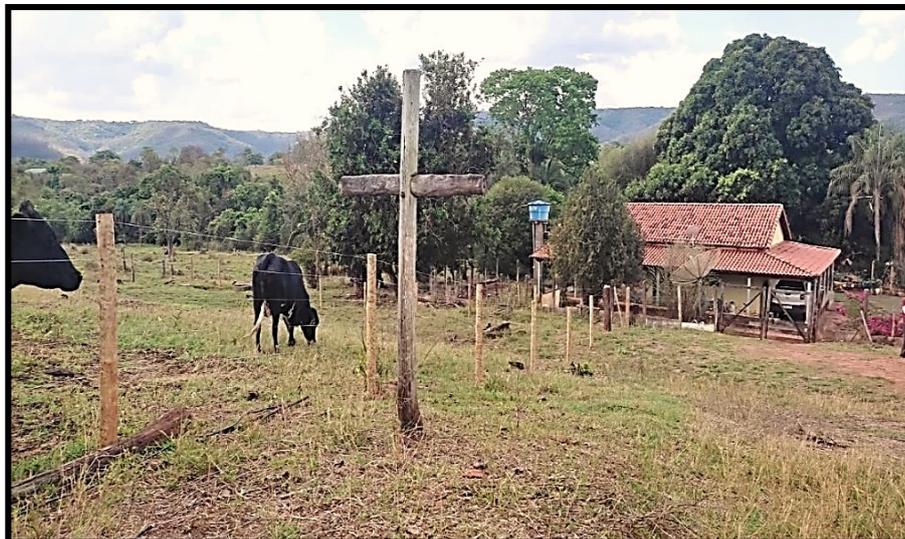
As propriedades são compostas pelas moradias, terreiro³⁶, curral, pastagens para o gado leiteiro e as matas (reservas legais). Na perspectiva dos modos de vida, esses elementos revelam como as práticas e as relações se processam entre tempo e espaço para garantir a continuidade da produção e da reprodução camponesa, o que contribui para a permanência na terra e a produção leiteira, atividade eleita pelas famílias para a resistência e/ou adaptação à modernidade no campo.

As evidências surgem logo na entrada de uma das propriedades. Entre o curral e a moradia, está o cruzeiro, símbolo da tradição religiosa (Figura 20) e integração entre a fé e o trabalho para garantir a produção do roçado. Em outros tempos, a fé se manifestava no próprio espaço de trabalho, conforme explica Cabral 20 (Entrevista, 2024), ao contar que “rezava nos cruzeiros e nas roças. Às veis fazia aquele sol quente assim, minha vó Luíza chamava pra i rezá um terço na roça [...]”.

Assim, a reza não apenas abençoava o esforço do trabalho, mas reforçava a ligação simbólica entre o sagrado e a terra cultivada, estruturando a vida camponesa sob o amparo dessa fé. Nesse sentido, embora as rezas nos cruzeiros deixaram de existir, o marco simbólico mantém conexão com a ancestralidade e com a identidade coletiva, como evidenciado na narrativa, e isso parece reforçar a continuidade da vida, atualmente (2024), produzindo leite, para honrar a terra deixada pelos pais.

³⁶ O terreiro é entendido neste texto a partir da perspectiva de Heredia (2013). Dessa forma, é considerado a parte livre em volta da casa.

Figura 20: Cruzeiro em uma das propriedades do Salgado. Símbolo religioso que remonta à tradição das famílias de se reunirem para rezar, agradecer e pedir chuva para garantir a produção do roçado. Este é um dos poucos que ainda está erguido, os demais foram desgastados pelo tempo e não foram substituídos.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

As moradias no Salgado são construídas em geral nas áreas mais baixas da propriedade, próximas aos córregos como forma de viabilizar o uso da água nas atividades domésticas e no trato dos animais. Para a captação da água, usam-se poços artesianos para o abastecimento das caixas d'água de uso doméstico, e a roda d'água (Figura 21) abastece os tanques para a dessedentação do gado.

Figura 21: Roda d'água instalada em uma das propriedades do Salgado.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

O uso associado pode ser visto como forma de equilibrar as práticas tradicionais às exigências impostas pela natureza transformada pela lógica economicista, representada pelas lavouras existentes nas proximidades da comunidade, de modo a comprometer a disponibilidade e a qualidade da água, como sublinha o trecho da entrevista:

[...] aqui pra cima, tem uma roça ali ó! Ela vem bem na beradinha da serra nesse paredão ali. [...] é veneno pra secá, é veneno pra num sei o que? [...]. Se ocê vê, né? A inchurrada que dece nessa serra aí, que vem pras nascente, hoje? [...] aqui a nossa água do gado é lá do corguim que vem lá perto do Gerso. Lá é poço artesiano, têm dois poço que é um no nosso chão aqui e outro no chão do padrim Valdemá. O de lá é prá bastecê o gado. Não, o de lá é pra bastecê só a ordenha, e, quando a água da serra acaba, aí coloca ela, mais i é só a casa mesmo e a ordenha lá (Cabral 19, Entrevista, 2024).

É importante considerar que o uso da roda d'água está vinculado a um conhecimento prático, acumulado ao longo de gerações, que é a técnica de aproveitamento da força natural da correnteza. Com isso, evita-se a erosão e o assoreamento nos córregos pelo pisoteio dos animais, permitindo o abastecimento de forma contínua e sem custos significativos.

Na parte interna da casa, é comum a presença de imagens ou de um pequeno altar composto pelos santos de devoção (Figura 22-A). Nas paredes da sala, fotos de família, imagens religiosas, como o crucifixo, dividem o espaço com a televisão, de modo a evidenciar a prática religiosa dos moradores daquele lugar.

Na cozinha, o antigo e o moderno coexistem de maneira complementar. Isso, porque, em algumas cozinhas das residências visitadas, o fogão à lenha (Figura 22-B) e a panela de ferro são indispensáveis. Enquanto o fogão à lenha é utilizado para preparar alimentos, como carnes, e feijão, o fogão a gás é usado no preparo de refeições diárias mais simples que demandam rapidez e praticidade.

Essa combinação se mantém, de acordo com Souza (2013), porque um não inviabiliza o uso do outro. Além disso, o seu uso possibilita equalizar os custos com a utilização de elementos naturais disponíveis localmente, como a lenha recolhida de galhos caídos e madeira morta, o que pode significar menor dependência do gás ou da energia elétrica, evitando, assim, a mercantilização da vida cotidiana.

Figura 22: (A) Pequeno altar composto pelos santos de devoção compõe a paisagem da sala de uma das moradias do Salgado; (B) Fogão à lenha e a gás dividem o espaço da cozinha em uma das moradias visitadas, sinalizando a associação entre o novo e o antigo. Em cima do fogão à lenha, a panela de ferro e a panela de pressão são evidências de que é uma tecnologia tradicional é útil àquela família.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

A paisagem do terreiro³⁷ tem características semelhantes, tal como escreve Heredia (2013, p.9-10), em sua obra “A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil”, no qual a autora o apresenta a partir de três pontos da casa: da porta da sala; da porta da cozinha e a do fundo.

Seguindo essa orientação, observou-se que o terreiro da porta da sala, ou da parte posterior, geralmente são espaços com árvores que propiciam abundante sombra e um ciclo de vida maior, como a mangueira e a monguba³⁸. Esse foi o local em que, inclusive, uma das entrevistas foi realizada, pois a sombra fornece um microclima agradável, como reforça o entrevistado Cabral 13 (Entrevista, 2024): “Igual, eu falo, o tanto que é bão cê tê um ar livre desse jeito aí, né?” (Figura 23-A).

A presença da antena parabólica, da internet e do automóvel se imbricam à paisagem rural do terreiro, composta também por animais de criação (galinha e porcos), revelando que os camponeses não estão isolados. Essa conexão, para o camponês, representa mais facilidade, uma vez que o permite realizar transações bancárias, fazer compras, realizar cursos técnicos, como evidencia o trecho: “tô fazendo agronomia, agora, à distância na Uniube. Agronomia ajuda bastante. [...] igual agronomia vai ajudá bastante na silage, já tem conhecimento pra fazê, né? É essa

⁸ Terreiro na concepção dos camponeses do Salgado é todo o espaço em volta da casa, destinado ao pomar, à horta, ao chiqueiro e ao galinheiro. De acordo com as entrevistas, o domínio desse espaço é compartilhado entre o homem e a mulher.

³⁸ A monguba (*Pachira aquatica*) é uma árvore de folhas grandes, muito utilizada na arborização de ruas e avenidas das cidades.

área que nós mexe aqui mesmo, né? O curso ajuda bastante (Cabral 35, Entrevista, 2024).

Na porta da cozinha, ou na parte posterior, encontra-se a o pomar, composto por mamoeiros, goiabeiras, mangueiras, limoeiros, jabuticabeiras, entre outras espécies frutíferas (Figura 23-B). O terreiro do fundo ou da parte posterior, é geralmente destinado à criação de aves domésticas e ao chiqueiro, um cercado rústico de madeira para confinar os porcos de engorda, tudo feito com materiais locais, e pelos próprios camponeses. Esse espaço é também destinado ao cultivo de alimentos, como a abóbora, o quiabo, a mandioca e a guariroba (Figura 23-C, D). A mata está na maioria das propriedades, na direção da porta da cozinha, ou seja, nos fundos, pois é ali que se tem acesso aos cursos d'água. Em algumas propriedades é quase um *continuum* do terreiro.

Figura 23: (A) Vista parcial do terreiro da porta da sala de uma residência visitada no trabalho de campo. Detalhe na porta da sala com parabólica e internet, porcos e galinhas circulando livremente; (B) Horta com plantio de couve e cebolinha; (C) Criação de galinhas caipiras e galinhas d'angola à solta e, ao lado, a construção do galinheiro para a produção de ovos e reprodução das aves; (D) Chiqueiro construído no terreiro, ao fundo de uma das residências, para a engorda do porco, destinado ao consumo da família.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

A figura 23 permite inferir que os terreiros são paisagens funcionais, relacionadas diretamente ao modo de vida camponês e que, portanto, foram moldadas pelas necessidades de consumo da família, evidenciando certa autonomia na organização do espaço produtivo para a economia de consumo. Ademais, produzir no terreiro é uma forma de suprir as necessidades diárias (de carnes, ovos, hortaliças, frutas, verduras e pequenos roçados), permitindo às famílias equilibrarem as despesas e economizarem com as compras no supermercado.

O terreiro camponês é um lugar revelador, basta um olhar atencioso e logo percebe-se a existência de elementos que, embora desgastados pelo tempo, remetem à memória dos tempos da formação do território, em que o uso de técnicas simples era predominante. Assim, o tear, a bica d'água, o monjolo e o carro de boi, apesar de se encontrarem em desuso, são testemunhos materiais do passado da vida dos camponeses (Figura 24-A, B, C, D), e, portanto, apresentam-se como técnicas que registram saberes, os quais possibilitaram o desenvolvimento material e imaterial da comunidade. Além desses, outros símbolos de um modo de vida valorizam a proximidade com a natureza e a utilização dos bens naturais, como as rodas d'água, que ainda estão disponíveis na comunidade.

Os utensílios em desuso ainda permanecem na paisagem. De acordo com Souza (2015, p. 53), “[...] como forma de não negar os valores históricos, expressos nesses objetos, que se transformam em símbolos [...]”. Esse pensamento corrobora com o discurso de um sujeito do lugar, ao mostrar o carro de boi que conserva guardado com muito zelo em uma varanda do barracão.

Esse carro aqui, eu cansei de vim lá da fazenda do [...] na frente de boi, era minino. Eu tinha uns cinco ano [...] quando eu fiquei maió tomei conta. Eu cansei de i daqui lá quece carro de boi. O caboco injoa de andá, vê carro cantano[...]. E o véi gostava, pra ele era. Acho até no dia que ele vei aqui, que ele vei do Rio Verde, ele chegô nesse carro, ele era um homi que cê num via ele chorá, ele chorô! Falô assim: eu acho que tá na horinha de largá minhas coisa cum tanto. Isso aqui era coisa de istima dele. Cê vê, logo ele faleceu, passô três dia ele morreu [...] eu guardo, tenho o maió cuidado com esse carro[...] isso aí pra mim, nossa! Levanto lá, que eu olho pra cá, que eu vejo o carro, eu sinto assim [silêncio] (Cabral 15, Entrevista, 2024).

No entusiasmo demonstrado em apresentar o carro e as lembranças, percebe-se que o cheiro da madeira ainda está em sua memória. E quando ela é evocada, revela a profundidade dos saberes tradicionais, por meio dos quais o conhecimento da natureza se expressa na utilidade da madeira para a fabricação dos instrumentos

e para o uso de suas propriedades medicinais, revelando uma relação íntima com o Cerrado, o qual, além de oferecer recursos, possui valores que moldam a vida cotidiana dos sujeitos.

[...] ele [seu pai] fazia até aqueles carrões de sete parcos, ele fazia. [...] o pai usava bársamo, que é madeira que você nem num acha aqui, o bársamo do mato, ele é cheroso, você lava um pau daquele o trem chera de longe, faz até chá pra bebê e é gostoso. Essas rodas aqui eu sei do que que é, chapadinha, você conhece chapadinha? Então, isso aqui é de chapadinha, é do Cerrado [...] é do Cerrado. E o exo dele eu sei o que que é bársamo. Esses negócios assim também, ó tudo é bársamo (Cabral 15, Entrevista, 2024).

Essas narrativas expressam uma relação estreita entre a natureza e as práticas culturais, em que o uso dos bens naturais está permeado por significados, os quais os tornam mais que objetos utilitários, pois eles se transformam em valores e símbolos que moldam a vida camponesa.

Desse modo, os objetos contidos na paisagem, ainda que em desuso, possuem um significado tão forte que são capazes de transcender o tempo e reencontrar o passado, os quais estão relacionados às vivências e às pessoas. Logo, as memórias, as histórias e os sentimentos justificam a permanência desses elementos na paisagem, configurando parte das substâncias do lugar.

Figura 24: (A) antigo tear; (B) Bica d'água; (C) Monjolo; (D) Carro de boi guardado em um barracão, localizado no quintal de uma das propriedades do Salgado. Todos em desuso.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

Ainda durante as visitas e observações dos terreiros, uma surpresa foi encontrar, em uma propriedade, uma “casa do forno” (Figura 25) no fundo do terreiro que ainda preserva o costume de fabricar rapadura e melado. O caldo doce é fervido em grandes tachos, aquecidos por uma fornalha alimentada por lenha. A construção que abriga a fornalha é feita de madeira e coberta de telhas de barro.

Para a fabricação do melado e da rapadura, o camponês utiliza uma combinação de técnica tradicional e moderna, ou seja, para extrair o caldo doce da cana-de-açúcar, que antes era moída pelo engenho de tração animal, atualmente é moída pelo engenho movido à eletricidade, uma facilidade que contribui para que a tradição se mantenha na família. Antes, ainda se utilizava o trator acoplado à máquina de engenho para a moenda.

Figura 25: (A) Casa do forno, local que abriga duas fornalhas nas quais são colocados os tachos para ferver o caldo de cana.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

O terreiro, além de representar um espaço de trabalho e de memórias, é um lugar de sociabilidades diversificadas, o qual combina descanso e lazer. Utensílios como o banco rústico ou os tocos de madeira embaixo de árvores ainda são encontrados, mas percebe-se que a incorporação de novos elementos como piscinas, quadra de vôlei, ainda que raras, refletem mudanças nas práticas de socialização das famílias (Figura 26-A, B).

Figura 26: (A) vista parcial do terreiro com bancos e tocos de madeira. Detalhe na porta da sala para as flores e debaixo das árvores de uma das moradias do Salgado; (B) Vista parcial de outro terreiro com uma piscina e uma quadra de vôlei, utilizada pela família e os parentes mais próximos nos fins de semana, ocasião em que ela é abastecida com a água do córrego, localizado ao fundo, na mata (reserva legal).



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

A organização do terreiro demonstrou que, além da funcionalidade oferecida por esse espaço, ele articula memórias e saberes herdados e conectados aos modos de vida camponês de produzir natureza, que é tanto funcional como cultural. O terreiro é, pois, o local em que as práticas e os saberes tradicionais encontram espaço para continuar existindo. Portanto, esse espaço de vivência pode ser visto como resistência às pressões da modernização e da mercantilização, mesmo que no limite da modernidade.

Nesse sentido, fundamentando-se em Brandão (2009, p.48), entende-se que no terreiro é onde “[...] o centro da vida vivida e pensada é uma quase sinuosa linha que passa pela natureza, demora no lugar de trabalho e de natureza socializada, e termina na cidade”. Dito de outra forma, os terreiros são os espaços da propriedade que mais expressam as práticas produtivas, saberes e valores tradicionais, pois é onde a memória, as relações sociais e os trabalhos se realizam, se conectam e dão significados à vida.

Desse modo, corrobora a argumentação de Barbosa (2006, p.231) ao afirmar que “[...] o homem perpassa pela mesma [natureza] tendo como intermediário sua própria condição no tempo e no espaço, por meio de sua condição de ser”. Nessa lógica, a relação é mediada pela própria existência, de acordo com as suas condições sociais e culturais em cada tempo, como revela a paisagem salgadense.

Na direção da porta da sala, instalado no meio da pastagem, o antigo engenho, já desgastado pelo tempo, testemunha um passado não muito distante, movimentado pela confecção caseira do açúcar, da rapadura, do melado e da cachaça. Construído pelos próprios camponeses do Salgado, que utilizaram a madeira do Cerrado (Figura 27), o engenho ainda resiste ao tempo e continua exercendo a mesma função, mas deixou de ser uma ferramenta central nas atividades produtivas como era no passado.

Desse modo, o seu uso está associado à preservação de saberes tradicionais que se realiza na pequena produção de rapadura, melado e caldo de cana para o consumo da família, sem a pressão de uma produção intensiva, mas, sim, conectada ao ritmo e às necessidades da família.

Figura 27: Engenho movido à tração animal em uma das pequenas propriedades do Salgado (registro feito em um dia de moenda para fazer melado e rapadura). Existem mais dois engenhos na comunidade, porém em desuso.



Fonte: Claudiomar Vieira Guimarães (2024).

Para além do terreiro, está o curral (Figura 28-A), geralmente construído próximo à moradia, na direção da porta da sala, ou em alguns casos, na parte posterior. Antes, construções rústicas suficientes para a atividade leiteira de economia de consumo, agora, modernizados, associando a madeira ao arame liso, piso concretado, para facilitar a limpeza, além da cobertura de zinco e do espaço para acomodar o tanque de resfriamento.

O paiol³⁹ ainda faz parte da paisagem, contudo, sua antiga função foi ressignificada, servindo nos tempos atuais para guardar as tralhas dos animais e as ferramentas de trabalho, como facão, foice, enxada e enxadão. O paiol serve, também, para acondicionar o sal, o remédio e a ração para o gado, contribuindo na atividade leiteira, enfim, ressignifica-se o nome, redefine-se sua estrutura (espaço), para atender às exigências impostas pelos processos produtivos dos tempos atuais (Figura 28-B). O trator, apesar de ser equipamento presente em poucas propriedades, significa eficiência no trabalho, cujo volume é definido pelo curral, ou seja, pela produção.

³⁹ Paiol, é uma estrutura considerada de baixo custo, construída com madeira e coberto com telhas ou palha de palmeiras encontradas na própria propriedade, com piso elevado do solo, utilizado para armazenamento do milho na palha.

Figura 28: (A) Curral de uma das propriedades do Salgado equipado com ordenha mecânica, tanque de resfriamento e a motocicleta utilizada na lida com o gado; (B) Barracão substituindo o antigo paiol em uma das propriedades visitada. Essa construção abriga os instrumentos de trabalho, ração, sal, equipamentos agrícolas entre outros. Do lado direito, o trator e a carreta sinalizam modernização das técnicas na produção agropecuária.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

À luz de Brandão (2009), a paisagem da figura 28 mostra com clareza os limites do centro da vida dos camponeses do Salgado, próximo à economia de mercado, em que o tempo da vida pensada e vivida é o tempo da cidade. No entanto, é preciso ressaltar que, embora os camponeses tenham estruturado e modernizado os espaços de trabalho, para vender o leite para o laticínio, alterou-se, também, a forma como se relacionam com a natureza.

Isso implica mudanças nos saberes e processos de construção da natureza que, antes mediada por práticas tradicionais, passa agora a ser mediada pela tecnologia, alterando também a dinâmica social. O uso do bálsamo (*Myroxylon peruiferum*), chapadinha (*Acosmium dasycarpum*), por exemplo, começa a dialogar com conhecimentos técnicos e científicos, demandando novos arranjos no curral e no paiol, para acomodar o novo sistema leiteiro, que se concretiza gradualmente, a partir da Revolução Verde, em 1960/1970.

Entretanto, a referência da vida, pensada e vivida, ainda demora no lugar, no qual a natureza abundante naquela área de Cerrado representa mecanismo vital para a sua existência, pois é dela (o solo, água, a vegetação) que as famílias organizam e articulam os espaços da propriedade. Assim, os saberes tradicionais se associam e revelam que a natureza continua sendo construída culturalmente, porém, de forma complexa, pois a “condição do ser salgadense” está conectada à dinâmica que vai além do lugar.

Isaac Pires Cabral (2013, p.15), um escritor regionalista, filho do lugar, em sua obra “O homem que viu o fim do mundo”, descreve o Salgado como “[...] um lugar encantado, um paraíso, tão ansiado e desejado pelo homem”. O escritor, faz referência às paisagens da comunidade e à vida que se estabelece naqueles confins de terras, lugar em que reina a calma e resplandece a aparência bonita da serra do Salgado, que limita a comunidade na porção norte, cunhando um ambiente propício ao desenvolvimento da humanidade que ali se instalou e ali vive.

As palavras de Isaac Pires Cabral (2013) reforçam o entendimento de que as paisagens do Salgado revelam um nítido processo de elaboração da natureza que decorre de cada momento histórico e se revela na particularização daquela porção do Cerrado. Atualmente (2024), as mudanças relativas à produção dos meios de vida, anunciada na paisagem, indicam que novas formas de vida estão sendo elaboradas a partir das realidades impostas e permitem considerar que a natureza se tornou recurso e não mais provimento, como nos tempos de outrora.

3 FAMÍLIA, ESCOLA E RELIGIÃO: ESTRATÉGIAS DE VIDA E TRANSMISSÃO DA CULTURA

O movimento social da vida, na Comunidade do Salgado, é um espaço profícuo às discussões abordadas neste capítulo, pois é nesses espaços que se concretizam os modos de vida de forma tangível, passível de serem vistos e sentidos pelo corpo, sobretudo, porque é nesse *modus vivendi* que os sujeitos agem e interagem. Enfim, é onde a cultura se concretiza, manifesta, reafirma e perpetua, especialmente, porque ali é permeado por substâncias (valores, crenças e costumes) que, além de dar sentido, promove a coesão entre as famílias, reforça a identidade e o sentimento de pertencimento.

A forma pela qual essas substâncias são incorporadas pelos sujeitos e se manifestam nas práticas cotidianas da comunidade são explicadas pela relação entre o “*habitus* e o campo” (Bourdieu, 1996) e os lugares de vida e de memória. Assim, alicerçados nessa relação, considera-se que as substâncias estão localizadas e assentadas em arranjos coletivos, os quais são sustentados por práticas sociais, culturais e religiosas, engendradas em função do *habitus*, definido no interior de um campo, ou melhor, nas instituições família, religião, escola, e manifestado em lugares estratégicos da comunidade. Essa relação dinâmica vai elucidar como as estruturas sociais e culturais são produzidas e reproduzidas ao longo das gerações.

Para tanto, busca-se evidenciar as práticas socioculturais, das quais as famílias camponesas apropriam-se, para a produzir a vida, afirmar os laços familiares, a identidade e o pertencimento, bem como garantir a reprodução cultural às gerações que se sucedem no lugar.

Desse modo, trata-se especificamente dos costumes, tradições, valores e símbolos em que se inserem o ordenamento social ancorado em princípios de fé, de parentesco, de herança e de formas de vida local, imbricados nas relações socioculturais do campesinato, como os bailes/forró, os rituais religiosos, os jogos de futebol, entre outros, a partir do que se afirmam as relações de reciprocidade e solidariedade, arraigadas nas relações de vizinhança, parentesco e compadrio.

Portanto, nesse espaço, é possível compreender o sentido da “herança” como potência para a reprodução do campesinato no Cerrado, e as formas como esse legado cultural se articula dentro de um *contínuum* processo de modernização que captura, sobretudo, o tempo dos sujeitos do lugar, exigindo deles uma adaptação

constante e, muitas vezes, uma miniaturização⁴⁰ dos modos tradicionais de vida. Destacam-se as formas, as estratégias e os lugares, nos quais pode ser vislumbrada essa dinâmica decorrente da razão das heranças.

Nesses termos, a herança cultural pode ser interpretada como forma de resistência para a preservação da identidade dos salgadenses. Não obstante, evidencia-se igualmente os processos de territorialização de um camponês que cria e também recria estratégias, arranjos, jeitos de se reproduzir na relação com o capital.

Para melhor compreender a dinâmica dessas relações socioculturais, organizou-se as análises a partir de três aspectos fundamentais da cultura salgadense: “terra, casamento e lugares de vida e de memória”, os quais permitem entender tais aspectos como estratégias que, associadas a um processo mais amplo de formação social e histórica, criam condições para a perpetuação da cultura no lugar.

Como escolha teórico-metodológica, priorizou-se, no âmbito dos modos de vida, focalizar as discussões na memória e nas práticas socioculturais e religiosas, espacializadas nos lugares dentro da comunidade, visto que são espaços em que a vida social se desenvolve.

Essa reflexão perpassa a categoria “terra”; trazendo à baila a questão dos “casamentos”, que, na prática, pode ser vista como representação simbólica da aliança dos camponeses com o chão de sentidos, constituída pela vivência, em especial nos lugares nos quais o movimento social da vida transcorre.

É nos lugares (cemitério, igreja, escola, venda e campo de futebol) que as reflexões demoram, a fim de traçar o histórico de sua formação material e social, destacando evidências que demonstram que tratam-se de lugares funcionais, uma vez que, além de alicerçar memórias coletivas, são lugares simbólicos, em que a memória se revela, e, ainda, são lugares de vida e de encontros.

Dentro das funcionalidades, destacam-se as especificidades presentes nos processos de reprodução de valores culturais, costumes, saberes/fazerem no âmbito

⁴⁰ Termo usado pelo Dr. Rosselvelt José Santos, durante a banca de defesa dessa dissertação e trazido para o texto, para demonstrar os ajustes socioculturais que os camponeses realizam frente às demandas do capitalismo para continuar existindo, dentro de um processo de transformação, levando a reduções e/ou pausas dessas práticas sem que isso signifique a completa extinção ou perda de seus valores fundamentais. Portanto, pode ser entendido como uma estratégia de resistência, assegurando que os valores e a memória não se percam diante da modernização.

desses espaços, assim como as rupturas, as ressignificações e as continuidades impetradas pelos processos de modernização.

Na busca por compreensão de cada um desses aspectos, a seguir, apresenta-se a terra, no sentido material e imaterial, como base vital para a existência e a reprodução social das famílias, especialmente, porque a terra é a base de um símbolo de pertencimento, de histórias compartilhadas e de continuidade dos Cabrais, assim como da sua cultura.

3.1 A terra enquanto espaço de acolhimento da vida, do trabalho e da família

Olhar o processo de (re)ocupação das terras do Cerrado pela família “Cabral”, bem como a forma de domínio nos tempos hodiernos, permite considerar que o território foi (re)ocupado por uma lógica que visa a construir o “lugar de morada” e o “lugar de trabalho”, para construir o “lugar da vida”, que é também o “lugar da família”, ou seja, um lugar socialmente vivo, regido pelo afeto e pelo trabalho na própria terra, espaço da vida, em que uma linhagem firma os pés e se enraíza.

Esse contexto, que cria um cenário de vida enraizada no “chão de terra” (Brandão, 2009) por várias gerações, convida a pesquisadora a deslocar o foco dos sujeitos, e, por um momento, trazer a “terra” para o centro das discussões, o que não significa pensá-la de maneira independente, pois a terra está intimamente ligada ao trabalho, à família, à comunidade e à vida dos sujeitos que nela trabalham e interagem, como assinalam E. Woortmann e K. Woortmann (1997), K. Woortmann (1990) e E. Woortmann (1995).

Os argumentos para tal ideia residem no fato de que a terra representa, para os camponeses, um bem de gerações, justificado na fala carregada de orgulho e satisfação de Cabral 02:

[...] sou nascido e criado aqui, ceis vei no lugar meio encaminhado, sou nascido e criado aqui, 70 anos morando aqui nessa região do Salgado, não penso em mudá, mas [...] as coisas era tudo difícil mais era bão! [...] geralmente é tudo daqui mesmo [moradores], geralmente veio os avós, meus avós passô o chãozinho pra minha mamãe, a minha mamãe passô para nós e o pai dela a mesma coisa que era o Gustim Rosa, que aqui era dele [...] (Cabral 02, Entrevista, 2023).

Percebe-se no relato que a própria origem dos moradores se mistura à origem da terra. Trata-se, pois, de uma história entrelaçada, de tal maneira que, às vezes,

não é possível distinguir, quando a fala se refere a terra e quando se refere ao próprio sujeito. Esse contexto leva a entender que “terra e sujeito” são indissociáveis do conceito de família. A terra representa não apenas um lugar físico e vazio, mas as raízes e a íntima ligação como ambiente, em que as pessoas que integram a família nasceram e cresceram.

Nesse sentido, a terra pode ser considerada como se fosse uma extensão da própria identidade e, portanto, parte integral da família. Tal assertiva se aproxima do exposto por K. Woortmann (1990) no texto “Com parente não se neguecia, o campesinato como ordem moral”, em que o pesquisador entende a “terra” como uma dimensão imbuída de valores éticos do trabalho do lavrador, de forma que não pode ser considerado como uma simples mercadoria.

Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (K. Woortmann, 1990, p.12).

Tal como expõe K. Woortmann (1990), a terra no Salgado também expressa o valor-família e parentesco, diferente da racionalidade secularizada, movida pelo espírito econômico que busca a maximização de lucros pela exploração do próprio sujeito e também da terra.

No entanto, não significa que os camponeses estejam alheios às trocas mercantis, mas que as desenvolvem a partir das suas necessidades. Há uma necessidade de consumo de tecnologias para permanecer na terra, no entanto, isso tem um custo: a diminuição do tempo e da remuneração do trabalho desses sujeitos, o que pode ser superado pelos valores agregados a terra.

Por outro lado, essa condição não modifica a lógica atribuída a terra, a qual prioriza a manutenção das relações para a reprodução familiar. Talvez, essa lógica resida na compreensão de que a terra “[...] é um ‘bem de raiz’, e atravessa gerações de homens [família-Cabral], seus donos e seus amorosos cúmplices e servos” (Brandão, 1999, p. 66).

As razões para isso encontram-se na confiança de Cabral 18 (Entrevista, 2023), que acredita que os filhos não vendem a terra porque são “amorosos com ela, com ele e com o lugar”. Assim, entende-se que conservar a terra é uma forma de retribuir o amor, o carinho e a dedicação ao trabalho dos pais e de todos aqueles que vieram

antes deles, guardando na memória os legados da ancestralidade. Mais ainda, mostrar aos que virão que o seu valor vai além de um bem, haja vista que nela está embutido o valor da família, independente das dificuldades enfrentadas para viverem na/da terra.

Essa forma de retribuição parece se concretizar na luta das novas gerações para permanecerem no lugar, e ali reproduzirem-se sobre a terra que um dia acolheu seus antepassados, como possibilidade de um *continuum* na realização da herança e do porvir. Contudo, é preciso esclarecer que a reprodução da nova família está ameaçada. A terra indivisa, os altos custos de produção e meios de vida reduzem as possibilidades de permanecerem no lugar, o que tem gerado o desmembramento das famílias.

Os espaços urbanos tendem a ser o destino dos filhos, homens e mulheres da terra. Obviamente, parece ser, na maioria dos casos entrevistados, uma migração forçada, ou melhor, não é uma opção e, sim, uma imposição. A decisão de qual filho vai deixar a casa dos pais parece estar vinculada às características pessoais, ou seja, é uma escolha livre e encaminha-se naturalmente pelos gostos e desejos, habilidades individuais ou mesmo pelas oportunidades de trabalho. Não há, a princípio, definição em relação à idade e ao gênero. Sempre, em uma família, há aquele filho ou filha que quer ficar na terra com os pais, enquanto outros preferem sair, para estudar e buscar novas oportunidades no meio urbano e, quando isso ocorre, muitos deles, não rompem os laços com o lugar. Na verdade, as relações sociais e culturais continuam a ser vivenciadas e construídas na comunidade.

Eu tô lá [Rio Verde] porque é concurso, aí, sábado e domingo eu tô tranquilo, né? Feriado, imenda aqui [...]. Eu falo, que eu moro lá de segunda a sexta, né? Tô mais vinculado aqui do que lá em Rio Verde. Pra te falar a verdade, lá em Rio Verde, nosso conhecido lá é pouco, lá num tem tipo assim, até os familiar que mora lá, eu vejo menos dos os que mora aqui. Eu vejo mais o pessoal que mora aqui do que os que mora lá” (Cabral 42, Entrevista, 2024).

O relato admite considerar que a saída nem sempre é uma adaptação fácil, pelo contrário, parece ser processo doloroso, principalmente porque há a consciência de que, para permanecer, é necessário mais que o trabalho, é necessário a terra. Por outro lado, aqueles que saem abrem oportunidade àqueles que querem permanecer na terra junto aos pais.

Contudo, isso não significa apenas construir uma casa no mesmo chão dos pais, mas ampliar a terra. A evidência está no fato de que muitas famílias possuem a terra de herança e a terra adquirida com o esforço do trabalho da família. A satisfação dos pais, entretanto, se realiza no esforço para que a terra tenha condições de acolher a nova família, nem que, para isso, seja necessário reorganizar os processos produtivos⁴¹, como sublinha o trecho da entrevista:

[...] a gente fala que terra pequena não comporta a família, mas eu acho que comporta, se ocê partir pro lado assim, da necessidade que precisa, se ocê partir pro lado da tecnologia e fô fazê tudo em cima da tecnologia eu acho que dá pra ficá todo mundo aqui (Cabral 28, Entrevista, 2023).

Entretanto, quando isso não é possível, o arrendamento ou o trabalho assalariado para um parente, ou, ainda, em fazendas de regiões vizinhas, configuram-se como práticas comuns, utilizadas pelos jovens, para ficar perto da família e, a partir do trabalho, adquirir seu pedaço/lote de terra, quando não dentro da própria comunidade, decide-se por regiões próximas.

Esses arranjos se justificam, devido ao fato de que a terra, para os camponeses da Comunidade do Salgado, não é concebida como simples matéria ou bem material “vazio de uso amoroso” (Brandão, 1999). Nela, circunscrevem-se histórias e saberes que, apesar de remeter a distintos períodos, estão ligados pelo mesmo sentido. Noutras palavras, pode-se dizer que o seu valor é acrescido do esforço e da vivência de ancestrais, traduzidos pelo trabalho, geralmente lembrada na figura do avô ou do pai, como lembra o Cabral 02 (Entrevista, 2023) de como era a lida no tempo de seu pai.

[...] a gente levantava cedo, cê trabaiava, era difícil, cê trabaiava, era braçal mesmo, plantava arroz tudo, tudo que ocê consumia era produzido no chãozinho né? Talvez fazia uma rocinha lá na curta berano o córgo, lá você tirava seu mantimentinho pro cê comê e passá o ano. Era tudo desse jeito e só que era gosto! [...] até o fumo quem fumava, eu ajudei meu pai fazê, enrolá, cortava a foia, punha lá na sombra lá, depois de estalá aquele trem, ele mesmo fazia o fumo dele usar durante o ano (Cabral 02, Entrevista, 2023).

Embora a narrativa expresse uma série de desafios na realização do trabalho, que possivelmente dependia de uma combinação de esforços físicos e acordos coletivos, indica que havia satisfação no modo como era realizado, sobretudo, porque

⁴¹ A reorganização produtiva será tratada no próximo capítulo.

trabalhar na terra e produzir o alimento da família com as forças dos braços possui um significado que não está no dinheiro, mas na concepção do “ser e do viver” do camponês, o que também não é diferente nos tempos de agora.

Produzir leite com base tecnológica, sem o domínio do tempo e sob condições do mercado (local, regional e nacional) não minimiza os seus esforços, tampouco o valor agregado a terra pelo trabalho da família. Assim, o que muda são os modos de produzir e de se relacionar com a terra, agora atravessados pela ciência moderna, quando a mecanização e o aparecimento de insumos e defensivos químicos, vacinas, antibióticos e hormônio passaram a integrar o sistema produtivo da comunidade.

Independentemente do tempo e dos modos de produção, a partir de Brandão (2009), é possível compreender que, nesse enredo, a terra ganha igualmente pelo trabalho, valor econômico e afetivo, transformando-se, não em mercadoria, mas em um “patrimônio”, ou melhor, em um “dom de sentido”. Portanto, de acordo com o referido autor, não é possível atribuir-lhe valor comercial, uma vez que o valor simbólico se sobrepõe àquele. Desse modo, esta pesquisa leva em consideração os valores imateriais, sob o viés do valor social, conforme afirma K. Woortmann, 1990, p.12: “[...] não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético”.

Assim, quando Cabral 18 (Entrevista, 2023) conta que todos os dias, antes de iniciar a lida, coloca os joelhos no chão e agradece a Deus pela terra herdada, e que “não esquece de agradecer um só dia”, vê-se que a terra, enquanto “patrimônio”, além de agregar o valor-família, também está imbuída de valores espirituais, que se realizam pelo trabalho, descritos por Brandão (1999), como “momentos fecundos”.

Nessa linha, os momentos de trabalho, classificados por Brandão (1999) como “momentos fecundos”, fazem parte da memória dos camponeses entrevistados, os quais lembram como momentos difíceis, mas carregados de significados e de nostalgia.

Essa concepção é discutida por Brandão (1999, p.67) no texto “O afeto da terra”. Nele, o autor trabalha com o princípio da terra como “vida-dom de Deus”. Para o autor, o camponês tem consciência desse princípio, e sabe que lida com um campo de forças vivas. Algo que reage e interage com as formas de usos do seu trabalho, e que exige mais do que o próprio trabalho, exige uma contrapartida, como, por exemplo, a gratidão e o respeito, como demonstrado na atitude expressa na fala acima do Cabral 18 (Entrevista 2023).

Como resposta, a terra devolve ao camponês os mantimentos e demais bens necessários à reprodução da família. Em sentido holístico, a terra dá suporte “da vida à morte” (Cabral 06, Entrevista, 2023). Trata-se, pois, de relação de reciprocidade, confiança e cumplicidade, que reside na memória de trabalho dos sujeitos do lugar.

Com esse argumento, não se pretende romantizar a relação homem/natureza, tampouco generalizar, até porque a relação de troca é atravessada por muitos desafios do dia a dia, sobretudo na produção e na comercialização, de modo que a falta de confiança na chuva é um exemplo.

A natureza, o tanto que a natureza era boa, podia confiar. Agora hoje, como é que nós, né? Como é que nós planta hoje? Os cientista fica aí [...] tem plantá tal, tem que esperá chovê tanto. Naquela época você podia plantá na cinza sequinha que a chuva vinha, vinha na data (Cabral 02, Entrevista, 2023).

O saber ancestral, acessado para pensar a lida atual, pode ser considerado como elemento fundamental na relação de troca existente entre sujeito e natureza, como observado na narrativa do entrevistado. Tendo em vista que, ao entender o ciclo natural da terra e confiar que se fez a própria parte, a natureza cumprirá a sua. Ambos cumprem suas funções.

No entanto, atualmente, a irregularidade das chuvas afeta a alimentação do gado e, conseqüentemente, a produção de leite, e isso pode levar à necessidade de planejamento da silagem para o trato dos animais, que inclui o plantio, a conservação e a quantidade necessária para suprir os animais, entre outros, o que aumenta os custos da produção. Por outro lado, o preço do litro do leite (R\$ 2,00) cria incertezas e inseguranças quanto à capacidade das famílias em planejar e garantir equilíbrio entre as receitas e despesas, como evidencia parte do relato a seguir:

Eu falo assim, que as coisas hoje tá mei difícil, porque, hoje, pra te falar a verdade, o leite eu acho o preço muito barato, mantimento muito caro, ração caro, tá tudo caro, então é onde tá apertano pro produtor. Tá apertano demais mesmo, porque é remédio que ocê vai comprá tudo caro, aí no fim o que se ganha quais que fica no gasto, né? Pra pagá as dispesa, então é onde tá apertano pro produtor da zona rural (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Esse contexto evidencia a complexidade existente na relação sujeito/natureza/produção, a qual perpassa as condições físicas e as do mercado,

podendo, desse modo, ser imbuída por desafios, o que demanda esforço econômico e social, especialmente do trabalho familiar.

Esse esforço pode ser compreendido no dilema dos camponeses em adequar-se às condições do mercado e à natureza transformada pelos maus-tratos da sociedade economicista. Nos limites do agronegócio, para produzir, os camponeses lidam com pressões do mercado e com impactos diretos, resultantes do desmatamento, do uso excessivo de pesticidas e fertilizantes químicos, que afetam a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos, o que tem gerado o aumento de insetos-pragas que atacam as pastagens, o gado e as culturas de terreiro.

Logo, essas condições desfavoráveis obrigam as famílias a investir em tecnologias, que elevam o custo de produção, dificultam a uso das práticas tradicionais, alinhadas ao ritmo da natureza e a sua autonomia alimentar e cultural. “De primero cê ia num corguim cê pegava um tanto de lambari, hoje cê num vê isso mais” (Cabral 19, Entrevista, 2024). “Se ocê vê o córgo que passava ali ó, no fundo, o tanto de água que tinha, né? [...] cê levava minino pra tomá banho no córgo, hoje em dia só areia, num tem nem água! (Cabral 21, entrevista 2024).

Tais argumentos demonstram como a natureza transformada pela lógica do capital se manifesta nas comunidades tradicionais, afetando, tanto o meio ambiente, quanto a vida social e produtiva, desenvolvida de forma íntima com a terra. Essas tensões, entretanto, vão exigir esforços para o equilíbrio entre as práticas tradicionais e as exigências econômicas e produtivas para viver na/da terra sob pressão interna e externa.

Mesmo que redefinida pelas novas circunstâncias de produção do leite e formas de uso do seu trabalho, observa-se que a relação camponeses/terra é entremeada pelo respeito, condição para garantir o retorno produtivo (maior volume de leite), que possibilite equalizar as tensões impostas pela lógica do mercado.

Entre incertezas e tensões impostas pelas condições do mercado e da natureza transformada, há exemplos que demonstram caminhos para uma relação de equilíbrio entre as práticas produtivas e o meio ambiente. Isso envolve uma série de práticas e estratégias, para garantir meios para a produção da vida, tanto material, como imaterial.

O uso da roda d'água, da carroça, do fogão à lenha, das fornalhas, entre outras opções mencionadas no capítulo anterior, permanece como estratégia de uma boa

relação com a natureza e com a produção e reprodução das práticas culturais, saberes tradicionais e valores enraizados na terra.

Essa é uma das razões para que o Cabral 40 (Entrevista, 2024), por meio de um projeto escolar, tenha reflorestado uma das nascentes em sua propriedade, e ainda planeja o reflorestamento de outros espaços dessa mesma área. Essa concepção, entretanto, parece alicerçada nos valores familiares, cuja lógica encontra-se na produção e na reprodução familiar, como esclarece Cabral 07 (Entrevista, 2024) “a terra vai sentir, por isso é a intenção reflorestar. Só você preservar vai ter renda. Tem que pensar para o futuro dos netos”, que a depender do seu desejo, também permanecerá naquela terra”.

Acredita-se que a relação com a terra, baseada na confiança e na reciprocidade, pode ser um dos fatores pelo qual os camponeses não pensam em aderir à atividade da cana-de-açúcar ou grãos. “Tô lá [Quirinópolis] e venho, tô aqui [Salgado] e vô, eu vejo que tem muita plantação de cana, eu vejo assim que quase não tem árvore mais onde tem, e quando tem, eles aluga lá, não sei como é que fala, eles ranca as árvore” (Cabral 37, Entrevista, 2024). Essa preocupação se torna concreta, pois a cultura da soja é ameaça ao ciclo das chuvas e, por conseguinte, às nascentes.

Lá em casa e na minha avó, a gente usa água da mina que vem. E quando tá na seca ela diminói. Igual quando chove ela vem bem mais, quando tá na seca ela diminói. E se começa a plantá, vai dismatá, tirá as árvore, as nascente vai acabá, pode ser que aconteça que acaba até com as água futuramente (Cabral 37, Entrevista, 2024).

Esses argumentos demonstram que, embora talvez o camponês do Salgado não compreenda teoricamente as razões pelas quais o seu trabalho produz uma troca, e que essa troca depende da forma de como ele lida com a terra, percebe-se que eles têm a consciência de que a terra é sagrada e que cultivá-la, respeitando os limites e pontecialidades (do solo, da água e vegetação) é uma forma de garantir condições para produzir os meios de vida. Além disso, o conhecimento sobre a terra, bem como das condições físicas (do solo, do relevo), permitiu que construíssem práticas de conservação da natureza.

Nóis tem uma herança, aqui no pé da serra, aqui, ó! Nóis num mexeu, nós nunca tirô, assim uma árve lá. É um trecho lá que nunca, cê quisesse aumentá o pasto, tinha um tanto de trem pra aumentá o pasto, mais num

compensa. Num dianta cê distruí pra depois, num tê água, num tê nada. [...] aqui, a velocidade do vento é diferente porque ele vem pra baxo. Parece que ele desce a serra, ele desce cum vontade, sabe? Até nu tempo da puera da seca, né? O vento aqui, eu falo assim que ele é mais forte do que lá pra baxo. As chuva já anda destruindo tudo! Ali tinha treis, como é que chama aquelas árve? És era treis incarreradinha no chão da Vaina. Jatubá, era da idade do Josimar [filho]. O vento num passô lá e rancô as treis cum raiz e tudo? Foi, cê lembra, aquele dia que deu uma chuvona braba? Levô as três. Era da idade do Josimar. Tá no chão ainda, agora que es tá tirano os gai dela. Rancô cum raiz e tudo. Nun dianta, cê mexê, depois vem a natureza e vai levano tudo. Que cê vê, tinha meu pé de caju ali, ó, um mundo vei, aí nesse dia que dirrubô lá, o vento só torceu assim, ó, e levô a capota dele intera. Esse dia nós passô apurado [...] (Cabral 19, Entrevista, 2024).

A decisão de não ampliar as áreas de pastagens reside no fato de que os camponeses, mesmo vivendo no tempo de modernização no campo, temem a reação da natureza. Por isso, dentro das suas possibilidades, buscam produzir em estreita relação de repeito com a natureza, o que não significa que não estejam alinhados ao uso da ciência. Pelo contrário, o cercamento do agronégocio impõe às famílias o uso de fertilizantes, defensivos agrícolas, hormônios, entre outros, como forma de superar os desafios para permanecer na terra.

Nesse sentido, observa-se que a relação com a terra está situada num plano contraditório entre a consciência da responsabilidade ambiental e a necessidade da inserção de tecnologias e de equipamentos técnicos. Nas palavras de Brandão (1999), é uma forma de cumprir o propósito espiritual de suas vidas. Para ampliar, o referido pesquisador, ao buscar as explicações em um diálogo com o Keith Thomas, sugere que o trabalho é um complemento humano “da obra da criação”. Desse modo:

[...] o domínio agropastoril sobre o mundo natural é ao mesmo tempo, a forma mais humanamente nobre e essencial de trabalho e o espelho mais visivelmente verdadeiro e essencial de que o homem toma seu cargo e complementa uma domesticação do mundo iniciada pelo deus de todas as coisas, entregue a homens e mulheres (Brandão, 1999, p. 64).

Para Brandão (1999), o fato de lavrar a terra e nela produzir, é uma forma de devolver a própria terra a Deus, porém, ao fazer assim, o camponês devolve o chão de sentido, o chão da vida, ou seja, os significados atribuídos às ações que emanam do trabalho na terra em função da família.

Sob o prisma de Brandão (1999), percebe-se que a terra é concebida muito mais que um meio de produção. Pode-se dizer que, para os camponeses, além de “patrimônio”, ela é um elo entre a família e Deus. Trabalhar na terra e dela tirar o

sustento da família e da comunidade é uma oportunidade de se conectar com Deus, de cuidar de sua criação, como também um meio de receber as bênçãos divinas.

Com efeito, pode-se dizer que a terra no Salgado possui um caráter mobilizador no estabelecimento e na continuidade das relações sociais e de afeto pelo espaço conquistado por meio do trabalho, bem como na organização das alianças matrimoniais. Brandão (2009, p.72) afiança esse argumento ao mencionar que “[...] a terra demarca a relação e marca a identidade estabelecida entre a qualidade da reciprocidade entre um tipo de ator frente a ela e o feixe de outros relacionamentos que ela e seus frutos geram e determinam”.

Como observado, a qualidade da relação dos camponeses com a terra parece residir, ao longo do tempo, na história de parentes e na sucessão das pessoas no lugar, visivelmente marcada pelas lembranças do trabalho que se propagam no tempo. Por isso, a interconexão dos camponeses atuais com a terra é mais intensa e íntima e, como resultado, tem-se a formação de uma identidade específica, forjada pela qualidade da reciprocidade estabelecida entre os sujeitos e a terra.

Como fruto, então, tem-se uma comunidade rural marcada por relações de parentesco, ou seja, uma tessitura que envolve a herança e as trocas matrimoniais, que garantem a circulação da terra entre a família “Cabral” e a manutenção da identidade sociocultural, herança de ancestralidades. Isso, porque a terra não é apenas matéria, é patrimônio individual e coletivo, familiar e da comunidade.

Cabe esclarecer que, segundo E. Woortmann (1995), o termo parentesco é a linguagem utilizada para designar a comunidade como um todo, como organização social. Nele inclui “os de fora”, reconhecidos pelas alianças do matrimônio como parentes, mesmo que não sejam descendentes do mesmo tronco. Esse fato é percebido, quando os entrevistados, em sua maioria, com orgulho, dizem que “aqui tudo é parente”. Contudo, ser parente, não significa ser da família consanguínea. Assim, o termo família é um vocábulo de múltiplos significados, como explica Comerford (2003):

Família é um termo ambíguo, por referir-se, dependendo do contexto: 1) à família nuclear (pai, mãe e filhos); 2) à família no sentido dos que tem o mesmo sobrenome, algo como uma família-nome; 3) à família incluindo tanto os consanguíneos por lado paterno e materno, como os afins também por ambos os lados, dentro de limites flexíveis que abrangem apenas os mais próximos de cada lado (que grau de proximidade é algo que só se define em cada contexto), se aproximando da acepção de conjunto de parentes (Comerford, 2003, p.34-35).

O referido autor admite certa flexibilidade dos termos família e parente, podendo ser usados como sinônimos. Porém, esclarece que o sentido de família é determinado no plano do discurso, mas que, por sua vez, possui conotação de proximidade, o que dificilmente um parente considerado distante pode ser incluído; já o parente tem alcance mais amplo e flexível. No plano do discurso da Comunidade do Salgado, os dois termos possuem sentidos específicos, mas se articulam como mecanismos de reprodução social, especialmente na articulação das alianças matrimoniais. Nesse sentido, o casamento é o segundo aspecto a ser analisado.

3.2 O casamento como guardião da família, da terra e da cultura

A Comunidade do Salgado pode ser caracterizada, como já foi apresentado, como um "território de parentesco" (K. Woortmann, 1990; Comerford, 2003), de modo que a descendência "Cabral" pode ser considerada como princípio fundamental da organização do lugar. A esse princípio, associa-se um modelo de casamento, baseado principalmente na endogamia⁴², ou seja, no casamento entre primos. O direito a terra, então, sucede do sangue "Cabral" e da união endogâmica das famílias. Os entrevistados, ao serem questionados sobre essa questão, à primeira vista, sugerem ser um costume dos antigos.

O modelo de trocas matrimoniais, de acordo com Cabral 34 (Entrevista, 2023), encontrava-se na motivação em manter a terra sob o domínio da linhagem e, portanto, uma das formas de minimizar o parcelamento da propriedade.

Visto por outro ângulo, conforme afirma E. Woortmann (1995, p.267-268), "num plano mais amplo, temos uma relação entre uma prática geral e uma estratégia específica", ou seja, percebe-se que o casamento é/era estratégia que viabiliza manter ou até mesmo aumentar o tamanho da propriedade, possibilitando a reprodução dos filhos.

Portanto, as discussões orientam-se a partir do entendimento que a endogamia se deriva de um *habitus*, naturalizado no sentido dado por Bordieu (1980), que se firma para reproduzir o patrimônio familiar. Como *habitus*, o casamento entre primos

⁴² A endogamia é compreendida neste texto como a união matrimonial entre dois indivíduos consanguíneos. Todavia, a união endogâmica não pode restringir-se apenas à Comunidade do Salgado e às famílias que compõem o lugar, uma vez que todo entorno da comunidade é ocupado por ramificações dos "Cabral".

assenta-se a questões culturais, arraigadas ao modo de vida camponês, podendo encontrar-se estruturado a fundamentos religiosos, como uma maneira de fortalecer e solidificar os laços familiares e, assim, preservar o patrimônio. Para tanto, recorre-se à narrativa de Rafaelim, informante de Martins e Rossi (2014):

Antigamente só podia casar Cabral com Cabral, os mais antigos não permitiam o casamento fora da família, mas depois que o Antônio Cabral casou-se com a Antônia Martins Vieira, aí foi permitido o casamento entre os Cabral e os Vieira, mais era só. Isso, porque eles seguiam o exemplo de Abraão. Isso aconteceu na minha família. Depois que minha mãe faleceu criei os meus irmãos, e a minha irmã Flauzina apaixonou-se por um homem que não era da família, meu pai não aceitava o casamento, porque ele não era nem Cabral e nem Vieira. Foi um custo, mas eles se casaram (Martins; Rossi, 2014, p.538-539).

Analisado pelo prisma religioso, conforme informou Rafaelim a Martins e Rossi (2014), a narrativa mostra que o costume da comunidade pode estar fundamentado no livro de Gênesis, capítulo 12 a 25, que trata do sistema de parentesco determinado pelo princípio patriarcal, isto é, a sucessão pela linha paterna. Em especial, o capítulo 24 coloca em foco a condição patriarcal, ao fazer as tratativas do matrimônio de Isaac, sob a forma de união cognática, ou seja, a união pelo sangue comum, para que a sua descendência se torne herdeira legal, assim como ocorreu com Isaac, filho de Abraão com Sara.

Quero que jures pelo Senhor, Deus do céu e da terra que não escolherás para mulher de meu filho nenhuma das filhas dos cananeus, no meio dos quais habito; mas irás à minha terra, a minha parentela, e lá escolherás uma mulher para o meu filho Isaac. O servo respondeu: “talvez essa mulher não me quererá seguir a esta terra; neste caso, poderei reconduzir o teu filho à terra de onde saíste?” Mas se ela não te quiser seguir, estarás desobrigado do juramento que te pus. Somente não reconduzas (de forma alguma) para lá o meu filho (Bíblia, Gn. 24, 3-8).

A narração bíblica, do ponto de vista cultural e religioso, fornece, a princípio, duas contribuições importantes para se refletir a questão dos casamentos na Comunidade do Salgado: a recusa de Abraão em unir seu filho aos cananeus e a recusa em permitir que Isaac retorne a terra de sua parentela. Além disso, também remete à lógica da migração, uma vez que Abraão já não estava mais em sua terra natal, Ur dos Caudeus. Assim, também pode ter ocorrido com a Família-Tronco Cabral, no início do século XIX, como já mencionado anteriormente.

Para essa reflexão, Paiva (2009, p.68-71) defende que Isaac, ao permanecer na terra, constituía uma parte da promessa, que era a posse da terra e da descendência. Permanecer, então, seria cumprir parte da promessa divina. Desse modo, para garantir a continuidade da linhagem na terra prometida, bem como a sua identidade, o casamento cognático patrilinear se solidifica como uma tradição.

De forma análoga, esse pensamento justifica as dificuldades enfrentadas pela Sra. Flauzina, em se casar com um homem que não correspondia à descendência Cabral. Assim, verifica-se um esforço dos patriarcas em também preservar a identidade da comunidade, como o fez Abraão. Entretanto, essa é uma questão que este estudo não conseguiu esclarecer, tendo em vista que não há memórias que abarquem essa temática em sua origem.

Da mesma forma, há o esforço dos pais no sentido de que os filhos casados e suas famílias (esposa e netos) permaneçam na terra, mesmo que essa seja pequena, pois, para eles, cabe toda a família, como expressa Cabral 23 (Entrevista, 2023), o chão “é pequeno, mais com a graça de Deus a gente vai viver”. É claro, que “caber toda família” é um termo usado pelas famílias, no sentido subjetivo, pois, na prática, a terra não comporta todos os filhos casados.

O número de famílias que permanecem em uma unidade familiar depende de fatores como o tamanho da propriedade e a geração pela qual se analisa. Se considerar as gerações mais novas, em média, um ou dois filhos casados continuam morando na terra. Porém, viver na mesma propriedade que os pais não significa necessariamente trabalhar nela. Há casos em que os filhos trabalham para parentes ou arrendam a terra para garantir o sustento das famílias.

Na verdade, entender essa lógica não é tarefa fácil, por ser uma dinâmica muito variável. Há lugar que tem dez filhos morando na propriedade, outros têm três, dois e até um. Cada família possui uma dinâmica particular que determina como esses arranjos funcionam.

É fato que a prática da endogamia é a base dos padrões de casamento na Comunidade. Porém, não se restringe a esse lugar e a essa família. Essa situação encontra-se em diferentes regiões do Brasil, especialmente em comunidades rurais, cuja herança e manutenção do patrimônio familiar desempenham papel significativo na reprodução social da família. Com destaque, mencionam-se os colonos do Sul e os sitiantes do Nordeste, estudados por E. Woortmann (1995).

Tanto os colonos como os sitiantes, tomados como exemplo, revelam que os casamentos expressam a tendência da endogamia. Os sobrenomes sugerem vínculos de parentesco patrilineares. De maneira análoga, é possível associar esses princípios, tanto ao ciclo de Abraão na terra prometida, como também ao ciclo da família “Cabral”, na Comunidade do Salgado. Tais concepções revelam a preocupação em garantir a descendência da Família-Tronco.

A rigor, o casamento, na perspectiva do campesinato, não é apenas a união entre duas pessoas, mas envolve uma combinação de patrimônios materiais, terras e conhecimentos tradicionais, que visam a garantir a manutenção da herança e a continuidade da propriedade e da tradição familiar. A terra, igualmente, mantém não somente a condição camponesa, mas o sistema de parentesco (E. Woortmann, 1995).

Além disso, o casamento é também a ocasião e a combinação de patrimônios imateriais, como as práticas socioculturais que envolvem celebrações e rituais que reforçam os laços familiares e comunitários. Essas celebrações incluem festas, danças, músicas e alimentos tradicionais. Além disso, o casamento também é uma oportunidade para a comunidade se reunir e compartilhar alegria e solidariedade, como descreve Martins e Rossi (2014), em um dos relatos de seus informantes.

No dia do meu casamento, a viagem até Rio Verde foi feita no caminhão do Sr. Osório; depois do casamento, retornamos à fazenda no mesmo caminhão que nos deixou em cima da serra da Cachoeira, onde tinha muita gente nos esperando, todos estavam em seus cavalos. A recepção foi uma verdadeira festa [...]. Depois descemos a serra, todos em cavalgada, soltando foguete até minha casa, onde aconteceu uma recepção simples (Martins; Rossi, 2014, p.532).

De modo semelhante, os estudos de E. Woortmann (1995, p.161), sobre os colonos do Sul, trazem uma questão pertinente, que possivelmente pode compor o entendimento sobre a prática dos casamentos no espaço pesquisado. Ela observou que “[...] cada vez mais que uma igreja era construída, restringia-se o raio matrimonial, tendendo um fechamento do território das trocas matrimoniais”. Contudo, isso não ocorria com a construção de escolas.

Na Comunidade do Salgado, essa reflexão permite compreender que os casamentos entre primos podem ter sido (e continuam a ser) nutridos pela lógica da construção do espaço. A partir desse ponto de vista, sugere-se apontar o tempo e o espaço, como elementos influenciadores. Pelo fato de a comunidade localizar-se em uma área isolada, em um tempo em que não havia meios de transporte, as estradas

eram precárias, os espaços de socialização se restringiam a lugares como o campo de futebol, a venda e mais tarde a Igreja e a escola, fechando também o território das trocas matrimoniais, como explica Cabral 08:

[...] a gente ficava só em casa mesmo, o contato era só familiar mesmo. A gente quase nem na cidade agente quase num ia, Gladis. Porque assim, essas, igual meus filhos mesmo, porque aí já foi mais pra cidade, mas a gente quando era mais nova só [...] nem minha mãe num ia, quem ia mais era só meu pai (Cabral 08, Entrevista, 2024).

Nesse sentido, Cabral 09 (Entrevista, 2024) complementa: “acredito que, igual aqui [no Salgado], deva ser mais era o contato, porque na época o contato maior era só com quem vivia aqui e aí o bisavô era parentado”. No entanto, é considerável sublinhar que as trocas matrimoniais não se restringem apenas dentro da comunidade, tendo em vista que o tronco de Cabral produziu três ramificações que se estabeleceram nas comunidades vizinhas. Assim, os casamentos entre primos ultrapassam os limites simbólicos da comunidade, mas é possível afirmar que a grande parte dessa descendência permanece no lugar Salgado.

Destaca-se, ainda, que, apesar de o casamento obedecer a princípios e padrões, não significa que não exista a exogomia⁴³, ou seja, casamentos com pessoas “de fora”, ou melhor, não pertencente à descendência dos ancestrais fundadores. Vários fatores podem ter colaborado para essa tendência, dentre eles, o parcelamento da terra, a modernização do campo e a escola. Esses fatores, combinados, criam possibilidades de ampliar o espaço das relações socioculturais, mas também há a tendência de ampliar as ressignificações.

No entanto, observou-se, durante o trabalho de campo que, apesar dessa tendência aumentar com o passar do tempo, esse costume (ou tradição) ainda é muito presente na comunidade. Para exemplificar, Cabral 02 (Entrevista, 2023) conta com muito orgulho que seus pais eram primos, ele se casou com uma prima, sua filha é casada com um parente, e agora seu neto também se casou com uma Cabral.

Conforme a percepção da Cabral 38 (Entrevista, 2024), a distância e as condições financeiras restringem a mobilidade e as oportunidades de socialização, tornando os lugares da comunidade espaços nos quais se desenvolve a formação de relacionamentos e casamentos. Os jovens que não têm condições de fazer faculdade,

⁴³ A exogamia é o casamento entre membros de grupos ou classes diferentes, sem relação genética.

ou não têm oportunidade de emprego na cidade, o retorno à comunidade é sempre a opção mais prática, a qual resulta na prática do casamento com um primo/prima de primeiro, de segundo ou de terceiro grau.

Por outro lado, os casamentos exogâmicos, de acordo com E. Woortmann (1995, p.253), vão permitir que “os de fora”, além de acessar a terra da família, também se tornem parentes pela aliança. Logo, permite-se considerar que fazer parte da comunidade é igualmente fazer parte da família Cabral, tornando-se “parente”, sem, contudo, perder a condição de ser “de fora”, por se casar com uma pessoa de dentro, como expressa Cabral 25 (Entrevista, 2022)⁴⁴, ao dizer que não é da família: “eu falo pro zoto, a infância foi aqui, né? Eu gosto daqui. Já fui e já voltei, só falta assinar Cabral, que eu gosto demais daquele povo”.

Em analogia aos colonos do Sul, pesquisados por E. Woortmann (2004), o relato de Cabral 25 (Entrevista, 2023) consente proferir que há uma amnésia relativa ao parentesco de origem, como se a árvore tivesse sido plantada no Salgado, lugar em que a vida se concretiza, de forma que a memória atribui significado à nova terra, à nova morada, na qual enterra os pés, como uma árvore por ele plantada e cultivada pelo trabalho. Contudo, a pessoa não elimina a relação com a comunidade de origem. O modelo de casamentos adotado na comunidade, não apenas delinea e articula o plano das relações socioculturais, mas imprime, no espaço, características específicas forjadas pela parentela.

Essas características podem ser vislumbradas, por exemplo, na organização dos espaços coletivos, memórias, valores, práticas socioculturais e religiosas que estruturam a vida e o imaginário dos sujeitos do lugar. Logo, entende-se que nesse modelo de casamento estão entrelaçadas as relações materiais e imateriais, responsáveis por moldar e conectar a vida nos lugares coletivos dentro da comunidade, ao modo de vida enraizado.

3.3 Representações materiais e imateriais no contexto da (re)ocupação do lugar: memórias e encontros

⁴⁴ Esse trecho é parte de uma entrevista concedida em um trabalho de campo em novembro de 2022, do qual a pesquisadora desta dissertação participou. A atividade foi realizada pelo mestrando Rafael Marcon dos Santos, sob a orientação do professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza. Com a concordância de ambos, os dados foram disponibilizados para utilização nesta pesquisa.

Sobre o chão do Cerrado, sustentado pela relação de parentesco construída ao longo do tempo, a forte religiosidade marcada pelas rezas semanais, as missas, os bailes, os jogos de futebol, a formação dos mutirões e traição, o valor da terra e do trabalho, ergueram as bases sociais que constituem a Comunidade do Salgado.

Dentro dos seus limites simbólicos, parte dos filhos dos camponeses, quando casam, constroem as suas casas próximas às moradias dos pais. Com isso, vai-se fortalecendo a comunidade, enquanto edificações como o cemitério, a igreja, a escola, a venda e o campo de futebol surgem como lugares sociais de representações e significações das ações coletivas, empreendidas pelos camponeses, no esforço de construir o lugar da existência. Assim, os valores simbólicos desses lugares, bem como as relações socioculturais, vão conferir significância ao lugar.

Brandão (2009, p.17) lembra que, ao edificar o espaço, cria-se territórios no interior das mentes. Isso porque “[...] cada um de nós habita e é habitado por espaços e lugares, terras, territórios, regiões e paisagens interiores”. Noutras palavras, o Cerrado e o sujeito que nele vive são indissociáveis, a partir do momento em que se constrói sobre o chão de terra o lugar de morada, bem como os sistemas de ações, signos, símbolos e mundos sociais expressos na cultura.

Erguem-se, então, lugares que surgem como estratégias promotoras de autonomia à comunidade, a partir das exigências religiosas e sociais das famílias locais. É bom enfatizar que essas edificações emergem em um contexto de construção da comunidade, marcado pelas tecnologias simples de trabalho, transporte e pela localização geográfica, com significativa influência dos valores religiosos. Com isso, supõe-se que a comunidade concentra aspectos da vida religiosa, educacional e de lazer, considerados elementares dentro dos seus limites simbólicos.

À medida em que o cemitério, a escola, a igreja, a venda e o campo de futebol surgem e se consolidam na comunidade, forma-se a identidade sociocultural, de maneira que os camponeses pudessem construir, além das relações socioculturais que ora permanecem ou se ressignificam, um sentimento de pertencimento pelo lugar, por meio dos vínculos entre a memória dos lugares de vivência coletiva.

Nesse sentido, pondera-se que as edificações assinalam as particularidades da construção do lugar. Além disso, elas dão suporte para a vida social e cultural na comunidade, organiza o espaço e imprime na paisagem camponesa um desenho singular, como resultado de um esforço coletivo, mobilizado por lideranças espirituais

e políticas. Nessa complexidade de imagens, culturas e saberes, consolida-se, ainda, em seu território, dois núcleos marcados tanto pelas edificações quanto, principalmente, pelos seus conteúdos simbólicos, ordenados por valores morais e religiosos.

Desse modo, as edificações não são simples vazios, são, antes de tudo, imbuídas de conhecimentos, saberes, e habilidades forjadas no campo da experiência e das vivências. Portanto, esses lugares guardam “[...] em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição, enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentimentos” (Carlos, 2007, p.22). Logo, na memória, estão guardadas as experiências e as vivências cotidianas transcorridas ao longo do tempo.

Nora (1993, p.8) enxerga esses lugares (materiais e imateriais) como refúgio de memórias, frente às rupturas entre passado e presente e o fático estágio de esfacelamento em que a memória se encontra. As razões para essa preocupação estão na midiaticização, que, a seu ver, substitui a memória voltada para a herança, pela película efêmera da atualidade, impactando a relação de sentimentos com o lugar.

Desse modo, esses lugares em que a memória se cristaliza, tornam-se lugares construídos no passado, mas que deixam de ter identificação como lembranças e se transformam em uma memória que não é mais meras lembranças e, sim, história, a qual deixa de pertencer ao passado e se concretiza no presente, ainda que ressignificada. Por esse motivo, Nora (1993) enfatiza a necessidade de se criar mecanismos capazes de superar esses distanciamentos.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (Nora, 1993, p. 13).

Entretanto, é possível observar que no Salgado os lugares (materiais e imateriais), forjados na existência, não se resumem apenas às histórias que perpassam o tempo e o espaço. Isso pôde ser percebido nas visitas e nas entrevistas com os sujeitos, as quais possibilitaram perceber sinais evidentes de memórias que atribuem importância e significado aos mínimos detalhes, transformando-os em vestígios que podem ser posteriormente lembrados. Nesse aspecto, considera-se

uma memória viva e espontânea, que nada tem de artificial, apesar de se enfrentar momentos de crise.

Desse modo, compreende-se que esses espaços se configuram como lugares de memória, haja vista que estão permeados por significados, e se mantêm vivos pela forte relação de sentimentos ligados ao processo histórico que marcou, e ainda marca, a memória das famílias.

Portanto, não é possível desconsiderar a memória individual ou coletiva. Assim, os lugares das festas, dos bailes, dos jogos de futebol, da escola, das rezas, das novenas e das missas, além de serem lugares nos quais a memória se ancora, permitem que os camponeses se mantenham conectados às suas raízes, o que fortalece as relações sociais e o sentimento de pertencimento ao lugar, na realização do *continuum* movimento da vida.

Diante desse fato, é prudente registrar que muitos dos eventos e manifestações da comunidade não são contemporâneos, mas fazem parte da memória coletiva e individual das famílias, e, mesmo que não corresponda, na íntegra, aos moldes de outrora, não se configuram como mera obrigação para manter os lugares de memória vivos, como expõe Nora (1993). No Salgado, elas parecem se configurar como uma tradição cristalizada no lugar e faz referência às particularidades da sua construção.

Nesse sentido, mesmo que as simbologias e representações sobre os lugares de histórias e memória das famílias que os constituíram sejam capazes de mobilizar a comunidade, há uma preocupação em relação às mudanças nas práticas socioculturais.

As razões estão na falta de tempo imposta pela modernização do espaço produtivo, bem como as novas dinâmicas do trabalho, aliadas às tecnologias da comunicação. Essas mutações promovem certa carência de ações e relações do passado, presentes na memória.

Não é só isso. Aliados às dinâmicas do trabalho, os celulares também colaboram para a falta de tempo, para passear, encontrar a família, rezar e se divertir. As facilidades de comunicação também prendem os sujeitos pela necessidade de tempo para a navegação no meio digital, redefine ritmos às visitas, aos encontros, às festas e às rezas de antes. Por isso, o campones, ao lembrar desses momentos coletivos, afirma sentir “[...] saudade do tempo que era lamparina, né? [...] parece que o cê tinha mais tempo, né? (Cabral 25, entrevista, 2023).

Fica evidente em todas as entrevistas que o fato de estarem presos ao relógio, e

aos celulares, fazem-nos compreender que a vida e os momentos coletivos são importantes para o sentido de comunidade. As referências, entretanto, estão amarradas aos lugares, costumes e tradições ainda vivas na memória. Não se refuta, entretanto, que as práticas socioculturais e os lugares de vivência não existam, ou mesmo a redefinição de estratégias coletivas. Parece que a vida cotidiana (socioafetiva e de trabalho) associa-se aos espaços consagrados pelas famílias.

Abre-se, aqui, um parêntese para mencionar que o processo de modernização, que chegou de forma acelerada ao Cerrado goiano, pode causar ruptura com o passado, como aponta Nora (1993), não apenas pela perda de memória, mas também pela perda dos lugares de memória, restando apenas as histórias. A memória, como é carregada por grupos vivos, pode estar secreta em determinados períodos da vida da comunidade, podendo ser acessada quando houver necessidade e/ou possibilidade.

Contudo, também está aberta a perdas pelo esquecimento e desaparecimento dos sujeitos detentores das lembranças, por isso, entende-se os lugares como espaços de práticas e histórias compartilhadas e de referências culturais fundamentais para a comunidade.

Para ilustrar esse fato, traz-se para a discussão a casa da Sra. Flauzina, que foi sempre lembrada nos discursos dos entrevistados como o lugar do forró. A família numerosa, composta por 14 filhos, por um bom tempo, abriu o espaço da sua casa, para acolher a comunidade para os famosos bailes e para os fiéis nos dias de procissão da Via Sacra ou para aniversários.

Dos 14 filhos, apenas um não reside na comunidade, e a casa da Sra. Flauzina foi soterrada pela Ferrovia Norte-Sul. Da antiga residência, restam apenas as histórias que ainda permanecem vivas na memória das famílias e uma árvore que antes ficava na porta da sala da casa, a qual, agora, integra a vegetação nativa que ocupa parte do terreiro da porta da cozinha da sua nova habitação, construída com o valor pago pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, uma das responsáveis pelas obras da Ferrovia Norte-Sul em território goiano (Figura 29).

Nessa casa, mais precisamente na parte coberta com folhas de bacuri, construída na porta da sala sobre o chão calçado, memórias foram construídas ao compasso da sanfona do Mixaria⁴⁵. A memória na casa nova está sendo construída,

⁴⁵ "Mixaria", é o nome artístico Neuzemar Alves Ferreira. Filho de Flauzina Vieira Ferreira e Orcalino. Mixaria é um talentoso cantor e sanfoneiro muito conhecido em Quirinópolis e cidades vizinhas, em que

mas a maior parte de sua vida e das memórias dos seus filhos estavam na antiga casa, certamente um lugar de histórias, emoções e experiências que transcende o tempo.

Figura 29: (A). Antiga casa da Sra. Flauzina, com destaque ao calçamento da parte da frente (porta da sala) para fazer os bailes; (B) Abertura da ferrovia que passa na porta das casas dos filhos da Sra. Flauzina; (C) Vista da ferrovia que passa no fundo do quintal da nova casa, exatamente onde era a antiga casa; (D) Casa atual da Sra. Flauzina.



Fonte: (A, B) Rossi, Reile Ferreira (2014); (C) Martins, Gladis Cabral (2024); (D) Ziliomar Alves Ferreira (2024).

Traz-se esse argumento para mostrar que a mutação dos costumes é um processo, muitas vezes doloroso para o camponês, e que envolve, em muitos casos, a aniquilação dos lugares de memórias, não apenas da família, mas dos sujeitos que vivem na comunidade, pois o lugar de memória serve como ponte entre o passado e o presente.

apresenta-se em festividades. Filho do Salgado, desde cedo se tornou o principal cantor e animador das festas da comunidade, tendo como principal marca o “forró”, ritmo que embala histórias e gerações de salgadenses.

A partir dessa reflexão, pode-se proferir que a memória dos lugares, assim como os lugares funcionam como lembrete corpóreo de fatos, acontecimentos e sujeitos e, por que não da comunidade?

3.3.1 O cemitério como ancestralidade do grupo social

O cemitério da Comunidade do Salgado é um espaço simples, desprovido de arte cemiterial. Os túmulos são distribuídos de forma desordenada, obedecendo à lógica camponesa em não se preocupar com padronização, e estão voltados para o córrego. A maior parte das sepulturas possuem somente uma cruz⁴⁶ como referência. Tais sepulturas já se encontram deterioradas pela ação do tempo, sendo possível detectar datações a partir de 1979.

Nas sepulturas mais recentes, os túmulos são construídos de alvenaria, alguns possuem revestimento cerâmico. As inscrições epigráficas se limitam ao nome e à data. Fotos dos falecidos também são raríssimas, assim como os epitáfios sobre túmulos de lajes bem antigos, o que dificulta, até mesmo, decifrar-se a escrita.

Não é possível precisar a quantidade de sepulturas, pois o fator tempo desencadeou deteriorações, e a sua localização em fundo de vale promoveu sucessivos processos de erosões, o que causou a perda das cruzes que sinalizam as sepulturas. Isso ocorre, porque o escoamento superficial volumoso das águas das chuvas da meia vertente, cortada pela estrada de ferro, invade o seu interior, promovendo a erosão laminar (Figura 30).

⁴⁶ Um símbolo muito forte da doutrina católica. “Sobre a cruz, pode-se afirmar que é a insígnia mais presente, simbolizando a morte e o sofrimento de Jesus em sua morte” (Thompson, 2014, p.100).

Figura 30: vista parcial do cemitério rural da Comunidade do Salgado.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

A imagem representada na figura 30 possibilita concluir que o cemitério é um espaço metamorfoseado. Mudanças nas formas ou estruturas representam as evoluções culturais que acompanharam a comunidade no decorrer do tempo. As construções dos túmulos, os materiais utilizados, os saberes aplicados às técnicas, além do espaço privilegiado que os túmulos passaram a ocupar, contrastam com as sepulturas marcadas somente com a cruz. Observados pela ótica do tempo e espaço, no cemitério, residem temporalidades distintas, imbuídas de costumes ligados às sucessões de tempo.

Fazer o sepultamento em área rural, conforme contam os entrevistados, era um costume dos mais antigos. Cabral 05 (Entrevista, 2023), buscando pela memória comentou:

Sei que lá foi que começou uma cerquinha pequena no meio. [...] sei que o primero que foi lá [sepultado] parece que foi a mãe da minha avó, enterrada num lugarzinho, depois um irmão meu. Aí depois cresceu o cimitério, aí foi colocano da famia os povo tudo. [...] O Catulino mesmo pediu que queria ir pra lá, porque os pai dele tá lá também (Cabral 05, Entrevista, 2023).

A fala da entrevistada mostra uma tradição que a memória não consegue abarcar, mas permite destacar que os laços afetivos transcendem as barreiras do tempo, adentrando ao espaço da memória, graças à lembrança e à sensação de pertencer à mesma linhagem e à mesma tradição, fortalecendo os vínculos com a terra, lugar da existência. Esses vínculos são tão intensos, que Cabral 23 fala com

muita convicção que quer ser enterrada no cemitério da comunidade, porque o seu lugar é junto dos pais, mesmo que em outras vidas.

[...] uai, é a própria família, né? Igual eu, eu falo que eu quero, a hora que eu Morrê meus fios têm que me pô ali, né? Já avisei, viu? Eu quero ficá alí, né? E aí todos eles quando morre, fala assim, não, ele pediu, né? Igual o papai, quando a minha mãe morreu, ele pois a marquinha dele lá do lado. Olha o dia eu fô, meu lugarzinho é esse aqui. Então é assim (Cabral 23, Entrevista, 2023).

As entrevistas revelam que as memórias estão ligadas às ancestralidades, na figura dos pais ou dos avós. Em todas as lembranças dos mais velhos e da maioria dos adultos, os antepassados estão presentes. Não é possível dizer o mesmo com relação aos mais jovens que permanecem na comunidade. Os jovens não tiveram o mesmo contato que seus pais com os ancestrais, apenas com as histórias contadas oralmente, e esse fato contribui para a ampliação das ressignificações do lugar.

O cemitério representa um lugar em que a memória se ancora, conforme escreve Nora (1993). As entrevistas demonstram que esse lugar representa um encontro com o passado e suas origens, mas também simboliza o fim de uma caminhada e o repouso ao lado de quem um dia esteve nesse chão de sentidos.

Esse pensamento se torna coerente, quando Almeida (2023, p.222) escreve que “[...] a invisibilidade do indivíduo, concedida pela morte, não anula a existência dele”. Para a autora, isso ocorre, porque o ser humano é um ser simbólico, e mesmo que a morte possa significar um ponto final, a sua materialização no espaço, por meio do cemitério e do túmulo, constitui, para os vivos, uma forma simbólica de garantir a permanência dos mortos, ou melhor, de torná-los visíveis.

Nesse sentido, a existência do cemitério pode explicar as razões pelas quais a ancestralidade é constantemente vivenciada no interior dos discursos relacionados às vivências e às experiências ligadas ao processo de constituição da comunidade. Esse argumento se justifica pelo fato de que “o cemitério bloqueia o esquecimento e torna material o que é imaterial, pelos símbolos” (Almeida, 2023, p.231), ou seja, pela sua representação, a partir da cruz ou de imagens (fotografias do falecido, imagens de santos de devoção), presentes nos túmulos, por exemplo.

Logo, nas comunidades de base familiar, há uma forte crença na ancestralidade e na continuidade da linhagem, que se justifica, pelo fato de que:

a vontade e o espírito de parentesco não se limitam, evidentemente, aos limites da casa e da proximidade no espaço, antes, quando são fortes e vivos, e por isso nas relações mais próximas e íntimas, podem nutrir-se, a partir da mera lembrança, apesar de toda distância, como o sentimento e a imaginação de estar perto e agir junto” (Tönnies, 1947, p.33, tradução da autora).

O cemitério ainda é revelador dos modos de vida e de como os sujeitos se relacionam com o Cerrado. Um dedo de prosa com Cabral 06 e logo é possível entender que as lembranças do cemitério narram as vivências e as experiências que fizeram do Salgado um lugar da existência de uma linhagem. Importante sublinhar que as lembranças estão amarradas às formas de trabalho e refletem o orgulho dos conhecimentos e das habilidades adquiridas nos tempos difíceis, mas considerados pelos camponeses como “bom”, “melhor que hoje”.

Teve um caxão, que o cumpade Dumingo me ajudô. Nois feis um caxão que o cê num sabe! Quando a turma achô o morto, tava com oito dia que ele tinha sumido [...] Ele tava lá num canto de bera de serra, que lá só ia de a pé, e precisava saber i lá tamém. Num era de quarqué jeito que ocê fosse naquele lugar não! Era um buraco na bera do corgo assim. Tinha o jeito do cê i lá. [...] nós carregô, eu fiz o caxão, nós pois ele no caxão pra dispois sipurtá. Aí ele foi sipurtado no cimitério lá do Salgado (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Outra evidência que revela os modos de vida está presente na narrativa de Cabral 10 (Entrevista, 2024). Ela conta que lembra direitinho do sepultamento do João Domingo, e mesmo não tendo ido, foi até a estrada para ver o cortejo, que seguiu pelas estradas com o caixão dentro do carro de boi até o cemitério, atendendo a um desejo dele. Vê-se que a família, ao atender o desejo do ente, naquele momento, revela a relação dos sujeitos com a terra/lugar, expressão dos modos de vida elaborados no processo de construção da natureza.

As lembranças de um ente da família podem ser traduzidas em afetividade pelo lugar, e podem ser evidenciadas, quando Cabral 10 (Entrevista, 2024) relata que, ao sentir saudade, visita a antiga casa, que fica um pouco abaixo da sua, próxima ao córrego Salgado. Reserva um tempo para andar e olhar tudo, os móveis que ainda restam dentro da casa, o terreiro, a antiga bica d’água abandonada. A pausa na fala e os olhos marejados no ato da entrevista, evidenciam que aquela terra e a família são elementos que a amarra ao lugar, e essas são razões suficientes para a terra não possuir valor comercial.

Os fragmentos (materiais/simbólicos) que ainda permanecem na antiga casa funcionam como sensibilizadores e ativadores da memória. Todavia, isso somente é

possível porque, de acordo com Nora (1993), a memória remonta às histórias vividas, e que ainda permanecem vivas nos objetos que sobraram de outros tempos, de forma que não são simples objetos, visto que tais objetos possuem significados e representatividade, e que para Cabral 10 é o que a faz permanecer na terra.

Apesar de estar ativado, ao adentrar a porteira do cemitério, logo percebe-se que é um espaço cuja manutenção é muito precária, e, portanto, pouco visitado. A responsabilidade pela manutenção e pelos cuidados com esse espaço sagrado é restrita a trabalhos voluntários dos familiares circunvizinhos do cemitério, isto é, abrange não só à Comunidade do Salgado, mas também as regiões que ficam à margem direita do Rio Preto, que também fazem parte dos Cabrais.

Os relatos ainda mostram que a movimentação nesse lugar ocorre apenas nos raríssimos sepultamentos e no “Dia dos Finados”, dia 2 de novembro, geralmente celebrado pelo diácono Ivando. Todavia, de acordo com os relatos, poucas famílias prestam homenagem para os que já partiram. Dentre elas estão geralmente os mais velhos e adultos que têm um parente próximo sepultado ali, e, quando eles já não estão presentes, na maioria dos casos, as visitas também findam.

[... [eu nunca mais fui lá [no cemitério], antigamente ia. Ixi, quando tinha minha mãe, meu véi, minha mãe, meu pai [...], aí nunca mais eu fui lá. Eu tenho até uma irmã que morreu quando ela era novinha, ela tinha uns oito anos, ela foi sepultada ali, mais eu acho que nem o túmulo dela tá lá mais (Cabral 08 Entrevista 2024).

A redução das visitas, entretanto, pode estar ligada ao deslocamento das famílias para a cidade, reduzindo a presença de parentes próximos para visitar os túmulos. Além disso, a modernização das práticas funerárias, as viabilidades dos sepultamentos nos cemitérios municipais urbanos de Rio Verde e Quirinópolis, aos poucos, reduzem os sepultamentos no Salgado, e, com isso, a prática vai se dissolvendo no tempo.

A evidência está na fala de Cabral 32 (Entrevista, 2024) “A cumade Maria, muié do Odeson, só falava que queria ir pra lá, pra lá, pra lá. Ai depois o cumpade Odeson morreu lá, né? No Quirinópe, agora ela num fala isso mais não”. São fatores que, somados às dificuldades de acesso ao lugar, têm contribuído gradativamente para o distanciamento dos camponeses ao cemitério local.

Com base em Almeida (2023), percebe-se que os significados do cemitério, atribuídos pelas famílias da comunidade, foram modificados pelas relações sociais

entre os vivos e os mortos, refletindo as modificações socioculturais na comunidade. Tais modificações são perceptíveis, quando o cemitério é lembrado e valorizado apenas por aqueles que têm relação mais próxima com os mortos que ali estão e, quando os significados atribuídos ao cemitério passam a ocupar o espaço da Igreja nos rituais e nas celebrações em substituição ao espaço do cemitério.

Thompson (2014, p.105) lembra que “a visita ao cemitério é responsável por desenvolver a lembrança, e tudo o que é lembrado se mantém vivo no meio social”. Nesse sentido, o fato de diminuir a frequência ao cemitério ou mesmo por esse não ser um espaço frequentado pelos jovens, em razão do distanciamento genealógico, corre-se o risco de a memória das ancestralidades se dissolverem no tempo, o que não parece ser uma preocupação da maioria das famílias da comunidade que compõem as novas gerações.

Vale destacar que, pelas visitas de campo, observou-se vestígios de uma sepultura recente e com flores, evidenciando que o cemitério continua ativo (Figura 31) e atendendo àqueles que, em vida expressam à família o desejo de serem sepultados ali. Geralmente, esses casos ocorrem entre os mais velhos ou adultos, porque lá repousa um ente da família.

Figura 31: Marcas de um sepultamento ocorrido no mês de outubro de 2022.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2022)⁴⁷.

⁴⁷ Registro feito durante um trabalho de campo realizado na comunidade em novembro de 2022, do qual a pesquisadora participou juntamente com o mestrando Rafael Marcon dos Santos, sob a orientação do professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza.

De acordo com as prefeituras de Rio Verde e Quirinópolis, não existe uma regulamentação quanto aos sepultamentos em cemitérios rurais. O registro do local de sepultamento é feito na funerária e no atestado de óbito, com a indicação do nome da fazenda na qual o cemitério se encontra, conforme o desejo da família. Em Quirinópolis, para o deslocamento da funerária até a área rural, é necessária, entretanto, a autorização do prefeito para a realização do traslado.

Na verdade, as autoridades competentes das duas cidades desconhecem dados elementares a respeito da instalação e da dinâmica de funcionamento dos cemitérios nos espaços rurais, não tendo informações sobre a quantidade, nem sobre suas localizações. Essa questão aponta para o fato de que não há esforços do poder público em regulamentar a situação dos cemitérios rurais, haja vista que, por não ter as informações, isso exime o referido poder da responsabilidade quanto à manutenção e ao cuidado com o espaço do cemitério. Desse modo, os trâmites para realizar os sepultamentos são confusos, não há orientações específicas, ficando sob a responsabilidade das famílias, que necessitam recorrer aos políticos para os encaminhamentos necessários.

Desse modo, mesmo que ocorram visitas no Dia de Finados, e essas se limitem aos familiares mais próximos do falecido, elas podem contribuir para a rememoração, pois a memória tem o poder de fazer o passado se presentificar a partir de evidências (simbólicas/materiais), capazes de sensibilizar quem adentra ao seu espaço e captura fragmentos de contextos vividos.

Recorrendo a Thompson (2014, p. 90), ao escrever que “O cemitério é construído para os vivos e para os mortos”, a pesquisadora deixa claro que, para os vivos, é uma forma de manter as lembranças de um ente querido que já se foi; quando os vivos visitam esse lugar, a alma do morto é lembrada e cuidada e, além disso, toda sua trajetória é mantida no monumento e na memória. E é dessa forma que os camponeses têm mantido essa relação com os seus ancestrais, permitindo que suas trajetórias sejam conhecidas e reconhecidas pelas novas gerações.

3.3.2 O lugar da escola e da igreja: contributos para o fortalecimento da comunidade

A igreja e a escola são lugares nos quais se ancoram as atividades socioculturais e religiosas. Nesses espaços, conserva-se parte das tradições, dos costumes e dos valores engendrados pelo processo de construção do território, como

as festas juninas, os jogos de futebol, o forró, as procissões e outras festas escolares, religiosas e as formas de organização do trabalho (processos produtivos), pautadas pela solidariedade. Além disso, funcionam como um centro de conexão e colaboração entre gerações, promovendo a coesão social, o desenvolvimento, o fortalecimento e a reprodução dos modos de vida.

Esses lugares (igreja e escola, localizados em um mesmo espaço, separado apenas por uma cerca) são os mais frequentados pela comunidade, e, portanto, são espaços produtores de conexão com o Divino, de construção do conhecimento, de sociabilidade e de lembranças afetivas. Neles, os sujeitos estudam, trabalham, rezam e se divertem. Portanto, são espaços em que, além de ancorar a memória, são onde se produzem os arranjos cotidianos que reforçam o vínculo com o lugar. Contraditoriamente, também é onde as diferenças, as individualidades, as carências e as perdas se revelam.

Na perspectiva de Mello (2011), esses espaços podem ser considerados como extensão do lar, por excelência, no qual os sujeitos se projetam, vivem e atuam. Logo, possuem significação especial, porque é o lugar da vida. Nesse sentido, é pertinente ressaltar que são lugares nos quais a sociabilidade e a solidariedade dividem espaço entre a política e a fé.

Não obstante, ao utilizar esses espaços, as famílias compartilham ainda sentimentos de vivências afetivas, o que lhes possibilitam reviver lembranças importantes, as quais marcaram suas trajetórias de vida que estão, de certa forma, imbuídas no processo de construção da comunidade. Desse modo, ao fazerem uso desses espaços, as famílias colaboram, não apenas para não serem esquecidas, mas para dar sequência à reprodução naquela terra.

Entre os córregos Guerreiro e Salgado, as famílias camponesas edificaram, em 14 de agosto de 1972, a Escola Municipal Custódio Antônio Cabral, com o objetivo de ofertar a formação educacional às crianças na própria comunidade. Porém, antes da sua construção, é importante retomar os primeiros tempos, para compreender a relevância desses espaços na vida social e cultural da comunidade. Para tanto, recorre-se à memória do Cabral 06 (2023), o qual conta que:

Naquele tempo tinha que trabaiá, num tinha professô, era do quarto ano pra baxo só. [...] até estudei, pra falá procê que eu num estudei, eu estudei cinco meis, uma semana sim, otra não, semana sim, otra não, uma semana sim, otra não. Hora que cê ia estudá, aquela semana era estudá, a otra semana cê ia pra roça, era só pra roça. Mode eu memo não tive escola nenhuma. A

escola mesmo era os moradô, aquele que tinha mais estudo, mais adiantado um poquim, depois que ele ficava as veis [...] aquele que ganhava uma leiturinha ia sê professô dos oto. Aqui, ali tinha umas escolinhas as veis, uma famia, duas famia por acaso, porque nós mesmo foi estudá, nós com os meninos do ti Zé Chico. Juntava as duas famia que era pertim né? De meis em meis trocava pra ficá mais fácil e pras criança trabaiá com os pais né? Nas forga tinha que trabaiá também né? Não era só estudá não (Cabral 06 Entrevista, 2023).

A partir de Martins e Rossi (2014) e do relato mencionado, observam-se as iniciativas familiares em promover o ensino básico aos filhos. As dificuldades ocorridas nos primeiros tempos, como a falta de transporte, o estado precário das estradas e a distância das cidades colaboraram para a existência de várias escolas ao longo do tempo. As famílias se juntaram coletivamente e construíram, de pau a pique, cobertos com folhas de bacuri, espaços que atendiam às necessidades daquela época.

Desse modo, as memórias e as vivências constituídas pelas práticas são partes importantes da escola Custódio Antônio Cabral (Figura 32), representada, não só pela comodidade para as famílias, tendo em vista as dificuldades em relação à distância da cidade, mas também, porque possui significado simbólico para a comunidade. Para as dificuldades dos tempos atuais, expressa Cabral 23:

Eu acho que tem uns 80 alunos, tinha dado uma diminuída, menina, mas deu uma aumentada, graças a Deus. A gente fica com medo, sabe? Até de fechar. Deus me livre! Ixi! A escola aqui é uma benção! [...] como que, igual esses meninos, vai saí daqui para ir lá pra cidade estudá, né? Como ia cê difícil! Deus me livre, eu não gosto nem de pensar! (Cabral 23, Entrevista, 2022)⁴⁸.

⁴⁸ Esse trecho é parte de uma entrevista concedida em um trabalho de campo em novembro de 2022, do qual a pesquisadora desta dissertação participou. A atividade foi realizada pelo mestrando Rafael Marcon dos Santos, sob a orientação do professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza. Com a concordância de ambos, os dados foram disponibilizados para utilização nesta pesquisa.

Figura 32: Escola Municipal Custódio Antônio Cabral.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

Além de ser um espaço educacional, a escola possui significado simbólico para a comunidade. É o lugar em que os entrevistados e, na maioria deles, também os filhos estudaram, assim como agora os netos estão iniciando a vida estudantil ali. É também o lugar em que esta pesquisadora iniciou a sua trajetória de estudante, o que possibilitou-lhe buscar a formação acadêmica.

Para além de um local de estudo, a escola representa o trabalho de homens e mulheres da comunidade. Uns ainda em efetivo exercício, outros já aposentados, como evidencia Cabral 21 (entrevista, 2024): “Eu fui professora na escola, agora minha menina é monitora na escola. Entendeu? Vai passano, vai passano”.

Adentrando ao lugar, percebe-se que o espaço escolar, juntamente com a quadra de esporte, está repleto de memórias e vivências das famílias da comunidade, sejam elas produzidas nos dias de trabalho, nas reuniões previstas no calendário escolar, sejam nos eventos culturais, promovidos durante o ano letivo, com maior evidência para a festa junina.

Desse modo, observa-se que a escola carrega a ancestralidade e parte da existência da própria família naquele lugar. São desejos, sonhos e lutas acumulados no tempo e materializados no espaço. Portanto, as recordações são marcas que não saem da memória, motivo pelo qual a comunidade se mantém unida para garantir o funcionamento da escola junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Quirinópolis.

É nesse lugar que a antiga festa de São João encontra espaço para continuar existindo e promovendo os momentos de sociabilidade, que reúnem, não somente a comunidade escolar, mas todas as famílias do Salgado. Trata-se, pois, de um evento cultural, que ganha novas configurações no espaço educacional, quando, por vezes, montam-se palcos, para apresentação de *shows*, barracas de comidas típicas, apresentação de grupos de quadrilhas juninas. Por precaução, não acendem fogueiras, devido ao temor de que o fogo se espalhe pelas pastagens e cause prejuízos.

Conta Cabral 37 (Entrevista, 2024) que, “quando tem festa na escola [festa junina], também tem a festa de forró, que eles colocam, que aí eles contrata igual os cantor, mais assim de forró, que o povo lá gosta é de forró. Então sempre que eles colocam festa, tem música de forró”.

Os jogos semanais na quadra, denominados de “rachas”, também fazem parte, não apenas das lembranças dos que um dia estudaram ali, mas também das vivências das crianças e jovens que ali ainda estudam. Mello (2008) permite ponderar que a algazarra, os gritos, os xingamentos, as regras, a bola, as marcações da quadra, as boladas são portadoras de identidade e significados, pois fazem parte do acervo íntimo daqueles camponeses que frequentaram e ainda frequentam a quadra esportiva. Corroborar esse entendimento Cabral 41, (Entrevista, 2023) ao narrar que, “na escola ali tinha os rachinha, fazia racha no mei de semana, num lembro se era segunda e quinta, mais tinha os racha que inturmava lá e brincava lá. Agora hoje não sei como tá [...]”.

Naquele Lugar, durante um tempo, a escola foi o único espaço de encontros e sociabilidades. Entretanto, em 11 de agosto de 1982, ao lado da escola, mais precisamente à sua esquerda, a comunidade ergueu uma capela em homenagem a São Francisco de Assis (Figura 33). A construção da igreja representa o desejo de promover e coordenar encontros religiosos, o batizado dos filhos, a celebração de casamentos, missas dentro dos domínios da comunidade.

Contudo, é preciso considerar que, nos primeiros tempos, as práticas religiosas tinham caráter autônomo e, por não haver um templo religioso, as famílias realizavam os compromissos religiosos nas cidades de Rio Verde e Quirinópolis.

Figura 33: Igreja São Francisco de Assis na Comunidade do Salgado.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

A distância e as dificuldades em participar, com assiduidade, das celebrações, exigiram que as famílias elaborassem estratégias no sentido de garantir locais para a realização dos rituais religiosos. Assim, em diversas ocasiões, as famílias faziam procissões até o cruzeiro, e se encontravam uns nas casas dos outros para puxar as rezas. “Depois do terço a turma ia dançar e todo mundo farriar, e aí, tudo era farra né?” (Cabral 06, Entrevista, 2023).

Esse sistema não é específico do Salgado. Brandão (1979, p.33) ressalta que nas comunidades camponesas essa “[...] forma popular e relativamente autônoma de crença e de prática do religioso católico foi o sistema quase único de trocas entre a sociedade e o sagrado”. Os argumentos de Brandão (1979) permitem compreender que a existência de cruzeiros localizados em duas propriedades, em cima da serra do Salgado e na porta da capela, bem como a sacralização desses lugares para a prática dos rituais religiosos da época, deve-se ao caráter autônomo das práticas religiosas da cultura camponesa.

Nesses locais, as famílias se reuniam para agradecer as bençãos recebidas, realizar os pedidos e pagar penitência. Em muitos casos, as rezas ocorriam para pedir chuva para, assim, garantir boa colheita e pastagem para os animais. Com frequência, havia o retorno das chuvas após a reza. Cabral 05 (Entrevista, 2023) mostra o cruzeiro na porta de sua casa e fala com o coração cheio de fé e alegria que “erguer um cruzeiro é a coisa mais linda” (Figura 34).

Figura 34: Registro do momento em que se enguia o cruzeiro em uma das propriedades do Salgado. Momento de devoção e comunhão da família.



Fonte: Album de fotografias de Luíza Vania Cabral (2023).

Destaca-se, ainda, que a localização do cruzeiro, erguido no alto da serra, é justificada pela fé das famílias e pela consciência de que a penitência era necessária para alcançar a graça. Cabral 06 expõe detalhes de como as famílias chegavam até o local nos dias de reza.

[...] num buraco de serra que tem lá, aí nós tinha que chegá e subi lá, e eis ainda escoia aquele lugá mais custoso ainda né? Pro cê fazê, na language deles, pinitência né? Aí cê tinha que subi assim, chegava nos vizim mais perto, largava os cavalo, quem ia a cavalo, os carro. Naquele tempo era muito difícil, porque tinha que ser um caminhão, e o camarada tinha que ter corage e não tê dó do carro, porque a estrada era carro de boi só [...] (Cabral 06, Entrevista, 2023).

A presença de cruzeiros na comunidade pode revelar também a influência do padroado, período pelo qual, segundo Silva e Almeida (2022, p.72), “a Coroa portuguesa e a Igreja Católica tomaram posse liderada pela ocupação bandeirista, rearranjando o território em aglomerados [no sertão goiano], pautados pelo cruzeiro e a igreja numa atitude simbólica de poder e presença de Estado português”. Dito de outro modo, entende-se que a instalação do cruzeiro era uma atitude simbólica de afirmar a posse.

Nesse sentido, pode-se supor que os camponeses, nos primeiros tempos, seguindo os costumes herdados do processo de colonização brasileiro e atendendo ao regime de padroado, erguiam cruzeiros, feitos em madeira, para assinalar a posse da terra e afirmar a religiosidade.

Assim, considerando o período de (re)ocupação da área que corresponde à Comunidade, é possível estabelecer conexão entre as tradições religiosas (arraigadas ao processo de construção do território) presentes na comunidade, e a influência histórica do padroado brasileiro.

Importante destacar que o espaço principal do culto católico se inicia a partir da doação de uma área, realizada pelo Sr. Sebastião Pereira Cabral, para a construção da capela. A solidificação das vontades da comunidade se realiza no dia do batizado da sua neta, Tatiana Cássia Cabral Nilo, na fazenda onde morava, em cumprimento a um desejo dos seus pais. O pároco da paróquia Nossa Senhora D' Abadia encaminhou o Frei Vilmar R. Batista, para celebrar o batizado e, logo após, o Frei anunciou a todos os presentes que, a partir daquele dia, todos deveriam reunir-se aos domingos sob a orientação do diácono Ivando Custódio Cabral, que, na época, era professor na comunidade (Martins; Rossi, 2014). Dentro do campesinato, essa função é chamada por Brandão (1979), de “produtores de serviços religiosos coletivos”.⁴⁹

A comunidade abraçou a ideia e, a partir desse momento, uniram esforços para erguer a capela. Sob a liderança e a orientação do Sr. Ivando Custódio Cabral, construíram um barracão coberto com folhas de bacuri (com o tempo conseguiram substituir por telhas), onde realizaram, por algum tempo, as reuniões, as celebrações, as missas e as festas para arrecadar fundos para a construção da capela e, em seguida, a do barracão, que sobreveio por volta de dois anos depois.

O simples fato de mencionar a sua construção, logo as lembranças acessam a memória daquele tempo em que o mutirão e as festas, práticas muito comuns na comunidade, concretizavam o lugar do sagrado. Cabral 20 (Entrevista, 2023), conta que as festas eram “boas demais! Tinha leilão, brincadeira, bingo, uns binguim que fazia também, pescaria [...]”. Eventos que reuniam toda a comunidade.

⁴⁹ Produtores de serviços religiosos coletivos, dentro do catolicismo camponês, defendido por Brandão (1979) como catolicismo popular, “Seria também, com maior frequência, um camponês que dividia o seu trabalho entre a produção terrena de bens de subsistência e a produção de serviços simbólicos” (Brandão, 1979, p.34). Portanto, justificam-se as orientações dadas pelo frei Vilmar, ao incumbir a responsabilidade a um sujeito do lugar.

Para os camponeses que vivenciaram a construção da capela, as memórias mais marcantes estão relacionadas ao tempo de socialização, representado pelas festas mobilizadas pelo trabalho na forma dos mutirões. De modo que, Cabral 20 (Entrevista 2023) relata que a sua primeira memória, ao pensar na comunidade, é a igreja, lugar que ajudou a construir e que faz parte das suas vivências até os dias atuais.

A lembrança da procissão, a colocação da imagem de São Francisco de Assis e a primeira missa na Igreja (Figura 35) estão registradas na memória coletiva das famílias que vivem no lugar, como também em um simples caderno, já com as marcas do tempo. Dessa forma, é possível perceber que a escrita traduz fielmente a representatividade da igreja para a comunidade (Figura 36). Há, portanto, uma trajetória de vida implícita em cada tijolo, em cada telha, em cada parede da capela e na imagem de São Francisco de Assis. É uma trajetória forte, porque é coletiva.

Figura 35: (A) Registro da procissão realizada no dia 4 de outubro de 1982 para a inauguração da capela São Francisco de Assis. A procissão saiu da torda⁵⁰ construída ao lado da casa do Sr. Ivando Custódio Cabral e prosseguiu rumo à capela para a colocação da imagem de São Francisco de Assis e para a primeira celebração – destaque para o número expressivo de crianças.



Fonte: Album de fotografias de Luíza Vania Cabral (2023).

⁵⁰ Torda é um tipo de construção que se assemelha a um barracão, porém sua estrutura é de madeira e coberta com folhas de bacuri, muito usada para a realização de eventos culturais, que incluem as festas religiosas e não religiosas.

Figura 36: Registro manuscrito do dia da inauguração da capela São Francisco de Assis.

Os moradores retiraram da comunidade e construímos a capela e no dia 4 de Outubro de 1992 tivemos uma grande festa da inauguração da capela com uma grande procissão São Bento da casa do Sr. Vando com a imagem de São Francisco com a participação de Dom Benedito, Frei Olívio Frei David, Frei Eudório, Diácono Pedro Carlos, Nelson, irmã Leide irmã Maria Luiza e toda a comunidade reunida.

Fizemos dois retiros de jovens no fim da Serra e fizemos festa para a noite em Ocaimã a festa foi nos Tapian-de, pois ninguém esperava por aquilo e quando chegamos todos a comunidade reunida com uma grande festa a noite espera.

Os jovens fizeram surpresa para os pais num dia de encontro deles.

Depois tivemos a graça de ir todos os dias na Igreja rezar o Santo Terço. Depois o Sr. Vando recebeu o mandato de ministério e tivemos a grande graça de ter o Santíssimo Sacramento na nossa comunidade e passou a ter a Ceia. Com todos os dias depois o Sr. Vando mudou para a cidade e o Sr. Dinomai recebeu o

Fonte: Caderno de Registro da Comunidade São Francisco de Assis – Salgado (2023).

Notadamente, para os camponeses, a formação da comunidade tem início como tal, a partir da década de 1970, e se fixa com a construção da Igreja Católica São Francisco de Assis. Esse momento representa para a comunidade um marco temporal e espacial, que influenciou tanto a dinâmica religiosa, como também a consciência política, econômica e social, cujos integrantes passaram, então, a caminhar juntos sob sua orientação. A partir de então, a denominação de comunidade passa a ser reconhecida e utilizada pelos moradores, como evidenciado no caderno de registro da comunidade religiosa (Figura 37). Para a ciência, e para essa pesquisa, o conceito de comunidade vai além dessa concepção da igreja católica, como discutido no primeiro capítulo.

Figura 37: Registro manuscrito do dia em que foi instituída a comunidade religiosa do Salgado.

Bom dia Sejam todos
Bem.

Ano de 1979 ^{no} em uma terra
distante, nascia uma comuni-
dade, onde varias pessoas se
reuniram para tentarem a
viver como irmãos, nada
tinham mais traziam dentro
de si, uma fé viva e a
certeza ~~de~~ que existia
um superior. Deus.

Nossa comunidade se reunia
nas casas p/ rezar o terço e ouvir
a Palavra de Deus, E a cada
dia aumentava aqueles que
queria rezar conosco, construimos
um barraco de palha ^{de} bacuri
onde celebrava uma vez por mês
a Santa Missa, celebração da
Palavra ao domingo, catequese
encontro de casais e grupo de
jovens e durante a semana
^{tinha o círculo. Publicos onde}
estudava a palavra de Deus
nas nossa, casas, círculos
^{tinha o}

Fonte: Caderno de Registro da Comunidade São Francisco de Assis – Salgado (2023).

Assim como os locais dos cruzeiros, a igreja passa a ser um lugar de encontro com o sagrado e de sociabilidade, e, por conseguinte, de acordo com Brandão (1979), o núcleo da comunidade.

Casas, grutas, cruzeiros, capelas, curvas de estrada – um deles tendia a ser o mais procurado, a exigir a festa anual mais concorrida, sob patrocínio dos moradores de mais posses e a se tornar, com o passar dos anos, o núcleo primitivo do lugar urbano da sociedade de fazendeiros capitalistas, assim como o espaço principal do culto católico, o da igreja matriz (Brandão, 1979, p.32).

Desse modo, a presença dos cruzeiros, da capela e da escola na comunidade, ao longo do tempo de sua formação, vem fazendo parte do cotidiano das famílias, seja na vivência, seja na memória. Nesse sentido, os lugares funcionam como base das relações sociais, sustentados pelas práticas culturais e religiosas que, além de

consolidar a formação do núcleo rural, institucionalizam os espaços sagrados e culturais, cujas representações fortalecem a existência da comunidade.

As razões para a relevância desses lugares estão no fato de que se trata de espaços/lugares, cujas formas e funções, sobrepujadas nas atividades culturais e religiosas, promovidas pelas instituições ali instaladas, revelam-se na familiaridade e na alegria do encontro e das trocas, seja de trabalho, de lembranças ou das intempéries da vida, como expressa Cabral 42:

mesmo a gente não participano [da igreja], é igual a escola, eu terminei o Ensino Médio em 2011, tem 12, 13 anos que terminei o Ensino Médio, passo ali todo final de semana, como que, a hora que eu passo na porta, a primera coisa que vem é as lembrança, né? Tudo que ocê viveu ali na escola e na igreja, então tipo assim, mesmo não participando, não sei explicá, faiz parte do nosso passado, da nossa infância, né? Da nossa história. Na igreja ali eu fui coroinha, primera eucaristia, crisma. Cresci ali dentro (Cabral 42, Entrevista, 2024).

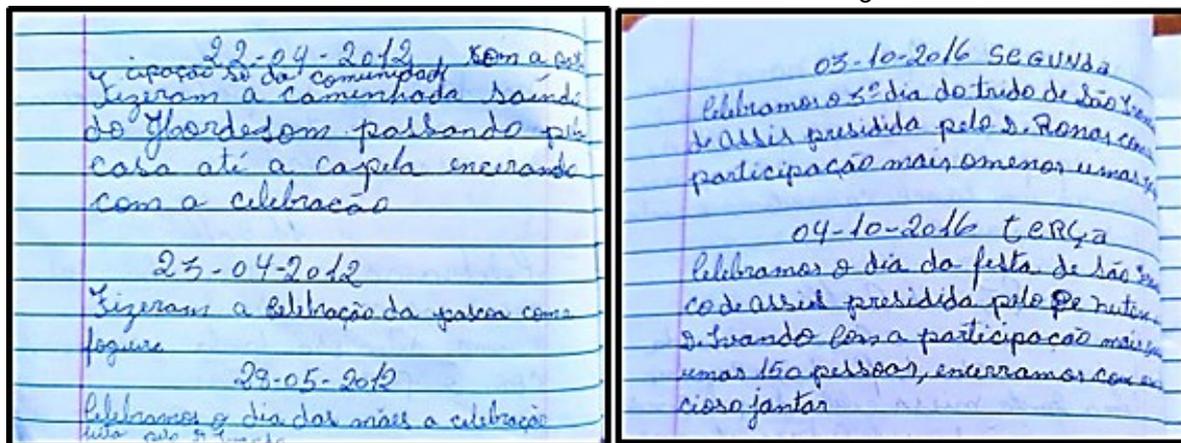
Essas lembranças são tão vivas que podem dar ideia de como os acontecimentos religiosos se cruzavam com a vida das famílias. As lembranças de episódios podem dar a dimensão de como essas representações se cristalizam no imaginário de uma geração, demonstrando a forma pelas quais a cultura é internalizada e transmitida.

Tal como sinaliza a narrativa de Cabral 42, as vivências religiosas se efetuem, quando as famílias se reúnem, uma vez por semana, para a realização das celebrações; uma vez ao mês, para a celebração da santa missa; na preparação para receber os sacramentos da primeira eucaristia, da crisma e do batismo. As aulas da catequese e da crisma se realizam em uma sala incorporada na parte detrás da Igreja. As Novenas de Natal e Campanhas da Fraternidade são celebradas todos os anos, de acordo com o calendário litúrgico. As Novenas de Natal são realizadas na igreja, já a Campanha da Fraternidade e os terços para os santos de devoção acontecem nas casas.

Observa-se, que todo esse arranjo, no qual a vida religiosa se ancora, é um processo que inclui várias etapas em um *contínuum*, e abarca o tempo curto, médio e longo das famílias. Todavia, ao acessar os lugares simbólicos da igreja e escola (da religiosidade e da educação), é possível identificar, no tempo, arquivados na memória, nos lugares e, em um caderno de registro da comunidade (Figura 38), que os arranjos sofreram perdas e processos de ressignificações, especialmente no que tange à

dinamicidade das atividades, que inclui a interação com o Cerrado e o caráter festivo e mobilizador das famílias.

Figura 38: Trechos retirados de um caderno de registro da comunidade do Salgado em que demonstra o caráter dinâmico e mobilizador das atividades religiosas.



Fonte: Caderno de Registro da Comunidade São Francisco de Assis - Salgado (2023).

A figura 38 revela que o caráter festivo das atividades religiosas era um componente de conexão entre as famílias e o sagrado e, como estratégia, as procissões, as quais tinham como ponto de chegada a igreja. A ajuda mútua, como um componente enraizado, reforça os laços de reciprocidade, promovendo a coesão social das famílias, pois envolvia o grupo na organização e na execução, o que inclui a preparação do altar, a colaboração com alimentos para a preparação das refeições, geralmente servidas no final da reza. A solidariedade, como elemento agregador, reforça as relações, como expõe Cabral 26:

Eu lembro que as veis chegava na época de Semana Santa. Cê lembra que um dia seis vieram aqui jantá com nós, né, Nide [uma pessoa da comunidade que estava no momento]? Vieram sua mãe, seu pai, o Osmar e a Maria, porque reunia na Igreja durante o dia e a noite tinha de novo. Então pra não í lá, que era longe, vei jantá conosco (Cabral 26, Entrevista, 2023).

Para elucidar esse contexto, é a memória de um tempo não tão distante, (2015) que traz à baila as procissões, uma prática em que as famílias se juntavam e seguiam unidas em oração pelos caminhos do Cerrado, como mostra a figura 39. Atualmente, são realizadas em observação aos rituais da Semana Santa, como o Domingo de Ramos e a Sexta-Feira Santa, dentro da Igreja, perpassando as 15 estações afixadas nas paredes da capela.

Figura 39: (A) Registro das procissões de Domingo de Ramos realizada em 2000; (B) Via Sacra realizada em 2015. Ambos os rituais constituíam-se de caminhadas longas pelas estradas, com paradas nas casas das famílias. Momento de devoção e encontro de várias gerações.



Fonte: Album de fotografias de Luíza Vania Cabral, (2024).

Nos relatos, a Via Sacra comparece como prática local da religiosidade popular, muito expressiva na comunidade, pois é marcada por tradições simbólicas que envolvem, além de muita fé, a reunião das famílias desde os primeiros tempos. Com caráter festivo e de penitência, de modo que as tradicionais procissões foram um dos principais eventos sociais na comunidade. Hoje, elas ocorrem apenas no espaço da igreja.

Eu lembro quando eu era assim, bem mais nova um pouco, é, em quaresma sempre quando vai chegando, terminando, eles fazem aquelas via sacra, né? Eles passavam de casa em casa, tinha aquele tanto de gente! Agora se fala que vai fazê, quase não dá quase ninguém mais (Cabral 37, Entrevista, 2024).

Cabral 41 (Entrevista, 2023) acrescenta que “antigamente, era época boa, que eu achava bão, era a época das festas, que pegava e ia, saia de casa em casa”. De acordo com o entrevistado, a procissão passava nas casas, e em cada uma delas tinha uma cruz. Quando a procissão percorria um longo caminho, as crianças iam a cavalo, pois os pais tinham receio de não suportarem a caminhada.

A procissão seguia com 14 cruzeiros que saíam de uma determinada casa, perpassando as residências das famílias, as quais representavam as 14 estações⁵¹ e

⁵¹ Segundo Cabral 20 (Entrevista, 2024), as 14 estações simbolizavam momentos importantes da paixão de Cristo representadas pelas casas de: Sebastião Pereira Cabral, Valdemar Vieira e Sinomar Telles Faustino, Ivo Francisco Cabral, José Cândido da Silva, Odair Martins da Silva, Evaristo Vieira, José Lazaro Cabral, Sebastião Vieira Cabral, José Evilásio Cabral, Orcalino, Hordezon Martins Cabral, Izoldino José Cabral, Manoel Bertolino Cabral e Custódio Silvestre Cabral.

seguiram até a 15ª estação, no cruzeiro erguido em frente à capela, em que se rezava o terço ou a missa. Quando a procissão era maior, no sentido de passar por mais casas, muitas famílias ofereciam lanche (doce de leite, café, pão de queijo, entre outros). Quando era época de frutas, o povo deliciava-se com as mexericas e as laranjas.

As narrativas corroboram a figura 39, evidenciando que a presença de crianças e jovens nas procissões pode ser considerada como uma estratégia de instituir um *habitus*, voltado à reprodução dos modos de vida. As recordações dos tempos das procissões, por exemplo, estão presentes na memória dos jovens e constituem-se de crenças e valores religiosos, familiares, ancestrais que perpassam a família e a igreja, razões pelas quais há um sentimento de pertencimento ao lugar.

Vê-se que, após a construção da igreja, a comunidade viveu um período de efervescência religiosa, em que a fé e a devoção das famílias, aliadas a uma atuação próxima dos padres e diáconos da Paróquia Nossa Senhora D'Abadia, de Quirinópolis, foram fundamentais para a reprodução dos modos de vida, pois atuaram na mobilização, sobretudo dos jovens, como observado na figura 38.

A partir de 2015, aos poucos, os eventos foram “minguando” como dizem os camponeses, e se concentrando apenas nos espaços da igreja e da escola. Chegou o tempo em que, até mesmo a celebração da Crisma, deixou de ser realizada na capela da comunidade, passando a ser celebrada, juntamente com os fiéis da cidade, nas igrejas (matriz ou capelas) de Quirinópolis. Essa foi uma decisão da Cúria Diocesana de Jataí, para viabilizar a logística das celebrações presididas pelo Bispo da Diocese de Jataí, já que diminuiu também o número de crismandos, assim como o número de batizados na comunidade.

Considera-se que, a partir desse lugar simbólico da igreja, é possível identificar que houve processos de perdas e ressignificações. Redefinir o espaço e o formato costumeiro dos rituais religiosos sinaliza a ocorrência de um esvaziamento do seu sentido original, antes muito atrelado à união e à devoção das famílias. Os camponeses têm consciência das mudanças que a comunidade vem experimentando em relação a sua essência:

Tinha os terços nas casas, né? Que sempre tinha umas comemoração, que comemorava com terço. Muito raro rezá um terço numa casa de família, né? As veis, agora tem as igreja, reúne na igreja pra rezá, mais aqueles terço que fazia em casa, num tem mais né? [...] cada um tinha uma devoção, e fazia, né? (Cabral 29, Entrevista, 2023).

Percebe-se que os sujeitos falam com saudade de um tempo de união, que lentamente se transforma em individualismo, percebido nas ausências, que se configuram em distância e desunião, como expressa Cabral 37 (Entrevista, 2024): “antes a pessoa era mais unida, agora, parece que é só uma desunião, não tem muito essa união. Tudo que vai fazer, antigamente era todo mundo unido, fazia! Agora parece que vai deixando acabá, fica tudo desunido, num junta mais”. Na avaliação dos entrevistados, as pessoas estão desanimadas de participar, e Cabral 07 explica as razões:

De primero, eu falo assim, cê num tinha uma televisão, cê nun tinha internet, né? Aí o povo foi acomodano cum isso aí, aí vai passano ali, aqui ali. Aí inveis do cê saí cê vai pra uma televisão cê vai, né? A maioria do povo é isso aí. Aqui quando num tinha a própria energia, que num tinha televisão, a convivência das pessoa era ota, né? Ai, foi teno, o que acontece, a televisão foi prioridade, vô assisti futebol, vô assisti um programa [...]. Agora veio a internet, vai sigurano mais, né? (Cabral 07, Entrevista, 2024).

Um dos entrevistados menciona que, às vezes, deixa de ir à missa para assisti-la pela TV, pois se torna mais cômodo em razão do cansaço da lida com o gado, mesmo sabendo que não é mesma coisa de rezar junto na igreja (Cabral 03, Entrevista, 2024).

Esses argumentos permitem considerar que talvez o desinteresse dos camponeses em relação à reprodução no formato original das atividades esteja relacionado ao processo de modernização do campo e à consequente adesão de ordenhas mecânicas e tanques de resfriamento.

Isso porque, a tecnologia permitiu ordenhar duas vezes ao dia o leite, prendendo o produtor nos primeiros e últimos período do dia. Esse fato se justifica nas visitas e na participação em eventos na comunidade, quando se observou que, dependendo da dinâmica do evento, o produtor deixa o local de festa para cuidar do leite, corroborando, assim, para que a presença das mulheres nas missas e celebrações seja mais significativa que a dos homens.

Essa situação se intensifica quando a tecnologia da informação chega ao campo e captura o tempo dos sujeitos, o que lhes impõe novas formas e espaços de socialização, afetando, sobretudo, as obrigações com o sagrado. Além do mais, o uso efetivo das redes sociais, intensificado no período da Pandemia da Covid19, em 2020, aparece como mecanismo que promove a individualização dos sujeitos. A partir de então, os eventos e as atividades religiosas passam a ser organizados e estruturados

por meio do grupo de *WhatsApp* da comunidade, o que desacostuma os sujeitos dos processos preparatórios, sobretudo dos acordos estabelecidos, respaldados na ética e no compromisso.

Eu acho assim, que depois da pandemia é, o povo eu acho que acostumô um poco a ficá todo mundo mais quieto. Parece que desacostumaram, assim, de tá reunindo, porque cê vê, festa, festa aqui no Salgado, tinha de veis em quando, hoje em dia já quase num tem, né? Quase num tem festa. Eu acho que as veis a pandemia feiz o povo ainda mais se acomodá cada um no seu canto, as veis. Num sei. (Cabral 26, Entrevista, 2023).

Apesar desses desafios que a comunidade vem enfrentando, as narrativas corroboram a ideia de que as práticas religiosas e culturais existentes funcionam como mecanismos de promoção dos momentos de encontros, considerados fundamentais para os camponeses, pois tais momentos redefinem a vida cotidiana e reforçam os vínculos territoriais, como amizade, parentesco e solidariedade.

O fato de algumas práticas não estarem ativas, assim como os momentos de sociabilidade serem reduzidos, representa distanciamento, que se manifesta em carência, sobretudo afetiva. Esse sentimento está claramente afirmado, quando Cabral 28 (Entrevista, 2023) relata que os encontros fazem muita falta: “[...] eu me falo assim, eu acho que sou muito família, eu gosto mais de gente, de cê ta reunido com a família, com os amigos. Eu acho isso muito bão! E hoje praticamente a gente não arreúne”.

De forma intensa, esse contexto se apresenta nas visitas de campo em que a pesquisadora participa das celebrações da Santa Missa. Ao final da celebração, o grupo demora a sair de dentro da igreja, há um ritual de cumprimentos e diálogos que seguem até o pátio. Já do lado de fora, em clima fraterno, as famílias ainda permanecem por ali por mais algum tempo.

Assim, é possível notar que o ambiente favorável do Cerrado dá suporte às rodas de conversas, geralmente divididas por gênero, como mostra a figura 40, sob um sol escaldante das 13h, no quarto sábado, do mês de fevereiro, de 2024.

Percebe-se que o horário também é um dos motivos do diálogo ocorrer somente ao final da celebração. Há necessidade de organizar os afazeres antes do almoço, portanto, os salgadenses não conseguem chegar mais cedo para colocar as conversas em dia. Por outro lado, o tempo dedicado às trocas no final da celebração não é extenso em razão dos compromissos com o leite, como justifica o relato a seguir:

Sábado, mesmo es precisava de mexer com as bizerras, mochá, né? O vitor só podia mochá sábado, es mochô gado aqui até três hora, num foi? Até três hora, então aí, es começô ali, depois que es terminô o leite 10 horas, es foi termina três hora, sabe? Aí vai juntano tudo. As veis se mudasse a missa ali pras 7 hora [da noite] a gente dava mais conta de i. Depois que termina a missa, sai todo mundo correno porque tem que i embora fazê alguma coisa. De primero, não. De primero ficava na porta da igreja até tarde, hoje não, hoje todo mundo parece que sai da igreja qué corrê, ne? (Cabral 19, Entrevista, 2024).

Cabral 03 (Entrevista, 2024) ratifica ao explicar que, quando a missa era às 19h, era melhor, porque depois podia conversar sossegado, sem pressa de ir embora. Ele enfatiza que, às vezes, está conversando, mas a pessoa está saindo apressada pensando em ordenhar as vacas, ou tirar o leite.

Figura 40: Registro do momento de socialização entre as famílias após a celebração da missa (em 24 de fevereiro de 2024) na porta da Igreja São Francisco de Assis, sob a sombra do pequizeiro e do barbatimão em um dia quente de verão.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

À sombra das espécies nativas do Cerrado, dentro e fora do pátio da Igreja, os assuntos que nutrem as rodas de conversas, como os camponeses mesmo dizem, são variados. Os homens geralmente compartilham as suas experiências relacionadas à atividade leiteira, enquanto as mulheres falam de assuntos domésticos, da saúde e dos acontecimentos atuais, como apresenta o relato de Cabral 26:

[...] prus homens, muito é o negócio deles, é o trato do gado, é o tanto que o trato tá caro, o tanto que as coisa tá difícil que não vende um bizerro, num tem negócio, mais pra gente comprá, o trato se torna muito caro. Eu acho que dus homens é isso que escuto muito eles cunversá. Agora as mulheres, num,

assim, as mulheres mais é assunto corriqueiro de mulher mesmo. [...] as veis a gente tá com muito tempo que não encontra uma pessoa, vamo supô um exemplo, a Marilene do Guimar, a gente passa muitos dias sem vê, e quando vê, as veis pergunta como tá de saúde, qué sabê como a pessoa tá passano, né? De saúde. É mais o menos isso aí. As veis é relebrano que quando a gente era mais nova. A gente, esses dias ainda falano o tanto que a gente, a Marilene disse que ela gosta demais de dançá. Eu falei eu também gosto, mas só que hoje em dia num sei nem se eu fô numa festa, se fô dançá, se eu dô conta mais, né? De tanta dor nas perna, nus juelho e tudo, né? [...]. É esse tipo de assunto assim, de ficá lebrano das coisas que a gente gostava, que a gente já feis tanto e que hoje as veis tá se tornando muito, muito raro, né? (Cabral 26, Entrevista, 2023).

É evidente que o pouco tempo dedicado à interação é precioso, de modo que a frequência com que as famílias participam das cerimônias religiosas é percebida por eles, que fazem questão em dizer que “[...] de primeiro era muita gente, hoje num tem quais ninguém, né? Quais ninguém vai” (Cabral 27, Entrevista, 2023). Participar dos rituais religiosos para os camponeses representa estar próximo do Divino, mas também encontrar os parentes e compartilhar a vida e as lembranças. Ir pouca gente à missa significa, portanto, distanciamento da família e das coisas de Deus, e isso se reverbera em forma de saudade.

No campo de pesquisa, observa-se que, diante dos desafios no que tange ao “tempo, desânimo, comodismo, falta de união”, entre outros termos que os camponeses usam para expressar as carências da comunidade, a festa junina (Figura 41), a primeira realizada após a pandemia da Covid 19, destacou-se pelo número expressivo de pessoas. Esse evento, assim como outras festividades, traduz-se em formas de revigorar a comunidade, estreitar laços de amizade e de solidariedade, além de desdobrar-se em alegria, comida e muita dança. É claro, que a pesquisadora não ficou de fora e também participou da festança.

Figura 41: Festa junina - Arraiá do Custódio, realizada na escola da comunidade do Salgado em 22 de junho de 2024.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Essa compreensão faz sentido, haja vista que a pesquisadora dialoga com as festas de São João de outrora. No entanto, no espaço escolar, tais festas ganham novas configurações. Organiza-se o palco para a apresentação de *shows*, barracas de comidas típicas e pescaria, além de apresentações de grupos de quadrilha junina. A típica fogueira, entretanto, já não faz parte da tradição, para evitar possíveis danos à pastagem seca.

A noite finaliza com o tão aguardado forró com o Mixaria. Ademais, é uma forma de realizarem costumes de outros tempos, como o bingo e o leilão, nos quais é possível vislumbrar a ajuda mútua da comunidade, incluindo a doação de prêmios para o bingo e itens para o leilão e preparação de pratos típicos, assim como o engajamento e a participação na compra de cartelas.

Desse modo, é possível identificar que as instituições que compõem o núcleo do Salgado têm forte influência na organização social e cultural da comunidade e servem como referência, do ponto de vista geográfico, e, primordialmente, da vida familiar, política e religiosa. O ato de nascer, ser batizado, receber os demais sacramentos, iniciar a vida estudantil, trabalhar e se divertir fortalece os vínculos parentais e de identidade que amarram os sujeitos ao lugar.

No lugar, os saberes são compartilhados e apreendidos, influenciando de maneira eficiente a formação dos filhos. Ministros da eucaristia, coordenadora da comunidade, catequistas e professores são filhos do lugar. No caso da escola, somente os professores do Ensino Médio são da cidade, por se tratar de uma etapa

de ensino ofertada pelo Estado, em que a escola Municipal Custódio Antônio Cabral é uma extensão do Colégio Estadual Dr. Onério Pereira Vieira, de Quirinópolis.

A gestão das instituições (escola e igreja) está sob a responsabilidade da comunidade, o que possibilita maior coesão social. Importante destacar que as mulheres, em geral, ocupam-se de tais funções e coordenam a dinâmica dessas instituições. Toda a mão de obra e o serviço necessários para o seu funcionamento são supridos pela própria comunidade.

Por outro lado, da mesma forma que o lugar contribui para a reprodução dos modos de vida, igualmente amplia os horizontes de alcance dos jovens, que vislumbram continuar os estudos na cidade. “Aqui é assim, termina o Ensino Médio depois pensa em sair. Muitos ficam, muitos saíram. Os que saíram é mais do que os que ficaram. Outros retornam depois” (Cabral 39, Entrevista, 2024). Essa lógica se torna razoável de entender, quando observada pelo prisma da escola, isso, porque, de acordo com a Cabral 37:

[...] a maioria dos alunos que tá tendo lá, eles, a maioria não é lá da região. Tipo, mora em fazenda, logo os fazendero já manda, o patrão manda embora, né? Então, agora tá essa coisa, vai e volta”. Lá mesmo, o que é da região lá mesmo, é muito pouco. Na minha época ainda tinha alguns, agora muito pouco” (Cabral 37, Entrevista, 2024).

Atualmente, a escola atende alunos do Salgado e de regiões vizinhas e oferece ensino nas etapas correspondentes à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental I, ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio. O Ensino Fundamental é de responsabilidade do município de Quirinópolis e funciona de forma multisseriada. O Ensino Médio é oferecido pelo Estado de Goiás, por intermédio do Programa Goiás Tec. A escola atende um total de 87⁵² alunos, dos quais apenas 29 são da comunidade enquanto os demais vêm das regiões vizinhas. As razões para essa lógica, de acordo com os entrevistados, estão no fato de que, com o passar do tempo, houve redução do número de filhos por família e saída de parte dos jovens para a cidade.

O que é mais marcante nos novos arranjos sociais e culturais, produzidos e reproduzidos nesse lugar (núcleo da comunidade) é que, embora não mantenham a forma original/tradicional de organização, continuam existindo de maneira metamorfoseada. Isso pode ser explicado, visto que as famílias já não estão

⁵² Esses dados referem-se ao ano de 2024, e foram coletados na secretaria da Escola Municipal Custódio Antônio Cabral.

completas, pois muitos dos membros mais antigos já são falecidos, parte dos filhos estão na cidade, e ainda há uma parcela que, apesar de pequena, não pertence ao tronco genealógico. Nesse sentido, vários fatores podem ser observados: a venda de propriedades, a maior abertura para os casamentos exogâmicos e a entrada de outras famílias, especialmente por meio da escola.

Nesse viés, os lugares representados – escola e a igreja – mostram-se como locais centrais em que se articulam as dinâmicas culturais, sociais e religiosas da comunidade. Tais lugares não apenas simbolizam a continuidade dos modos de vida, mas também refletem a metamorfose das relações sociais e culturais. Isso acontece, porque esses espaços são geridos pela própria comunidade e servem como pontos de interação entre os sujeitos do lugar, incluindo aqueles que vêm de fora, como os alunos de regiões vizinhas. Desse modo, caracterizam-se como espaços de equilíbrio que sustenta tanto as tradições quanto as adaptações às mudanças.

Por fim, entende-se que as representações do núcleo da comunidade, à luz de Santos (2008), aparecem valorizadas no esforço comunitário em realizar as atividades religiosas e culturais, os momentos de encontro e sociabilidade, mesmo porque já não se encontram totalmente as motivações de outrora, em que pesem os processos produtivos. No entanto, a solidariedade, o parentesco e a amizade, perpassam pela fé e pelo senso político, os quais têm mantido a reprodução social do lugar.

Esse esforço é representado quando a Cabral 30 (Entrevista, 2024) diz que a Via Sacra “[...] do jeito que fazia antigamente, agora, não faz não. Agora só na igreja, porque antigamente saia nas casas fazendo, né? [...] agora tem os quadros das estações lá dentro da igreja, né? Aí faz só na igreja mesmo”. No entanto, o desejo de recuperar o tradicional rito faz parte do imaginário camponês, aqui expresso pela Cabral 20 (Entrevista, 2024) “Se Deus quiser nós vamos conseguir retornar”.

As narrativas permitem ponderar que, para os camponeses, algumas de suas práticas socioculturais não deixaram de existir, elas permanecem em outros moldes, da mesma forma que outras, temporariamente desativadas, poderão ser recuperadas a qualquer momento, pois estão vivas na memória. Observa-se que a lógica camponesa não os permite desvincular-se dos seus costumes, de modo que as lembranças parecem alimentar o viver e o caminhar para o futuro, na esperança de reativá-las a qualquer momento, nos formatos originais ou com novos significados.

3.3.3 A venda e o campo de futebol: espaços de sociabilidade e de pertencimento

Tido como lugar de lazer e diversão, em que os camponeses se encontram nos finais de semana para jogar bola, sinuca, baralho ou tomar uma cerveja, comer um espetinho ou uma porção (batata e frango), enquanto falam da vida e do trabalho, as vendas “Cinco Irmãos” e “Silvany” são locais de comércio, que podem ser considerados também como um espaço de sociabilidade das famílias e dos jovens da comunidade, podendo ser vistos como lugares que congregam as práticas socioculturais e, mais ainda, a forte conexão com o território.

Nesses espaços de encontros individual ou familiar, os camponeses conversam sobre os mais variados assuntos do cotidiano, desde trabalho, política, amores, até sobre convite para ser padrinho de um dos filhos, tornando-se, portanto, compadres. O convite inicia-se na venda e se formaliza na casa do futuro compadre.

As visitas *in loco* e entrevistas revelaram que ambas as vendas não se ocupam com a comercialização de produtos e alimentos básicos, vendem apenas o gás de cozinha, bebidas e petiscos. O objetivo maior é oferecer espaços de lazer e socialização e, para isso, tem ampliado a oferta de bebidas, lanches ou *snacks* (alimentos rápidos industrializados), porções e salgados. Entretanto, elas se distinguem nas práticas sociais, vivenciadas de maneira diferenciadas.

Construída em 2020, a venda do Silvany (Figura 42), de acordo com relatos, é um lugar de encontro para tomar cerveja, jogar truco e sinuca. É um espaço que abre de quarta-feira a domingo, e se assemelha aos lanchinhos urbanos. Com apenas 5,5 alqueires de terra, o proprietário tem investido na construção de tanques para a criação de peixes visando a instalação de um pesque-pague, pois vê a existência de demanda por espaços de lazer, especialmente para os jovens. Essa iniciativa representa uma oportunidade de ampliar a renda, que atualmente se concentra na produção de leite.

Figura 42: (A) Venda do Silvany, localizada à margem esquerda do córrego do Salgado. Ao fundo desta, estão localizados os tanques de peixes construídos para a instalação do futuro pesque-pague.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Quanto à venda “Cinco irmãos”, também conhecida como venda do “Célio” ou do “Salgado” e o campo de futebol, esses espaços emanam-se de elementos ligados às tradições familiares, assim, expressam, com maior intensidade, a identidade territorial. São espaços abertos à comunidade, às quintas-feiras, às sextas-feiras e aos domingos. Às quintas-feiras e aos domingos, realizam-se os treinos, que geralmente se estendem até tarde da noite; e aos sábados, somente quando há torneio e forró. Nesses dias, serve-se espetinho assado o que complementa a renda da família, também centralizada no leite. A venda também é ponto de chegada das cavalgadas, uma prática de um tempo mais recente, implementada pelos jovens da comunidade.

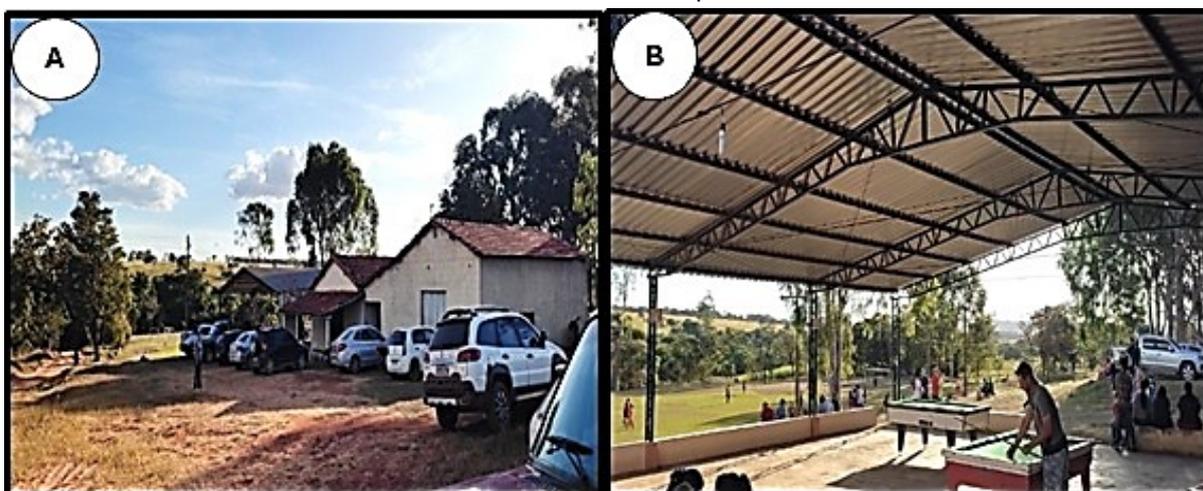
A existência dessa venda, no entanto, representa a continuação de uma tradição de família, que é igualmente da comunidade. O Cabral 18 (Entrevista, 2023) lembra que “juntava muita gente na venda [do Sr. Rafaelim], que contava com sete times de futebol. Tenho muita saudade daquele tempo [pausa], sinto não ter nenhuma fotografia daquela época”.

A venda de Rafaelim, fundada por volta de 1968, foi um local bastante frequentado pelos moradores do lugar e das regiões circunvizinhas, pois lá havia também um campo de futebol, sendo uma das únicas opções de diversão daquela época. A venda estava localizada nas proximidades de um pequeno afluente do Córrego Salgado denominado de Córrego da Canjica. Vendia quase de tudo, desde secos e molhados até roupas e remédios (Martins e Rossi, 2014, p.542).

A narrativa expressa que a venda é lugar impregnado de lembranças guardadas na memória, e não são apenas memórias individuais, já que repercutem substâncias coletivas, como ensina Bosi (1987). A explicação para isso está no poder que o lugar tem de ser redimensionado no tempo e no espaço, pois guarda em si significados que são absorvidos pelo corpo, pelos sentidos. No caso da venda, o redimensionamento não é apenas do tempo, uma vez que ela e o campo de futebol, na sua origem, ocuparam diferentes espaços dentro da comunidade.

Da antiga venda do Sr. Rafaelim, em 1990, os filhos do Sr. Orcalino e Flauzina, e sobrinhos do Sr. Rafaelim, construíram a venda “Cinco irmãos” (Figura 43-A) e, junto dela, o campo de futebol (Figura 43-B). Esse espaço se concretiza em um lugar denominado pela pesquisadora, no segundo capítulo, como “Segundo núcleo da comunidade”, por congregar os jogos de futebol e os bailes, os quais passam a fazer parte do calendário da comunidade uma vez ao mês por muito tempo.

Figura 43: (A) Venda “Cinco Irmãos” e barracão de festa à esquerda; (B) Vista parcial do Campo de futebol localizado na lateral esquerda da venda.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

O surgimento desses espaços se dá numa ocasião em que os sujeitos se veem diante da possibilidade de os costumes se finarem. Nesse momento, cinco irmãos (Neuzemar/Mixaria, Cleuzemar, Leosmar/finado Osmar, Ziliomar e Celiomar) se juntaram e construíram um novo espaço para dar continuidade à tradição de família.

Nóis jogava bola no Ademar. Era um final de semana, né? Todo final de semana tinha campeonato, quadrangular, um dia ele desistiu, né? Como se diz, aí nós ia ficá sem diversão na região, né? A famia todos gostava. [...] os irmão combinaram em construir. Feis primeiro o campo no pasto, depois a prefeitura de Rio Verde fez a terraplanagem e nós mesmo plantou a grama.

Depois nós montô o mercado e vendia de tudo, né? Secos e molhados. [...] nós começô mesmo só com a venda mesmo, aí foi e montô o mercado. Ixi! Fazia festa todo meis, lotava! As pessoas sempre sabia que todo meis tinha, aí, as veis no dia da festa mesmo, já tinha otra programada, né? Já combinava (Cabral 11, Entrevista, 2024).

Um olhar sobre esse espaço no tempo permite considerar que a existência da venda “Cinco Irmãos” está ligada ao esforço da família em dar continuidade às tradições familiares. Para isso, retorna-se ao tempo das festas conhecidas como bailes, pagode ou forró, que, na maioria das vezes, eram motivadas pelo trabalho (mutirão para fazer estradas, plantar e colher), noivados, casamentos, festas religiosas (Divino Pai Eterno, São João e Quarto de Santa Luzia), ou quando as famílias se juntavam sem motivo determinado.

O fato de as famílias nucleares serem extensas, de acordo com os entrevistados de mais idade, logo a festa estava arranjada. Não necessitava, nesse caso, de uma data especial, visto que surgiam, em muitos casos, como uma estratégia para acomodar a família, como evidencia o relato:

Pá agazaiá o povo né? [risos] porque num tinha cômodo [espaço na casa] né? Praquilo tudo que chegava, então vamo dançá? Vamo! Já tinha a turma tudo quais certa tamém, ali. Lá tamém tinha uns parente qui morava no Rii Verdi, es inchia um caminhão de gente, de veis inquando espantava praquela banda. Agora, cumo que vai durmi aquele mundo de gente? Dançava, né? Dançava até o sol raiá. Quando tinha mais poca gente, que aí o sono as veis dominava, a gente escorava num canto lá e cabava de manhecê (Cabral 06, Entrevista, 2023).

A animação dos bailes era realizada por pessoas da própria comunidade, haja vista que havia especialistas, não apenas na carpintaria ou na medicina popular, mas também na arte da música usada nos momentos oportunos, mesmo tendo a consciência de não serem profissionais. “Eu toquei baile só eu! Num tinha oto sanfoneiro não! Quer dizê que só num aprendi assim, pra falá que, se é pra falá que aprendeu, é otro pobrema. Agora, ocê fazê um barui assim, lá por acaso já é diferente” (Cabral 06, Entrevista, 2023).

O jogo de futebol também nasce no contexto do trabalho e do costume de passear na casa dos parentes. O Cabral18 (2023) conta que “o primeiro campo de futebol era no João Domingo, no meio do Cerrado, tinha muitos filhos, o time já tava pronto [...]”. Nota-se que a quantidade de filhos favorecia tanto o trabalho, quanto a diversão. Com o tempo, essas práticas se consolidam como um costume das famílias,

motivando a institucionalização de espaços, para atender às necessidades no campo do lazer. Esse processo foi narrado por um dos entrevistados:

Primerio [a venda e campo de futebol] foi lá onde o Ério mora, né? Primeiro foi o Rafaelim, um tio meu que construiu. Aí meu pai comprô, né? Aí meu pai tocô uns tempo. [...] depois o Pedro Teixeira tocô onde é a Neide do Isoldino. Ali tinha um campo também, pra cima ali, depois que saiu lá do, onde era o Rafaelim, aí passô pra lá né? [...] dali passô lá pro Bastião, cunhado do Ademá, subino aqui, pra cima do Moisés um pouco ali. Aí depois que foi lá pro Ademá [...] (Cabral 11, Entrevista, 2024).

A localização geográfica da comunidade também é um elemento importante para pensar o contexto em que as vendas surgem, uma vez que um ponto de comércio dentro da comunidade era importante para os moradores. As primeiras vendas ofereciam acesso a produtos essenciais sem que os camponeses precisassem se deslocar até a cidade, uma vez que a distância, a precariedade das estradas e a falta de transporte eram acentuadas.

A venda, nesse contexto, se concretiza como oportuna para a possibilidade de aumentar a renda familiar. No entanto, a necessidade que as famílias sentiam de espaços para a sociabilidade camponesa foi transformando a venda em lugar também de encontro, lazer e festa.

Ao longo do tempo, o movimento da venda foi diminuindo e, com isso, mudanças significativas na organização e na dinâmica foram necessárias. Os bailes realizados mensalmente passam a não ter calendário fixo. A venda, que tinha o porte de armazém, abria todos os dias, reduziu-se a bar em dias específicos. A venda, apesar de carregar o nome de “Cinco Irmãos”, apenas o Celiomar tem resistido e mantido o espaço com o esforço da sua família, mas explica que o movimento na venda não é mais o mesmo de antes:

Da moda do oto, hoje mudô demais, né? De primero dava muito mais gente. O pessoal era mais animado, mais hoje até que ainda é bão, né? Todo meis tinha uma festa. Ahhh, o povo vai, da moda do oto, tem muita gente vai disanimano, né? Parece, né? [...] parece que hoje a turma dos jovens mais novo hoje é muito, não tem a influência que os mais vei tinha, né? Eu penso assim, que os mais novo não tem muita, num qué muita coisa com o futebol, esporte, mais. Aí a turma de mais idade vai afastano muito, uns vai mudano, vai. Mudô muita gente da região, então deu uma diminuída de pessoa, né? Aí disanima um pouco [...] (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Esse panorama pode ser compreendido dentro do contexto da modernização dos campos no Cerrado, ocorrida na segunda metade do século XX, a qual provoca

transformações significativas no modo de vida camponês. Fatores sociais, como o esvaziamento da vida familiar e religiosa, a diminuição das atividades comunitárias, que promoviam os encontros de outrora, causaram certa redução dos encontros, sobretudo dos bailes. Soma-se a isso a pandemia do Covid 19, ocorrida em março de 2020 a julho de 2022, período em que as festas e os jogos foram suspensos, intensificando ainda mais o “desânimo” por ter ficado muito tempo parado, segundo os entrevistados.

Além do mais, é preciso considerar, ainda, que a demanda de trabalho e os custos para manter os espaços ativos geram dificuldades para o Celiomar. Entretanto, apesar disso, ele fala com muita veemência da satisfação em continuar a tradição familiar.

Da moda do oto, não ficá barato, eu tano dano conta, eu num tô esquentano com nada não. Eu quero sabê é da, eu tano divertino, eu tano praticano esporte, eu pra mim tá bão! Lucro mesmo, pra falá verdade, num tem. Da moda do oto, sô satisfeito, num tem ganância por dinheiro! Eu gosto é do povo mesmo e pronto! (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Logo, compreende-se que o comércio praticado se justifica com o propósito de cobrir as despesas com energia elétrica, limpeza, manutenção do gramado, entre outros. As observações, em dois dias de festas, permitem salientar que o trabalho é realizado pela família, e a divisão de trabalho atende a uma lógica específica. O espaço mais ao fundo da venda, onde fica o fogão, é ocupado pela mãe, que faz os salgados em casa e frita na hora de servir. As filhas e o genro ocupam o espaço da frente, atuando nas vendas, enquanto o pai circula por todos os espaços, para dar suporte e garantir que o evento possa acontecer sem intercorrências.

Mesmo diante desse contexto, observa-se, que a tradição, como componente principal da venda Cinco Irmãos, alinhavada ao senso político dos sujeitos, continua sendo fator mobilizador dos encontros no tempo e espaço extracotidiano, como mostra a figura 44.

Figura 44: Convite do forró e do jogo de futebol realizado na venda Cinco Irmãos no Salgado em 10 de fevereiro de 2024.



Fonte: *WhatsApp* da família Cabral (2024).

É importante ponderar que o movimento gerado pela venda incorpora à comunidade a dimensão da contemporaneidade, haja vista que, para existir, foi necessário incorporar novas tecnologias. Mecanismos informais, como a antiga caderneta com as anotações das vendas, é substituída pela maquininha de cartão e pelo pix, gerando mais segurança e agilidade no atendimento, e, por conseguinte, novos padrões de relacionamento.

Os bilhetes enviados para a rádio, tanto para divulgar as datas das festas e jogos quanto o resultado dos campeonatos, foram substituídos pelas redes sociais (*WhatsApp, Instagram e Facebook*). Desse modo, agiliza-se a organização e divulgação dos eventos, de modo a atingir público maior e mais rápido, dentro e fora da comunidade, inserindo o Salgado em um contexto espacial mais amplo. Desse modo, pode-se afirmar que a venda, por intermédio dos eventos, liga a comunidade a outras regiões do município e às cidades vizinhas.

Os eventos futebolísticos, associados ao forró, são festividades esperadas com expectativa pelos sujeitos do lugar. Para os mais velhos, acessar a memória e vivenciar essa tradição significa dar sentido à vida pelo prazer do encontro como parte das vivências das famílias. Cabral 30 (Entrevista, 2023) expressa bem esse sentimento: “eu mesma nunca fui de entender de bola né? Eu gostava de ir pra lá pra tá junto. E também, igual eu tô falano, o negócio não era o jogo não! Era só o movimento mesmo, eu pelo menos era”.

Na venda, percebe-se que a participação da comunidade ultrapassa os interesses políticos. Para os camponeses, as festas e os jogos de futebol funcionam como oportunidade de se reunirem e, com isso, reforçar a tradição/costume.

Já vem de família, desde criança, né? Todo mundo, todo mundo gosta, né? Meu pai, a turma, né? Não é só meu pai não, desde meu bisavô, todo mundo da família, todo mundo gostava, né? O jogo e o forró, todo mundo gostava demais. Meu pai [Orcalino], nossa senhora! Era quase todo sábado ele fazia um forró. Era muito bom, nossa senhora! (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Desse modo, na falta de motivações para a realização das festas, prevalece em muitos o gosto e a vontade coletivos, assentados na tradição/costume, o que representa, no contexto atual, a maior motivação para que retornem aos bailes, e principalmente para que os espaços da venda e do campo continuem ativos.

Quando tem festa [no sábado], faço o torneio durante o dia, o dia inteiro, né? Faço o torneio, à noite o forró. É igual eu tô te falando, então, eu mexo por causa do divertimento, o pessoal gosta, todo mundo me cobra. Eu já falei muitas vezes de fechar, abandoná, também porque é difícil. A turma pede, num fecha. Aí eu pego a pensá também, porque eu gosto demais, né? Então é por isso que eu mantenho. [...] o povo tá me comprando aí! Quarké hora vou fazê otro. Eu tinha parado esses tempo também por causa dá [...] do tempo, né? A chuva, a estrada tava meio ruim, né? Difícil o acesso. Então, mais agora, eu vô começá de novo. Vô marcá otro quarké hora. O futebol também tá jogando direto. Tem que continuá, porque num pode pará não! Se pará, cabô (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Isso significa que o futebol e os bailes, apesar de se realizarem no plano da vivência, são conduzidos pela subjetividade que envolve os sentidos, assentados em padrões culturais, criados pela lógica do parentesco e estruturados no processo de construção da comunidade. Considera-se, ainda, que a história social dessas práticas se inscreve na história do lugar e com ele dialoga intensamente, uma vez que a espacialidade desses dois eventos se insere na lógica mais geral que anima a rotina de vida na comunidade.

O tempo dos bailes e dos torneios atinge outros momentos da vida do camponês. O movimento de carros e motos se intensifica, denunciando a reconfiguração na dinâmica das famílias. Nas casas, para acolher os filhos que estudam ou moram na cidade ou em regiões vizinhas, o cardápio sofre algumas mudanças. Isso não significa introduzir novos pratos, mas reforçar a culinária típica do camponês, com galinhada (preferencialmente a galinha caipira criada no sítio), macarronada ou mesmo o frango com pequi. Casa cheia, portanto, não é sinônimo de

serviço, mas de alegria e satisfação, principalmente para as mulheres que dedicam seus esforços na cozinha.

Os jovens, depois de cumprirem as obrigações de ordenhar o leite (manual ou mecânico) e realizar o trato dos animais, deslocam-se para a venda. Uns porque fazem parte do time da região, outros porque ali é um lugar de encontrar os amigos, que, na maioria dos casos, são tios ou primos. Nem todos retornam para o almoço, ficam na venda o dia todo. Os pais em geral participam à noite, pois é necessário cumprir com as demais obrigações que demandam a atividade leiteira. A evidência reside no fato de que é raro encontrar os jovens em suas casas nos dias de eventos na venda, ou mesmo nos fins de semana em que há treinos ou torneios no campo de futebol.

“Na boca da noite”, como dizem os camponeses, o movimento na venda é contraditório. Enquanto uns estão saindo para tomar banho (geralmente os jovens), outros estão chegando para o baile (adultos e idosos). Há também aqueles que ficam por ali o tempo todo, envolvidos em conversas, com a bola e a sinuca. A noite chega, e com ela pessoas das regiões e cidades vizinhas. Logo, os homens se juntam e retiram as mesas de sinuca e as cadeiras que ocupam o centro do barracão, e rapidamente o espaço fica livre para a dança.

Ao primeiro toque da sanfona do Mixaria, os pares enchem o salão (Figura 45). As músicas seguem o ritmo do forró pé de serra e sertanejo raiz. No salão, não existem gerações. Idosos, adultos, jovens e crianças, em pares, seguem o mesmo ritmo e o compasso da sanfona, instrumento musical que também animou os casamentos e as festas de mutirões no passado. Embora o baile reúna diferentes gerações, uma observação mais atenta revela que o espaço é predominantemente marcado pela presença de adultos e sujeitos de mais idade.

Figura 45: Registro do forró na venda Cinco Irmãos realizado em 10 de fevereiro de 2024.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

A presença das crianças dentro do campo ou no salão de dança permite concluir que essa tradição na comunidade do Salgado pode ser explicada na realização de uma herança a ser inserida no porvir. Nesse sentido, a venda e o campo de futebol se mantêm como lugar, não somente de histórias, mas de memórias e vivências, como enfatiza Nora (1993). Assim, pode ser vista como um espaço que alimenta os vínculos com o lugar/comunidade, por meio das relações entre as famílias, o que contribui para a sua existência.

No entanto, há por parte dos entrevistados incertezas de que os jovens alimentem os costumes, pois não demonstram interesse. As razões para isso se concentram no entendimento de que os mais novos “[...] num tem a vontade que os mais velhos tinha” (Cabral 13, Entrevista, 2024). Além disso, acreditam que o telefone tirou muito o tempo e o compromisso com os encontros. Esse comportamento, conforme Cabral 13, enfraquece a comunidade.

O fato é que a venda e o campo de futebol, como apresentados, continuam a cumprir a função de manter atividades de lazer por meio dos encontros, promover a sociabilidade e de reproduzir a tradição que se manifesta pelo forró e pelo futebol. Este último, com o tempo, se dilata e abarca os gêneros masculino e feminino, e ainda oportuniza momentos de lazer para os camponeses de ontem com jogos de veteranos, constituindo-se três times oficiais, cujo nome é “Salgado”. Por outro lado, fica evidente que a ausência das motivações para os bailes, combinada ao frequente

uso do celular, impacta nos costumes, cerceando os encontros, tão importantes para a manutenção e fortalecimento dos laços parentais.

Observa-se que as atividades socioculturais são atravessadas pelas condições impostas pelos processos de modernização do campo, bem como pela articulação da liderança em equilibrar as tensões geradas por essas transformações. Desse modo, o próximo capítulo aborda as dimensões políticas e econômicas e suas influências na configuração produtiva e comunitária da comunidade.

4 DIMENSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DO LUGAR COMUNIDADE DO SALGADO

As articulações das famílias do Salgado se tornam mecanismos de luta e de resistência que se desdobram no campo produtivo e sociocultural da comunidade. A espacialização dessa dimensão pode ser observada em lugares como a venda, a escola, a igreja e o campo de futebol, os quais são espaços de debates, trocas e arranjos práticos que orientam os aspectos da vida, referentes ao lazer e à religiosidade, como também oportunizam a ocorrência de debates sobre a produtividade e a política.

Essa dimensão, aliada a outros fatores, como o parentesco, a amizade, a vizinhança e a solidariedade, torna-se evidente na comunidade, e pode ser compreendida no contexto atual como uma estratégia de enfrentamento aos ditames impetrados pelo capital hegemônico e atuante, liderado pelas empresas que atuam no espaço cerrado da comunidade, as quais articulam a territorialização do capital no Cerrado goiano e, em específico, no município de Quirinópolis.

Tem-se, pois, que a comunidade foi capturada pelas vias produtivas impostas pelo capital que, por sua vez, apresenta-se sob o discurso de “modernização da agropecuária”. Essa modernização adentra à comunidade e exige, em primeiro momento, a (re)organização produtiva do espaço agrícola. Em seguida, esse novo modelo promove mudanças nas práticas produtivas tradicionais de produção, por meio da inserção dos pacotes tecnológicos e da capacitação das famílias camponesas, visando à integração indireta ao agronegócio.

Por conseguinte, esse sistema, ao operar no movimento da vida, além da produção de impactos socioculturais e ambientais, criados a partir da ocupação do agronegócio no Cerrado, promove alterações nos processos produtivos, integrando-se aos modos de vida específicos, o que resulta em aglutinação do tradicional e do moderno, de modo a caracterizar a comunidade como um lugar metamorfoseado.

Esse padrão de vida específico do lugar demonstra que a força do capital, ao adentrar à comunidade, não subordina o camponês por completo, ou seja, a subordinação não é um elemento homogêneo na comunidade, pois verifica-se o desenvolvimento de táticas políticas de resistência, que possibilitam maior autonomia das famílias. Isso significa que os camponeses usam aquilo que é importante para

continuarem exercendo seus modos de vida naquela terra, importante mecanismo na luta contra as contradições dos modos de produção capitalista.

As razões para isso residem na ideia de que o capital, ao perpassar o campo político, espacializado nos lugares da comunidade, não consegue apenas provocar rupturas, mas, também, ressignificar as relações socioculturais, ou seja, os sujeitos adquirem novos sentidos que, no interior da comunidade, garantem que as famílias continuem existindo e reproduzindo seus modos de vida. Entende-se que essa resistência camponesa representa um mecanismo contra a expropriação e a proletarização do campesinato.

Para compreender as formas pelas quais os sujeitos se articulam para permanecer no lugar, esse capítulo visa a analisar o processo de (re)organização produtiva da agricultura camponesa no Cerrado salgadense, decorrente do uso de novas tecnologias aplicadas à atividade leiteira, bem como dos mecanismos políticos envolvidos, internos e externos, identificando a importância desses fatores na construção da autonomia sociocultural diante das investidas do capital.

Nessa perspectiva, a seguir, apresenta-se as táticas políticas adotadas pelos sujeitos, e como elas se desdobram dentro e fora da comunidade, conectando as famílias às instituições, aos agentes políticos e ao capital (empresas, cooperativas, bancos), como forma de construir alternativas que possam garantir o desenvolvimento econômico, sem, no entanto, se desvincular de aspectos da vida, sobretudo, o sociocultural de suas raízes.

Nesse quadrante, busca-se mostrar também como as lideranças protagonizam ações que entrelaçam lugares e atividades socioculturais, a fim de abrir espaços para que as famílias projetem suas demandas e estabeleçam conexões às tradições enraizadas naquele chão do Cerrado, como possibilidade de construção da autonomia sociocultural.

4.1 Táticas políticas nos lugares dentro da comunidade

Para compreender as formas pelas quais os camponeses da Comunidade do Salgado conseguem produzir a vida frente às pressões capitalistas, esta análise busca entendê-la por intermédio da dimensão política, a qual pode ser analisada por meio das relações socioculturais organizadas no lugar. Isso porque, o que se verifica nas atividades comunitárias e se passa nos lugares e nas suas várias dimensões, é que

os camponeses se comunicam com o outro e expõem suas demandas, reivindicações, necessidades e carências exigidas pelas relações sociais e não necessariamente pela produção leiteira.

Enquanto o capital busca explorar e tornar as famílias cada vez mais dependentes de um mercado organizado pelo modelo global e distante dos seus modos de vida, o camponês tem desenvolvido táticas políticas internas como forma de defesa dos costumes e tradições, as quais são ancoradas no senso político e no “espírito” comunitário, que são revelados nas atividades (religiosas, educacionais e de lazer) organizadas e orientadas em lugares estratégicos, como as vendas, o campo de futebol, a igreja e a escola. Nesses espaços, os camponeses canalizam o seu potencial de luta para continuar existindo enquanto comunidade.

As entrevistas realizadas durante a coleta de dados permitem considerar que o senso político não vem necessariamente pela modernização das relações de produção e inserção no mundo da mercadoria, mas vem pelo dever de ser o “esteio” outrora ocupado pelo pai, tio ou avô, e assim continuar o legado da família, profundamente traduzido na terra, na família, no trabalho e na religiosidade.

Nesse sentido, os salgadenses reconhecem a comunidade como um campo político, visto que tal comunidade está conectada a pessoas que foram lideranças e estão na memória da maioria das famílias e, ao mesmo tempo, representam uma conexão com a construção do território.

Um olhar no tempo daquele espaço cerradeiro permite pontuar que, em diferentes circunstâncias, a atuação política e social dos sujeitos do lugar foi reivindicada, surgindo lideranças que reagiram, de forma atuante e articulada, ações das famílias e dos partidos políticos.

Ademais, as famílias do lugar são formadas dentro de um sistema de parentesco e legitimadas tacitamente, de modo que as lideranças são orientadas por práticas, valores e pelos processos de luta e resistência em manter-se na terra, e nela reproduzir a vida e os costumes.

Contudo, isso não significa que as lutas estejam conectadas a “movimentos sociais” ligados à ocupação de terras. Na verdade, é um “movimento social” de resistência às tramas da expansão do capital, o que inclui o desenvolvimento socioprodutivo da comunidade, frente ao cercamento físico e institucional do capital globalizado.

Percebe-se, assim, que as práticas sociais abarcam um conjunto de atividades que comportam conteúdos políticos, econômicos e socioculturais. Portanto, são espaços que produzem respostas complexas e articuladas às diversas formas de pressão, em que se pode incluir a econômica, a social e a cultural, mas que demonstram as preocupações e demandas da comunidade.

Assim, movidos pelas emoções, pelas lembranças e pelo dever, alguns camponeses se colocam como “esteios” da comunidade, pois “o saber e o poder” são partes intrínsecas desses sujeitos, uma vez que estão interligados pelas experiências e pelos valores (morais e religiosos) e incorporados pelo *habitus*. Essa ideia fundamenta-se na concepção de Giddens (1997) e Bourdieu (1989).

De acordo com Giddens (1997, p.104) entende que, nas sociedades tradicionais, a autoridade, geralmente atribuída aos sujeitos que possuem conhecimento e sabedoria, é vista como “repositório da tradição”, o que significa que eles guardam e transmitem os conhecimentos e as práticas tradicionais da sociedade.

Bourdieu (1989, p.11-12), ao fazer a interconexão entre saber e poder, reforça que os conhecimentos e as habilidades legitimam os sujeitos, ou seja, atribuem-lhes poder. Ao serem detentores dos símbolos, adquirem a capacidade de inculcar práticas e comportamentos que são transmitidos e mantidos dentro da comunidade, o que reflete e reforça os símbolos e as formas de poder. Noutras palavras, a autoridade dos líderes é legitimada pelo seu entendimento e representação dos saberes/fazeres da comunidade.

Na prática, essa relação entre “saber e poder” pode ser vista por meio do respeito, conforme é possível vislumbrar no excerto a seguir:

[...] as pessoas tinha respeito, né? Era respeitado, né? Cê falava uma coisa [...]. Aqui no Salgado, aqui naquela hora cê lembra? Tinha o ARENA que eles falava e o PMDB, né? Aqui se falasse que tinha PMDB aqui era massacrado, cê lembra, né?” Aqui era. Aqui era terrível. [...] mais hoje já mudô! (Cabral 7, Entrevista, 2024).

A narrativa demonstra que as lideranças são reconhecidas pela sua trajetória de vida e pelo compromisso com esses valores, assim como pelas lutas que se desdobram sobre o chão do Cerrado. Tais contributos parecem constituir a concepção de liderança, ao indicar sujeitos do lugar como principais referências para a comunidade, mesmo que já não estejam tão atuantes como nos tempos de outrora. Segundo os entrevistados:

Na verdade, nós fala assim, sempre eu mais o Maro, ali, conversa. Eu falo assim, eu acho que em termo pulítico aqui nunca teve um igual o Chico. Acho que num vai aparecê. E na religião o Ivando, na igreja. Eu acho que ali pra igreja o Ivando é uma referência (Cabral 28, Entrevista, 2022)⁵³.

Para compreender essa articulação, é preciso considerar que sujeitos políticos assumem formas e funções variadas. Eles não estão conectados a um, ou dois sujeitos em específico. Essa reflexão, entretanto, não refuta a ideia de que influenciadores antigos continuem atuando e sendo reconhecidos como grandes líderes na comunidade.

Entende-se que o espaço político é amplo e opera nos principais lugares da comunidade, a partir da atuação daqueles que os administram e os representam. Nesse sentido, destacam-se os sujeitos que administram os lugares socioculturais de tal comunidade.

Desse modo, ao observar o fenômeno político, bem como a sua espacialização nos lugares dentro dessa comunidade, é possível considerar que as escolhas de lideranças não são aleatórias, nem obedecem a uma ordem hierárquica, ainda que estejam baseadas no sistema de parentesco.

A escolha parece estar pautada no “saber e no poder”, e às condições específicas dos lugares, criando uma continuidade entre passado e presente. Como exemplo, há na comunidade a escola, que, ao fornecer habilidades e conhecimentos, abre oportunidade à alternância das lideranças, mas geralmente dentro da estrutura do parentesco.

Nessa perspectiva, Brandão (s.d.), afirma que “[...] uma das características de base na comunidade tradicional é a inevitável presença do outro na vida de todos”. Para o pesquisador, essa presença pode ser definida de diversas formas:

Seja como um sujeito individual - um pai, uma mãe, um padrinho - seja como um sujeito institucional ou mesmo plural - um ancestral familiar, um líder de clã, um conselho de comunidade - a presença que ao mesmo ampara, reconhece, identifica e controla a pessoa de cada integrante de tudo o que vai de um casal à própria comunidade no seu todo, representa um ator e um fator de atribuição de identidade (Brandão, s.d., 350).

⁵³ Esse trecho é parte de uma entrevista concedida em um trabalho de campo em novembro de 2022, do qual a pesquisadora desta dissertação participou. A atividade foi realizada pelo mestrando Rafael Marcon dos Santos, sob a orientação do professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza. Com a concordância de ambos, os dados foram disponibilizados para utilização nesta pesquisa.

No salgado, essa presença se dá em todas as instâncias da vida familiar. Mas é na vida comunitária que os sujeitos encontram espaços de operar as formas de “codificação de condutas e de relacionamentos” (Brandão, s.d.), até mesmo na definição da formação das novas famílias. A título de exemplo, são os casamentos entre primos que perduram há quase dois séculos no lugar.

Com esse pensamento, não se pretende afirmar que os matrimônios são articulados pelos sujeitos políticos da comunidade, mas, sim, contextualizar a relevância dos lugares e o papel das lideranças na continuidade dos costumes e das formas de sociabilidade. Nesse aspecto, a ação desses sujeitos frente aos lugares torna-se viável à própria reprodução da família “Cabral” e, por conseguinte, à continuidade da “parentela”, o que reforça a comunidade perante as forças externas que chegam ao lugar, sobretudo, quando o lugar é capturado pelos elementos modernos que operam além do espaço produtivo, o espaço social, por meio da linearização do tempo⁵⁴ e do crescente apelo ao individualismo, os quais têm promovido distanciamento, rupturas e ressignificações.

Desse modo, a eficiência dos lugares na comunidade está no fato de que, neles, os sujeitos são mobilizados pela fé, pela solidariedade e pela amizade, pois esses lugares representam não apenas a materialização do vivido, ligados à memória coletiva e individual, mas, também, a busca pela resistência sociocultural.

Logo, por serem espaços portadores de conteúdo, de conexão e de diálogo com as famílias, a dimensão política da comunidade se encaixa e opera em suas especificidades. Desse modo, as especificidades de cada lugar criam condições para que a comunidade se organize de maneira prática e tática para enfrentar os desafios econômicos e sociais.

Nesse sentido, a memória de um tempo não tão distante ratifica esse argumento, ao trazer à baila o processo de (re)organização produtivo, ocorrido a partir da década de 1990, e a consequente fundação da Associação Comunidade Organizada dos Pequenos Produtores de Cachoeira do Rio Preto e Salgado – ACOPPS, emergida da necessidade e fomentada nos espaços: igreja e escola.

⁵⁴Apoiando-se em Santos (2008), neste trabalho, a “linearização do tempo” refere-se à ideia de que o tempo, na concepção dos camponeses do Salgado, passa a ser dedicado de forma ininterrupta à atividade leiteira a partir da introdução de novas tecnologias e a inserção no mercado. Desse modo, o tempo tradicionalmente cíclico e marcado por ritmos naturais (estações do ano, ciclos de plantio e colheita, celebrações religiosas etc.), passa a ser influenciado por uma perspectiva mais linear, associada à lógica e aos padrões do capital.

Tal associação se justifica pelos desafios causados pela modernização da agricultura, cabendo às famílias salgadenses se organizarem em sistema de associativismo, com o propósito claro no sentido de que a luta pela permanência na terra fosse estimulada, a partir do desenvolvimento da pecuária leiteira.

Vê-se, assim, que a entidade encontra na igreja e na escola espaços para a articulação política, representada por camponeses do lugar: Chico Floresta⁵⁵ e diácono Ivando⁵⁶. Esses líderes eram acompanhados de outros camponeses diretamente envolvidos no projeto, que tem como base princípios éticos e valores que fortalecem a coesão social e a confiança das famílias. Cabe salientar que essa legitimidade das lideranças pode ser vista de modo fundamental na articulação das demandas frente às pressões ocasionadas pelo processo de territorialização do capital no lugar.

Além disso, por meio de ação articulada entre a Associação e as famílias salgadenses, inicia-se outro movimento de pressão por parte das famílias ao poder público municipal, no sentido da ampliação do Ensino Básico, o que efetivamente ocorreu em 1997 com a oferta do Ensino Fundamental II. Já o Ensino Médio, como a extensão do Colégio Estadual Dr. Onério Pereira Vieira, ocorreu no ano de 2004. Ampliar o ensino no campo era, portanto, questão fundamental, para garantir aos filhos a continuidade na terra até completarem o Ensino Básico, o que manteria as famílias no lugar, e daria condições para a realização produtiva projetada pelo associativismo.

Contudo, apesar das ações realizadas pelas famílias salgadenses, elas ainda não foram suficientes, devido à baixa produtividade do leite, assim como à falta de recursos financeiros para atender às novas demandas impostas pelo mercado produtivo, exigindo das famílias outras fontes de renda.

Nesse sentido, mais uma vez, as famílias se mobilizam para buscar formação acadêmica no Ensino Superior, sob a liderança e incentivo de Chico Floresta e do

⁵⁵ Francisco Floresta Martins Cabral é filho de José Martins Sobrinho (Zé Tunica) e Alminda Luzia Cabral. Iniciou sua vida política em 1982, como vereador por Quirinópolis. Foi eleito por seis mandatos com o apoio do Salgado. Foi presidente da Câmara Municipal por duas vezes e Secretário de Agricultura em 2014.

⁵⁶ Diácono Ivando Custódio Cabral é filho de Sebastião Pereira Cabral e Laudemira Vieira Cabral. Nasceu na comunidade do Salgado e viveu no lugar até por volta de 1988, onde atuou como professor na escola Custódio Antônio Cabral. Em 1991 assumiu o diaconato e se mudou para Quirinópolis. No entanto, suas relações com o lugar se mantêm pelo parentesco, pela religiosidade e pela casa que mantém no lugar, usada como refúgio, nos momentos de intervalo de suas funções religiosas na Paróquia Nossa Senhora D' Abadia.

diácono Ivando. Isso, porque, naquele momento, a graduação garantiria não apenas uma vaga de trabalho na escola, como também estabilidade econômica com a efetivação dos professores daquela comunidade por meio de concurso público.

Nessa perspectiva, um fator que corroborou bastante para a formação acadêmica das famílias salgadenses foi a implementação do Projeto de Licenciatura Plena Parcelada da UEG, criado em 2003. Esse programa possibilitou às mulheres alcançarem uma formação universitária. Os cursos eram oferecidos às sextas-feiras e aos sábados, no período letivo e de forma intensiva, nos meses de janeiro e julho, na UEG Câmpus Sudoeste/sede Quirinópolis⁵⁷. Com isso, abriu-se a possibilidade de se estudar sem perder o vínculo com a terra e o trabalho, como atesta Cabral 33 (Entrevista, 2024): “outra coisa que foi importante demais pra região foi quando a UEG implantou aquele curso [Pedagogia Parcelada] criado pela UEG”.

Desse modo, tais movimentos criados no âmbito dos processos de modernização do Cerrado fomentaram o desenvolvimento econômico e social da comunidade, possibilitando o processo de (re)organização da produção leiteira frente às ameaças do sistema capitalista e à estabilização econômica das famílias.

Por outro lado, as táticas desenvolvidas saem da sua escala local de ação e se integram a outras escalas (regionais e até internacionais) para, na ocasião, criar condições às famílias, de modo a não precisassem vender ou arrendar suas terras, e nelas, por meio do trabalho, pudessem produzir e reproduzir as condições para a sua existência. A esse respeito, Martins e Rossi (2014), por intermédio de entrevistas, asseveram:

A Associação conseguiu trator e implementos agrícolas, junto ao Vaticano e ao Ministério da Agricultura. Com esses maquinários, a Associação auxiliou os produtores a melhorar as pastagens, uma vez que a maioria possui pequenas extensões de terra e não tem maquinário agrícola para gradear o solo, semear semente, calcário ou adubo, roçar, silagem e outras atividades que dependem do uso de trator. Este trator atende, além dos associados, os demais produtores da região (Martins; Rossi, 2014, p. 535).

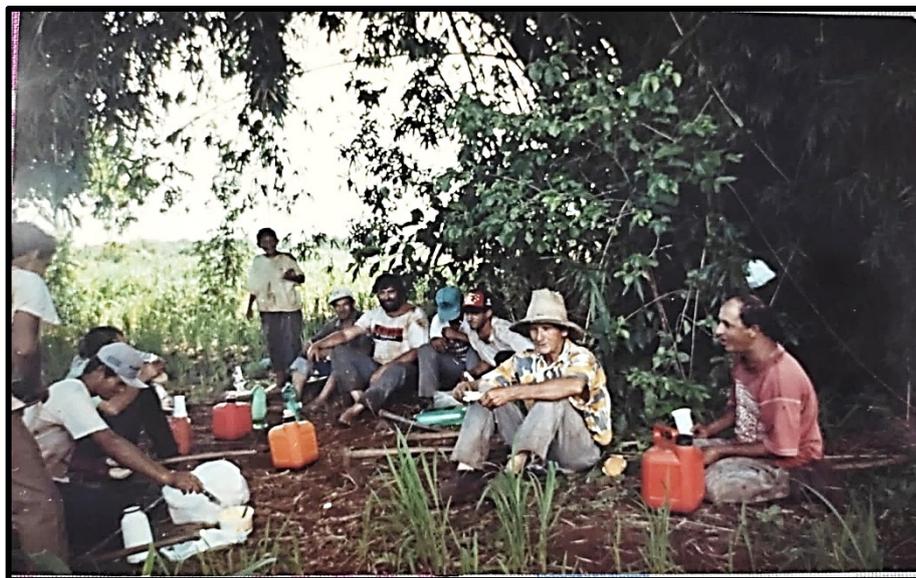
Entre as iniciativas promovidas nesse contexto, destaca-se a lavoura comunitária (Figura 46), uma estratégia coletiva de resistência, organizada pela ACOPPS. Esse projeto, sustentado pela solidariedade, união e ajuda mútua, funcionou como uma tática frente às dificuldades entre adequar-se ao mercado e

⁵⁷ Nesse período ainda sobre a nomenclatura de Unidade Universitária de Quirinópolis.

permanecer na terra. Mais do que uma solução prática, a lavoura comunitária, conforme relatos colhidos no campo, incorporava significados simbólicos de união, reforçando os laços entre as famílias envolvidas. Isso fica evidente no relato de Cabral 33, que, com saudosismo, narra a alegria e o esforço compartilhado na roça comunitária:

[...] montamo a lavora comunitária, plantava milho e arrois. Só plantá que era com o trator o resto era tudo manual, colheita. [...] na hora de carpiná era todo mundo junto, entendeu? [...] Nosso Senhora D' abadia, era prazeroso, ce ocê vê a alegria de todo mundo, trabalhá na roça! Era prazeroso. Foi trabalhoso? Foi (Cabral 33, Entrevista, 2024).

Figura 46: Registro de um dos momentos de convivência/pausa entre os camponeses, sob a sombra das espécies do Cerrado, evidenciando a vida coletiva e as relações sociais no contexto do trabalho na lavoura comunitária.



Fonte: Álbum de fotografias de Francisco Floresta Martins Cabral (2024).

Mais do que um projeto coletivo de resistência, a lavoura comunitária desempenhou um papel central na consolidação das lideranças locais e na construção de aprendizados que fortaleceram a autonomia da comunidade. A experiência compartilhada, aliada às iniciativas promovidas pela Associação, não apenas possibilitou o enfrentamento das dificuldades econômicas, mas também preparou os camponeses para agir de forma independente e consciente.

Evidencia-se, assim, que a associação e as suas lideranças podem ser consideradas como as principais formas de construção e de operacionalização das ações coletivas, em defesa dos direitos e interesses da comunidade. Essas lideranças

fornece, além de condições econômicas e sociais, também habilidades técnicas para melhorar a produção do leite e a capacidade de atuação política e social da comunidade. Compreendem que essas ações se tornaram em importante aprendizado para todos, como destaca Cabral 33 (Entrevista, 2024): “[...] é igual menino quando começa a andar, primeiro ele engatinha, anda. Cê insina ele andar, ele anda sozinho, daí faz as artes sozinho. Então, quer dizer, o pessoal aprendeu a se virar, quer dizer, abriu a mente”

Contudo, as táticas não se restringiram à associação, tampouco a um tempo, como mencionado. Aprofundar as análises acerca do movimento da vida que se dá nos lugares do Salgado requer pensar que há neles um processo contínuo, concatenado a propósitos de vida que ganham fluidez a partir das especificidades do lugar “comunidade”. Além do mais, se os lugares, em tempos pretéritos, agalharam e fomentaram o movimento camponês de (re)organização produtiva, nos tempos hodiernos continuam promovendo as conexões entre as famílias e os atores externos.

Essa lógica permite considerar que as táticas políticas residem na utilização dos lugares e das atividades coletivas (religiosas, lazer e culturais), nos quais os sujeitos estabelecem as conexões e projetam suas demandas, sejam elas coletivas ou individuais. Por meio desses espaços, os camponeses estabelecem as relações para além da comunidade, haja vista que são utilizados pelas prefeituras para a realização de programas desenvolvidos principalmente pelas secretarias municipais de saúde, educação e agricultura.

Por outro lado, os de fora encontram, nos lugares, espaço para atuarem politicamente dentro do Salgado, e, uma vez articulados com as lideranças locais, projetam seus interesses, que nem sempre correspondem aos interesses da comunidade. Essa divergência fica evidente no relato de Cabral 09 (Entrevista, 2024), que critica algumas iniciativas externas ao afirmar: “[...] igual, políticos vêm aí trazer cesta básica, cobertura. Eu falo, essa região aqui não precisa disso! Aqui, não tem ninguém aqui, que precisa de cobertura [...]. Em termos de política uma das coisas mais importantes é estrada boa! ”.

É bom esclarecer que essas interações não representam atraso para a comunidade. Ao longo da história, os sujeitos do lugar mantiveram relações políticas municipais e estaduais e, a partir dessas relações, benefícios chegaram e ainda chegam ao lugar em forma de bens, principalmente, serviços que atendem à produção leiteira e fornecem infraestrutura para a comunidade.

[...] ali toda vida, a comunidade junta, quando precisava, por exemplo a prefeitura, eu conseguia com o Odair [prefeito], eu consegui com a prefeitura, aumentô aquele barracão, fizemos cozinha comunitária. Eu comprei um jogo de panela grandona pra fazê aquelas festas, entendeu? (Cabral 33, Entrevista, 2024).

Não é à toa que a presença de sujeitos políticos de fora se torna constante na comunidade, pois “[...] entra muito político, se você quisé alguma coisa, é através de política” (Cabral 27, Entrevista, 2024). A evidência está no fato de que, em todos os eventos comunitários dos quais a pesquisadora participou durante o trabalho de campo, registrou-se a presença significativa de candidatos e autoridades políticas municipais e estaduais, o que parece evidenciar que os espaços de encontro e socialização atraem olhares daqueles que pretendem atuar ou permanecer como representantes do poder público.

Os camponeses têm consciência de que a comunidade é um campo político fecundo, tanto pelo contingente humano que representa para o município quanto pela capacidade de atuação e articulação das lideranças locais dentro e fora da comunidade. Pela diversidade de partidos políticos, e de interesses que permeiam as relações estabelecidas, verifica-se que os lugares/espços no Salgado podem ser considerados um campo de força e disputa política.

Conseqüentemente, a trama política envolve trocas, as quais chegam por meio de patrocínios de bola, jogos de camisas para os times de futebol, troféus, medalhas, equipamento de som, ou mesmo recursos para colaborar com a realização dos eventos. Essa é a realidade que foi percebida no campo de pesquisa, durante a festa junina realizada na escola, no dia 22 de junho de 2024, em que as prendas do leilão, na sua maioria, foram arrematadas por políticos.

Em troca, usa-se o espaço para a realização de comícios e reuniões, como menciona Cabral 11 (Entrevista, 2024), ao lembrar que “até o governadô teve aqui [na venda], o Alcides na época que era governadô. Na campanha dele, ele veio aqui”.

Diante do exposto, percebe-se que os camponeses se articulam e sabem aproveitar muito bem os espaços políticos dentro e fora da comunidade, pois são movidos pela necessidade de infraestrutura, educação, saúde e produtividade. Essa articulação coloca-os como sujeitos políticos e sociais, que ora aderem, ora refutam o sistema. Isso ocorre porque nem sempre há concordância entre os interesses dos camponeses e os da prefeitura, como demonstrado no caso da fundação da nova associação, em 2022, como esclarece o entrevistado em seu relato:

[...] só que o prefeito do jeito que ele queria não dava, né? Ele queria que nós mantesse o trator, muitas coisas num é tratorista, aí ficava caro pra associação. Ai quando ele falô, que aí nós tinha que fazê esses custo, pagá, né? E não podia deixá de atendê quem tava de fora, né? Porque é pulitico, cê sabe como é que é! Aí o povo, foi onde emperrô a associação (Cabral 07, Entrevista, 2024).

Essa fala ilustra ter havido tensões entre as expectativas políticas e as limitações práticas da comunidade no contexto da criação da associação, que tinha o objetivo de viabilizar a entrada de serviços públicos à comunidade.

Além disso, compreende-se que a tática de promover interações mais amplas é mecanismo que ultrapassa as necessidades materiais. Essas interações entram no campo subjetivo, haja vista que, detrás de toda trama política, as lideranças conseguem sustentar os momentos de encontro, sociabilidade e coesão do grupo.

Observa-se, ainda, que é no núcleo da comunidade que as concepções políticas e os temperamentos individuais se revelam, nas formas de organização e zelo dos utensílios que pertencem à comunidade (panelas, tachos, entre outros). Esse fato é evidente, quando se trata da discussão de interesses coletivos, como relata um entrevistado, ao falar da tentativa de criar uma nova associação.

Teve uma reunião, escolheu até o presidente da associação e aí acabô. Primeiro o Wanderson [prefeito] veio, e falô que ia trazer pra cá, ia mandá pra cá, pra região, uma patrulha mecânica, pá carregadera, caminhão, trator. Ai, foi indo aí, pra consegui tem que montá uma associação. Aí começou a montá essa associação. Fizeram uma reunião ali [no salão da igreja], escolheu até o presidente. Só que aí já começô errado, porque aí do nada escolheu o presidente. Não tinha nem registrado o presidente nem nada, já escolheu funcionário pra trator. Mais aí foi só reunião mesmo e acabô” (Cabral 14, Entrevista, 2024).

Vê-se, portanto, que o núcleo da comunidade é um espaço de contradições. Ao passo que promove união, cooperação, solidariedade e sociabilidades, também produz as individualidades. Tuan (1980, p.284) expõe que esse sentimento é compreensível, pois “uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo; percepção, atitude e valores, refletem os três níveis. Logo, as individualidades bioquímicas e fisiológicas inatas podem transcender as forças do meio social e gerar os dissensos”.

Todavia, na Comunidade do Salgado, essas questões tendem a ser mais bem conduzidas e superadas, haja vista que as relações baseadas no sangue são capazes de promover-se com mais facilidade o consenso, conforme afirma Tönnies (1947).

Logo, apesar dos temperamentos individuais, é mais fácil alcançar o consenso e a união por terem laços de parentesco.

Ademais, a participação nos eventos da comunidade chama a atenção, ainda, para o fato de que os eventos socioculturais espacializados nos lugares são planejados de forma articulada ao calendário religioso, ou seja, às missas mensais. A festa junina realizada em 2024 justifica esse argumento, tendo em vista que foi realizada no dia da missa. Com essa observação, não se pretende afirmar que todos os eventos (de lazer e culturais) ocorrem concomitantemente ao calendário religioso, mas admite-se considerar que essa é uma estratégia eficiente, tendo em vista que mobiliza as famílias da comunidade e os parentes que moram na cidade ou em regiões vizinhas, animando a vida religiosa e sociocultural, anunciada pelo movimento na comunidade.

Portanto, é no barracão entre a igreja e a escola que a educação, a política e a religião se associam e materializam-se nas práticas sociais, para dar suporte aos interesses e às necessidades da comunidade. Nesse espaço, geralmente promovem-se as reuniões (religiosas, políticas, de empresas, cooperativas), festas (religiosas, escolares, de casamento, noivados, aniversário), bingos e almoços comunitários.

As reuniões atendem às pautas de interesses da comunidade e sempre relacionam religiosidade às questões sociais, educacionais e à atividade leiteira. Segundo os entrevistados, geralmente as pautas são lideradas pelo diácono Ivando e pelo Chico Floresta, os quais, apesar de não residirem na comunidade, pertencem à família “Cabral”. As articulações com partidos e políticos do município e do Estado normalmente ocorrem por intermédio do Chico Floresta, mas também há iniciativas individuais.

Tais ponderações foram vislumbradas de forma muito intensa em um evento ocorrido no espaço da igreja, ocasião em que se registrou a presença de lideranças (educacionais e religiosas) da comunidade, e lideranças políticas do município e do Estado. O dia foi marcado com a celebração da missa. Em seguida, foi realizado o sorteio de um bingo (Figura 47-A) e um almoço servido no barracão ao lado. Durante a refeição, o espaço foi aberto para tratar de assuntos relacionados à melhoria da infraestrutura da escola da comunidade (Figura 47-B).

Figura 47: (A) Celebração da missa; (B) Registro do momento em que representantes do poder público e da comunidade discutem investimentos para a escola durante o almoço servido no barracão da capela São Francisco de Assis, após a missa.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

Vê-se, portanto, que o senso político e solidário dos camponeses, orientado pela religiosidade, mobiliza as práticas sociais, que coadunam em momentos de encontro e sociabilidade dos sujeitos. O parentesco, a amizade e a solidariedade, se apresentam como elementos vitais frente às dificuldades e aos desafios de socialização, sempre mencionados com veemência pelos camponeses.

Em uma retrospectiva no tempo, é possível perceber que os lugares sempre foram espaços de quebra do isolamento, como discutido no capítulo três. Nesse sentido, os eventos, como as festas, as reuniões, e os jogos, por exemplo, permitem a aproximação e a unidade entre as famílias do lugar, ou seja, são condições necessárias para a construção da resistência camponesa frente às demandas externas, sejam elas sociais, econômicas e culturais, ou mesmo o isolamento, presente no discurso dos jovens. É bom lembrar que, ao fazer referência ao “isolamento”, trata-se de localização geográfica⁵⁸, mesmo que a modernização e as condições econômicas tenham atenuado as distâncias e promovido conexões.

Conforme pode-se perceber, a política na comunidade salgadense produz um imbricamento entre a fé, o lazer e a educação, tanto pelos papéis que os líderes da comunidade desempenham quanto pelos espaços em que se realizam. Dito de outro modo, por meio da política, as lideranças realizam a costura entre os lugares, resultando em rica tapeçaria de práticas e valores socioculturais que perpassa o tempo, lugares esses nos quais os sujeitos estabelecem suas conexões e projetam

⁵⁸ Os jovens que moram na Comunidade do Salgado estão a 60 Km de distância da sede municipal.

suas demandas, como, por exemplo, a reforma da escola, o melhoramento das estradas, a construção de mata-burros; o preparo da terra para o plantio etc.

Nesses lugares, demandas de várias ordens são processadas e ressignificadas, de modo que possam ser aplicadas à produção da vida, ainda que para isso seja necessário mobilizar forças externas, como ocorre no período em que a ACOPPS se manteve ativa, ou ainda como ocorre no movimento da vida nos lugares.

Cabe destacar que uma evidência da resistência e de organização política da comunidade salgadense foi revelada em uma das visitas à igreja. Naquele momento, a pesquisadora presenciou a angústia da comunidade diante da possibilidade da retirada do Santíssimo da capela, anunciada pelo pároco da Paróquia Nossa Senhora D'Abadia de Quirinópolis, em dezembro de 2023.

Ainda que a ausência do Santíssimo estivesse condicionada ao período de reforma da escola, em que os espaços da capela abrigavam estudantes, frente às incertezas sobre se isso seria apenas temporário, os líderes religiosos locais mobilizaram o diácono Ivando, que conseguiu reverter a decisão.

Esse contexto permite considerar que as lógicas externas encontram resistência nos lugares da comunidade e nas suas lideranças. Essa determinação, entretanto, encontra suporte nas figuras políticas de Chico Floresta e do Diácono Ivando. Apesar de, nos últimos anos, eles terem se afastado da comunidade, em razão de seus afazeres na cidade, ainda assim, representam os interesses da comunidade e atuam como mediadores frente às demandas cotidianas, sobretudo frente àquelas que exigem articulação com instâncias externas.

Conforme mencionado, em vários contextos, quando há a necessidade na condução das reivindicações, nas discussões e na orientação, essas duas lideranças (política e religiosa) são acionadas. Nesse ponto, os vínculos com o lugar mobilizam-nos a reafirmarem o compromisso com a comunidade e a assumirem a responsabilidade com os movimentos das famílias, seja no campo político, econômico ou sociocultural.

Na sequência, cabe salientar que, na prática, a escola é lugar de memórias, vivências e disputas, ou melhor, campo de forças políticas que funciona para além da formação escolar. Isso ocorre, porque ela representa, segundo os entrevistados, a oportunidade de emprego para as/os jovens da comunidade, que, em muitos casos, se preparam para, mais tarde, assumirem uma função naquele espaço. Assumir uma

responsabilidade profissional na escola é igualmente uma oportunidade de permanecer no lugar, sobretudo para os jovens que, teoricamente, nascem sem a terra.

Nesse sentido, sabendo que não há espaço para todos, as frustrações assumem formas que podem ser observadas no distanciamento dos lugares, o que não significa conflitos com os parentes, pois, na realidade, os sujeitos têm consciência dessa realidade, principalmente, porque compreendem que há um jogo político, o qual ultrapassa os limites da comunidade, chegando a contextos mais amplos.

É, portanto, por meio da capacidade política dos sujeitos “de ontem e de hoje”, que a escola da comunidade tem se sustentado nos últimos anos e continua exercendo a sua função social, diante dos constantes rumores de fechamento da escola pelo poder público municipal.

De acordo com a gestão escolar (entrevista, 2024), a possibilidade do fechamento da escola estava na pauta na última reunião de pais. A temática foi abordada na tentativa de encorajar e fortalecer a união das famílias no sentido de enfrentar eventual ameaça, de modo a não permitir o fechamento da referida. Essa medida é justificada pelo poder público sob o argumento de que o baixo número de estudantes gera altos custos para a administração municipal.

Assim, a possibilidade de fechamento da referida escola representa um desafio significativo para a comunidade. Essa situação, no entanto, está inserida em um contexto mais amplo do agronegócio sucroalcooleiro, visto que a expansão das lavouras de cana-de-açúcar não apenas reduziu o número de famílias nessa comunidade, mas também nas regiões vizinhas, cuja presença é essencial para a manutenção da escola.

O trecho da entrevista a seguir explica, de forma clara, como os impactos das usinas sucroalcooleiras resultaram na redução do número de famílias e trabalhadores nas propriedades vizinhas à comunidade, o que, por sua vez, afeta de forma direta a sustentabilidade da escola:

[...] os fazendeiro vai arrendano, né? A fazenda, vai arrendano. Igual, tipo assim, vamo pensa? Lá no sô Nego de Paula, que é um dos mais próximo. O Sô Nego, lá, tinha mais funcionário do que agora, aí arrendô pra cana, né? Pra que que ele vai querê mais funcionário? Ele tem o casero, só. E graças a Deus que o casero dele tem dois filho, ou um, num sei. A Marilene, né? Lá na Marilene, eles tinha um funcionário que tirava o leite. Agora já num tem mais o funcionário, já tem alguns tempo, já. Aí agora es alugô também, né? [...] é isso, os arrendatários que vai chegano e vai tomano conta. [...] o maior impacto foi esse (Cabral 21, Entrevista, 2024).

O fechamento desse espaço, além de retirar um direito consolidado, no que tange ao acesso à educação, fragiliza a comunidade, por representar a perda do “lugar de vida e de trabalho”, logicamente traduzido na partilha da família.

O tempo mais curto, como o correr dos dias e semanas, permite observar que as vendas e o campo de futebol, a igreja e a escola, são espaços políticos práticos, ou melhor, é ali que as rotinas de vida são compartilhadas, as discussões realizadas e os acordos selados. É nesse espaço que se operam as trocas de favores, de experiências e de saberes, de receitas culinárias e de chás para enfermidades, assim como os tratados para a pamonhada, ou para o churrasquinho na casa de um parente ou compadre.

Ademais, além dessas trocas e tratados cotidianos, esses espaços também abrigam a organização de eventos e iniciativas que fortalecem os laços comunitários e promovem a cultura local. É ali também que são combinadas as reivindicações do forró, a invenção e a organização de novas práticas sociais, como a cavalgada, criada pelos jovens em 2015, e que recebeu adesão de várias famílias. Celiomar, proprietário da venda e treinador dos times de futebol do Salgado, faz questão de atender a essas demandas, acompanhar e dar suporte, uma vez que seu objetivo de vida é continuar a tradição da família, mantendo e promovendo momentos de encontro e diversão.

Cabe destacar que o trabalho de campo realizado aponta ainda para novas configurações das relações sociais, as quais, embora possuam também uma atuação política, estão centradas nos vínculos sociais e comunitários. Isso, porque, a partir do ano de 2020, parte do movimento que passa nos lugares é estendido às redes sociais. Com a pandemia da Covid 19 e a necessidade de uso efetivo das redes sociais, parte da vida social passa a ser compartilhada no espaço virtual de grupos sociais *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. Nesses espaços, os sujeitos se interagem, planejam e divulgam eventos, trocam fotografias, relembram momentos, curtem, comentam, discutem e se divergem.

O mais relevante nesse contexto é a capacidade das lideranças em gerir os costumes, agregando o novo e ressignificando o antigo, para que o espírito comunitário, regido pela sociabilidade e solidariedade, possa encontrar espaço, ser alimentado e revigorado para enfrentar as intempéries da vida. Desse modo, segundo Cabral 31 (Entrevista, 2024), “não pode parar, tem que continuar”, por isso está sempre presente e é capaz de arrastar, não apenas os sujeitos que vivem no lugar, mas também aqueles que estão fora, e ainda pessoas de regiões vizinhas com sua

voz e sanfona, e assim, alimentar a tradição das festas que reúne o forró pé serra e o sertanejo raiz.

Logo, é possível concluir que boa parte dos modos de vida se realizam politicamente, nos lugares comunitários. Do mesmo modo, as lideranças também são percebidas como influenciadoras, devido ao seu papel histórico na promoção e na preservação das práticas culturais salgadenses, bem como na gestão social e cultural, o que tem garantido a manutenção das estruturas socioculturais, dentro das possibilidades e dificuldades impostas, principalmente pelos *modus operandi* do sistema capitalista, dominado pelos meios de comunicação que capturam o tempo de lazer e sociabilidade, principalmente dos jovens, segundo os entrevistados. E essa questão se constitui em uma preocupação, que cabe suscitar a seguinte indagação: os jovens estão sendo preparados para assumirem o papel de liderança na comunidade?

Diante dessa realidade, para Cabral 13 (Entrevista, 2024) “[...] os mais novo é mais divagá, e vai infraqueceno, né? [...] ocê pode vê, que quando vai, sempre vai faltano as pessoas de mais idade, vai faltano, parece que vai infraqueceno, né? A região vai enfraqueceno”. Esse contexto gera preocupação em relação à falta de perspectiva de novas lideranças. Isso, porque afeta principalmente os jovens, que estão cada vez mais imersos em tecnologias e menos engajados nas atividades comunitárias.

Na visão dos entrevistados, essa situação enfraquece a possibilidade de surgimento de novas lideranças, comprometendo a transmissão do legado cultural, de gestão social e de política da comunidade. Sobre essa realidade, Cabral 13, enfatiza:

[...] cê qué que eu te falo uma verdade? Eu acho bem difíce, tê um aqui que vai animá continuá [nesse caso, o forró e os jogos de futebol]. Sei não! Eu acho que num é muito fácil não! Ao meno aqui, eu num sei não. Às veis pode aparecê alguém que continua, mais eu acho é mei difíce (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Na dimensão religiosa, também não despontou alguém como o Ivando, que se tornou referência, mas têm as lideranças locais que fazem cumprir as atividades religiosas na comunidade. Já na dimensão política, Chico Floresta permanece como a única figura de destaque, sem que outra liderança tenha se consolidado, o que tem demandado esforços individuais. Isso reforça a incerteza quanto à continuidade das

práticas tradicionais, assim como dos interesses comunitários da comunidade, sobretudo, porque depende de novas lideranças.

4.2 Resignificações produtivas a partir dos processos de modernização no campo

Até por volta de 1990, os modos de vida e as atividades produtivas da comunidade do Salgado permaneceram preservados, com poucas alterações, depois, passou por um período de significativos avanços econômicos e sociais. Em seguida, a comunidade vivenciou uma fase de relativas alterações que atravessam tanto a dinâmica econômica quanto as relações socioculturais e ambientais.

Com a inserção do capital no campo, por meio de práticas produtivas modernas, a rotina de vida das famílias foi alterada, de tal modo que as percepções dos sujeitos anunciam que o “Salgado não é mais o mesmo”. Com o tempo, as coisas foram mudando, os parentes foram se distanciando, outros migrando para a cidade, e os que ainda permanecem estão desanimados, e cada dia mais distantes uns dos outros, em razão da falta de tempo, devido aos afazeres do novo cotidiano imposto pela modernização.

Parece óbvio, mas se o Salgado não é mais o mesmo, é porque o “Cerrado goiano não é mais o mesmo” (Calaça, 2014), assim como o município de Quirinópolis também não é mais o mesmo de antes. O que caracteriza essa reflexão é a incorporação das áreas do Cerrado às atividades ligadas à monocultura, o uso de tecnologias e mão de obra especializada, objetivando a integração produtiva do Cerrado à economia nacional.

Desse modo, a imersão no tempo histórico permite considerar que a integração do Cerrado goiano se conecta a eventos econômicos e políticos que objetivam, inicialmente, integrar o Brasil Central ao Norte e, posteriormente, ao Sudeste, dentro da chamada política de integração nacional. Outro objetivo foi conectar essa região cerradeira do Centro-Oeste com o mercado mundial, por meio de políticas de desenvolvimento da produção agropecuária competitiva para o mercado externo.

Para tanto, a construção de Goiânia, na década de 1930, seria a primeira alternativa para a expansão da fronteira agrícola. Em 1960, a construção de Brasília, assinalou um avanço nesse processo. Junto a essas ações, vieram as rodovias, dentre elas, a principal: Belém-Brasília, que começou a ser construída no fim dos anos

de 1950 e início dos anos 1960. Essas políticas de infraestrutura/econômica objetivavam ligar a região central às outras regiões do país, tonando-se a porta de entrada do capital no Cerrado⁵⁹.

Criadas as vias de conexões de pessoas, bens e serviços, a expansão do capitalismo agrário no Cerrado goiano se concretizou dentro do contexto da política de modernização da agricultura tradicional, denominada de “Revolução Verde”, por meio de um amplo programa de créditos governamentais, o que resultou no avanço do agronegócio.

Dotado de uma base técnica, o projeto de modernização nada mais é do que a transformação das extensas áreas cerradeiras em lavouras de grãos, pastagens e cana-de-açúcar, destinadas ao abastecimento do mercado mundial à custa da exploração da terra e dos trabalhadores (Mendonça, 2010; Matos; Pessôa, 2011).

A execução desse projeto no sudoeste goiano insere o município de Quirinópolis nos trilhos do capital globalizado, protagonizado pelas empresas sucroalcooleiras, com a espacialização de grandes extensões de lavouras canavieiras. Essa realidade começa a se estruturar no município em 2005, com a territorialização do agronegócio sucroalcooleiro, representado pela Usina São Francisco (SJC Bioenergia), do Grupo São João, com o início da sua operação em 2007, e a Usina Boa Vista, do Grupo São Martinho, que começou a operar em 2008.

Em pouco tempo, tais empreendimentos promoveram a (re)organização territorial e produtiva no município, a partir da significativa substituição da monocultura de grãos (soja, milho, sorgo) e carne bovina, pelo cultivo de cana-de-açúcar, o que colocou o município na liderança na produção em Goiás no ano de 2023⁶⁰.

Esse processo significa que, na adequação ao gênero produzido, o Cerrado, enquanto “arquivo vivo” é drasticamente alterado. Em decorrência disso, as famílias do campo viram-se obrigadas a venderem ou arrendarem suas terras a empresários rurais ou à própria agroindústria, para implantação da monocultura canavieira, como é o caso do município de Quirinópolis. O resultado disso foi a migração forçada do campo para a cidade e, por conseguinte, o esvaziamento do espaço rural,

⁵⁹ Para saber mais sobre os acontecimentos que marcam a abertura de caminhos ao agronegócio em Goiás, ver Bunde (2011); Santos (2023).

⁶⁰ Levando em consideração a produção de cana-de-açúcar, Goiás, em 2023, alcança o 2º lugar no *ranking* nacional, e o município de Quirinópolis tornou-se líder em produção. Informações obtidas em: <https://sistemafaeg.com.br/noticias/atualizacao-da-producao-agricola-municipal-destaca-soja-milho-e-cana-de-acucar>. Acesso em: 8 ago. 2024.

convertendo “[...] o campesinato em vendedores de força de trabalho”, como observa Souza e Santos (2011, p.185), em pesquisa realizada no município.

Contraditoriamente, tem-se a expansão da malha urbana, a aceleração do crescimento demográfico, a geração de novas formas de trabalho e o desenvolvimento do município, o que torna Quirinópolis um ponto atrativo, principalmente para os jovens que não conseguem se estruturar no campo. Embora essa situação não seja a motivação direta para que os jovens do Salgado busquem possibilidades na cidade, os efeitos indiretos do agronegócio, no campo, colaboram para o esvaziamento da comunidade, como relatou Cabral 17:

Tem muita poca gente aqui. Muita gente que era da região foi embora, e não tem muita gente fora também não, mais já tem algumas. E a quarenta anos atrás era só o povo da região mesmo, descendente da região mesmo (Cabral 17, Entrevista, 2024).

Estudos como o de Bunde e Mendonça (2017), Souza (2015) e Santos (2023), realizados nas comunidades rurais em municípios do sudoeste goiano, podem traduzir a narrativa acima, ao explicarem que isso ocorre, porque o monopólio da produção de cana-de-açúcar e grãos altera as práticas produtivas tradicionais, intensifica a subordinação ao capital e à expropriação do trabalho camponês, levando à significativa desarticulação nos modos de vida e reprodução do campesinato.

No campo de pesquisa, a evidência está no fato de que existem famílias que não pertencem à descendência “Cabral”, são os “chegantes”, como diz Cabral 17 (Entrevista, 2024), cuja oportunidade de aquisição de terra se deu em razão não apenas dos casamentos, mas também das dificuldades enfrentadas por parte de algumas famílias em adequarem-se aos padrões de exigências capitalistas, o que as levou a deixarem a comunidade em busca de outras possibilidades na cidade.

Para se ter uma dimensão dessa lógica, Santos (2012, p.63), ao pesquisar essa mesma comunidade e refletir sobre os impactos do capitalismo representado pelas empresas sucroalcooleiras, afirma que o modelo produtivo adotado por esse setor, “[...] ignora o Cerrado enquanto território produzido historicamente por povos que exerceram modos de vida regidos pelas possibilidades do tempo e do espaço”.

Assim, é oportuno mencionar que o lugar, antes geograficamente isolado, é, atualmente, conectado e pressionado por outras lógicas e padrões de tempo e de espaço, agora globais. No entanto, essas mudanças não capturam os camponeses

em todas as suas dimensões da vida, provocando, de certa forma, resistências que viabilizam a permanência deles na terra.

Esse contexto, entretanto, evidencia que o Cerrado é concebido por paradigmas distintos, nos quais se tem, de um lado o capitalismo agrário, do qual faz parte o agronegócio, e de outro, os povos e as comunidades tradicionais, que concebem o Cerrado como um lugar de vida. É exatamente essa concepção que faz do Salgado um lugar particular, o qual ainda possui uma parcela significativa do Cerrado preservado, mesmo com a expansão do agronegócio e a sua atuação no interior da comunidade.

É fato que, mesmo com as suas particularidades, o capital monopolista, comercial, industrial e financeiro no município encontra caminhos para operar na comunidade. Sua atuação, entretanto, vai promover um cercamento que pode ser vislumbrado de forma direta, do ponto de vista físico/geográfico, e de forma indireta, do ponto de vista institucional, ou seja, por meio da atuação de atores externos, como empresas e instituições.

Muito embora os produtores de leite do Salgado não participem diretamente do mercado da cana-de-açúcar e de grãos, em razão do tamanho da área, condições físicas do solo e declividade do relevo, questões ligadas à logística, à proximidade das lavouras (cana-de-açúcar e soja) e à construção da Ferrovia Norte-Sul, suscitam problemas socioambientais que se desdobram no plano do vivido e das interações familiares.

No espaço cerradeiro, o trabalho de campo permite observar que, de forma direta, os efeitos do agronegócio (do projeto de desenvolvimento do Cerrado) se manifestam na contaminação de cursos d'água, na extinção de diversas espécies da fauna, na diminuição do nível de água dos córregos e rios, devido ao desaparecimento das minas d'água, da chuva e de venenos – liberados pelos aviões agrícolas – e no aumento de insetos que atacam os cultivos comumente especializados no terreiro, além do ataque de produtos químicos às pastagens e ao gado. Segundo os camponeses, a pequena produção de hortaliças, frutas, verduras e legumes é visivelmente comprometida pelo uso de maturadores, pesticidas e fertilizantes nas lavouras de cana-de-açúcar e soja.

[...] vantagem pra nós aqui é muita não. Es mexe muito com veneno, dá muito, muito pobrema, né? Os veneno dá muito pobrema pra gente, pras pranta. Ou! Hoje, pra te falá a verdade eu num tenho um pé de laranja, eu num tem um

pé de mixirica. Eu tinha, cê vê, até o ano passado, eu ainda tinha. Esse ano, morreu tudo. [...] iii!, tem lugá aí, igual eu tava falano, esse pessoal mais perto da usina, diz que não cói mais. Não tá fácil, o tal do veneno, né? O combate vai longe, né? Banana, pra te falá a verdade, tem essa da terra aqui, ainda dá, mais a maçã, nunca consigui coiê uma banana maçã (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Essa prática, com o tempo, tem reduzido não apenas o pomar e a horta, mas a capacidade de produzir maior variedade de alimentos para o consumo imediato, o que torna as famílias cada vez menos autossuficientes e dependentes do mercado. Isso porque, seguramente, a diminuição da diversidade de cultivos leva ao aumento dos custos alimentares. Além dos terreiros, outro fator que tem preocupado as famílias é o aumento dos insetos que atacam os cultivos do terreiro, os pastos e o gado, de modo que isso causa prejuízos às famílias, como mostra o relato:

Nos pasto, é [pausa] da moda do oto, nos pasto, no gado, juntô mais insetos. É [pausa], mosca. Tá dano um tanto de mosca no gado, que di primero num tinha. Aí o povo fala que esse trem de inseto é das cana. Tem demais, mais demais mesmo. O trem tá esquisito! [...] nos pasto, ixi! Se ocê vê como é os pasto! Quais todo ano cê tem que gastá demais com os pasto, com combate e [pausa], porque vem muita largata, esses trem, sabe? De primero num tinha esses trem. Nossa! Cê vê, todo ano come o capim todim, todim. Meus pasto pra baxo aí mesmo teve uma época, agora, o ano passado tava formadim, é [pausa] tava vedado, tava auto, aí eu passei uns cinco dia sem i lá, o dia que eu cheguei lá, até assustei. Es pega de oito, assim, é igual, come mais que o gado. Es tora que dexa no chão. Acaba todim, todim! (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Os relatos dos entrevistados confirmam que o cercamento das lavouras de cana-de-açúcar e grãos (soja e milho) tem, aos poucos, alterado o desenvolvimento da atividade leiteira e os hábitos alimentares, mas, principalmente, tem causado perdas irreparáveis dos conhecimentos tradicionais sobre cultivo e manejo de espécies e plantas que fazem parte da dieta das famílias.

Nessa conjuntura, de forma indireta, a Comunidade do Salgado, ainda que apresente um contexto territorial específico, como observado nos capítulos anteriores, aos poucos, vem sendo capturada pela dinâmica econômica regional, por exigências de produtividade, que é, ao mesmo tempo, uma condição para existir no lugar.

Ressalta-se que a inclusão no mercado não representa total subordinação ao capital, tampouco que esse suprime os modos de vida ali instituídos. De outra parte, a amplitude de atuação vai promover transformações nas relações socioculturais e produtivas da comunidade, devido às imposições impetradas pela lógica que fundamenta o processo de uso e apropriação dos recursos.

Santos (2012, p.66) entende que isso ocorre na Comunidade do Salgado, porque a configuração territorial e econômica do município alcança o sistema produtivo, a partir de diferentes atores, denominados de “hegemônicos, regionais e locais”, conectados ao capital/mercado global.

Ao trazer essa ideia para o contexto atual, as usinas presentes em Quirinópolis e as empresas que compram o leite dos pequenos produtores, como a Italac, Vidalac, Samarino e Piracanjuba representam os atores do capital hegemônico. As empresas que fornecem produtos agropecuários aos produtores, como a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Vale do Paranaíba – Agrovale, em Quirinópolis e a Comigo, sediada em Rio Verde, são consideradas atores na escala regional. Acrescenta-se ainda, nessa análise, os bancos, que, na prática, medeiam tanto a transição como o desenvolvimento da cadeia produtiva e econômica da comunidade.

Em escala local, Santos (2012) destaca a atuação da ACOPPS, como mecanismo utilizado pelos camponeses no processo de inserção ao mercado capitalista. Essa reflexão, permite considerar que o capital usa de um aparato gigantesco e articulado para operar dentro de um território e as suas operações promovem um cercamento, no qual os camponeses, para existirem, são convocados a aderir ao sistema, sob o custo de ressignificar os modos de vida.

Ressalta-se que não faz parte da proposta desta pesquisa discutir acerca das políticas de ação desses atores, tampouco caracterizá-los. Todavia, considera-se pertinente trazê-los para o contexto, visto que suas ações inserem a Comunidade do Salgado na trama do capital globalizado, o que resulta em mudanças significativas, quando se trata das relações socioculturais, a partir da ressignificação produtiva, impulsionada pelo processo de modernização do Cerrado goiano. Nesse sentido, de acordo com Calaça (2014), tal processo pode ser compreendido como uma estratégia de controle do território, e para tanto, opera conforme os interesses do agronegócio.

Logo, as terras dos Salgado, que antes tinha outros usos, inserido num tempo lento, em que o sol, as fases da lua, o som do carro de boi e a toada dos cavalos marcavam o ritmo da vida, vê-se confrontada pelas concepções de um tempo rápido, imposto e absorvido por mecanismos articulados pelo Estado, revestido de projeto de modernização do Cerrado goiano, o qual tem o nome de Programa para o Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO, e Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, criados pelo Governo Federal para alavancar a expansão do modelo produtivo empresarial no meio rural.

De acordo com Matos e Pessoa (2011) e Santos (2023)⁶¹, esses programas, cujo objetivo era alocar investimentos em infraestruturas (mecanização, armazenagem e energia elétrica), por meio de incentivos fiscais e créditos rurais, não beneficiaram diretamente os pequenos produtores.

As linhas de crédito não contemplam a modernização agropecuária para a produção de autoconsumo, como é o caso das famílias da Comunidade do Salgado. Durante o período de funcionamento, o programa foi responsável por subsidiar proprietários de médio e grande porte e as agroindústrias, ou seja, consolida o modelo agrícola empresarial, acentuando a questão agrária, visto que intensifica a expropriação dos pequenos produtores no Cerrado goiano.

Os reflexos dos investimentos estatais na modernização agropecuária, entretanto, impulsionam o surgimento de empresas e agências governamentais que passam a fornecer subsídios técnicos aos pequenos agricultores. Nesse contexto, cria-se, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que teve papel fundamental na geração de soluções tecnológicas de adubação, calagem e mecanização da produção agrícola, possibilitando a ocupação agrícola do Cerrado. Em seguida surge a Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – EMATER/GO, em 1975, cujo objetivo se concentra em prestar assistência técnica.

Dentre as empresas criadas na região, optou-se por destacar a Cooperativa Agrovale, fundada em 1976, no município de Quirinópolis, e a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – Comigo, em 1975, em Rio Verde, por serem cooperativas que, de forma direta, mantêm relações de produção com as famílias do Salgado.

Assim, é possível compreender que, na verdade, esses agentes, pela sua natureza constitutiva, à medida que incentivam e apoiam os pequenos produtores, contribuem para a viabilização do processo de expansão do capital no campo, passando os camponeses a se relacionarem com a lógica do capital mercantil. Essa conexão, entretanto, possui duas faces: de um lado, há o fortalecimento dos produtores, de outro, contribui para as mudanças nas relações de produção e na forma

⁶¹ Para compreender melhor como se deu o projeto de expansão do capital no campo, em específico no município de Quirinópolis, recomenda-se a pesquisa de Santos (2023) intitulada “Ressignificações socioculturais nas comunidades tradicionais do Salgado e Pedra Lisa em Quirinópolis (GO)”. Nesse estudo, o autor dá ênfase às fases de expansão do capital para compreender as resignificações nos modos de vida de duas comunidades camponesas.

como os camponeses se relacionam com a terra e suas práticas agrícolas, alinhando-os, cada vez mais, às demandas do mercado.

A leitura do contexto da modernização da agricultura na Comunidade do Salgado permite salientar que os últimos quarenta anos podem ser caracterizados por processos de ressignificação produtiva. Logo, esse processo, implica na (re)organização do espaço produtivo e das práticas produtivas agropecuárias por meio da adoção de tecnologias, o que reconfigura as relações de produção, as quais ocorrem de forma lenta e articulada às políticas públicas e às demandas do capital comandadas por empresas e agências não governamentais. Esse processo atrela-se às possibilidades de os camponeses, por meio do seu trabalho, reproduzirem-se na terra.

Esse movimento de ressignificação é percebido pelos sujeitos da comunidade na década de 1980, momento em que a economia, antes diversificada e desenvolvida, especificamente por meio de práticas de consumo tradicionais, aos poucos migra para a atividade leiteira em sistema extensivo. A eletrificação rural, enfim chega à comunidade e alicerça o espaço cerradeiro para o recebimento dos sistemas técnicos produtivos, os quais, de acordo com Matos e Pessoa (2011), estavam embutidos nos programas e projetos para a concessão de subsídios e implantação da infraestrutura necessária ao avanço do capitalismo no campo.

Contudo, essa realidade, a partir de 1990, com a expansão do agronegócio, iria se transformar. Os custos dos insumos, como sementes, adubos e venenos, a serem usados na agricultura, tornam-se incompatíveis com as possibilidades das famílias em continuar produzindo alimentos, e o leite se torna uma alternativa para que pudessem se sustentar a partir do trabalho na terra, consolidando-se como um dos principais aportes econômicos das famílias.

Assim, a pecuária leiteira representou, na época, uma opção viável. De acordo com os entrevistados, o leite possibilita uma renda mensal, uma vez que os produtores têm a compra da sua produção garantida pela Italac, Samarino, Piracanjuba e Vidalac, principais empresas do ramo de laticínios que captam o leite na comunidade.

Além disso, a renda anual da venda dos bezerros iria possibilitar investimentos na propriedade, no bem-estar da família e na formação dos filhos. Embora, o pagamento mensal possa gerar certa segurança financeira, e possibilidades de outros investimentos às famílias, nunca se sabe o quanto receberão ao final do mês, além

do que as empresas exigem cada vez mais adequação aos meios técnicos de produção, para garantir a qualidade do leite comercializado.

Ademais, de acordo com Calaça e Dias (2010, p.328), a viabilidade para os pequenos produtores se deve, em grande parte, porque, para esse produto, há incentivos de empresas, cooperativas entre outros. Resta lembrar que essas empresas e cooperativas emergem no contexto dos programas de desenvolvimento do Cerrado, e, portanto, fazem parte de um projeto que atende ao capital, como mencionado há pouco. No entanto, para as famílias, o incentivo e apoio significaram a consolidação da bacia leiteira, e é por intermédio dela que a comunidade se apropria das tecnologias. Em “contrapartida”, essas empresas fornecem assistência técnica periódica.

É preciso considerar, entretanto, que atender à lógica do mercado implicou na (re)organização produtiva do lugar. As pastagens substituem as roças, e os cultivos sazonais são reduzidos à cana-de-açúcar, mileto, milho, e capim, para atender basicamente à alimentação do gado. O espaço para o cultivo de alimentos reduz-se ao terreiro e a pequenas áreas destinadas ao plantio de mandioca para alimentação *in natura*, fabricação de polvilho e farinha. A energia elétrica se torna uma realidade para todos, marcando, assim, o prenúncio de novos tempos, o que resultará no desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

O acesso à energia elétrica pode ser visto como condição para que as famílias tenham acesso aos outros benefícios, como o conforto e a facilidade no trabalho doméstico (iluminação, equipamentos elétricos) e produtivo (sobretudo o tanque de resfriamento), e ainda acesso aos meios de comunicação (televisão e, mais recente, a internet). Para os sujeitos, essas possibilidades se resumem na melhoria da qualidade de vida e, por outro lado, impulsionam mudanças nos hábitos e nos costumes das famílias, no que se refere aos modos de produção, alimentação, lazer e sociabilidade.

Deve-se destacar que, no período de transição da agricultura para a pecuária, apesar de as famílias possuírem a terra, perderam parte da autonomia dos meios de produção e, ao mesmo tempo, mesmo sendo responsáveis pela efetivação do trabalho, houve muitas dificuldades para a consolidação da produção leiteira. Os principais percalços foram: falta de transporte; precarização das estradas; baixo capital para a produção e a subordinação ao capital comercial na realização da venda do leite. Esses fatores geraram dificuldades para que se obtivessem boas rendas e,

por conseguinte, boa qualidade de vida, de forma que isso provocou desestabilização econômica e social.

Aliados a esse fator, a substituição dos cultivos tradicionais, como arroz, feijão, café, algodão, pela pecuária leiteira contribuiu para o aumento da dependência das famílias pelos produtos industrializados, fornecidos pelas empresas transnacionais que monopolizam o mercado de alimentos, aumentando os custos de vida no meio rural.

De acordo com os relatos encontrados durante a pesquisa de campo, os camponeses afirmaram que foi um período de muitas dificuldades para a permanência na terra, o que não significa que essa realidade se finda com a consolidação da produção leiteira.

Na verdade, tais imposições exigiram dos produtores novos arranjos para o desenvolvimento do setor leiteiro, que estava em fase de estruturação, de modo que a produtividade de leite durante esse período, compreendido entre 1980 e final da década de 1990, era baixa, se comparada aos relatos atuais. Esse novo contexto inclui adequar a eficiência produtiva ao tamanho da propriedade, por meio da adoção de práticas produtivas, associadas a tecnologias. Tais práticas são representada pelo uso de ordenhadeiras mecânicas, resfriadores de leite, tratores e o uso de insumos agropecuários como fertilizantes, herbicidas e inseticidas, antibióticos, hormônios, vacinas e sementes híbridas (do milho, sorgo e capim) para o preparo da silagem.

Desse modo, a modernização produtiva no Salgado, à medida em que é viabilizada pelo capital, vai exigir dos camponeses novas relações sociais de produção. Nesse contexto, as relações antes orientadas por acordos tácitos entre as famílias, baseados na ética e na honestidade, são substituídas pelos acordos impessoais com bancos, órgãos de assistência técnica e profissional, cooperativas e empresas no ramo de laticínio. Essas relações nada têm de pessoal, pelo contrário, são permeadas por outros sentidos e valores advindos do capital, que, por sua avidez, abre espaço para a atuação do individualismo.

Ademais, observa-se que a tecnificação da produção, como condição de existência no lugar, impõe às famílias camponesas certas dependências econômicas, políticas e sociais. Longe da cidade, a vida simples dos camponeses cerradeiros é contestada pelas novas realidades que, a partir de então, são obrigados a absorverem-nas gradativamente. São, ao mesmo tempo, atores e coadjuvantes, uma vez que servem e são servidos pelas facilidades que o novo tempo promete, sem a

preocupação com a realidade e os dissabores que as famílias tendem a enfrentar no processo de produção social da vida.

A premissa para se pensar esse contexto está no fato de que as famílias salgadenses, produzindo leite em uma área do Cerrado, mesmo que não atenda aos objetivos do projeto de expansão do capital, em razão das condições físicas e logísticas, devem ser respeitadas em suas particularidades históricas e precisam ser consideradas. Nesse sentido, em cada circunstância histórica, as relações socioculturais presentes permitem que os sujeitos construam o devir, conforme suas lógicas. O que não significa distanciar-se do novo, mas usá-lo de acordo com as necessidades de reprodução, mesmo que às vezes seja necessário vincular-se ao capital.

Um olhar mais apurado em direção ao processo de modernização dentro da comunidade e é possível ponderar que a autonomia produtiva das famílias, em parte, passa a ser vinculada à política de incentivo à produção agrícola, em específico, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, programa da Secretaria Municipal de Agricultura, cooperativismo e o associativismo. São esses mecanismos, que, de acordo com os entrevistados, permitiram, e ainda têm permitido, melhores condições de atender às exigências em termos de infraestrutura, qualidade e melhores condições de produção e negociação do leite no mercado. Assim, por intermédio deles, os produtores se apropriam das tecnologias, conforme suas necessidades e capacidades.

De acordo com relatos, o processo de inserção dos produtores de leite no mercado, por meio do associativismo, teve papel fundamental no enfrentamento dos desafios impostos pelo mercado capitalista. Para esse enfrentamento, em 26 de junho de 1993, Francisco Floresta Martins Cabral (Chico Floresta) e Ivando Custódio Cabral, fundam a ACOPPS. As circunstâncias pelas quais tornou-se viável o associativismo é traduzido pelo Chico Floresta em um trecho de uma entrevista concedida a Martins e Rossi (2014):

Quando surgiu a obrigatoriedade de armazenar o leite em um resfriador nem todos os produtores tinham condições de comprar um e as estradas não permitiam que os caminhões chegassem a todas as propriedades. A Associação, então, adquiriu os tanques de resfriadores para os produtores de leite e montaram três postos de coleta de leite (Martins; Rossi, 2014, p.535).

Um posto de coleta foi instalado no núcleo principal da comunidade, entre a escola e a igreja, e o segundo e o terceiro nas propriedades do Moisés e da Sra. Flauzina, respectivamente. Logo depois, à medida em que a produção de leite ia aumentando, expandiam-se também os pontos de coleta, os quais foram sendo adquiridos pelos camponeses, a fim de minimizar as dificuldades com o transporte, basicamente realizado com o uso da carroça. Entretanto, a ajuda mútua é um componente essencial para se superar as dificuldades, como expressa o relato:

Nóis levava, punha na carroça aí e sai carregano pro Moisés. Entendeu? Todo dia! Eu memo carreguei leite pra turma aqui. Eu pegava dos minino pá leva o leite pro lado de lá [do córrego Salgado]. Eu inchia a carrocinha de latão e levava no Moisés. Aí de tarde a mesma coisa” (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Em 2007, as famílias produtoras de leite passaram a participar do Programa Tanque Cheio, da Cooperativa Mista dos Produtores do Vale do Paranaíba, com sede em Quirinópolis.

O programa busca potencializar as propriedades valorizando os talentos humanos, dinamizando os processos e formando uma rede de gestão integrada, que visa incluir socialmente as famílias dos pequenos produtores rurais, facilitando o acesso aos conhecimentos necessário para melhorar sua qualidade de vida. Busca-se com o programa priorizar a construção e manutenção de uma rede de assessoramento técnico e comportamental às famílias (Santos, 2012, p.80).

Com o rompimento do programa em 2011, a Cooperativa Casa da Abelha deu sequência às ações implementadas pelo Tanque Cheio, com o assessoramento técnico agropecuário às famílias. “As orientações formam um conjunto de saberes que envolvem a importância da alimentação no tratamento do gado de leite, a quantidade de cada alimento e sua influência na produção, a textura da cana-de-açúcar, dentre outras informações” (Santos, 2012, p.87).

Os novos saberes passaram, então, a integrar a rotina de trabalho dos camponeses, potencializando a atividade leiteira, sem a necessidade de aumentar o rebanho ou arrendar um chão extra de um parente, como menciona Cabral 35 (Entrevista, 2024) “na verdade, nós não aumentô a produção não. Mais, nós diminuiu área, porque nós alugava o chão do meu tio aqui”.

Compreende-se, assim, que essa fase baliza a forma como os camponeses se desenvolveram, inseridos no modo capitalista de produção contemporâneo, o qual é

marcado pelo incentivo e apoio das empresas do setor agropecuário e pelo dinamismo e pela capacidade de resistência dos salgadenses, ou, simplesmente, traduzido pela “teimosia”, característica dos Cabrais, conforme descrito no hino da família. É mister lembrar que o fato de adentrarem ao modo capitalista de produção não inviabilizou o modo de vida camponês dessas famílias.

Essa fase baliza também as relações dos camponeses com a natureza, alterando a forma como a terra é utilizada, como também a maneira como os camponeses se conectam, especialmente com a terra. Todavia, isso não significa que a terra passou a ser vista como um recurso econômico a ser explorado de forma intensiva, para maximizar a produtividade e o lucro, mas apenas para manter a capacidade de geração de renda e a permanência da família na terra e na comunidade.

Na visão dos camponeses, as técnicas de manejo da cana-de-açúcar, da pastagem com a utilização de piquete rotacional, da alimentação balanceada para atender às necessidades do gado leiteiro, da utilização de técnicas adequadas de ordenha, incluindo a higienização correta, possibilitaram um salto na produção e na qualidade do leite. “Eu tirava o quê? Deis litro de leite. Meus irmão tirava deis. Hoje eu tiro 450 litros, cedo e de tarde. É menos cansativo do que era. Eu tirava na mão, né?” (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Nas propriedades, essa evidência está no melhoramento das pastagens cultivadas, na nutrição, assim como no melhoramento genético do gado leiteiro (Figura 48) e na utilização de técnicas na operacionalização de atividades ligadas à produção de leite, o que demonstra o esforço dos sujeitos em garantir condições para aumentar a produção em um espaço de terra reduzido.

Figura 48: Mostra de uma propriedade do Salgado, cuja produção leiteira baseia-se em alta tecnologia aplicada à genética e à nutrição dentro do contexto da comunidade.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Essa tendência, entretanto, à medida em que é absorvida pelos camponeses, vai exigir deles uma demanda maior de trabalho, preparo técnico e recursos financeiros, os quais, de acordo com os entrevistados, são obtidos por meio de recursos próprios e principalmente do Pronaf. Os principais ganhos desse programa para as famílias que dependem da produção do leite foram possibilitar a manutenção dos custos operacionais da propriedade dentro das referências, ou seja, padrões de exigência do sistema de produção leiteira adotado em cada propriedade.

Contudo, para consumir as tecnologias, as famílias adquirem obrigações com cooperativas, bancos, encargos públicos e bens de consumo. “O Pronaf eu falo que ajuda, porque asveis cê tira um, depois cê tira o oto pra pagá aquele, para cubri o oto. [...] tá tirano um agora pra cubri um agora do início de junho e aí na ora de arrumá, pricisa arrumá as nota do gado, né?” (Cabral 21, Entrevista, 2024).

Essa questão admite ponderar que, mesmo com a obtenção de crédito bancário em condições especiais, os produtores enfrentam desafios significativos. As demandas de investimento e as exigências do mercado do agronegócio, muitas vezes, superam a capacidade de cobertura dos custos para manter a produção. Isso significa que, em alguns meses, a produtividade alcançada não é suficiente para arcar com os custos de produção e, ao mesmo tempo, manter a família.

Desse modo, de acordo com Abramovay e Piketty (2005, p.58), o “[...] Pronaf afirma não apenas as necessidades sociais, mas, e ao mesmo tempo, a viabilidade

econômica de unidades produtivas, cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade de trabalho de uma família”. Esses argumentos, entretanto, admitem afirmar que a permanência das famílias na comunidade depende tanto de fatores econômicos como sociais, e ainda expõe os desafios e problemas associados ao cercamento do agronegócio na comunidade.

Assim, embora o Pronaf ofereça vantagens, os produtores ainda podem enfrentar dificuldades econômicas substanciais, que envolvem o endividamento, a dependência de crédito e as pressões do mercado e das novas tecnologias. Nas palavras de uma camponesa “quando mais se planeja estruturá, igual nós estruturô ali, vai ficano complicado. Gasta mais também” (Cabral 19), Entrevista, 2024), é uma “bola de neve”, complementa. Além disso, entende-se que, por meio do Pronaf, outras práticas são estabelecidas, fator que afasta, cada vez mais, as famílias daquelas práticas tradicionais, sobretudo as relações de trabalho na produção, como a ajuda mútua, que são fundamentais para a coesão e o apoio comunitário.

Mesmo diante dessa realidade, na concepção dos camponeses, a ressignificação produtiva promoveu diversos avanços na comunidade e na vida das famílias em relação à infraestrutura, como a melhoria de estradas, construção de casas mais confortáveis, aquisição de veículos, de equipamentos produtivos (ordenhadeiras, resfriadores, silo armazenador cilíndrico, trator, entre outros) e de produtos domésticos.

A maioria das famílias possuem seu próprio automóvel e motocicletas, usadas na lida com o gado e circulação dentro da comunidade. As mulheres, nesse sentido, foram contempladas com o processo de produção, pois sua área de domínio, a casa, foi equipada com eletrodomésticos, o que significa que seu poder de decisão ultrapassa os limites da casa “lar”. Com menos tempo gasto na lida doméstica, a mulher passou a participar do trabalho e da tomada de decisões.

Nesse prisma, o associativismo, aliado à solidariedade entre as famílias, pode ser considerado a estratégia adotada pelos camponeses no processo árduo de luta e resistência na terra, haja vista que a organização coletiva facilita a abertura de canais de comercialização do leite, a qualificação técnica da mão de obra familiar e o acesso das famílias às políticas públicas, como o Pronaf e programas públicos municipais.

Cabral 33 (Entrevista, 2024) corrobora ao afirmar que o “[...] Banco do Brasil, SENAI, SENAC, Agrovale, é, foi movimentano o pessoal pra podê, pro pessoal melhorá a quantidade de leite, ne?” De forma que, na memória, fica o reconhecimento

que se manifesta em gratidão, como expressa Cabral 7 (Entrevista, 2024) “e foi bão a associação, hein! Essa associação é muito boa! [...] o que alavancou aqui [comunidade] foi ela”.

As visitas de campo permitem observar, ainda, que a atividade leiteira é complexa, e que o sistema de criação e manejo do gado leiteiro é diversificado. Cada propriedade incorpora o nível de tecnologia, técnicas e sistemas produtivos, conforme as suas possibilidades econômicas e de mão de obra familiar, incluindo o preparo técnico e a quantidade de membros para ajudar na lida.

Essa heterogeneidade revela que o processo de ressignificação produtiva não surge da noite para o dia, nem com todos da mesma forma. As condições materiais de produção não alcançam todas as famílias, tampouco a qualificação profissional é oportunizada a todos os jovens. Nesse viés, pode-se afirmar que a relação com o meio técnico é determinada pelas condições e imposições sociais de cada família.

Assim, na comunidade, encontram-se propriedades em que a atividade leiteira se realiza mais próxima dos seus costumes, enquanto outras produzem a partir de recursos tecnológicos de ponta. A diferença consiste em maior produtividade e investimentos em infraestrutura produtiva, além de qualificação.

Como exemplo, em uma propriedade de 7 alqueires, 15 vacas de leite da raça holandesa, alimentadas por silo (cultivado e preparado na propriedade) no período da seca, inseminadas artificialmente e ordenhadas mecanicamente, duas vezes por dia, produzem em média 10 litros de leite por vaca, o que rende 300 litros por dia. Considerando o preço de R\$ 2,00 o litro, no mês, a renda alcança em torno de R\$ 18.000,00, o que, para os produtores, tem possibilitado atender às necessidades da família, mas não sobra.

Observa-se que, em algumas propriedades, os filhos estão liderando o espaço produtivo, com a implementação de práticas de aleitamento artificial/bezerreiro e a inseminação artificial, por meio de acompanhamento técnico direto e intensivo. A prática dos bezerreiros em aleitamento é o novo sistema de produção em que os bezerros são criados em abrigos coletivos abertos (Figura 49). É um processo que demanda maior empenho da família, no que tange ao tempo dedicado aos cuidados com os animais, pois nesse sistema os recém-nascidos são retirados da mãe assim que nascem e são alimentados diariamente por mamadeiras que imitam as tetas das vacas.

Figura 49: Aleitamento individual dos bezerros em uma propriedade do Salgado.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Segundo os entrevistados, esse modelo permite maior controle quanto à reprodução, assim como o desenvolvimento das bezerras, que são preparadas por meio de alimentação adequada para reposição do gado leiteiro. Trata-se de um processo que visa a manter um controle da produtividade e rentabilidade. Nesse sistema, reduzem-se perdas com a reprodução animal e a produção do leite. No entanto, esse sistema de criação de animais requer conhecimento técnico específico, de modo que é desenvolvido em duas propriedades sob a orientação dos filhos com formação na área de veterinária e agronomia.

Essa prática mostra que, à medida em que se ampliam os conhecimentos e os recursos técnicos necessários, para se obter melhores rendimentos, a relação com a natureza é redefinida. Vê-se, nesse sistema, que o curso natural da vida dos animais é modificado, quando os recém-nascidos são privados do contato com a mãe. Por outro lado, o camponês do Salgado, pela sua sensibilidade e respeito à vida dos animais, não se adequa totalmente a esse sistema. Isso, porque, mesmo com os cálculos do custo de alimentação dos bezerros machos indicarem prejuízos, os recém-nascidos não são descartados⁶², como geralmente ocorre em fazendas nas quais esse sistema é implementado.

Ao mecanizarem a sua produção, melhorarem as condições de trabalho e conquistarem a independência econômica, as famílias gradativamente deixam de participar da associação, assim como de receber acompanhamento técnico da Casa

⁶² No sistema dos “bezerreiros”, os bezerros machos geralmente são vendidos para abates ou doados, pois representam prejuízos, conforme explica Cabral 42 (Entrevista, 2024).

da Abelha. Na concepção dos sujeitos, ao passo que a vida melhora, emerge o individualismo, um sentimento que o lugar comunitário tem experimentado e resistido.

Para os camponeses, os efeitos socioeconômicos no interior da unidade produtiva familiar, gradativamente, culminam no individualismo, uma tendência que, associada à saída de Chico Floresta da presidência, colocou fim a ACOPPS em 2017, pois os associados demonstraram pouco interesse em assumir as responsabilidades da entidade. A carga administrativa e financeira que recaía inteiramente sobre a presidência desmotivou a participação ativa e contribuiu para o seu fim. Esse processo é claramente definido por um dos entrevistados.

No começo, ela foi muito boa demais da conta! Atendia todo mundo. Aí vai, como diz o oto, acostumano, vai afrochano, né? Foi onde foi acabano. Aí o povo também foi individualizano, igual falei pra você! Nós pegô o tanque dali e levô pra mamãe, aí nós punha lá. Nós ficô muito tempo lá. Aí cê vai melhorano, né? A situação. Eu já tenho o meu tanquim. Todo mundo já tem o tanquim [...] (Cabral 13, Entrevista, 2024).

Considerando o contexto da modernização agropecuária, compreende-se que a “individualização” está associada à resignificação produtiva, uma vez que esse processo culmina drasticamente na redução da necessidade de mão de obra e, conseqüentemente, na redução da dependência dos vizinhos/parentes. Assim, atividades antes baseadas na cooperação e na reciprocidade, como os mutirões, foram substituídas, em grande parte, pelas máquinas.

No entanto, devido aos altos custos, bem como às dificuldades e burocracias em se obter os créditos agrícolas, a maior parte dos camponeses não possuem maquinários (trator, arado e roçadeira). Então, frente à necessidade do uso, recebem ajuda da Prefeitura Municipal, contratam de particulares (que nesse caso são de poucos vizinhos/parentes) ou de terceiros. No caso do poder público, as máquinas são requisitadas por meio de inscrição no período do preparo da terra para o plantio. Nesse caso, paga-se somente o óleo usado no serviço realizado.

A utilização desses maquinários, entretanto, instaura, de um lado, maior autonomia das famílias, e de outro, desafios às estruturas comunitárias socioculturais, como expressa a narrativa:

Cê foi na igreja hoje, num foi? Tinha poquinho gente, num tinha? Pois, é, aquela igreja ali, os banco num cabia o povo daqui. E era uma época que ninguém tinha carro, o povo hoje, nós mesmo cansô de carregá as minina, nós num tinha carro nem nada, levando as minina nu braço, chegava lá os

banco nem cabia o pessoal. Agora hoje todo mundo tem carro. Eu já cansei de i ali na igreja, tinha vinte, trinta pessoas, e já teve veis de cê só celebração. Teve um dia que foi só celebração mesmo, que eu fui, nóis era sete. Sete pessoas. Já vi falar que teve veis que dá até menos. Então, quer dizer, é nesse sentido aí, ela regrediu e muito (Cabral 17, Entrevista, 2024).

É, portanto, uma reflexão assentada na perspectiva espaço-tempo, justamente, porque a (re)organização do espaço produtivo e das relações de produção se desdobram nos aspectos da vida comunitária, a qual faz sentido para os sujeitos nas práticas coletivas, ou melhor, nos momentos de convivência marcados pela união entre as famílias. Brandão (2009), sintetiza essa concepção ao mencionar que as “pessoas comem comida e símbolos”, uma lógica extremamente relevante dentro da comunidade, pois a racionalidade dos sujeitos reside da qualidade das relações sociais, moldadas pela ética, pela moral e pelos bons costumes.

Nesse sentido, é profícuo ressaltar que a modernização da agropecuária ressignifica tanto o modo socioprotutivo quanto várias dimensões da vida. Essas transformações impactam primordialmente o tempo das festas, das rezas nas casas, das procissões, da pamonhada, dos jogos de futebol e dos bailes/forró na venda, dos passeios nas casas dos vizinhos, das festas de casamento e aniversários, das conversas no banco de madeira no terreiro e até das missas e celebrações.

Isso implica em sublinhar que o tempo do trabalho, antes regulado pelo tempo da natureza, passa a ser regulado pelo tempo do capital. Desse modo, enfatiza-se que o tempo do trabalho igualmente depende das práticas produtivas, como adverte o entrevistado:

O leite prende também, porque o leite hoje, né? Nossa renda hoje é o leite. Então cê tem que tá, de manhã cê tem tá aqui, de tarde i até de noite. Aí cê termina, já tá cansado, cê, num [passeia] né? A maioria também, até oito hora [da noite] tá tirano leite. De primero cê trabaiava por dia, o sábado cê podia guardá ele, cê já ia saí, né? Tudo isso ajuda (Cabral 7, Entrevista, 2024).

Vale destacar que, além do sábado, o domingo também era dedicado ao descanso, às atividades religiosas e ao lazer. Ao observar a rotina de trabalho na comunidade, constata-se que a modernização da pecuária leiteira (re)estruturou a rotina das famílias e ocupa os sete dias da semana, para garantir a produtividade e o bem-estar dos animais; além disso, a produção do leite estabeleceu uma divisão do trabalho, que atende à lógica de cada família, ou seja, pode haver variações, pois o trabalho depende da composição familiar e das necessidades de cada unidade.

Além da composição familiar, a quantidade de tecnologias aplicadas à produção, bem como condições externas, no que diz respeito à relação com o mercado e com as políticas públicas (municipal), também vai determinar a variação no volume de trabalho e consumo necessário para garantir a subsistência da família. De forma dialética, as necessidades também podem variar, conforme o nível de integração à modernização produtiva. Nesse contexto, o espaço produtivo do Salgado é heterogêneo.

No campo de pesquisa, ao acompanhar a rotina de algumas famílias, observou-se que o dia começa cedo, geralmente por volta das 6h. A primeira tarefa é a ordenha das vacas. Os filhos solteiros que moram junto com os pais ou casados que têm suas casas próximas, assumem a tarefa de ordenhar o leite. É comum também as filhas e a esposa incorporarem a lida do gado às suas tarefas. Quando os filhos/as já não estão na companhia dos pais, a esposa ajuda o marido no curral.

Na propriedade do Cabral 18, a primeira tarefa é reunir as vacas no pasto e conduzi-las até o curral, tarefa essa realizada com o uso do cavalo. Enquanto ele ordenha o leite com a ajuda de ordenhadeira mecânica, a mulher abastece os cochos com ração (Figura 50-A), leva os bezerros para mamar a sobra de leite e depois os separam das vacas novamente. Após a ordenha, Cabral 18 faz todo o processo de higienização dos equipamentos e do curral. Já na propriedade do Cabral 13, ele usa a motocicleta para conduzir as vacas, e sua mulher o ajuda na tarefa de ordenha (Figura 50-B).

Figura 50: (A) Alimentação do gado, parte da tarefa de ordenha, realizada pela mulher em uma das propriedades do Salgado; (B) Momento da ordenha das vacas, atividade desenvolvida com a ajuda da mulher em outra propriedade do Salgado.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Em seguida, as mulheres se ocupam em regar a horta/plantas, varrer o terreiro e preparar o almoço. Enquanto isso, os homens tratam das galinhas e dos porcos no chiqueiro. Após o almoço, as mulheres se dedicam aos afazeres domésticos (arrumar a cozinha, lavar roupas, arrumar e limpar a casa), bem como ao preparo dos quitutes da semana (biscoito, pão de queijo, queijo, requeijão, bolo etc.). Os homens saem para campear o gado, olhar os pastos, verificar a água, consertar cercas, pesar a ração, entre outras atividades relacionadas ao gado e às instalações da propriedade. Entre 16h e 17h, repete-se o processo de ordenha, que termina por volta das 20h, quando então se pode descansar para recomeçar no outro dia.

Essa rotina corrobora os relatos sobre o cansaço que impede esses sujeitos de buscarem as atividades coletivas. Esse árduo trabalho é intensificado nos períodos de plantio e de preparação da silagem, como observa Cabral 21 (Entrevista, 2024), “[...] na época de plantá, planta as coisa pra depois fazê o silo, fazê a silagem. E sempre tá trabaiano, né?” No sábado e domingo, raramente descansam, às vezes são os dias em que mais trabalham para aproveitar a ajuda dos filhos que moram na cidade, como menciona Cabral 42 (Entrevista, 2024): “[...] porque aí tem veis que eu venho, eu tô aqui, vamos fazê isso, vamo fazê aquilo”. Além disso, ainda tem as eventualidades “se tem uma cerca bagunçada, num tem como cê ficá sem arrumá, tem que i lá arrumá. Cê entendeu?” (Cabral19, Entrevista, 2024).

Vê-se, na propriedade, que o espaço da casa é de domínio das mulheres, o pasto e o curral, dos homens, e o terreiro de ambos. À luz de Brandão (2009), observou-se que a “domesticação primária da natureza”⁶³, representada nas tarefas mais “brutas” com o gado e outros animais (mochar, castrar, curar feridas e, quando necessário, sacrificar ou abater), cabe aos homens.

É perceptível a valorização da hierarquia familiar, em que geralmente o pai exerce sua autoridade na direção dos processos produtivos dentro da unidade familiar. Essa autoridade se manifesta especialmente em espaços como as áreas de pastagens, o curral e na comercialização dos produtos resultantes do trabalho da família. Essas áreas conferem a eles maior controle e influência sobre as decisões e os rumos das atividades familiares.

A dinâmica que abarca a pecuária leiteira revela que “homens e mulheres estão juntos, nos mesmos lugares e em tempos iguais ou diferentes, participando desigual

⁶³ Para Brandão (2009), a domesticação da natureza primária são as relações mais extremas que envolvem as modificações e o manejo dos bens da natureza para sustentar a vida no lugar, ou seja, incorporar o mundo natural ao ambiente cultural.

e complementarmente do mesmo complexo de atividades que, no seu todo, realiza a vida produtiva do lugar” (Brandão, 2009, p.62). Porém, ocorre dentro de um sistema hierárquico que pode atribuir maior valor a certas atividades, geralmente àquelas desempenhadas pelos homens.

Os produtores aplicam, na produção do leite, a força de trabalho de sua unidade familiar. Há, ainda, a aposentadoria dos mais velhos, que contribui para permanência e a produção da vida no lugar. Ocorre na comunidade que, em algumas famílias, a renda não resulta totalmente da produção do leite. Para minimizar os custos com a produção e garantir o sustento (alimentação e outras necessidades básicas), formação dos filhos e reprodução familiar, alguns camponeses viram na diversificação do trabalho agropecuário uma oportunidade de aumentar a renda familiar.

As visitas às propriedades revelam exemplos concretos dessa diversificação, com a criação de peixes em tanques (Figura 51-A) e a produção de mel (Figura 51-B). Essas atividades são formas de adaptação ao ambiente local, em que o Cerrado, com sua abundância de água e vegetação, oferece as condições ideais para o desenvolvimento de tais práticas, que, na verdade, representam “uma renda extra”.

O Noelson, ali, ele comercializa peixe. Ele atende só os daqui, e as veis nem tem. Igual, ele vende filé de tilápia, é uma maravilha o filezím dele. E vem gente de fora pra pescá, tipo um pesque pague. Assim, pega, pesa e cê leva, ou então cê leva o peixe já pronto. [...] A Denise tem poço de peixe só pro consumo, dela [...]. É uma renda extra. Pra mantê a fâmia (Cabral21, Entrevista, 2024).

Figura 51: (A) Tanques de peixes em uma das propriedades do Salgado; (B) Criação de abelhas no Cerrado em uma das propriedades do Salgado que também destina-se à comercialização.



Fonte: (A) Wilian Alves Cabral, 2024; (B) Ziliomar Alves Ferreira (2024).

Também é comum encontrar sujeitos que ocupam cargos de servidores públicos na escola da comunidade, atuando como docentes, auxiliares gerais, ou motoristas de transporte escolar. Essa condição de trabalhadores assalariados é denominada, na teoria do campesinato, como "trabalho acessório", ou seja, uma forma de trabalho voltada para complementar a renda familiar. "Uma vasta série de funções ocupacionais é "encaixada" na situação de camponês como uma ocupação" (Shanin, 2005, p. 3).

Fica, portanto, claro que o esforço dos membros da família podem ser vistos como uma forma de atender às necessidades do grupo familiar, exigindo, para tal, o extremo esforço de todos os seus membros tanto nas tarefas internas à propriedade quanto naquelas externas que foram incorporadas pelos camponeses, as quais possibilitam a captação de recursos que viabilizam suas estratégias de permanência no lugar.

Inseridos no mercado, os camponeses cerradeiros produzem leite e o vendem, para consumir outros bens que não são produzidos no espaço de sua propriedade, assim como os serviços que já não são realizados por meio da mobilização coletiva, na forma de mutirão. Produzindo de forma independente, os salgadenses apropriam-se de tecnologias, evoluem-se economicamente, tornam-se individualistas e transformam-se socialmente, como anunciaram os entrevistados.

As transformações que estão vivendo, entretanto, advêm de um processo que é conduzido por agentes externos, cujos objetivos não são congruentes com a lógica de vida das famílias. Desse modo, a integração ao mercado pode ser interpretada como forma de o camponês resistir para existir e se reproduzir socialmente no lugar.

As imposições produtivas e sociais encontram no lugar certas especificidades (parentesco, vizinhança, amizade, solidariedade) que impedem a total subordinação do camponês ao capital. Assim, sugere-se que as especificidades criam condições para as famílias consumirem tanto o moderno como o antigo, caracterizando o lugar como metamorfoseado, aspecto de que se ocupa o texto a seguir.

4.3 Comunidade do Salgado: lugar de metamorfoses e resistências econômicas, políticas e socioculturais

As famílias camponesas do Salgado vivem entrelaçadas à dinâmica do tempo/espaço do capital global. No entanto, tal dinâmica não pode ser entendida pelo

nível de relação ou aproximação com as formas do capital, pois há, no seu interior, formas de vida peculiares, não capitalistas, mesmo quando situadas à margem do mercado de bens e serviços projetados pelo processo de modernização do Cerrado goiano.

Essa lógica, em que o lugar se insere, não surge do dia para a noite. O emaranhado espaço/tempo, no qual o lugar se constitui, como já mencionado anteriormente, é regido por princípios de planejamento mais amplo para o Cerrado goiano de cunho econômico e político. O capital e o Estado, por meio de políticas de infraestrutura e incentivos fiscais em benefício do capitalismo no campo, promovem mutações profundas nos seus modos de vida. Essa percepção é claramente traduzida pelos camponeses na seguinte fala: “a região regrediu muito. Ela regrediu no sentido, assim, eu digo assim, tem muita gente que disinvolveu, mais comunitariamente hoje é totalmente diferente, no termo de comunidade” (Cabral 17, Entrevista, 2024).

Essa percepção pode estar fundamentada nas profundas metamorfoses que ocorreram no lugar nas últimas décadas. As pressões do mercado, a intervenção de cooperativas e outros mediadores políticos, a inserção de novas tecnologias, dentre outras, trouxeram transformações significativas que alteraram profundamente a maneira como a comunidade se vê e se organiza, razões pelas quais as famílias sentem que o lugar não é mais o mesmo de antes.

De forma simples, mas clara, o camponês percebe esse processo, porque o vivencia no *continuum* do tempo e do espaço, impetrado por imposições de outras lógicas: a capitalista, que dita novos hábitos e maneiras de produzir a vida, impondo novas relações tempo/espaço, o que gera impacto na forma como os sujeitos se relacionam entre si e com a natureza. Isso parece afetar tanto a maneira de percepção e o uso do tempo quanto como o espaço é experienciado, o que gera desgaste e exaustão frequentemente anunciados.

Eu falo assim, que o custo de vida exige demais. Que, se o cê, tudo que o cê qué a mais, cê tem que trabaia mais. Então eu falo que os custo de vida das pessoas hoje em dia, tá caro demais. Se ocê, num, e aí cê trabaia o dia interim, igual tá ele ali, ele levanta cedim, quando chega de tarde, é igual meu minino falô, tá cansado, num tá pur conta de saí. Aí num tem descanso, é de domingo a domingo (Cabral19, Entrevista, 2024).

Percebe-se certa crítica às condições de vida de hoje, bem como à perda da autonomia e da capacidade de se equilibrar as exigências produtivas com o convívio social, o que leva ao afastamento de práticas tradicionais e ao enfraquecimento dos

laços comunitários, percebidos nas ausências e nos desmembramentos das famílias. Por outro lado, é conveniente esclarecer que, para permanecerem na terra, as famílias necessitam realizar mais em menos tempo, o que resulta, muitas vezes, em ruptura com o ritmo de vida mais lento, em descompasso com o ritmo de vida acelerado, em nome da eficiência produtiva.

Desse modo, em termos socioculturais, por mais que preservem práticas ancestrais, não é possível falar em campesinato sem vínculos com o capitalismo ou sem mutações. A relação que os camponeses têm com o mercado, entre outros elementos “modernos” e de consumo, estão presentes em suas vidas e nos mais diversos setores.

Em dissonância às “influências modernas”, é possível afirmar que as formas de resistência, das quais os camponeses se empoderam, são articuladas a partir das especificidades práticas, conhecimento e valores religiosos, culturais e comunitários, elaboradas no transcorrer do tempo e guardadas na memória coletiva, tornando-se fontes específicas de identificação do grupo social.

Portanto, a resistência é fundamental para a construção do devir, nem que para isso a comunidade tenha de se metamorfosear, ou melhor, criar um lugar que emerge das interações entre as imposições externas e a resistência, e, com isso, incorporar tanto os costumes e tradições quanto as adaptações necessárias para enfrentar as novas realidades. Nesse contexto, o Hino da Família Cabral, como um símbolo dessa força coletiva, que antes de tudo é geracional, reafirma a capacidade de enfrentar os desafios, enquanto mantém viva a memória e a identidade coletiva da comunidade. Assim, é possível perceber como no Salgado as práticas tradicionais convivem com adaptações impostas pelo mercado.

Nesse sentido, parafraseando Brandão (s.d.), pode-se afirmar que no Salgado se produz leite, utilizando-se, ao mesmo tempo, de técnicas e práticas de manejo herdadas e parte introduzida pelo mercado. É bem verdade que, na comunidade, alimenta-se, sob receitas próprias, do tradicional frango com pequi e de outros alimentos de uma culinária que, em parte, é cultivada e colhida “ali mesmo”, mas que, cada vez mais, esses alimentos podem ser adquiridos nos supermercados das cidades próximas.

É nesse local que se dança o forró e se diverte, embalados pelo som da sanfona do Mixaria, integrada a outros instrumentos e equipamentos modernos que criam um ambiente de luz e cores, tal como ocorre nos locais de festas urbanos. Na comunidade

se vive a sociabilidade, em parte nos lugares de vida e de memória, em parte cada vez mais comum nas redes sociais.

Então, pode-se compreender que, mesmo com a elaboração de formas de vida e de culturas específicas, de produção/reprodução, a vida é realizada e compartilhada pelos sistemas familiares e religiosos. De forma clara, afirma-se que seus modos de vida comportam peculiaridades, nas quais se entrelaçam diferentes temporalidades e lógicas sociais, que podem ser consideradas como formas de resistências.

Resistir pressupõe a capacidade que detém as culturas para defender os traços distintivos que as marcam, isso implica a capacidade de articular estratégias variadas para manter-se uma história interna específica, com ritmo próprio, como um modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo (Santos, 2008, p.6).

Com essa afirmação, entende-se que as formas de resistência camponesa são mais do que simples estratégias para garantir a subsistência da família; elas são, na verdade, um meio pelo qual os camponeses mantêm e fortalecem a identidade coletiva. Nesse sentido, as resistências encontram-se nos processos vividos:

[...] permeadas por lutas pela permanência na terra, mas também por variadas dimensões do ser camponês, como as práticas socioculturais (religiosidade, festas, atividades políticas e oferta/recebimentos de demão, mutirões, “traições”, enfim, o trabalho coletivo etc.) que firma e estabelece laços de solidariedade, possibilitando resolver questões do cotidiano. (Mendonça, 2010, p. 196).

Portanto, no corpo deste estudo, a Comunidade do Salgado aparece como um lugar do Cerrado goiano, no qual o “ontem e o hoje” constituem o chão de sentidos que se firma e se estabelece ancorado no parentesco, nos laços de solidariedade e pertencimento.

Nesse sentido, a comunidade pode ser considerada parte de uma quantidade considerável de populações tradicionais que se mantiveram no Cerrado goiano, em áreas de fundo de vale, em que a lavoura de grãos e de cana-de-açúcar não conseguiu alcançar de maneira direta. Para isso, há dois motivos: primeiro, porque a terra é um bem de raiz, patrimônio familiar; e segundo, porque as condições pedológicas e a declividade do relevo não favorecem, econômica e tecnicamente, a expansão agrícola massificada nessas áreas.

Apesar de as forças do agronegócio e da agroindústria operarem dentro da unidade familiar e de as famílias produzirem para o mercado, e ainda assumirem a

“linearização do tempo de produção” (Santos, 2008), a falta de emprego e as imposições que se materializam em obrigações com bancos, empresas agrícolas e cooperativas, bem como a necessidade cada vez maior de se consumir tecnologias, não anulam por completo seus modos de vida historicamente construídos.

Assim, costumes e tradições dividem espaço com o moderno. Contudo, não se pode negar que, com os processos de resignificação produtiva, muitos dos saberes foram substituídos, outros mantidos e resignificados. Mas a capacidade de adaptação, forjada nas especificidades (parentesco, amizade, solidariedade), em diferentes tempos históricos, possibilitou às famílias construir estratégias e formas de resistência, características daqueles que, como expressado no Hino da Família Cabral, não se calam, não se dobram e persistem até o fim de suas trajetórias.

Nesse sentido, pode-se compreender que, criando gado, produzindo leite e algumas culturas de subsistência no terreiro e em pequenas frações de terra, as especificidades preservaram os camponeses dentro de uma lógica capitalista, como trabalhadores familiares. As possibilidades materiais, apesar de promoverem transformações nas práticas produtivas e nas relações de produção, não redefiniram, por completo, social e culturalmente a comunidade, tampouco os valores religiosos, éticos, morais e comunitários, que orientam as relações.

A ética e a moral, componentes da sua condição camponesa, ainda que não se trate frequentemente de combinações e acordos tácitos de trabalho, como nos tempos de outrora, se manifestam de maneira significativa na solidariedade e na confiança entre os vizinhos/parentes.

É comum encontrar famílias que vivem na terra sob acordos tácitos. Tal condição é explicada pelo fato de os filhos não formalizarem o inventário com a morte dos pais, pois essa decisão reside na confiança e no respeito entre os membros da família. Cada um ocupa uma porção de terra, e vai vivendo, colocando a família acima dos interesses individuais (Cabral 31, Entrevista, 2024).

Embora essa condição possa expressar simplicidade e manutenção de laços familiares, é preciso considerar aspectos pragmáticos e econômicos. A formalização de processos legais, como o caso dos inventários, por ser considerado um processo burocrático, é visto por algumas famílias como demorado e custoso. Assim, optar pelos acordos pessoais reflete um consenso pragmático que se desdobra na eficiência econômica, de modo a evitar os custos e complicações legais, as quais os

camponeses não estão dispostos a enfrentar, pelo menos por enquanto, como sublinha Cabral 31.

Nesse contexto, é importante considerar os potenciais desafios legais. Contudo, quando indagados, os entrevistados reconhecem os possíveis conflitos, principalmente porque há uma tendência de inclusão de pessoas de fora, sobretudo pelas vias do casamento. Mas a confiança e o respeito pelos laços familiares tradicionais e pelas práticas herdadas dos antepassados aparecem ainda como um componente de resistência.

Essa lógica reflete o que K. Woortmann (1990) defende dentro do discurso acadêmico como campesinidade, ou seja, um conjunto de valores sociais, culturais e simbólicos sob os quais se faz o trabalho e a família, contrapondo-se à visão reducionista, que enxerga a família camponesa apenas como unidade de produção.

Nesse sentido, evidencia-se que, além das práticas produtivas, há uma qualidade inerente à Comunidade do Salgado, expressa nas representações subjetivas e nos valores éticos, religiosos, de respeito e cooperação, presentes nas relações objetivas relacionadas à produção dos meios de vida; no acesso a terra, nas relações de trabalho; de parentesco, vizinhança; nos saberes e fazeres; na ajuda mútua e na solidariedade que estruturam o cotidiano das famílias.

Nessa perspectiva, à luz de K. Woortmann (1990), compreende-se que os camponeses, ao produzirem leite para o mercado, isso não significa necessariamente modernidade no plano do valor, dos costumes, da ética, da honestidade e da solidariedade. Pelo contrário, são nessas relações que os valores camponeses emergem com maior intensidade, porque se contrapõem à lógica dominante do mercado, permitindo a continuidade e ressignificação de práticas e tradições como um esforço de continuar o legado dos pais naquele chão.

Essa lógica, entretanto, leva as famílias a viverem num tempo e espaço contraditórios. Se antes, o tempo era dedicado ao trabalho para a produção de alimentos e das sociabilidades, hoje, o tempo é dedicado quase de forma integral à atividade leiteira, para se alcançar melhor produtividade. Esse pensamento não refuta o fato de que os camponeses ainda encontram tempo e espaço para produzirem sociabilidades. Para isso, adaptam-se ao ritmo imposto pela lógica produtiva, o que resulta em pausas, ou seja, uma interrupção ou redução da frequência com que as práticas socioculturais ocorrem, em comparação com períodos anteriores, conforme observado no capítulo 3.

É claro que o esforço da família se justifica à medida em que o empenho visa a obter meios para suprir as necessidades da família com alimentação, vestuário, equipamentos produtivos e domésticos, que oportunizam mais conforto e principalmente as condições para permanecerem na terra.

Uma da coisa que mudô também, antigamente o gado ficava só no pasto, ele cumia só pasto, né? Aí quando era época da seca, cê colocava ração, cana, hoje não. Hoje o gado come a ração o ano intero. [...] mais eu falo que o gado hoje, tá um gado mais exigente, né? não é aquelas vaca de antigamente. Não é raiz, não é? É vaca mais nutela, ela já precisa de ração, casquinha. Uai, não, os pasto aqui ó, cê vê o tanto que os pasto tava bom e o leite ainda tava caindo, aí o João Carlos falô: não, é porque eu diminui a casquinha. Agora ele vai aumentá a casquina de novo, ele falô que aí as vaca tava diminuindo o leite. És é acostumada já, né? deve ser nutela, mesmo, né? (Cabral 21, Entrevista, 2024).

Observa-se que a fala traduz de forma muito clara como o avanço tecnológico e as exigências do mercado transformaram profundamente as práticas produtivas, o que reflete um processo de mudança na relação com a natureza. A tecnologia disponível no mercado e o gado adaptado a essa lógica permitem aos camponeses manter a produtividade, mesmo nos momentos de incertezas, por exemplo, das chuvas, que são importantes para a manutenção das pastagens.

Logo, essas mudanças alcançam os modos de vida da comunidade. Nesse contexto, é premente sublinhar que a relação com o sagrado também sofre mutações. As rezas nos cruzeiros, por exemplo, outrora realizadas com a intensão de pedir chuva para a manutenção das pastagens e dos cultivos, deixa de ocupar papel central na vida dos camponeses, ou seja, perdem espaço para soluções oferecidas pela ciência e pelo mercado, como tecnologias e rações suplementares. Assim, observa-se uma reconfiguração da dependência, sobretudo do processo produtivo leiteiro que, em parte, migra da natureza para o capital e a ciência, evidenciando uma transformação significativa no modo como os camponeses percebem e interagem com o ambiente.

Isso significa que as práticas tradicionais foram, em parte, adaptadas para atender às novas realidades econômicas e tecnológicas, por isso que, para os sujeitos, o lugar agora se apresenta muito diferente do que era antes. No entanto, isso não significa afirmar que hoje esteja pior ou melhor que antes, pois os camponeses também entram em contradição:

[...] eu achava tão bão, era bem melhor. Hoje cê tem mais mordomia, mas di primero era melhor. O jeito da sociedade era melhor. Ixi, é muita coisa! Di

primero cê chegava na casa dum, assim, cê sentava lá, aquela turma ia conversá, ia brincá, hoje num tem isso mais não (Cabral13, Entrevista, 2024).

Embora os conhecimentos científicos colaborem com o processo produtivo do leite, os saberes herdados ainda encontram espaço no tempo tecnológico e são usados quando necessários. Assim, uma análise a respeito das relações socioprodutivas e culturais no plano vivido permite vislumbrar especificidades e complexidades que envolvem o modo pelo qual as famílias produzem e se reproduzem naquela terra. Os camponeses realizam-se na produção, a partir da combinação de práticas que incluem os saberes historicamente construídos com os conhecimentos adquiridos do mercado, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 3: Principais atividades agropecuárias desenvolvidas na Comunidade do Salgado.

Principais atividades agropecuárias	
Orientações técnicas	Mensal, Agrovale/Comigo/SENAR em associação com conhecimentos tradicionais.
Ordenha do leite	Diariamente, duas vezes por dia, manual e mecânica.
Vacina e vermifugação do gado	Ao longo do ano, com ajuda de parentes mais próximos.
Limpeza do pasto	Ao longo do ano, com contratação de maquinário (de parentes/vizinhos ou de terceiros) e de forma braçal.
Aplicação de corretivo do solo (pasto)	Geralmente uma vez ao ano e de acordo com a necessidade do solo, por contrato de maquinário de parentes/vizinhos ou de terceiros.
Produção de silagem (plantio, colheita e fabricação)	Novembro a fevereiro, por contratação de maquinário de terceiros e ajuda da prefeitura ⁶⁴ .
Adubação química nas roças (milho, milheto, sorgo e capim)	Novembro, com maquinário próprio ou contratado de parentes da comunidade ou de terceiros.
Pulverização para controle de pragas nos pastos.	É feita conforme a necessidade, com a contratação de maquinário de terceiros e conhecimentos tradicionais.

Fonte: Trabalho de campo, realizado no período de junho de 2023 a junho de 2024.

O quadro mostra que a relação com o mercado e com a ciência não redefine por completo os modos de produção e as relações com a natureza, nem o trabalho familiar. A condição de ampliar as possibilidades de investir recursos para melhorar a

⁶⁴ No município de Quirinópolis, o suporte da prefeitura é oferecido na época da preparação do solo para o plantio. Para os produtores que estão no município de Rio Verde, a ajuda se estende à colheita e ao preparo da silagem, porém nem sempre os produtores conseguem ser atendidos com todos os serviços devido à demanda.

capacidade de produção não elimina seus saberes e fazeres. Na verdade, evidencia a situação de metamorfoses que os salgadenses assumem ao produzir leite para o mercado.

Na adesão às novas tecnologias, os camponeses buscam adequar-se aos padrões do mercado, controlados pelas empresas do agronegócio. No entanto, o que aqui interessa notar é que, ao mesmo tempo, elementos do “modo de vida rural tradicional” são reafirmados, como, por exemplo, o uso de equipamentos e ferramentas de tecnologias simples e na manutenção da limpeza da pastagem fazem parte da rotina de muitos camponeses. “Mais sempre é [...] eu pego, eu num gosto de ficar à toa, eu ranco, eu que ranco os pasto, bato os pasto na mão. Eu acho bão!” (Cabral 24, Entrevista, 2023).

Ainda que simples, o relato admite considerar que cuidar da terra vai além da simples obrigação; é uma expressão de dedicação e compromisso com o ciclo produtivo, cujos valores estão intrinsecamente associados ao trabalho na terra, e não somente a uma necessidade econômica.

Embora raros, os conhecimentos tradicionais aliados à ciência garantem o enfrentamento de alguns problemas relacionados ao controle de pragas que afetam a pequena roça, o pomar ou a pastagem. Para tanto, usa-se os inseticidas para o controle de pragas e insetos, mas são as benzeções a que alguns camponeses recorrem para controlar certos tipos de pragas que realmente resolvem. “A primera veis que deu[lagarta], agora todo ano tá dano, a primera veis que deu, nós deu combate, não resorveu, aí eu pedi pra benzê, aí deu certo” (Cabral13, Entrevista, 2024). No entanto, esse saber já não faz parte das vivências da comunidade; nesses casos, recorre-se a pessoas de fora.

De acordo com os entrevistados, isso ocorre, porque já não há mais o Cerrado de antes. Lembram que o medicamento estava à porta, então, “pra que remédio?” Mas não apenas isso; as novas formas de viver das crianças e dos jovens, que não brincam e não exploram o Cerrado, desencadeiam um processo no qual os saberes vão se dissolvendo no tempo e com eles os costumes. Isso está se passando no Salgado, quando apenas a Dona Maria foi indicada como pessoa que ainda benze de quebranto.

Essa ruralidade é visivelmente ampliada na produção de alimentos que atendem à necessidade imediata das famílias, especialmente na criação de porcos e galinhas destinados ao consumo da família e vizinhos/parentes. O trato é feito em

parte com ração produzida na propriedade, como o milho, a mandioca, os restos de alimentos e as sobras de cozinha. Em algumas propriedades, os porcos são criados soltos no terreiro (Figura 52) ou em mangueiros (espaços amplos), como uma forma de garantir bem-estar aos animais, de modo que se misturam à paisagem das moradias.

Figura 52: Criação de porcos livres no terreiro em uma propriedade do Salgado.



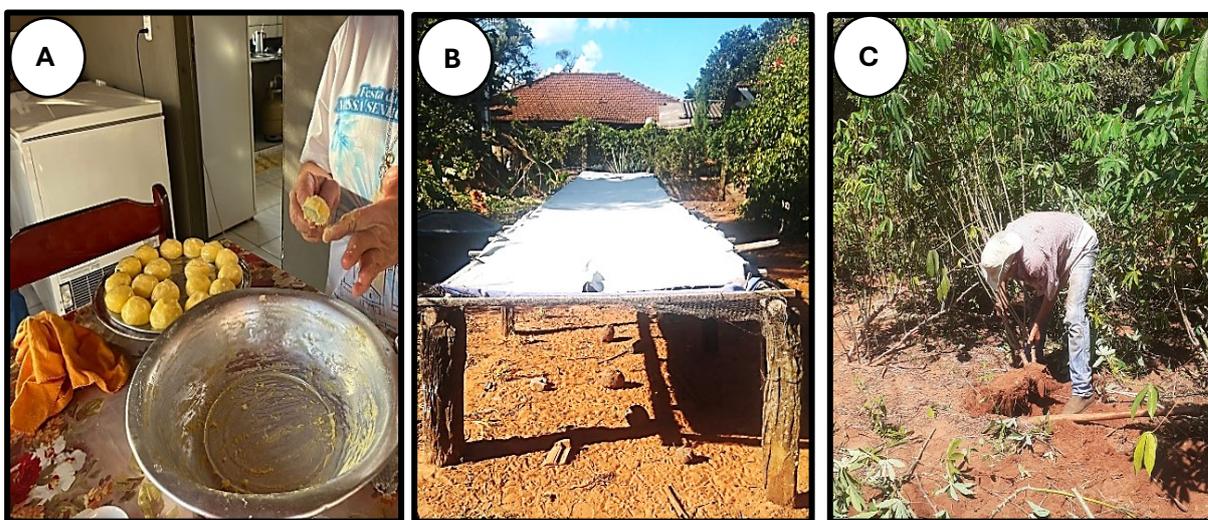
Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Nesse sistema de produção, para melhor produtividade, respeita-se o ciclo da natureza. A castração é feita conforme a lua, pois acredita-se ter melhores resultados com a cicatrização, menos risco de sangramento e de infecções. A observância desses saberes está relacionada também ao plantio da mandioca e das hortaliças para o consumo. “Eu, pode tá arrumadinho, se num tivé, num pranta [...] a horta, tudo é na lua. Parece que, se num sigui a lua, parece que num vira” (Cabral 7, Entrevista, 2024).

De forma tradicional, algumas famílias ainda se dedicam à fabricação de rapadura, melado, polvilho e farinha de mandioca para o consumo próprio, para tanto, utilizam-se de técnicas “nem totalmente antigas, nem totalmente modernas” (Santos, 2008). É visível a íntima relação estabelecida entre a comunidade e as formas tradicionais de viver, vínculo esse formado e replicado por uma sucessão de gerações, de modo a suprir as necessidades de alimentar os sentidos do “ser”, enquanto camponeses constituídos de memórias e de outras de vivências.

Observa-se que o café servido às visitas (inclusive à pesquisadora), com o pão de queijo quentinho, feito com os ovos caipiras e polvilho, fabricado pelas mãos camponesas, possui mais sabor, quando produzido na propriedade (Figura 53 A, B e C). Essa concepção dá significância à vida camponesa, uma vez que nela agregam-se o trabalho e o esforço da família. Não é o pão de queijo em si, mas o significado imbuído no saber/fazer em cada etapa do processo, revelando as formas pelas quais a vida é produzida.

Figura 53: Pão de queijo feito com ovos e polvilho produzido na propriedade para servir aos parentes em dia de missa e festa na escola.



Fonte: (A) Martins, Gladis Cabral (2024); (B, C) Luíza Vania Cabral (2024).

Ao pensar nas resistências travadas pelos camponeses, diante do avanço do capital, é preciso considerar também que há um processo de ressignificação dos costumes e dos saberes, os quais são adaptados às novas realidades para continuar existindo. E isso bem mostra que a cultura não é estática, pelo contrário, é dinâmica, capaz de incorporar inovações que possam persistir no tempo e suportar as condições impostas pelos processos de modernização no campo e, assim, preservar parte das práticas socioculturais herdadas.

Durante uma refeição compartilhada em uma das casas, essa concepção se concretiza. A “carne de lata” rapidamente é recuperada na memória da pesquisadora, ou seja, são reavivadas lembranças de outros tempos, em que produzir e armazenar a carne representava fartura e saberes em um tempo que não havia energia elétrica, para manter o sabor e garantir o alimento por mais tempo. No entanto, esse costume, para continuar existindo, foi ressignificado; a carne é cozida lentamente em sua própria gordura, mas já não se guarda a carne submersa na gordura, em latas, mas

no *freezer*. Assim, a prática foi adaptada, utilizando-se a tecnologia moderna para atingir um objetivo semelhante: a preservação da carne, saber herdado dos pais.

Essa adaptação se estende às pamonhadas, caracterizadas pelos sujeitos como um evento “raro” na comunidade (frequente, em outros tempos), em que se torna motivo para reunir os vizinhos/parentes. A redução dessa prática pode estar ligada, em princípio, ao fato de que nem todas as propriedades produzem milho, e aquelas que o produzem, cultivam espécies geneticamente modificadas, ou seja, é um milho apropriado para produção de silagem, o que não impede que as famílias se encontrem e socializem na realização do “fazer pamonhas”.

O processo de produção se estende ao longo do dia, cujas funções são divididas segundo o gênero. Os homens se encarregam de buscar o milho na roça, trazer para casa e cortar as pontas das espigas. Descascar e escolher as palhas mais adequadas é tarefa de todos (homens, mulheres). Geralmente, cabe aos homens a função de ralar o milho (Figura 54-A). Fica a cargo das mulheres temperar a massa e realizar a amarração das pamonhas para serem cozidas. Nesse momento, os homens aproveitam o tempo para jogar truco.

As etapas de produção da pamonha revelam que, diferente de outros tempos, em que se usavam ralos manuais, amarridos de embira de bananeira ou do broto do buriti, hoje são usados os ralos elétricos e gomas de borracha para esse fim. Contudo, o tempero ainda é feito com pimenta, jiló, linguiça, queijo e, quando disponível, de preferência, a banha de porco. O cozimento da massa empalhada é feito em tachos nas fornalhas à lenha (Figura 54-B).

Figura 54: Parte do processo de “fazer pamonha” realizada em uma propriedade do Salgado. (A) Momento em que a família/parentes descascam o milho enquanto pai rala o milho em um ralador elétrico; (B) Cozimento da pamonha em fornalhas à lenha.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2024).

Ao participar de uma pamonhada, abre-se a oportunidade de se apreender que esse costume, alinhado ao saber/fazer herdado, tem subsidiado os momentos de união, cooperação e ajuda mútua entre as famílias, o que pode ser vislumbrado desde a colheita do milho até a preparação das pamonhas. A solidariedade, como um componente da vida social da comunidade, manifesta-se ainda na partilha das pamonhas entre as famílias participantes, portanto, pode ser entendida como uma estratégia de reprodução dos valores sociais e comunitários, como reciprocidade, respeito e união.

Mesmo com as transformações ocorridas, as condições de produção não estão apenas na memória dos tempos de mutirão, em que se juntavam as famílias para realizar o trabalho. Existem momentos específicos em que os produtores são movidos pelo espírito comunitário, como revela o trecho da entrevista:

[...] até pra descarregá casquinha, alguma coisa assim, sempre ainda faiz, sabe? Os mutirão. Assim, ainda ajuda [...] igual meu cunhado alí ó, quando vai ele vai descarregá casquinha, as veis quando, tem um jeito lá, né? Hoje im dia quase mais não. mais as veis fala: Ôh, cumpade! Vai chegá um caminhão de casquinha pra mim, cê tem jeito de me ajuda? Ele arrumava uns quatro, cinco pessoas pra ajudá. Insacava ela. Hoje im dia não! Hoje im dia já faiz um barracão grande, faiz um buraco lá, já vem um trem que parece um funil, um cano grandão e despeja lá dentro [...] (Cabral 21, Entrevista 2024).

Observa-se que o mutirão, também é ressignificado para justificar a manutenção dos laços de solidariedade e cooperação comunitárias, mesmo em um contexto de crescente individualização, promovido pela modernização da pecuária leiteira e das tecnologias da comunicação. Assim, embora, não seja prática tão comum, como evidenciou o Cabral 21, o fato de ainda recorrer à ajuda dos vizinhos/parentes mais próximos, em certas ocasiões, revela que o mutirão passa de uma estratégia, antes aplicável à realização do trabalho, a uma prática simbólica que reforça as relações de parentesco.

Obviamente, que a redefinição dos mutirões, estratégia que lastreava as relações sociais de trabalho, representam mudanças relativas à relação dos sujeitos com a natureza. Contudo, os seus fundamentos se reproduzem, porque os camponeses, ainda que estejam produzindo sob aparatos tecnológicos certas atividades camponesas, como descarregar o caminhão, vacinar o rebanho, mochar o gado, fazer a silagem, enfim, em alguns momentos, dependem dos acordos tácitos. Logo, para além de ser uma eficiência prática, possui um significado socializador e cultural, fundamental para o modo de vida camponês.

Ainda que a ajuda mútua não seja amplamente verbalizada pelos sujeitos, as incursões no campo de pesquisa possibilitaram apreender formas de interações cotidianas que revelam a dinâmica de troca contínua. De forma simples, as trocas surgem quando, em uma das entrevistas, ao ser acompanhada por uma camponesa à casa de uma vizinha, a entrevistada aproveitou para devolver um pacote de sal que pegara emprestado. Apesar de representar uma simples ação, pode ser considerada um exemplo prático de como as trocas entre as famílias são importantes, diante das eventuais necessidades cotidianas.

Como essas relações de reciprocidade parecem existir e sobreviver a diferentes circunstâncias históricas, elas também assumem a condição circunstancial pela qual a comunidade produz e se reproduz.

Se você é, tipo assim, posta alguma coisa assim, uma campanha, uma vaquinha. Hoje em dia faiz muito o negócio do pix, né? Alguma coisa. Menina, cê precisa vê, o tanto que as pessoas daqui são solidárias. Num é que eles têm muito, mais é porque eles gostam de contribuí, sabe? É cinco, é deis, é quinze, é cinquenta, é cem. [...] o pessoal daqui es ainda tem esse espírito ainda de solidariedade, tem, tem. Que seja poco ês ainda ajudam. Menina, pra fazê um almoço comunitário, cê o cê vê que *show* que eles dão! É arroz, manteiga, galinha, todo mundo contribui [...] (Cabral, Entrevista, 2024).

O relato evidencia que, embora os camponeses tenham se submetido às determinações do mercado e da tecnologia da informação, são capazes de interpretar e agir conforme as demandas coletivas. Trata-se, portanto, de não apenas preservar o espírito comunitário, mas também de adaptar-se às novas circunstâncias, como o uso de tecnologias modernas (Pix, *WhatsApp* e outras redes sociais), sem perder a essência que os move: “cooperação e solidariedade” na construção de um “devir histórico” (Santos, 2008).

Fica claro que a ajuda mútua e a solidariedade, como componentes de vida na comunidade, fazem parte dos arranjos elaborados para a reprodução social do grupo. Contudo, é importante entender que essa particularização se processa a partir das especificidades do lugar (parentesco, vizinhança, amizade, compadrio), que estruturam as práticas indenitárias, garantindo que essas práticas se adaptem às mudanças sem que seja preciso se desvincular das formas tradicionais.

Todo esse contexto torna o Salgado, na percepção dos entrevistados, um lugar “[...] tranquilo, sussegado, todo lugar que ocê vai aqui, quereno ou não, é um tio, é um primo, si num é um tio, é um primo é, deusde novo eu tô aí tamém, né?” (Cabral 40, Entrevista, 2024).

Como se vê, a comunidade é lugar seguro para a reprodução da família. O que não quer dizer que não existam dificuldades que envolvam o existir e o permanecer no lugar, especialmente, quando a terra é pequena e a família cada vez mais tende a ser partilhada.

Esse fato é claramente percebido durante as visitas de campo, em que o contingente humano se caracteriza basicamente por sujeitos adultos e de mais idade, uma tendência que pode ser traduzida no desabafo de uma jovem:

[...]aqui a pessoa tem a escola, né? Única coisa de renda que tem é a escola e, cada um com seu cantinho, né? Quem num tem, quem num tem um espaço pra produzi leite ou pra fazê uma rendinha dentro do seu próprio chão, num tem emprego, né? As mulheres mesmo, igual, quando eu tava mais jovem, inhantes de entrá na escola, que eu morava com meu pai, eu tirei leite, eu tirei leite prus outro, porque num tem outra fonte de renda, num tem outra coisa pra fazê, entendeu? (Cabral 39, Entrevista, 2024).

Não obstante, o relato mostra que as dificuldades de reprodução das futuras famílias naquela terra já alcançaram nessa geração. De modo que as perspectivas, de parte dos jovens em viver na/da terra, resumem-se em conservá-la, como um bem de raiz, como salienta Cabral 37:

[...] uma hora eu sei que vai dividi e eu sei que eu vô tê pelo menos um pedacim lá. Então a minha parte, pelos menos eu, eu não vô querê vendê. Mesmo que se eu não tive lá, eu vô cuidá! Que pode cê que eu vô pra lá os final de semana, as veis algum feriado, mesmo eu tano morano na cidade [...]” (Cabral 37, Entrevista, 2024).

Essa posição admite pensar no seguinte questionamento: como será o futuro das novas gerações na comunidade do Salgado? É incerto, pois na prática muitos jovens não têm a terra. Entretanto, a resposta também vem deles: “[...] eu acho que precisava de alguma coisa pra disinvolvê a região, entendeu, Gladis? [...] trazer alguma oportunidade de trabalho pra cá, né? Uma indústria, alguma coisa [...]” (Cabral 14, Entrevista, 2024).

Enquanto isso, vivendo em meio às metamorfoses impulsionadas pela modernização, pelo agronegócio e pela inserção de novas tecnologias, percebe-se que novos arranjos socioculturais vão sendo formados e rearranjados para superar as carências e o individualismo. Nesse prisma, destaca-se a cavalgada (Figura 55), uma iniciativa dos jovens em estabelecer no lugar uma nova atividade cultural, que é tradicional no município, mas não na Comunidade do Salgado.

Figura 55: Cavalgada realizada em 11 de novembro de 2023. A cavalgada saiu da venda do Sr. Zé Baiano (região da Cachoeirinha do Rio Preto) e seguiu até uma propriedade do Salgado, na qual foram recebidos com um almoço em comemoração ao aniversário do proprietário.



Fonte: Martins, Gladis Cabral (2023).

Santos (2008, p.208) permite compreender a cavalgada no Salgado como uma invenção, que na verdade é uma recriação, a partir de valores advindos das práticas dos produtores de leite. Segundo Cabral 09 (Entrevista 2024) “é por gosto mesmo”, inclusive na sua família, todos gostam e participam. Aqui, “[...] os fi, os neto. Meus neto tá tudo piqueno ainda, mais é tudo é doído por causa de uma cavalgada” (Cabral 08, Entrevista, 2024).

Não é por acaso que a cavalgada tem se tornado importante na comunidade. Na verdade, observa-se que essa invenção mobiliza e interliga outras atividades culturais da comunidade. A sua realização mantém estreitos vínculos com a venda e com a igreja, pois são geralmente os pontos de passagem e chegada das comitivas, marcados por momentos festivos como almoços e forrós, conforme ilustrado na figura 56.

Figura 56: Convite da calvalgada realizada na Comunidade do Salgado em 2017.



Fonte: Facebook da comitiva “Os Derramados” (2024)⁶⁵.

Nesse prisma, a calvalgada reúne os que gostam, mas também os que não gostam, pois entendem que ela surge para produzir encontros e a sociabilidade do grupo. Na realidade, o que interessa para os camponeses é que a calvalgada “é um lazer, né? Porque a pessoa, tem que, como se diz, tem que trabalhá, mais tem que tê lazer tamém, né? Porque fica só trabalhá, trabalhá também assim, e num tê nada pra podê distraí um pouco. Num tem assim, um convívio uns com os outro, assim tamém, né? (Cabral 30, Entrevista, 2023).

Vê-se que há nessa invenção uma articulação política, na qual as iniciativas de jovens aliam-se às atividades tradicionais e às lideranças locais para consolidar a nova atividade, que poderia transformar-se em tradição para essa e outras gerações. No entanto, constatou-se que a atividade foi interrompida devido à mudança do principal articulador das calvalgadas para a cidade. Até a finalização deste trabalho, não surgiu outro jovem para assumir essa liderança. Esse fato reforça a preocupação da comunidade em relação ao futuro das atividades historicamente desenvolvidas no lugar.

⁶⁵Registro disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=comitiva%20os%20derramados>. Acesso em dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma filiação ao campo da Geografia Cultural, propôs-se, na composição deste trabalho, tecer discussões acerca da temática das comunidades tradicionais no Cerrado goiano. Isso, porque, conforme já mencionado na introdução deste trabalho, essa temática tem causado certa inquietação em virtude da complexidade e da relevância com que esse tema tem ocupado os debates acadêmicos, especialmente nas ciências sociais. Além disso, no Cerrado, a existência dessas particularidades mostra-se contraditória, pelas próprias circunstâncias socioeconômicas e territoriais em que o município de Quirinópolis está inserido.

Ressalta-se que não se teve aqui a pretensão de exaurir o tema. Ao contrário, busca-se problematizar alguns aspectos das comunidades tradicionais que, ao nosso ver, mostram-se relevantes para o campo desta pesquisa. Para além dos enfrentamentos socioculturais, os sujeitos do Cerrado, em particular, como recorte desta pesquisa, a Comunidade do Salgado, produzem seus modos de vida pautados na identificação com suas raízes culturais, representadas pelos lugares de memória e pelos saberes/fazeres dos mais velhos.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo geral compreender em que medida os elementos da natureza e os lugares de memória e do saber local influenciam os modos de vida, ou reafirmam a identidade cultural e o sentido de pertencimento dos sujeitos com o lugar “Comunidade do Salgado”, como condição de existência naquela terra. A ênfase de análise recaiu sobre os modos de vida, ou seja, sobre os aspectos ligados às vivências dos sujeitos.

Além dos objetivos, a pesquisa também foi direcionada pela problemática elaborada a partir de questões definidas no projeto de pesquisa e descritas na introdução desta dissertação, as quais estarão apresentadas na forma de resultados, no decorrer do texto.

Nesse sentido, orientados pelas questões de pesquisa, o principal resultado mostrou que o ritmo da vida no Salgado está ancorado entre o “passado e o presente”, entre o “tempo lento e o tempo rápido”. É uma lógica camponesa que não se desvincula de suas raízes, mas que também não refuta os avanços tecnológicos integrados à rotina diária. Essa concepção mostrou que as práticas socioculturais estão vinculadas às memórias e às vivências, constituídas nos lugares da comunidade

e nos saberes e fazeres que o grupo social detém, como é o caso das novas aquisições, oportunizadas pela inserção produtiva no mercado do leite.

Verificou-se que os achados dessa pesquisa encontram-se em uma lógica construída, a partir de dois contextos que se imbricam no fazimento do lugar: as práticas tradicionais, cujas raízes estão cravadas profundamente na terra, na família, no trabalho e na religiosidade, por gerações passadas, e nas práticas elaboradas a partir das atuais necessidades e demandas por tecnologias e informações.

No que tange aos achados, destacam-se a modernização, as resistências, as ressignificações, a miniaturização, o pertencimento, as ações políticas, o sistema parental, o trabalho, o consumo, a identidade coletiva e a coesão social. Juntos, esses elementos contribuíram para um entendimento mais profundo da organização sociocultural, das práticas de resistência e das estratégias que favorecem para a permanência e a continuidade da comunidade do Salgado naquele chão cerradoeiro. Ao mesmo tempo, esse ajuntamento de fatores revela a complexidade e a riqueza dos modos de vida que estão postos no lugar, além de, como o campesinato consegue preservar suas raízes em meio a transformações econômicas e socioculturais que a comunidade vem experimentando nos últimos tempos.

No que se refere aos elementos representativos dessa lógica, estes estão expressos na paisagem para serem vistos e sentidos no lugar no qual a vida se realiza, e se relacionam com pessoas, com a história e com a forma pelas quais os sujeitos constroem a natureza em cada momento. Assim, por trás das paisagens heterogêneas, da moderna produção de leite, há um processo de humanidade, que visa equilibrar as tensões entre as determinações do mercado e as práticas de resistência. Sua materialização encontra-se no uso de tecnologias tradicionais, como o engenho, o fogão à lenha, a roda d'água e nas atividades comunitárias, como as missas, celebrações, pamonhadas, bailes/forró e os jogos de futebol.

Esses elementos (memórias, práticas socioculturais e tecnologias), juntamente com os lugares igreja, cemitério, escola, campo de futebol e venda, constituem espaços centrais de vivências e memórias, que permitem a reprodução social e cultural da comunidade. Eles não apenas mantêm vivas as práticas tradicionais, mas também funcionam como espaços de ressignificação diante das transformações impostas pela modernização e pelo agronegócio, o que possibilita que a comunidade reforce suas raízes culturais e sociais, mesmo quando se adapta a novas dinâmicas.

Nesse contexto, nesses espaços, consolidam-se também os pertencimentos, que são cultivados e reforçados por relações construídas nas trocas, nas memórias compartilhadas e nas experiências vividas. As tecnologias tradicionais, nesse aspecto, desempenham um papel simbólico importante ao manter vivas as memórias de outros tempos. O pertencimento, assim, se revela como um processo dinâmico, consolidado, sobretudo, na vivência cotidiana, nas relações e nas atividades que definem e reafirmam a identidade, mas também no espaço físico, revigorando o sentido de pertencimento do grupo social ao lugar.

Entretanto, é fato que essas dinâmicas de pertencimento enfrentam pressões significativas devido às transformações trazidas pela modernização do campo e pela crescente influência do agronegócio na comunidade, que atuam em duas frentes: uma sobre os elementos naturais, promovida pelos cercamento físico das lavouras de grãos e cana-de-açúcar; e outra de caráter institucional, por meio das exigências técnicas e tecnológicas, que as empresas do setor agropecuário impõem às famílias produtoras de leite. A evidência mais expressiva está na captura do tempo das famílias, à custa de jornadas de trabalho ininterruptas, o que priva os sujeitos das obrigações religiosas e dos momentos de encontro e sociabilidades, e da quase total substituição dos saberes tradicionais pela ciência.

Observou-se que o trabalho camponês de outrora transformou-se em sobretrabalho, para legitimar o consumo que a modernização do Cerrado impôs às famílias camponesas. Entretanto, é preciso ponderar que o fato de precisar consumir bens e serviços disponíveis pelas empresas do agronegócio é justificado pelas aquisições para melhorar a qualidade de vida. Assim, adquirir uma moto ou um trator, por exemplo, cumpre a lógica de alcançar maior produtividade e conforto, o que torna o camponês um consumidor do mercado. Para ter acesso a essas possibilidades, faz-se necessário, por outro lado, dedicação a um trabalho intenso e contínuo, o que torna os camponeses reféns do sistema/tempo e carentes do que são, em sua essência, “sujeitos sociais”.

Na perspectiva da carência de tempo, constatou-se as miniaturizações das práticas socioculturais que resultam na redução, adaptação ou até substituição de algumas dessas atividades. Esse achado enfraquece certos laços sociais e culturais fundamentais para o pertencimento e para a coesão social. Por outro lado, a miniaturização também se apresenta como um mecanismo de adaptação das práticas

socioculturais, para não se perder as “pausas e retomadas dos eventos”⁶⁶ comunitários, mesmo diante das incertezas trazidas pela modernização do Cerrado.

Nota-se, que esse processo reflete a capacidade de a comunidade ajustar suas práticas às novas condições, sem desprender completamente de sua identidade e dos vínculos socioculturais. Nesse sentido, essas “pausas” não significam estagnação ou ausência total das atividades, mas, sim, uma forma de adaptação dinâmica, em que a miniaturização surge como resposta de resistência cultural e afirmação da autonomia camponesa, que decorre da própria lógica daquele campesinato.

Assim, as adaptações socioculturais e produtivas dialogam com as transformações nas práticas produtivas, formando um processo de resistências que reafirma a permanência dos camponeses naquele chão, mesmo diante das pressões externas. A permanência na terra sob condições tecnológicas e técnicas no manejo do gado leiteiro está relacionada à linearização do tempo, que também pode ser visto como estratégia que não apenas assegura a continuidade da produção de leite, mas também possibilita a conexão dos sujeitos com o lugar. É exatamente essa condição que permite perceber as resistências, expressas nas adaptações e nas ressignificações dos processos produtivos e socioculturais, as quais (re)criam um lugar caracterizado pelas metamorfoses.

Observa-se que as ressignificações trouxeram tanto benefícios quanto desafios. Tecnologias como a ordenhadeira mecânica, o poço artesiano, tanques de resfriamento, trator, televisão, *freezers*, internet, celulares ressignificam as práticas tradicionais, associam o antigo e o novo, ao mesmo tempo em que exigem da comunidade uma reorganização para manter suas tradições.

Por outro lado, é visível que as ressignificações também promovem enfraquecimento dos modos de vida, quando se observa as relações em torno da igreja, do cemitério, do campo de futebol, da venda, da rotina de visitas entre vizinhos. Há um certo desânimo, especialmente dos jovens, que, ao absorverem conhecimentos, técnicas e informações, distanciam-se dos espaços sociais,

⁶⁶ As pausas e retomadas, neste texto, referem-se à dinâmica da vida na comunidade, ou melhor, a alternância entre os momentos em que as práticas socioculturais são interrompidas ou reduzidas e os momentos em que elas são recuperadas, ainda que adaptadas ou menos frequentes. Exemplos disso, são a via sacra, que acontece apenas dentro da igreja, e os bingos e as prendas, que ganham espaço na festa junina da escola para manter viva a essência da comunidade.

especialmente da igreja, o que, no futuro, pode comprometer a gestão dos bens socioculturais da comunidade.

Em contraponto às mudanças e ao desânimo, ressalta-se a relevância do sistema parental como um mecanismo de preservação das tradições e valores comunitários frente às transformações socioculturais. Para entender e explicar a particularização do sistema parental, duas situações emergem como fundamentais: o parentesco e as lideranças políticas, religiosas e culturais. O sistema parental é um dos pilares fundamentais para a transmissão de práticas, saberes e valores humanos, religiosos, éticos e morais, como respeito, solidariedade e reciprocidade. A continuidade dos laços familiares, reforçados pelo casamento entre primos, assegura a reprodução das tradições e garante a coesão social, fortalecendo a identidade comunitária, e a transmissão da terra, justificada pela existência da linhagem Cabral há gerações.

Nesse contexto, a atuação das lideranças políticas, religiosas e culturais articulam meios de garantir que os rituais religiosos, as festas/forró, os jogos de futebol, as formas de colaboração e os valores éticos, culturais e comunitários, continuem a ser transmitidos às novas gerações, mesmo em meio às pressões da modernização tecnológica e da comunicação com a manutenção dos lugares (campo de futebol, venda, igreja, escola e cemitério). Além disso, atuam como intermediárias entre a comunidade e os agentes externos, como o mercado, o município e o agronegócio, como forma de equilibrar as pressões externas com a necessidade de manterem vivas a memória, a cultura e a reprodução simbólica do campesinato.

Essa lógica específica do lugar “Comunidade do Salgado” contribui para entender como uma área do Cerrado, inserida em um contexto do agronegócio, que estabelece conexões e relações produtivas e sociais mais amplas, ainda tem conseguido permanecer com seus processos de vida, associando técnicas tradicionais aos modernos meios de vida perpetrados pelo capital.

No entanto, é preciso ressaltar que os camponeses desempenham o papel de protagonistas ao estabelecerem conexões mais amplas para viabilização das atividades produtivas, como, por exemplo, arrumar a estrada, construir mata-burros, entre outras demandas por infraestrutura. Entretanto, esses arranjos acabam beneficiando, em grande parte, os sujeitos do capital, que se apropriam das melhorias para consolidar o cercamento físico e institucional do lugar.

Nesse sentido, embora as ações políticas dos camponeses se apresentem como uma reação às demandas internas, ou seja, demonstrem capacidade de articulação na produção dos meios de vida, elas também inserem o lugar em uma dinâmica que favorece os interesses do capital. Esse movimento evidencia uma relação contraditória, na qual os esforços comunitários, embora destinados à afirmação da permanência no lugar e à reprodução social, também contribuem, de maneira indireta, para o fortalecimento das estruturas capitalistas. Esse processo gera desafios à comunidade que precisa equilibrar suas práticas tradicionais às exigências impostas por uma nova lógica de produção prescrita ao Cerrado.

Desse modo, embora o local se caracterize como metamorfoseado pelas pressões do sistema capitalista, pode-se afirmar que o lugar permanece o mesmo. Verificou-se que as mudanças nas formas de vida não alteram o sentimento de pertencimento e apego ao lugar, nem o compartilhamento da vida.

O enraizamento das famílias e os laços de parentesco reforçam o sentido de pertencimento e identidade coletivos dessas famílias. A convivência, as práticas culturais partilhadas na igreja, no campo de futebol e na venda e a organização social em torno de laços de parentela, são elementos que mantêm a coesão e justificam o entendimento de que esse grupo social representa uma comunidade.

É importante destacar que, no atual contexto, a escola e a terra são fatores que nos forçam a pensar a reprodução social do campesinato naquele chão. Isso, porque o tamanho das áreas em muitos casos não sustenta a família. Por sua vez, a escola, que representa para muitas famílias oportunidade de permanecer na terra, é uma incerteza que a agroindústria da cana-de-açúcar trouxe aos camponeses, e que, nos últimos anos, tem sido motivo das lutas políticas dos camponeses, não apenas nessa comunidade, mas em todo o município.

É pertinente salientar que se os camponeses não produzirem os meios de vida, eles não conseguem se manter como produtores de leite. Por outro lado, o camponês do Salgado somente continuará como fornecedor de leite para os laticínios se continuar sendo o que sempre foram: famílias que se dedicam ao sobretrabalho. Sem o trabalho, sem as formas de organização política, estruturadas nos lugares de vida e de memória, e sem a comunidade, eles não serão mais camponeses. Nesse contexto, verificou-se que alguns desistiram da atividade, o que levou à saída de suas famílias da comunidade, de modo que essas deixaram de existir como unidades camponesas.

O resultado aqui apresentado oferece evidências de que, para além dos processos de resistências e dos arranjos socioculturais, travados pelos camponeses no fazer cotidiano, a permanência das famílias na terra com seus modos de vida, produzindo leite, depende de políticas públicas que atendam às reais demandas da comunidade.

O estudo, nesse sentido, fornece aos gestores públicos informações relevantes que podem nortear políticas públicas que promovam o fortalecimento da comunidade camponesa, e podem ser aplicadas em diferentes áreas de gestão pública, como da cultura, da educação e da agricultura, visando a fortalecer a comunidade e a garantir sua sustentabilidade sociocultural e econômica.

Entre as principais contribuições, destacam-se as práticas culturais e sociais tradicionais, como o futebol, os bailes/forró, as pamonhadas, as festas juninas, a cavalgada e, as religiosas, com um número menor de pessoas, como as rezas de terço, novenas de Natal e campanhas da fraternidade. Essas atividades coletivas são centrais para o encontro e a coesão social da comunidade, apontando para a necessidade de se criar políticas culturais que incentivem e apoiem as lideranças locais na mobilização desses eventos e formas de colaboração.

A pesquisa traz ainda reflexões sobre as práticas produtivas da comunidade e os desafios impostos pelo agronegócio, indicando a necessidade de políticas de apoio à produção de leite, bem como apoiar e incentivar a ampliação da produção de alimentos (pomar e horta) para a geração de oportunidades de renda. A análise dos lugares de memória e vivências (igreja, cemitério, campo de futebol, venda e escola) sugere que as políticas públicas devem priorizar a manutenção e o desenvolvimento de infraestruturas comunitárias, bem como a manutenção das condições das estradas.

Quanto às limitações presentes nesse estudo, é importante salientar que a carência de documentação escrita ou registros formais e as dificuldades de acesso limitaram a compreensão das condições em que os Cabrais chegaram ao município e (re)ocuparam as terras do Salgado. Aliada a essa lacuna documental, a necessidade de maior participação de jovens reforça os desafios em compreender como eles vivenciam e interpretam as mudanças decorrentes da modernização, das tecnologias e das novas práticas sociais.

Salienta-se, ainda, que o tempo de pesquisa de campo restringiu o levantamento da quantidade de propriedades existentes na comunidade, assim como

o tamanho da área. Isso porque, ao longo do trabalho de campo, percebeu-se haver uma complexidade em relação à propriedade da terra. Todas as propriedades ainda mantêm o nome original da fazenda pioneira, que foi repartida por heranças, formando uma extensa área denominada de Comunidade do Salgado. Nesse espaço, encontram-se famílias que vivem na terra sem a regularização fundiária após o falecimento dos pais, situação essa que reflete valores éticos e lógicas camponesas, que precisam ser detalhadas de forma mais aprofundada.

Isso posto, em relação às futuras pesquisas, recomenda-se que sejam utilizadas amostras maiores, pois essa faixa etária desempenha papel crucial na continuidade e na transformação das práticas socioculturais e produtivas da comunidade. Sugere-se também o acesso a fontes documentais que não foram possíveis na pesquisa atual, as quais podem oferecer dados complementares e mais profundos que enriqueceriam a análise, garantindo que mais camadas da sua história e cultura possam ser reveladas.

Constatou-se que a falta de legalização da terra após a morte dos pais, no futuro, pode gerar dificuldades em acessar programas de apoio governamental, como o Pronaf. Além disso, essa situação pode gerar conflitos entre os herdeiros e dificultar a sucessão familiar, tendo em vista a crescente entrada de pessoas de fora pelas vias do casamento. Estudar essa questão pode ajudar a entender melhor as dinâmicas de herança e propor soluções para facilitar a transferência de terras entre gerações, garantindo a continuidade das práticas e a autonomia camponesa.

Por fim, chegando aqui nessas últimas linhas, não poderia deixar de registrar a satisfação em percorrer caminhos e lugares do Cerrado, cuja trajetória oportunizou, além de (re)encontros, aprofundar o entendimento sobre a comunidade, a qual, fez parte da minha infância. Ser ao mesmo tempo sujeito e pesquisadora não me eximiu da responsabilidade de dar voz àqueles que compartilham aquele chão, assim como eu tive o privilégio de compartilhar tempos e espaços de vida, em uma das fases mais importantes da formação do ser humano, pois as experiências vividas impactam ao longo de toda uma vida.

Desse modo, esta pesquisa não foi apenas um estudo sobre modos de vida e relações socioculturais, mas um aprendizado que vai além das coletas de dados em campo; é uma lição de afeto, pertencimento, de resistência e de lutas diárias pela continuidade do que os camponeses são e do lugar que os sustenta há gerações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie Gabrielle. Política de crédito do programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.22, n.1, p.53-66, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8687>. Acesso em: 8 ago. 2024.

ALMEIDA, Maria Geralda. Diversidades paisagística e identidade territoriais e culturais: Brasil sertanejo. *In*: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p.47-74.

_____. Paisagens cemiteriais, lugares da morte e de cultura *In*: KOZEL, Salet; TORRES, Marques; GIL FILHO, Sylvio Faustino (Org.). **Espaço e representações: acordes de uma mesma canção**. 2.ed. Porto Alegre: Compasso lugar Cultura, 2023, p.213-240. Livro eletrônico. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/79438>. Acesso em: 5 abr. 2024.

AZEVEDO, Gilson Xavier de. O início de Quirinópolis, segundo a moradora da Avenida Rui Barbosa, nº 66. *In*: Maria da Felicidade Alves (org.). **Quirinópolis: mãos e olhares diferentes, 1832-2010**. Goiânia: Kelps, 2010, p.231.

BARBOSA, Túlio. **O conceito de natureza e análises dos livros didáticos de geografia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente, SP, 2006. Disponível em: Acesso em: 31 ago. 2024.

BÍBLIA, Antigo Testamento. **Genesis**. *In*: Bíblia Sagrada. Tradução: Monges Beneditinos de Maredsous (Bélgica). 174.ed. São Paulo, SP: Editora Ave Maria, 2007. p.58-71.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 2.ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. 9.ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v.9, n. 18 jun., 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27067>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e com o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da**

serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas).

_____. **No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural.** Uberlândia: EDUFU, 2009, 244 p.

_____. **Os deuses do povo: um estudo sobre a Religião Popular.** 3.ed. Campinas, SP: EDUFU, 1979.

_____. **A comunidade tradicional.** [S.l], [s.d.], p. 347-361. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

BUNDE, Altacir. **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás.** 201, 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Catalão, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufcat.edu.br/server/api/core/bitstreams/5d8fedf2-9dbb-41cd-a290-10c7b2931d5a/content>. Acesso em: 14 set. 2024.

BUNDE, Altacir; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em goiás. **Espaço em Revista**, Goiania-Go, v.19, n. 2, p.17-35, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco/article/view/49756?articlesBySameAuthorPage=2>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido”. *In*: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **A Perspectivas da geografia.** São Paulo: Difel, 1985. p.165-193.

_____. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar / Place, reach, and the sense of place. **Geograficidade: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF**, Niterói, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.4-19, Verão 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12915>. Acesso em: 20 set. 2022.

CABRAL, Isaac Pires. **O homem que viu o fim do mundo.** 5.ed. Goiânia: Kelps, 2013, 116 p.

_____. **Esperando Prestes.** Goiânia: Kelps, 2014, 186 p.

CALAÇA, Manoel. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. *In*: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos da AGB, 10 a 16 de agosto de 2014, Vitória, ES. **Anais [...].** Vitória, ES, 2014. Disponível em: https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404606477_ARQUIVO_AEXPA_NSAODOAGRONEGOCIOEMGOIASEASUBORDINCAODOCAMPESINATO_CMB_2014.pdf. Acesso em: 8 ag. 2024.

CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **Campo Território**, v.5, n. 10, p.312-332, ago. 2010. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12049>. Acesso em: 8 ago. 2024.

CAMPOS, Onaldo. **Rio Verde Histórico**. São Pulo: EDIGRAF S.A, 1971.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Evanildo Santos; ALMEIDA, Maria Geralda de. Essência do lugar e da paisagem: um olhar sobre os beiradeiros do rio de Ondas, Barreiras-Bahia.

Geonordeste: revista da Universidade Federal do Sergipe, ano XXI, n.1, p.33-50, 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/issue/view/233>. Acesso em: 1 out.2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. 85p.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. *In*: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (org.). **Geografia e Cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 75-97.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Denis. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. **Revista Mirante**, Pires do Rio - GO: UEG, vol. 2, n.1, p. 1-13, 2007. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Artigo_-_CERRADO.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Trad. Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3.ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

COMERFORD, J. C. **Como uma família**: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

COSTA, Liovando Marciano da; OLSZEWSKI, Nelci. Caracterização da paisagem Cerrado. *In*: FALEIROS, Fábio Galapi; FARIAS NETO, Austeclínio Lopes de. (ed. técnicos). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008, p.363-378.

CORRÊA, Roberto Lobato. A geografia cultural e o urbano. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; e ROZENDHL, Zeny (org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando Leituras sobre paisagem, tempo e cultura. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p.7-12.

D'ABADIA, Assilvo José. Resumo da história e origem de Quirinópolis. *In*: Maria da Felicidade Alves (org.). **Quirinópolis: mãos e olhares diferentes, 1832-2010**. Goiânia: Kelps, 2010, p.231.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

FONSECA, Alan Domingues. Aspectos fisiográficos. *In*: Maria da Felicidade Alves (org.). **Quirinópolis: mãos e olhares diferentes, 1832-2010**. Goiânia: Kelps, 2010, p.231.

FRÉMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido**. Coimbra: Almedina, 1976.

FRIAS, Renato Coimbra. O trabalho de campo na Geografia: Características fundamentais e um convite à escuta. **Espaço e Cultura**, UERJ, n. 45, p.61-86, jan./jun. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Maria%20Clara/Downloads/48535-163472-1-SM%20(1).pdf. 13 dez. 2019.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **A Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: X Encontro de Geógrafos da América latina, 20 a 26 de março de 2005, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2005, p. 6774- 6792. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2024.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Ed. on-line. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p.67-78, jul./dez. 1999a. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-

BR&user=hbdLHPMAAAAJ&citation_for_view=hbdLHPMAAAAJ:bEYMUWl8FkC.
Acesso em: 5 dez. 2022.

_____. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdERJ, 1999b, p.149-168. (Série Geografia Cultural).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/quirinopolis/panorama>. Acesso em: 8 jul. 2023.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município, um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia Sul-Mato-Grossense. **Revista Prolíngua**, [S.l.], v.2, n.2, p.34-52, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/13403/7607>. Acesso em: 13 set. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4.éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LIMA, Lana da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil Colonial. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, v. 30, p.47-62, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/22231/12328>. Acesso em: 05 mar. 2024.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)**. 1982. Dissertação (Mestrado). – Instituto de Ciências Humanas e Letras - UFG, Goiânia, 1982. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/MARIA_AM%C3%89LIA_LUZ_1_A_249_mesclado-girado.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gladis Cabral; ROSSI, Reile Ferreira. Memória: subsídio na construção e conservação da identidade cultural da microrregião Salgado, Quirinópolis-GO. *In*: Urzedo, Maria da Felicidade Alves (org.). **Quirinópolis: Mãos e Olhares Diferentes (1832-2014)**. Goiânia: Kelps, 2014. p. 521- 546.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v.2, n.22, p.290-322, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/2456>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A criatividade toponímica do povo carioca. *In*: II Colóquio Nacional do NEER, 5 a 7 de dezembro de 2007, Paraná, Curitiba. **Espaços de diálogo [...]**. Curitiba, PR: UFPR, 2007. Disponível em: http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20JoaoBatistaFMello.pdf. Acesso em: 25 set. 2013.

_____. A humanística perspectiva do espaço e do lugar. **Revista ACTA Geográfica**, UFRR, Roraima, ano V, n.9, p. 07-14, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/429>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). *In*: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 137-165.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agrohidronegócio e as (re)existências dos povos cerradeiros. **Terra Livre**, São Paulo, ano 26, v. 1, n. 34, p.189-202, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/318/301>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; PELA, Márcia. O cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central EGAL**, Costa Rica, v.2, Número Especial EGAL, p.1-18, II Semestre, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2368>. Acesso em: 13 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NEVES, Paracy Corrêa. **A formação do espaço urbano de Quirinópolis: uma possibilidade histórica de 1832 a 2010**. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2233?mode=full>. Acesso em: 31 maio 2023.

NÓR, Soraya. O Lugar como imaterialidade da Paisagem. **Paisagem e ambiente: revista da Universidade de São Paulo, USP**, São Paulo, n.32, p.119-28, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/88090/90976>. Acesso em: 18 set. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p.7-28, jul./dez., 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 set. 2023.

NOZOE, Nelson Hideiki. **Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia**. Economia: revista da ANPEC, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de; CASTRO JÚNIOR, Magno Vila. Possibilidades do uso da fotografia e da filmagem na pesquisa social qualitativa. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n.4, p.60-61, out./dez. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n4/v71n4a17.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

PAIVA, Anderson Gomes. **O patriarca e o filho das entranhas: análise das relações de parentesco e convivência no ciclo abraâmico**. 2009, 112 f. (Dissertação em Letras) – Universidade de São Paulo –USP, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-22022010-143924/publico/ANDERSON_GOMES_DE_PAIVA.pdf. Acesso em: 2 ag. 2023.

PALACIN, Luis. A Ausência do Índio na Memória Goiana. **Ciências Humanas em Revista**, 3 (1/2), p.59-70, jan./dez. 1992. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto26/FO-CX-26-1534-1994.PDF>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PARREIRA, Airosa Martins, MATTOS, Georgides de Souza. História de Quirinópolis: Fraguimentos escritos em 09 de março de 1988. *In*: Maria da Felicidade Alves (org.). **Quirinópolis: mãos e olhares diferentes, 1832-2010**. Goiânia: Kelps, 2010, p.231.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, Cesar de Lima Ramires; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. *In*: Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em geografia MARAFON, Glaucio José et al. (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p.23-35.

REATTO, Adriana; MARTINS, Éder de Souza. Classes de solo em relação aos controles da paisagem do bioma Cerrado. *In*: SCARIOT, Aldicir; SILVA, José Carlos Sousa; FELFILI, Jeanine M. (org.) **Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. p.45-59.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**, UNESP, v. 4, n. 7, p.1-25, 1979. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14763/11395>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

_____. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 24-51, mai./ago, 2011, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/kzJLCFjv7QjXs9dGpJGdjsx/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SAGIM JUNIOR, Odir; SAGIM, Mírian Botelho. **Quirinópolis Histórico**. Goiânia: O Popular, 2000. 192 p.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagens às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz**. Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 78, 1937. (Tomo segundo).

SAMARA, Eni de Mesquita. Mulher e a família na historiografia latino-americana recente. **Anos 90**, Revista de Pós-graduação em História da UFRGS, Porto Alegre,

v. 1, n. 1, p.23-47, maio de1993. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6116>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SANTOS, Fatima Sueli Marcon dos. **Fatores geomorfológicos e antrópicos na avaliação da fragilidade e processos erosivos no município de Quirinópolis**. 2002. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SANTOS, Gilberto Celestino dos Santo; SANTOS, Fátima Sueli Marcon dos. Cachoeirinha do Rio Preto: Aspectos históricos e sócio-econômicos. **Revista Mirante**, Anápolis-GO, v.8, n. 2, p.41-51, set. 2015. Disponível em:
<https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/4054>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SANTOS, Hellen Cristina dos Santos. **A comunidade Camponesa do Salgado no Contexto da Territorialização do Capital em Quirinópolis**. 2012, 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3757>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Políticas de regionalização e criação de destinos turísticos entre o lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano**. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15933>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. 2.reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006 (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Rafael Marcon dos. **Ressignificações socioculturais nas comunidades tradicionais do Salgado e Pedra Lisa em Quirinópolis (GO)**. 2023, 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás – UEG, Goiás, 2023. Disponível em: Acesso em: <https://www.btdt.ueg.br/handle/tede/1439>. Acesso em: 8 ago. 2024.

SANTOS, Rosselvet José. Festa no Cerrado. **Travessia**, maio a agosto de 1998. Disponível em: file:///C:/Users/Maria%20Clara/Downloads/635-Texto%20do%20artigo-1220-1169-10-20201214%20(1).pdf. Acesso em: 15 jun.2023.

_____. **Gaúchos e mineiros do Cerrado: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais**. EDUF, 2008, 249 p.

SANTOS, Rosselvelt José; KINN, Marli Graniel. Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de janeiro, n.26, p.58-71, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3555. Acesso em: 15 jun.2023.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Revista Vivência**, Natal, Rio grande do Norte, v. 29, p.207-224, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6879253-A-toponimia-como-construcao-historico-cultural-o-exemplo-dos-municipios-do-estado-do-ceara.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SEAMON, David. Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças-do-lugar. **Geograficidade**: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF, Niterói, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.4-18, Inverno 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Clara/Downloads/12861-Texto%20do%20Artigo-50564-1-10-20130909.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SPRINGER, Kalina Salaib. Concepção de natureza na geografia. **Mercator**, v.9, n.18, p.159-170, jan./abr.2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/368>. Acesso em: 4 set. 2024.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente - SP, ano 8, n. 7, jul/dez. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SIEG. **Sistema Estadual de Geoinformação – SIEG**. Estado de Goiás. 2022. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/siegmapas/mapa.php>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SILVA, Luciana Helena Alves Silva; ALMEIDA, Maria Geralda de. A secular formação territorial sertaneja das “Terras da Santa” no distrito de Buenolândia, cidade de Goiás/GO. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-Go, v.16, n.1, p.67- 85, abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/70524>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. *In*: MARAFON, Glaucio José et al. (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p. 207-221.

SILVA, Ludimila de Miranda Rodrigues. Geograficidades dos altos: toponímia e ruralidades dos Quilombos de Alto dos Bois (Minas Gerais) e Sítio Alto (Sergipe). *In*: MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de; DEUS, José Antônio Souza de. (org.). **Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências**:

Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020. p.289-312.

SILVA, Flavia Rosa de Moraes. **Os causos em Quirinópolis: práticas e representações culturais (1940-1970)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2272>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 3, n. 1, p.46–63, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13217>. Acesso em: 13 set. 2023.

_____. Territorialidades camponesas do Cerrado: o saber gerado a partir do conhecimento local. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 7n. 14, p.1-35, ago., 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21751>. Acesso em: 13 set. 2023.

SILVA, Maria Aparecida Daniel. **“Terra sem lei, nem rei”**: Goiás (1822-1850). 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2000. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/SILVA__Maria_Aparecida_Daniel_da_2000.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

SOTRATTI, Marcelo Antônio; MARAFON, Glaucio José. A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades. *In*: MARAFON, Glaucio José et al. (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. p.191-206.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **O território e as estratégias de permanência camponesa da Comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis/Go**. 2013, 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15957>. Acesso em: 1 jun. 2023.

_____. **Patrimônio Imaterial: relações socioculturais camponesas em Pedra Lisa**. Uberlândia: Ed. do Autor, 2015. 216 p.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; SANTOS, Rosselvelt José. Trabalho e precarização na produção agroenergética de Quirinópolis-GO. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, MS, v. 1, n. 13, p. 179-206, 1 maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/628/428>. Acesso em: 14 set. 2024.

SUZUKI, Júlio César. Por outro desenvolvimento territorial e ambiental em sociedades tradicionais do estado de São Paulo. *In*: II COLÓQUIO DO NUGEA, 31 de maio a 01 de junho de 2016, Minas Gerais. **Palestra de abertura [...]**. Minas

Gerais: UFJF, 2016. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/wp-content/uploads/sites/338/2016/06/TEXTO-NUGEA.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

TAVARES, M.; VELASCO, D.O.B. Nomes de mulheres na toponímia urbana de Dourados-MS. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 10, n. 30, SER. 1, p. 315-328, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/sociodialeto/article/view/8010/5773>. Acesso em: 3 abr. 2024.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos campones. Passo fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

THOMPSON, Barbara. Memória e exaltação da vida no cemitério monumental. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 3, p.89 -107, set/dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/14883/pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedade**. Tradução José Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, 1947. 321 p.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF, Niterói, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.4-5, Verão 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12804/pdf>. Acesso em: 5 set. 2022.

_____. Lugar: uma perspectiva experiencial/Place: na experiential perspective. **Geograficidade**: revista do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural da UFF, Niterói, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.4-5, Verão 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150/pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

URZEDO, Maria da Felicidade Alves. **Quirinópolis**: cultura e desenvolvimento regional: mãos e olhares diferentes III (1832-2014). Goiânia, Goiás: KELPS, 2014, 592 p.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p.203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 26 set. 2022.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

_____. Ein guts Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. *In*: WOORTMANN, Ellen. F (org.). **Significados da terra**. Brasília: Ed. UNB, 2004. p.23-68.

WOORTMANN, Klass. **Com parentes não se negoceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

WOORTMANN, Ellen. F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços das igrejas pelos bispos coloniais paulistas (1745-1796). **História**, SP, n. 28, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/K4gXK3r5C7X6jZDK3FzX9sR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14 set. 2024.

APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Identificação dos entrevistados da Comunidade do Salgado – Jovens, adultos e idosos.

Entrevistados	Idade	Gênero
Cabral 01	84	Masculino
Cabral 02	70	Masculino
Cabral 03	71	Masculino
Cabral 04	85	Feminino
Cabral 05	82	Feminino
Cabral 06	87	Masculino
Cabral 07	51	Masculino
Cabral 08	66	Feminino
Cabral 09	33	Masculino
Cabral 10	68	Feminino
Cabral 11	54	Masculino
Cabral 12	44	Feminino
Cabral 13	57	Masculino
Cabral 14	41	Masculino
Cabral 15	65	Masculino
Cabral 16	59	Feminino
Cabral 17	64	Masculino
Cabral 18	73	Masculino
Cabral 19	50	Feminino
Cabral 20	60	Feminino
Cabral 21	53	Feminino
Cabral 22	48	Feminino
Cabral 23	59	Feminino
Cabral 24	83	Masculino
Cabral 25	63	Masculino
Cabral 26	61	Feminino
Cabral 27	64	Masculino
Cabral 28	62	Masculino
Cabral 29	55	Feminino
Cabral 30	51	Feminino
Cabral 31	60	Masculino
Cabral 32	72	Feminino
Cabral 33	71	Masculino
Cabral 34	70	Masculino
Cabral 35	25	Masculino
Cabral 36	21	Feminino
Cabral 37	21	Feminino
Cabral 38	24	Feminino
Cabral 39	27	Feminino
Cabral 40	21	Masculino
Cabral 41	27	Masculino
Cabral 42	28	Masculino

Fonte: Entrevistas realizadas no período de junho de 2023 a junho de 2024.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO: paisagens pretéritas e lugares de vida

Roteiro para entrevista com os moradores adultos e de mais idade na comunidade do Salgado, município de Quirinópolis-GO.

Nome do entrevistado:

Idade:

Dia/hora da entrevista:

Tempo de duração:

Local e data:

História da Comunidade

1. Origem do Nome.
2. Chegada dos pioneiros e a formação da comunidade.
3. concepções de Salgado e Salgadinho.

Identificação, caracterização da propriedade

1. Número de propriedades existentes na Região do Salgado, entre as pequenas, médias e grandes.
2. Nome da propriedade.
3. Moradia fixa na propriedade ou dupla moradia (urbano e rural).
2. Origem da propriedade (herança ou compra).
3. Tamanho da propriedade.
4. Produção nas décadas anteriores e destino.
5. Produção atual e destino.
6. Organização dos produtores (associação, sindicato, cooperativa).
7. Meios de transporte utilizados.

Trabalho

1. Realização do trabalho (produtor e trabalhadores com relação de parentesco; familiar, assalariado).
2. Tipos de serviços (mutirões) que realizam e período que trabalham.
3. Formas de pagamento.
4. Trabalho somente na propriedade ou complementa renda fora.

Caracterização da família e relação de vizinhança

1. Pioneiros da sub-região (famílias tradicionais).
2. Grau de parentesco.
3. Constituição dos casamentos (parentesco).
4. Escolha dos padrinhos e nomes dos filhos.
5. Constituição dos laços de amizade com os vizinhos.
6. Relações de compadrio (vizinhos e parentes).
7. Relevância da escolha dos padrinhos estar ligada ao parentesco.

Aspectos culturais e políticos

1. Presença nas formas de rezas (benzições) e festas religiosas e populares (períodos).
2. Igreja e a influência na organização da comunidade.
3. O papel da escola para a Comunidade.
4. O Cerrado e seus usos (medicina alternativa – benzedadeiras, raizeiros).
5. Organização e representação/liderança política na comunidade (relação com o poder público – Prefeitura – e com outras instituições como bancos e comércio na cidade).
6. avaliação sobre o aspecto de ter ou não ter lideranças na comunidade.
7. O significado do cemitério para a comunidade.

Relação com o lugar e percepções

1. Principais benefícios recebidos pela comunidade com a introdução da cultura canavieira e do capital energético.
2. Principais problemas enfrentados pela comunidade com a introdução da cultura canavieira e do capital energético.
3. Reações com relação à aproximação da cana-de-açúcar e à existência.
4. Reações com relação à passagem da ferrovia dentro da comunidade.
5. Práticas que eram comuns e não o são mais (religiosas, produtivas, sociais)
6. Tratamento da questão ambiental (mudanças percebidas nos últimos anos).
7. Dificuldades enfrentadas para permanência no lugar.
8. Sentimento com o lugar e com a propriedade.
9. Resistência em deixar a propriedade, o lugar, a atividade.
10. Expectativas futuras (possibilidade de deixar o local, possibilidade de mudar para cidade, venda ou arrendamento).
11. Grau de satisfação em viver no lugar.
12. Expectativa em relação a permanência dos filhos na propriedade.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO: paisagens pretéritas e lugares de vida

Roteiro para entrevista com os jovens da comunidade do Salgado, município de Quirinópolis-GO.

Nome do entrevistado:

Idade:

Grau de escolaridade:

Dia/hora da entrevista:

Tempo de duração:

Local e data:

História da Comunidade

1. Conhecimento em relação à história da origem da comunidade (nome do lugar, pioneiros).
2. Concepções de Salgado e Salgadinho.

Trabalho

1. O trabalho é realizado somente na propriedade dos pais ou complementa renda fora.
2. Aprendizagens sobre o trabalho desempenhado (manuseio dos equipamentos) e a lida com a terra.
3. Períodos em que trabalha e formas de pagamento.
4. Tipos de serviços desempenhados na propriedade e companhia (pais).
5. Sobre a formação educacional x a terra e família (objetivos).

Aspectos culturais e políticos

1. Participação em instituições sociais (igreja, escola, clube de futebol, grupo de jovens etc.).
2. Atividades de divertimento que os jovens do Salgado realizam e locais (televisão, jogo de bola, festas ou outras formas de lazer identificadas pelos jovens) e companhia.
3. Contribuição/interferência das estruturas comunitárias do Salgado (família, escola, igreja) para na decisão de permanecer na comunidade.
4. Política específica que deveria ser implementada para os jovens, para que permaneçam no meio rural.
5. Conhecimentos sobre o Cerrado e seus usos (medicina alternativa – benzedadeiras, raizeiros).
6. Principais ensinamentos que recebeu ou recebe dos pais e deseja passar para os filhos.

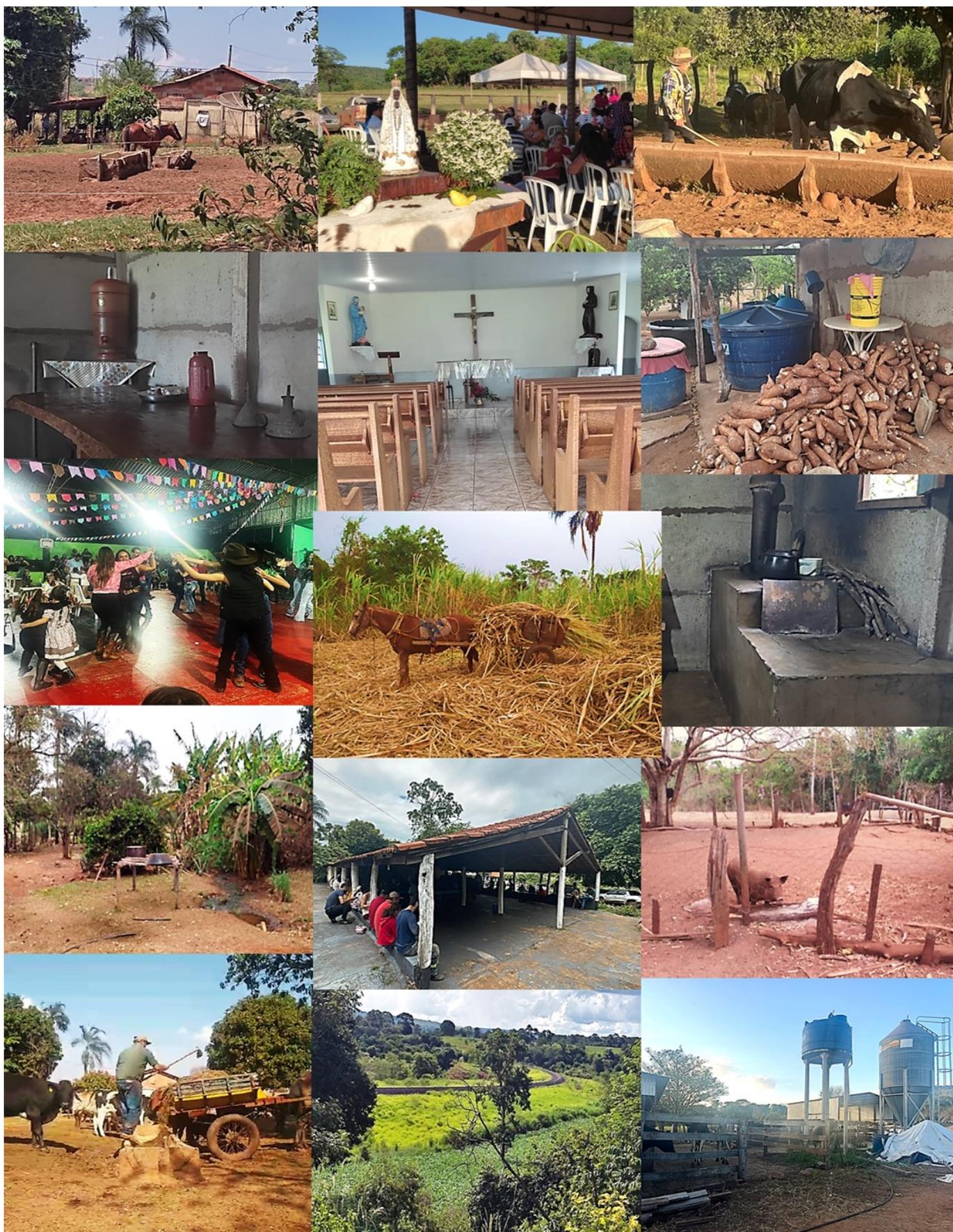
APÊNDICE D - ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES/PERCEPÇÕES

Pesquisa: COMUNIDADE DO SALGADO EM QUIRINÓPOLIS-GO: paisagens pretéritas e lugares de vida

Observações/percepções durante as entrevistas, participações de eventos sociais da comunidade:

1. Caracterização e descrição da paisagem física e cultural.
2. Estrutura/organização da residência e equipamentos de produção.
3. Costumes cotidianos quanto à alimentação, às crenças e aos hábitos.
4. Relações dos modos de vida com a paisagem e o espaço.
5. Forma de organização do lugar.
6. Relações de poder político, econômico e cultural.
7. Mudanças nos hábitos de vida e de produção através da modernidade.

APÊNDICE E - MOSAICO: PAISAGEM CAMPONESA DA COMUNIDADE DO SALGADO



Fonte: Trabalho de campo realizado entre junho de 2023 a junho de 2024.